

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Mariana Rodrigues da Costa Neves

**A Atitude Fenomenológica e sua importância para a Geografia:  
desdobramentos atuais, diálogos metodológicos e concepções ontológica-  
hermenêutica da geograficidade das paisagens**

Belo Horizonte

2020

Mariana Rodrigues da Costa Neves

**A Atitude Fenomenológica e sua importância para a Geografia:  
desdobramentos atuais, diálogos metodológicos e concepções ontológica-  
hermenêutica da geograficidade das paisagens**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus

Belo Horizonte

2020

N518a Neves, Mariana Rodrigues da Costa.  
2020 A atitude fenomenológica e sua importância para a geografia [manuscrito] : desdobramentos atuais, diálogos metodológicos e concepções ontológica-hermenêutica da geograficidade das paisagens / Mariana Rodrigues da Costa Neves. – 2020.  
210 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2020.  
Área de concentração: Organização do Espaço.  
Linha de Pesquisa: Produção do espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.  
Bibliografia: f. 193-206.  
Inclui apêndices.

1. Geografia – Teses. 2. Fenomenologia – Teses. 3. Paisagens – Teses. 4. Comportamento espacial – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 91



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**A Atitude Fenomenológica e sua Importância para a Geografia: Desdobramentos Atuais, Diálogos Metodológicos e Concepções Ontológica-Hermenêutica da Geograficidade das Paisagens**

**MARIANA RODRIGUES DA COSTA NEVES**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **23 de novembro de 2020**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação e Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**

Universidade Federal de Sergipe

**Altair Sancho Pivoto dos Santos**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Weber Soares**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Bernardo Machado Gontijo**

Universidade Federal de Minas Gerais

**José Antônio Souza de Deus - Orientador**

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio Souza de Deus, Professor do Magistério Superior**, em 23/11/2020, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weber Soares, Professor do Magistério Superior**, em 23/11/2020, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altair Sancho Pivoto dos Santos, Usuário Externo**, em 23/11/2020, às 23:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia de Souza Mendonça Menezes, Usuário Externo**, em 25/11/2020, às 05:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Machado Gontijo, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0344598** e o código CRC **0F2D4A8B**.

## DEDICATÓRIA

*Dedico essa obra a mim e a minha família.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus! O primeiro na minha vida!

Segundo agradeço a CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa, dos meus estudos! Sem esse financiamento, eu não teria conseguido permanecer na Universidade, nem dispendido todo tempo necessário para se realizar uma pesquisa.

Terceiro, agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais, que proporcionou toda a minha formação acadêmica, com uma estrutura física admirável, com docentes qualificados e prodigiosos, com acesso a pesquisas de esplêndidas temáticas, tão necessárias para a minha formação profissional. Viva a Universidade Pública e Gratuita!

Quarto ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, que me proporcionou grandes aprendizados, na vida acadêmica e nas vivências do dia a dia. Esse é um admirável Programa de Pós-graduação, que proporciona acesso ao Saber.

Em quinto, agradeço ao meu Orientador, Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus, que abriu as portas da pós-graduação para mim, me mostrou um mundo das pesquisas de campo, das novas metodologias, e do olhar criterioso para se pesquisar. Amigo e companheiro, esse trabalho é nosso!

Em sexto, agradeço a Banca Avaliadora, por ler e analisar este trabalho, que com grande maestria tem contribuído para o saber acadêmico, trazendo novos olhares para a pesquisa. Agradeço o tempo despendido e a leitura sábia e criteriosa de vocês, Prof. Altair Sancho Pivoto, Prof. Bernardo Gontijo, Prof. Sônia de Souza Mendonça e Prof. Weber Soares.

Agradeço ao meu marido, amado André Lima, a quem me ajudou nesses anos de pós graduação, do mestrado e agora no doutorado. Iniciamos esse percurso juntos... e ir para a pós-graduação é inserir o outro em nossos estudos, em nossos debates. A nossa pesquisa entra dentro do nosso lar! Modifica nossa dinâmica, abala nossas estruturas, e nos leva a um outro patamar de vida, não somente de realização profissional, mas de subjetividade. Nunca mais seremos os mesmos depois do doutorado. Ele nos trouxe marcas filosóficas profundas, com reflexões

epistemológicas debatidas na nossa sala. E foi difícil, mas foi tão bom saber que eu podia contar com você! Que você estava aqui! Que você estava disposto a entrar nessa pesquisa! Muito obrigada! Te amo!

Agradeço, claro, ao meu filho querido, Gustavo Neves Lima, que me via estudando durante a noite e passava para me dar um beijo, que se interessava sobre o assunto da tese, que falava que me amava naqueles dias mais tristes, quando o computador com a tese foi furtado, ou quando os dados simplesmente davam errado! Você foi minha inspiração em muitos momentos, na minha construção de um exemplo para as próximas gerações, para que todos sejam questionadores da realidade, e procurem o conhecimento científico sempre!

Agradeço também aos meus pais! Nem sei por onde começar... Na realidade, tudo começou com vocês! Meus pais, Maria Luiza Neves e Eugênio Pacelli Neves, vocês sempre foram o meu maior exemplo de caminhada universitária, e o quanto esse processo é importante para nossa formação profissional, mas principalmente pessoal! E realmente, o doutorado nos transforma! Muito Obrigado a toda ajuda, que nunca conseguirei retribuir, pois foram infinitas, desde ajuda financeira, um colo amigo quando os pensamentos já não estavam funcionando bem, até mesmo os grandes almoços regados de muita fartura e carinhos! Vocês são meus amores!

Agradeço a minha irmã, querida Brenda Neves, que com toda sua sabedoria, me abraçava às sextas-feiras para me ouvir “verborrajizar” sobre a tese. Como foram momentos importantes para mim! Me deixavam leves! Me davam ânimo para a semana que se iniciava novamente! Obrigada pela companhia, pelas palavras, pelo amor!

Agradeço a todos os colegas da Pós-graduação, que compartilharam comigo o percurso acadêmico, sendo companhia nos debates, ajuda no compartilhamento de artigos e obras, e claro, sendo ombro amigo durante toda a caminhada: Ludimila de Miranda Rodrigues, Karla Trigueiro, Gabriela Reis, Rahyan Alves, Muito Obrigada!

E eu não poderia deixar de agradecer, a Diretoria de Inovação e Metodologias da Universidade Federal de Minas Gerais, o GIZ. Essa diretoria mudou minha vida acadêmica e profissional. Quanto conhecimento partilhado e aprendido nesse espaço. Muito Obrigada a Coordenadora, Prof. Maria José Flores, aos Técnicos Administrativos Educacionais Kênia Herédita, Marcos Tarquínio e Rafaela Esteves.



Agradeço também a Universidade Federal de Juiz de Fora, que me recebeu e me acolheu no final desta tese, me ensinando e me permitindo vivenciar a minha escolha profissional, de ser pesquisadora e docente. Orgulhosa em fazer parte da história do Curso de Turismo da UFJF.

## RESUMO

O tema deste estudo é o diálogo da geografia com a fenomenologia, e o que se discute é, principalmente, de natureza teórico-filosófica, imbricando-se no estado do conhecimento, permitindo entrever uma produção situada do conhecimento geográfico, numa ontologia espacial que enalteça e sublinhe uma Geografia dos Espaços vividos, uma geografia situacional, de modo que, enquanto método ou mesmo filosofia, a fenomenologia permita a um só tempo a crítica e a renovação da geografia enquanto conhecimento prático e científico.

O objetivo do estudo é apresentar uma análise fenomenológica sobre os discursos escritos da Paisagem Geográfica. O Marco Teórico que guia essa tese discorre sobre a constituição e concepção da ciência de característica pós-moderna fenomenológica e estabelece diálogo entre a fenomenologia existencial sartriana, a fenomenologia poética bachelardiana, e a fenomenologia da terra dardeliana, permitindo o retorno às experiências e práticas espaciais primeiras, sobre as quais construímos nossas referências de mundo e de lugar. Essas referências se constroem através da elaboração científica, com a criação de representações conceituais (paisagem), mas também na vida cotidiana.

A metodologia possui abordagem qualitativa-quantitativa, Pesquisa Bibliográfica e Revisão de Literatura. Os procedimentos metodológicos vinculam-se na utilização da Análise de Discurso de vertente fenomenológica francesa, com a intenção de construir um conjunto de técnicas de análises para a realização do Estado do Conhecimento na Produção Acadêmica Geográfica Qualis A1 e A2, no período de 2005 a 2015, a partir de Revisão Integrativa. Utilizou-se também o *software* Iramuteq para a seleção do *corpus* de análise, com o intuito de apreender e organizar, de forma estruturada, aspectos linguísticos importantes. Isto acarretou a construção de uma *árvore de significações*, em que conteúdos manifestos (explícitos) e os conteúdos latentes (subjativos) foram apresentados à investigação, dando-nos possibilidades de análise a partir dos conceitos e discussões abordados durante toda a trajetória da tese.

A originalidade do texto se constrói na exposição, na argumentação e na reflexão teórico-filosófica que se pretende entre ciência pós-moderna, fenomenologia e geografia, e suas inter-relações; e na construção de uma gama de dados vinculados à produção acadêmica geográfica brasileira obtidos através de Revisão Integrativa e o *software* Iramuteq.

Quatro eixos relacionais se fazem presentes no estudo: o primeiro aponta para uma compreensão da constituição e da concepção teórico-filosófica da fenomenologia e seus desdobramentos. Argumenta-se sobre um enrijecimento dos conceitos e a provável fragilização posterior desta fenomenologia primeira. O segundo eixo discute a interrelação das teorias fenomenológicas de Sartre (e os conceitos de consciência, compreensão e explicação, narrativa e linguagem, em-si e para-si, Ser e aparecer, e do Ser do fenômeno), de Bachelard (e os conceitos de imaginação e imaginário, instante e memória, razão e devaneio), e Dardel (e os conceitos de espaço geográfico, paisagem e realidade geográfica).

O terceiro eixo é uma exposição da categoria de análise Paisagem, onde far-se-á uma interlocução entre a construção histórica do conceito e algumas escolas de pensamento, que, evocam, aliás, um combinar de aspectos existenciais do homem-

no-mundo, isto é, um elucidar, um revelar, um desvendar, e um experienciar da Paisagem.

No quarto eixo, faremos a interlocução de análise epistemológica com uma abordagem prática centrada no *Estado do Conhecimento*.

No quinto e último eixo apresentamos a cartografia verbo-icônica para análise discursiva dos artigos selecionados.

O resultado que se buscou nesta tese foi, principalmente, debater sobre o alcance teórico-filosófico de uma ciência reflexiva, da realidade geográfica existencial, e pelos saberes fenomenológicos e debates acadêmicos. A defesa do argumento pretendeu demonstrar que a fenomenologia, particularmente a originária do pensamento existencialista, poético e da terra, para além de suas contribuições, apresenta limitações que a vinculam, implicitamente, à concepção moderna de ciência que ainda paira no saber geográfico, e, ao mesmo tempo, (*re*)pensar esse saber geográfico, com o intuito de renová-lo a partir de uma atitude fenomenológica, ou seja, a possibilidade de utilização de uma metodologia verdadeiramente fenomenológica existencial.

**Palavras-chave:** paisagem; geografia fenomenológica; estado do conhecimento; atitude fenomenológica.

## ABSTRACT

The theme of this study is the dialogue between geography and phenomenology, and what is discussed is mainly of a theoretical-philosophical nature, intermingling in the state of knowledge, allowing to glimpse a situated production of geographical knowledge, in a spatial ontology that enhances and underline a Geography of the Spaces lived, a situational geography, so that, as a method or even philosophy, phenomenology allows at the same time the criticism and renewal of geography as practical and scientific knowledge.

The aim of the study is to present a phenomenological analysis of the written speeches of the Geographic Landscape. The Theoretical Framework that guides this thesis discusses the constitution and conception of science with a postmodern phenomenological characteristic and establishes a dialogue between Sartrian existential phenomenology, Bachelardian poetic phenomenology, and the phenomenology of the Dardelian land, allowing the return to spatial experiences and practices first, on which we build our references of world and place. These references are constructed through scientific elaboration, with the creation of conceptual representations (landscape), but also in everyday life.

The methodology has a qualitative-quantitative approach, Bibliographic Research and Literature Review. The methodological procedures are linked to the use of Discourse Analysis of a French phenomenological aspect, with the intention of building a set of analysis techniques for the realization of the State of Knowledge in the Academic Geographic Production Qualis A1 and A2, from 2005 to 2015, based on an Integrative Review. Iramuteq software was also used for the selection of the analysis corpus, in order to apprehend and organize, in a structured way, important linguistic aspects. This led to the construction of a tree of meanings, in which manifest (explicit) and latent (subjective) contents were presented to the investigation, giving us possibilities for analysis from the concepts and discussions covered throughout the course of the thesis.

The originality of the text is built on the exhibition, argumentation and theoretical-philosophical reflection that is intended between postmodern science, phenomenology and geography, and their interrelations; and in the construction of a range of data linked to the Brazilian geographic academic production obtained through Integrative Review and the Iramuteq software.

Four relational axes are present in the study: the first points to an understanding of the constitution and theoretical-philosophical conception of phenomenology and its consequences. It is argued about a stiffening of concepts and the probable further weakening of this first phenomenology. The second axis discusses the interrelationship of Sartre's phenomenological theories (and the concepts of consciousness, understanding and explanation, narrative and language, in and of themselves, Being and appearing, and Being of the phenomenon), of Bachelard (and the concepts of imagination and imagery, instant and memory, reason and reverie), and Dardel (and the concepts of geographical space, landscape and geographical reality).

The third axis is an exhibition of the category of landscape analysis, where there will be an interlocution between the historical construction of the concept and some

schools of thought, which, incidentally, evoke a combination of existential aspects of man-in-the-world, that is, to elucidate, reveal, unveil, and experience the Landscape.

In the fourth axis, we will talk about epistemological analysis with a practical approach centered on the State of Knowledge.

In the fifth and final axis, we present the verb-iconic cartography for discursive analysis of the selected articles.

The result that was sought in this thesis was, mainly, to debate about the theoretical-philosophical scope of a reflective science, of the existential geographic reality, and for the phenomenological knowledge and academic debates. The defense of the argument intended to demonstrate that phenomenology, particularly that originating from existentialist, poetic and earth thinking, in addition to its contributions, has limitations that implicitly link it to the modern conception of science that still hovers in geographical knowledge, and, at the same time, (re) thinking about this geographic knowledge, in order to renew it from a phenomenological attitude, that is, the possibility of using a truly existential phenomenological methodology.

**Keywords:** landscape; phenomenological geography; state of knowledge; phenomenological attitude.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da Ontologia Geográfica Dardeliana.....	88
Quadro 2 - Lista de Periódicos com quatro itens de inclusão.....	142
Quadro 3 - Lista de Periódicos com quinto item de inclusão-Periódicos em Língua Portuguesa.....	142
Quadro 4 - Lista de Periódicos com primeiro item de exclusão - Área da Geografia Física.....	143
Quadro 5 - Artigos de língua portuguesa de Periódicos A1 .....	154
Quadro 6 - Artigos de língua portuguesa de Periódicos A2 .....	155
Quadro 7 - Artigos que abordam a Categoria Conceitual Paisagem em seus Resumos – Periódicos A1 .....	156
Quadro 8 - Artigos que abordam a Categoria Conceitual Paisagem em seus Resumos – Periódicos A2 .....	156
Quadro 9 - Macrodimensão Situacional .....	170
Quadro 10 - MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS VERBO-ICÔNICOS.....	177
Quadro 11 - Macrodimensão Ontológica Geográfica .....	187
Quadro 12 - Macrodimensão Hermenêutica.....	189

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espaço Geométrico Dardeliano .....	100
Figura 2 - Percurso Metodológico .....	140
Figura 3- Fluxograma do software Iramuteq.....	145
Figura 4 - Análise Lexográfica.....	146
Figura 5 - Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC).....	147
Figura 6 – Exemplo de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	148
Figura 7 - Exemplo de Classificação Hierárquica Descendente (CHD2).....	149
Figura 8 - Análise de Similitude.....	150
Figura 9 - Nuvem de Palavras.....	151
Figura 10 - Contrato de Comunicação de Charaudeau.....	163
Figura 11 - Mapa de Similitude Linguístico dos Artigos Publicados em Periódicos A1 .....	166
Figura 12 - Mapa de Similitude Linguístico dos Artigos Publicados em Periódicos A2 .....	167
Figura 13 - Quadro Comunicacional da Geografia das Paisagens.....	168

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O DISCURSO CIENTÍFICO EXISTENCIAL E O PARADIGMA DA FENOMENOLOGIA TRADICIONAL</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O CAMINHO DO PENSAMENTO EPISTEMOLÓGICO E AS CONVERGÊNCIAS DOS SABERES</b> .....	<b>41</b>
<b>2.1 O Existencialismo sartriano: a psicanálise existencial e a linguagem, a narrativa e a literatura, o método da explicação e da compreensão, e a proposta do fim dos dualismos fenomenológicos husserlianos</b> .....	<b>41</b>
<b>2.2 A ciência como construção e os fundamentos metodológicos bachelardianos: as múltiplas faces do imaginário, a psicanálise do conhecimento, a imaginação simbólica dos quatro elementos e a fenomenologia como alternativa para apreensão dos sentidos</b> .....	<b>64</b>
<b>2.3 Ontologia Geográfica e Hermenêutica do Espaço: Filosofia da Realidade Geográfica e a atitude fenomenológica</b> .....	<b>82</b>
<i>2.3.1 Ontologia Geográfica</i> .....	<b>91</b>
<i>2.3.2 Hermenêutica do Espaço</i> .....	<b>100</b>
<b>CAPÍTULO 3 - DA PAISAGEM GEOGRÁFICA À ATITUDE FENOMENOLÓGICA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO OLHAR</b> .....	<b>109</b>
<b>3.1 Construindo o Lugar do Olhar</b> .....	<b>113</b>
<b>CAPÍTULO 4 – ESTADO DA ARTE E ESTADO DO CONHECIMENTO</b> .....	<b>134</b>
<b>4.1 Revisão de literatura integrativa no estado do conhecimento: procedimentos metodológicos e construção da análise da produção acadêmica sobre Paisagem</b> .....	<b>137</b>
<i>4.1.1 Etapas da Revisão de Literatura Integrativa</i> .....	<b>139</b>
<i>4.1.2 Estabelecendo critérios de inclusão e exclusão de periódicos</i> .....	<b>140</b>
<i>4.1.3 Entendendo o Software Iramuteq</i> .....	<b>143</b>



4.1.4 A leitura de resumos e seleção a partir da Categoria Conceitual Paisagem .....	151
<b>CAPÍTULO 5 - OS MAPAS CONCEITUAIS DE SIMILITUDE LINGUÍSTICOS E A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS TEMÁTICAS: POR UMA CARTOGRAFIA DOS ESTRATOS ICÔNICOS E DISCURSIVOS.....</b>	<b>158</b>
<b>5.1 Por uma cartografia dos estratos icônicos e verbais: grades de análise fenomenológica.....</b>	<b>169</b>
5.1.1 <i>Macrodimensão situacional</i> .....	169
5.1.1.1 - Os sujeitos da linguagem .....	170
5.1.1.2 Os gêneros do discurso.....	172
5.1.1.3 Efeitos de real, de ficção e de gênero .....	174
5.1.1.3.1 Efeitos de real .....	175
5.1.1.3.2 Efeitos de ficção .....	175
5.1.1.3.3 Efeitos de gênero .....	176
5.1.2 <i>Macrodimensão retórico-discursiva</i> .....	176
5.1.2.1 Elementos técnico-icônicos .....	177
5.1.2.1.1 Elementos Plásticos .....	178
5.1.2.1.2 Planos de visão .....	179
5.1.2.1.3 O ponto de vista da imagem.....	182
5.1.2.1.4 Funções da moldura.....	183
5.1.2.2 Dimensão discursiva e de efeitos .....	184
5.1.2.2.1 Modos de organização do discurso.....	184
5.1.2.2.2 Os imaginários sociodiscursivos .....	186
5.1.3 <i>Macrodimensão Ontológica Geográfica</i> .....	187
5.1.4 <i>Macrodimensão Hermenêutica</i> .....	189
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>196</b>

<b>APÊNDICES .....</b>	<b>210</b>
<b>APÊNDICE I - PERIÓDICOS INCLUÍDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA <i>QUALIS</i> A1 .....</b>	<b>210</b>
<b>APÊNDICE II - PERIÓDICOS INCLUÍDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA <i>QUALIS</i> A2 .....</b>	<b>211</b>
<b>APÊNDICE III - PERIÓDICOS APÓS ITENS DE EXCLUSÃO <i>QUALIS</i> A1 .....</b>	<b>212</b>
<b>APÊNDICE IV - PERIÓDICOS APÓS ITENS DE EXCLUSÃO <i>QUALIS</i> A2 .....</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

O conhecimento científico moderno ainda tem se pautado no axioma cartesiano: “Penso, logo conheço” (Cogito ergo sum). Esta proposição foi veiculada pelo filósofo, físico e matemático francês René Descartes em seu trabalho “Discurso sobre o método” e “Meditações metafísicas”, no século XVII, que propunha como escopo estabelecer um método científico que não se baseasse nos sentidos, mas na racionalidade da existência. Ele propõe o método dedutivo como metodologia investigativa de uma pesquisa, que, partindo de observações minuciosas de um pesquisador, busca encontrar soluções através de seu raciocínio dedutivo. Essa metodologia de pesquisa, cartesiana, que perdura, há séculos, como uma construção técnico-científica, ratificada pelos modelos científicos difundidos na contemporaneidade, estabelece-se na ciência geográfica como um rigor científico, e ainda como forma de explicação e manutenção da vida do Homem. A permanência e a reprodução desse tipo de metodologia dita como única científica, tem corroborado para uma “desumanização da ciência”, por se pautarem no racionalismo – que significa desconsiderar outros saberes, de não menor importância, que a ciência e a própria tradição filosófica tem encarado como uma outra vertente, vinculada somente à arte e às vivências cotidianas, e não passíveis de serem compreendidas como saber científico.

Nas ciências sociais, como também na Geografia (Ciências Humanas), a constituição da ciência moderna, no final do século XVIII<sup>1</sup>, se estabeleceu a partir de um discurso marcado por um objetivismo vinculado ao saber racionalista, consolidado no método científico cartesiano. Nesse sentido, a racionalidade geográfica também tem se pautado nesta metodologia, que busca a explicação dos fatos do mundo a partir de uma lógica racional e instrumental.

Contudo, na contemporaneidade, a epistemologia científica tem reavaliado seu posicionamento perante as concepções que tem por base essa vertente, e retomado

---

<sup>1</sup> Cabe salientar que o corte epistemológico operado no “Iluminismo”, no tempo renascentista, dividiu a Idade Média, (ciência antiga), que se pautava em similitudes, para o tempo Moderno, em que Deus é retirado da centralidade compreensiva da pesquisa para fazer advir uma ciência explicativa.

a discussão de que nem tudo na ciência é determinado ou está cerceado pela dedução. Consideram-se, assim, que as artes, as religiões, as literaturas, as vivências, os saberes comuns, ditos de “senso comum”, o dia-a-dia, os ditos populares, as festas tradicionais, seriam ricos e vivos materiais que mostram uma abertura possível para se explicar e compreender o Homem, sua realidade e o real<sup>2</sup>.

Ao tomar o pensamento científico geográfico como objeto da nossa reflexão, a proposta do trabalho aqui apresentada celebra um fazer científico pautado nas vivências, recusando os sistemas acabados que definem *a priori* o objetivismo. Tal postura instaura uma perspectiva ágil, dinâmica que concebe a ciência como um constructo processual e inacabado, e por assim dizer, impossível de se acabar, no qual se aliam, se alimentam, se alteram reciprocamente entre um emaranhado de espaços de pensamentos, vivências e experiências. Nessa pressuposta *compreensão epistemológica*, o saber assume a tônica do viver, do autoral.

Essa tese tem como propósito compreender a Ciência Geográfica tal como é concebida até o momento, através de uma análise dialogada entre fenomenologia e existencialismo, apresentando uma análise sobre os discursos escritos da comunidade acadêmica sobre a Paisagem Geográfica, estabelecendo trajetórias que possam aproximar uma ciência humanística e crítica, e nesse sentido, contribuir para a incorporação desses saberes no saber da contemporaneidade.

É interessante ressaltar que é comum nos depararmos, em ambientes acadêmicos, com discursos críticos, sobre o humanismo, vinculados a doutrinas renascentistas, porém esse não é o único sentido a ele atribuído, que não será aderido neste trabalho. O humanismo é, também, de acordo com Grossi:

(...)tudo aquilo que propicia, promove e contribui para o acolhimento do Ser dos homens, das mulheres, das crianças, dos adolescentes e dos idosos na direção de uma autonomia humana pela busca dos sentidos e significados mais profundos da vida. Todo saber daí derivado referencia os saberes humanos como um projeto de realização do Ser para sua autonomia (GROSSI, 2007, p.16).

---

<sup>2</sup> Esses conceitos foram discutidos mais profundamente no capítulo um.

Assim, seria possível situar a geografia nessa dimensão humanística da ciência, contribuindo com argumentos que possam esclarecer questões que já se anunciam para se (re)pensar a ciência geográfica na contemporaneidade.

Outro ponto que é preciso salientar, que por vezes é eliminado na construção do saber científico moderno, é o Saber do Outro<sup>3</sup>. Do ponto de vista humanístico, aqui almejado, é necessário reconhecer o Outro, que nos interpela, traz alteridade, marcando nossas vivências e experiências com o mundo que nos cerca.

Pensando assim, de forma a determinar os rumos que o trabalho poderia nos levar, incursiona-se pelo modo de pensar sobre *as possibilidades de uma geografia fenomenológica existencial*, e, nesse sentido, seguindo um juízo reflexivo, é que indaga-se: Quais discursos são proferidos pela geografia na atualidade referentes à paisagem? Existe um discurso existencial nessas pesquisas? A geografia tem priorizado pesquisas humanistas sobre a paisagem?

Nesse sentido definimos quatro objetivos específicos:

- Analisar o discurso científico geográfico a respeito da categoria conceitual Paisagem;
- Verificar quais relações são estabelecidas com o conceito de Paisagem nos discursos científicos;
- Identificar o conceito prevalente de Paisagem;

Certamente, a partir desses questionamentos e direcionamentos, somos levados a investir nas reflexões epistemológicas e, possivelmente, ontológicas, uma vez que se trata de uma abordagem das investigações existenciais do ser-no-mundo e do ser-no-mundo-com-o-outro, em que buscar-se-á uma “*fenomenologia geográfica da paisagem*” de fundamento crítico, a fim de se pensar uma geografia da existência centrada no indivíduo e na sua condição enquanto ser-no-mundo-com-o-outro.

---

<sup>3</sup> O Outro será aqui compreendido através da visão Sartriana do outro enquanto conflito, no sentido em que representa duas perspectivas: a do ver, e a do ser visto. Ver é a dimensão de ser-para-si, do projeto de ser; e o Ser visto, é a dimensão de ser-par-o-outro, como perspectiva do olhar do outro. Nesse sentido, o outro há sempre de nos ver com determinado sentido, que nos identifica ou confere certa identidade, e ao mesmo tempo, o olhar do outro desvela uma dimensão na qual antes não nos ocupávamos, representando uma ameaça à liberdade, logo que foi nos apropriado um sentido, valor, ou mesmo uma nomeação, objetificação. Essa expressividade do ser é representada a partir da linguagem.

Para tal, será necessário um primeiro capítulo, destinado à apresentação da fenomenologia tradicional, onde nos preocuparemos com um levantamento sobre os processos epistemológicos, filosóficos e mesmo geo-históricos da fenomenologia e do pensamento existencial, colocando em pauta a quebra do paradigma clássico com as novas abordagens metodológicas no campo científico, trazendo, para a geografia, de que maneira essas novas abordagens e concepções da fenomenologia poderiam contribuir para a construção de novas pesquisas, e novos olhares para as categorias conceituais de análise geográficas.

Far-se-á necessário num segundo capítulo, adentrar a discussão sobre alguns pressupostos relacionados à filosofia e à ciência geográfica sobre a dimensão fenomenológica existencial, adotando-se um ponto de vista teórico conceitual mais denso, profundo e pontual. Num primeiro momento trataremos o aporte filosófico de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e sua teoria fenomenológica, com foco nas obras: *O ser e o nada*, e *O Existencialismo é um Humanismo*, *A imaginação*, *O que é a subjetividade?*; e o que nos interessará, nessa perspectiva, será trazer concepções clássicas do existencialismo e da fenomenologia sartriana, os conceitos de consciência e subjetividade, compreensão e explicação, narrativa e linguagem, em-si e para-si, Ser e aparecer, e do Ser do fenômeno, de caráter não somente existencial, mas também de cunho social, demonstrando como a fenomenologia existencial se envolve no saber geográfico.

Num segundo momento, de reflexão também teórica, abordaremos a filosofia de Gaston Bachelard (1884-1962), seus conceitos de imaginação e imaginário, instante e memória, razão e devaneio. Deve-se ressaltar que a epistemologia fenomenológica de Bachelard apresenta-se como uma filosofia na qual o conhecimento constitui-se por meio de aproximações contínuas entre os sujeitos, ou seja, o objeto não é mais dado, mas sim construído. Ele defende uma polaridade epistemológica, mostrando que, para se compreender a ciência contemporânea, é necessária uma visão polarizada: realista e idealista, empirista e racionalista, todas ao mesmo tempo, não significando isso um dualismo, mas o reconhecimento da dinâmica do conhecimento (dialética fenomenológica). Ele utiliza, também, o constructo dos quatro elementos físicos como fonte de análise do mundo, e apresentará uma ampla discussão a respeito desses elementos.

Num terceiro momento, adentraremos à epistemologia geográfica, refletindo sobre ela numa perspectiva da geografia essencial em seu plano investigativo – e aqui não ficaremos distantes do existencialismo filosófico. Abordaremos conceitos do homem enquanto centro das reflexões: o ser-no-mundo, o-ser-no-mundo-com-o-outro, como fundamentou Eric Dardel (1889-1967) na sua obra “*O Homem e a Terra*” (2011). O homem sendo, aqui, compreendido enquanto ele mesmo, um projeto livre face ao mundo circundante, em seu comportamento espaço-temporal, e passível de atribuir significados no uso de suas percepções existenciais únicas e intencionais. Não obstante, teremos como premissa maior, abordar uma “geografia vivida em ato” (DARDEL, 2011) – da existência à essência (SARTRE, 1978). E, nessa ótica, a análise da obra de Dardel revelar-se-á como imprescindível para se pensar uma geografia fenomenológica, que, em nosso entendimento, é a possibilidade de uma ciência das essências, lançando-se o olhar sobre a Paisagem. Nesse sentido, Dardel apresentará a Paisagem a partir da análise da hermenêutica do espaço e da ontologia geográfica.

A Paisagem será o foco do terceiro capítulo, onde far-se-á um diálogo sobre a categoria com as compreensões geo-históricas e escolas de pensamento, evocando uma interlocução com a abordagem teórica apresentada no capítulo 2, que, aliás, evocam um combinar de aspectos existenciais do homem-no-mundo, isto é, um elucidar, um revelar, um desvendar, e um experienciar da Paisagem.

Num quarto capítulo, faremos a interlocução da possibilidade de análise epistemológica, com uma abordagem prática centrada no *Estado do Conhecimento*, de caráter bibliográfico e empírico, assumindo como desafio, mapear e discutir a produção acadêmica brasileira em periódicos pré-selecionados, e que aborde e problematize sobre os conceitos de Paisagem, Geografia Humana e Humanista, Fenomenologia e Existencialismo, dentre outros conceitos. A ideia foi elucidar e decodificar quais aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares nessas abordagens, bem como tentar explicar de que formas e em que condições teriam sido produzidas as contribuições científicas contempladas pelos periódicos. Isso nos parece necessário, uma vez que, caso condicionássemos a discussão apenas ao plano existencial do homem, correríamos o risco de permanecer nas reflexões ontológicas, ou ainda, numa descrição interpretativista.

No quinto, e último capítulo, incursionamos a produção de Mapas Conceituais e de Significação Linguísticos a fim de apresentar uma análise completa sobre os discursos da comunidade científica, ampliando possibilidade metodológicas de análise. Portanto, a ideia foi apresentar uma metodologia fenomenológica para se analisar os discursos da Paisagem e, ao mesmo tempo, analisar como as discussões paisagísticas estão sendo utilizadas, em qual contexto, onde, e em qual quantidade, ao longo do tempo. Nota-se que, na ciência geográfica brasileira, o investimento em trabalhos teórico-fenomenológicos é ainda tímido, causando-nos, conseqüentemente, dificuldades na obtenção de referências, mas, por outro lado, concedendo-nos possibilidades de amplo estudo. Quem tem contribuído mais para o desenvolvimento destas discussões, vinculadas à percepção, são os geógrafos humanistas, que, já na segunda metade do século XX, alicerçaram seu arcabouço teórico numa perspectiva dos sentidos e do mundo vivido.

Ressalte-se que, revelar o potencial existencialista fenomenológico, sua utilização e seus parâmetros no saber geográfico é o que essencialmente move a proposta deste texto. Mas isso, absolutamente, não quer dizer que apresentaremos respostas ou conclusões definitivas; estamos longe disso; pretende-se, unicamente, levantar questões e indagações, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de debates que permeiam o saber geográfico humanista, contribuindo, ainda, para analisa-lo no contexto brasileiro, e problematizando sobre concepções atuais sobre a geografia existencial.

Pretende-se, nesse sentido, propor um novo olhar, sobre a Paisagem e uma nova metodologia de análise, a partir de uma Atitude Fenomenológica. E, assim, passarmos a refletir: como (*re*)pensar a perspectiva fenomenológica no pensamento geográfico, como a fenomenologia pode contribuir para o avanço da ciência geográfica e, não menos, para a expansão e diversificação de possibilidades pedagógicas geográficas.



## CAPÍTULO 1 - O DISCURSO CIENTÍFICO EXISTENCIAL E O PARADIGMA DA FENOMENOLOGIA TRADICIONAL

*“A verdade não ‘habita’ apenas o ‘homem interior’, ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. Quando volto a mim a partir do dogmatismo do senso comum ou do dogmatismo da ciência, encontro não um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito consagrado ao mundo” (Merleau-Ponty, 1999, p.6).*

Desde os tempos iniciais da cultura ocidental, a reflexão sobre o homem, evidenciada pela interrogação fundamental *o que é o homem*, permanece no centro das mais variadas expressões da cultura, seja na ciência, na filosofia, na literatura, na política, ou mesmo nas vivências cotidianas. Nela emerge essa singularidade própria do homem que é a de ser o interrogador de si mesmo e por meio da qual se abre para o mundo exterior.

Nenhuma outra reflexão revela-se tão fascinante quanto o conhecimento da realidade humana. E ressalte-se que as diferentes épocas e contextos históricos foram projetando, com insistência, sua imagem interpretativa do ser humano e, em consonância com ela, proclamaram os correspondentes códigos de conduta moral, principalmente os vinculados aos direcionamentos e postulados da Filosofia. E, de modo particular, a partir da Modernidade, o humanismo foi proposto como a condição de possibilidade do Conhecimento verdadeiro e como referência necessária para a vida e o fazer social.

Atualmente, no entanto, não faltam vozes que proclamam o *mito do humanismo* que precisaria ser questionado veementemente como um “impossibilitismo” científico e da vida moderna, e, por conseguinte, deveria ser extinguido. É relevante assinalar que a frequente desumanização do nosso mundo tecnificado gerou, em muitos filósofos atuais, a recusa da tradição humanista, o que indicaria e pressagia, *a priori*, o pronto “desaparecimento e morte do ser humano” na ciência, logo que para eles, as

construções sociais totais seriam as únicas vertentes capazes de delinear os contextos sociais da vida do homem.

A postulação desse caráter dicotômico e enigmático da condição existencial humana oferece uma justificativa para se defender, racionalmente, a excelência do humanismo diante de inúmeras aviltações – cosmológicas, biológicas, psicológicas-, às quais se viu submetido o ser humano, especialmente a partir do desenvolvimento progressivo da ciência. Ele se encontrava envolvido, sem apenas dar-se conta, na paradoxal confrontação entre a *idealismo absoluto hegeliano* e a *racionalidade funcional kantiana*.

Kant e Hegel se configuram, nessa perspectiva, como pilares da filosofia moderna, logo que Kant promove aquilo que pode ser chamado de teoria do conhecimento, colocando o sujeito no centro do modo de conhecer; e Hegel, toma a novidade kantiana e a reformula como um sistema organizado voltado para o Espírito como um todo efetivo, configurado numa figura de *Deus* e promovendo, assim, a superação do dualismo sujeito-objeto bem como levando toda a configuração da filosofia como histórica.

Tanto Kant como Hegel podem ser rotulados como racionalistas, o que inclui ambos na perspectiva idealista. Porém, de acordo com Novelli (2008, p.52), Hegel é um idealista, mas um idealista dialético, pois, ele não desconsidera o realismo e se opõe à filosofia kantiana, à filosofia transcendental. Nesse sentido, Kant pode ser qualificado como um idealista transcendental, considerando que o seu tipo de conhecimento é resultado do dualismo entre o sujeito, que não tem acesso direto ao objeto, e o objeto, que é construído pelo sujeito, ou seja, o sujeito está atento a como ele conhece o objeto e só o apreende como aparência, ou seja, como fenômeno.

É interessante notar que Kant separa Sujeito e Objeto, justificando que é o Sujeito quem conhece o objeto e este é o Objeto para o Sujeito e não o Objeto em si mesmo, ou seja, o Objeto é uma construção do Sujeito, e o próprio mundo é uma construção subjetiva. Ao contrário, Hegel mostra que Sujeito e Objeto estão inter-relacionados, não havendo separação entre o interior e o exterior, pois, todo o real é racional, afirmando o exterior pelo interior e vice-versa. (NOVELLI, 2008, p.52) A relação, em Hegel, entre o externo e o interno produz identidade; a diferença entre um

e outro produz identificação; e o indivíduo somente em si, nada é. Portanto, a superação do dualismo mostra a preocupação de Hegel com a reconstrução do Todo – uma preocupação com um sistema.

Para Hegel, o Sujeito deve abarcar o absoluto do Objeto, conhecer a própria coisa nela mesma, pois, o correlato do Sujeito é o Objeto e deste é o Sujeito, eles seriam interdependentes, portanto, Sujeito e Objeto são correlatos, participativos. E Hegel busca superar a dicotomia Sujeito/Objeto por meio da dialética enquanto negação e suprassumo do Sujeito e do Objeto. O Sujeito é o Objeto e vice-versa, o Objeto nega o Sujeito, que se reconhece em um ser, outro, distinto dele, mas que é ele mesmo para-si. Ou seja, o Sujeito se exterioriza no Objeto, enquanto este supera a interioridade desse mesmo Sujeito, que guarda em si o conceito do Objeto efetivo, quando realizado dentro da relação Sujeito/Objeto, tomada dialeticamente (NOVELLI, 2008, p.53).

Segundo SCHNÄDELBACH (1991, p.49), Hegel busca mostrar que Kant reduz a razão ao entendimento, permanecendo no campo do pensamento subjetivo, e negando a possibilidade de conhecer o que é em si mesmo. Ou seja, sem levar em consideração o historicismo, o que não é válido para Hegel, tanto que, para ele, não se pode conhecer algo, sem o ter vivenciado.

Para Kant, a faculdade do entendimento conhece somente o Objeto tal como aparece, uma vez que o múltiplo da sensibilidade é abarcado pelas formas puras da sensibilidade sensível (espaço e tempo) e, através das categorias do entendimento, esse material é organizado e passível de ser conhecido. (NOVELLI, 2008, p.54). Nesse sentido, há algo que pode ser Conhecimento, mas esse algo é o que aparece do Objeto, restando, ainda, um Objeto que não é conhecido em si mesmo, uma vez que o Sujeito constrói, para si mesmo, uma representação do objeto, uma representação como fenômeno.

[...] o entendimento, quando em uma relação, denomina um objeto de fenômeno, forma-se, ao mesmo tempo, fora dessa relação, ainda uma representação de um objeto em si mesmo, e, por isso, se representa que possa formar-se conceitos de tais objetos; e, visto que o entendimento não fornece senão a categoria, o objeto nesta última significação deve, pelo menos, poder ser pensado mediante estes conceitos puros do entendimento. Através disso, contudo, é seduzido a tomar o conceito totalmente indeterminado de um ente do entendimento – enquanto um algo em geral fora da nossa sensibilidade – por um conceito determinado de um ente, que

poderíamos conhecer de algum modo pelo entendimento. (KANT, 1983, p. 158).

Nota-se que o entendimento determina o Objeto como fenômeno e, ao mesmo tempo, há uma representação de um objeto em si mesmo, mas que está fora da relação do que é possível de ser conhecido. Assim, compreende-se que o fenômeno kantiano é aquilo que aparece da *coisa em si mesma*, a qual não pode ser conhecida, mas ao menos pode ser pensada.

Na filosofia kantiana, os sentidos apreendem os objetos e o entendimento representa como fenômenos. Esses objetos são determinados mediante ligação entre sensibilidade e entendimento, pois, se essas duas faculdades estivessem separadas, a intuição seria vazia, ou de conteúdo (sensível) ou de forma (conceitos) e, não haveria nenhum objeto para ser conhecido. Para Kant:

(...) os sentidos representam-nos os objetos como aparecem, o entendimento, porém, como são (...) somente ligados entendimento e sensibilidade podem determinar objetos em nós. Se os separamos, possuímos intuições sem conceitos ou conceitos sem intuições, em ambos os casos, porém, representações que não podem referir-se a nenhum objeto determinado (KANT, 1983, p. 161).

O dualismo kantiano entre fenômeno e *coisa em si* aparece em Hegel como conhecimento parcial da realidade, já que conhecer é conhecer algo determinado, e o fenômeno, para Hegel, é ser essência, pois, a essência é o que existe, e o que existe é fenômeno. Com a *coisa em si* acontece algo semelhante, pois, ao afirmar que ela existe, mas não pode ser conhecida, Kant estaria criando um Objeto com dois lados distintos da mesma coisa, pois, são a mesma essência (SCHNÄDELBACH, 1991, p.18). Mas, nesse sentido, Hegel diverge de Kant afirmando que seu racionalismo não é suficiente, já que a razão do conhecimento não abarca a *coisa em si*, que é o próprio fundamento da aparição do fenômeno. Com isso, Hegel afirma que a *coisa em si* é:

(...) abstrata reflexão-em-si, a que se adere contra a reflexão noutra e contra as determinações diferentes em geral como base das mesmas (Hegel, 1988, p. 163).

O autor ainda interpreta a *coisa em si* como algo abstrato, sem conteúdo, ou seja, a *coisa em si* é algo vazio. Ela que é dada como existente, é impossível de ser conhecida, e mostra que as categorias – conceitos puros do entendimento –, são insuficientes para se conhecer o que está além daquilo que é possível determinar.

As categorias são, pois, incapazes de ser determinações do Absoluto, o qual não é dado numa percepção; e o entendimento ou o conhecimento mediante categorias é, pois, impotente para conhecer as coisas em si. (HEGEL, 1988, p. 105).

Assim, tem-se que, de acordo com Hegel, a *coisa em si* é uma abstração do pensar, impossível de ser conhecida por meio das categorias; o que indicaria para ele, uma falha na teoria do conhecimento kantiano, que se coloca como racional; contudo o entendimento não seria capaz de conhecer a *coisa em si*, pois, ao representar um fenômeno, o entendimento deve pensar a *coisa em si* que se dá a representar.

As *categorias kantianas* são como formas que devem apreender o múltiplo da sensibilidade, determinando conceito, os quais possuem uma representação sensível e promovem o conhecimento. Já em *sentido hegeliano*, as *categorias* são reveladas ao sujeito durante o movimento que ele empreende ao conhecer a realidade; elas seriam constituídas, assim, num movimento dialético, uma vez que elas são a forma e o conteúdo desse movimento como determinações inerentes ao desenvolvimento interno do conceito. E o conceito exteriorizado revelaria a verdade e a sua efetivação, criando um sistema que pretenderia “dar conta de tudo”, inclusive de si mesmo (SCHNÄDELBACH, 1991, p.19).

É interessante notar que esse caráter sistemático e absoluto da realidade, condiz com a afirmação de Hegel, de que “todo real é racional e todo racional é real” e expresso num idealismo absoluto, caracterizado pelas postulações das três teses hegelianas – *a unidade do pensamento e ser no absoluto; a unidade da verdade, bondade e beleza no absoluto; a ciência do absoluto como sistema filosófico* (SCHNÄDELBACH, 1991, p.16)-, e que marca todo um período filosófico, em que altera a forma como se pensava a respeito do homem, e as suas essências, refletindo também na forma de se “fazer ciência” (SCHNÄDELBACH, 1991, p 87).

No período hegeliano, Filosofia e Ciência usavam o método dialético para produzir conhecimento, e, assim, tentar dar respostas às indagações do ser humano. Sua filosofia, e, mais especificamente, seu método, eram compreendidos como a filosofia possível. Depois de Hegel, Filosofia e Ciência passam a apresentar uma diferença notável, uma vez que a *Ciência* passa a diferenciar-se essencialmente de *Filosofia*. Como marco específico desse período, a cientificidade, necessariamente, passa a ser vista como algo que deveria ser conquistada a partir do processo de

desligamento da Filosofia, em especial do idealismo, passando a exigir o abandono das pretensões da filosofia hegeliana, ou seja, sua implicação científica.

Foi desse modo que a filosofia teve seu objeto de estudo tutelado pelas demais áreas de Conhecimento no processo de dinamização das Ciências em relação à Filosofia, ocasionando uma crise de identidade, em que a filosofia, *a priori*, perde seu objeto de estudo, passando a ser acusada de impraticável ou sem fundamento.

Depois de Hegel, a ciência deixou de reagir aos impulsos filosóficos, ou o fez de forma indireta. Em todos os aspectos do conhecimento, incluído o normativo, se considerou autossuficiente. Com isso a atividade filosófica entrou em uma triste etapa em sua história, obrigada a provar em cada momento não já a sua necessidade, senão seu próprio direito de existir. A contínua exigência da legitimidade mergulhou a filosofia em uma evidente crise de identidade e a arrastou a numerosas tentativas de superação (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 88).

Essa crise de identidade filosófica significou, ainda, o esvaziamento da Filosofia no que concerne a seus objetos de estudo e, concomitantemente, a seu campo sistemático filosófico, e, nesse contexto, a dialética hegeliana deixa seu apogeu, passando também a ser refutada pelas ciências. E assim, a filosofia passa a ser acusada de não corresponder às pretensões de uma “dita cientificidade”, por ser totalmente especulativa. Seria necessário, portanto, um outro elemento característico para a atividade científica ser reconhecida como tal, pois, assim, passaria a ser visto como necessário, que todo o conhecimento produzido devesse ser passado por um crivo de comunidades (inter) subjetivas, ou ainda, uma comunidade científica (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 120).

Para os cientistas, o caráter essencial de uma ciência contemporânea é o seu caráter empírico, tendo como foco a experiência. E assim, para que o conhecimento seja reconhecido como científico, seria necessário que ele fosse comprovado ou mesmo experimentado. Além desse condicionante, verifica-se que outros elementos relativos à filosofia, como a questão da Verdade e do Conhecimento (o qual, até Hegel era visto como atemporal), passam por um processo de temporalização com a dinamização das ciências. E ressalta-se, nesse sentido, que...

O processo de dinamização promovido pelo empirismo situou, numa posição central, o fator tempo. Pois a ciência, entendida como totalidade em constante mudança e crescimento, constitui um sistema aberto ao futuro. Até o século XVIII, pelo contrário, a inovação era hostil ao conceito de ciência ou sistemas estáticos de verdades incontrovertíveis. Hegel se pronunciou contrariamente em adjetivar a verdade em termos de “velha” ou “nova” e, em geral, contra

qualquer ponto de vista temporal. A verdade era, assim, o permanente; somente nossa própria consciência da verdade podia ser expressa sob o aspecto temporal. Contudo, há em Hegel, uma certa temporalização da ciência, que vai mais além do que caberia imaginar dentro de sua posição tradicional (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 113 –114).

No século XIX, as ciências<sup>4</sup> começaram a obter resultados satisfatórios sem a utilização da dialética de Hegel, parecendo então ser desnecessária a presença da filosofia. E, com isso, foi-se ampliando gradativamente o distanciamento entre a filosofia e a ciência.

Ademais, observa-se, nesse período, o compromisso assumido pelas ciências com o desenvolvimento tecnológico e industrial, tornando o conhecimento em fruto da ciência. Vale ressaltar que o conhecimento científico não sustentaria, com suficiente segurança, a concepção de verdade pragmática nos moldes do que se almejava, até então, na Filosofia. Nesse contexto:

A ciência tende a resolver, por ensaios e erros, os “enigmas” do mundo e é algo imperfeita, ainda que continuamente aperfeiçoável. É um agregado de conjecturas, de preconceitos, de antecipações prematuras e de “hipóteses arriscadas”, que por sorte são constantemente submetidas ao controle da comunidade científica. O conhecimento não deve mais perseguir por ídolo deletério do conhecimento absolutamente certo, objetivo, definitivo (BODEI, 2000, p. 137).

Em vista disso, a Filosofia chega ao final do século XIX numa profunda crise de identidade, sem ter claro quais seriam seus métodos, ou mesmo seus objetos, se é que eles ainda estavam ali, logo que essa seria uma visão kantiana de pensamento. Não obstante, o que marca o início da Filosofia no século XX são as tentativas, por parte dos filósofos, de reabilitá-la (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 132).

E é assim que os filósofos se identificam com a crise, derivada do conhecimento de que existiam problemas estruturais na filosofia, embora não possuíssem, até então, métodos para resolvê-los. Foi então que a Ciência se apoderou do(s) objeto(s) que outrora pertenciam somente à Filosofia, remetendo-a a um novo processo de autorreflexão, o que geraria indagações que cerceariam o enfrentamento de questões concernentes a pensamentos sobre o Homem, e sua existência do que, outrora, somente a filosofia poderia dar conta.

---

<sup>4</sup> A Ciência passa a ser o conhecimento produzido conforme o método das ciências naturais: o método hipotético-dedutivo (PAIVA, 2005, p.19).

Frente a essa problemática, uma das tentativas de reabilitação da Filosofia materializou-se na busca da fundamentação. E a Fenomenologia, nesse contexto, na figura de seu fundador, Husserl<sup>5</sup>, demarca essa questão, de que nenhuma ciência é capaz de auto-fundamentação, como a Filosofia o é.

É nesse cenário que a Filosofia renasce como epistemologia, isto é, a Filosofia passa a ser a única a constituir o fundamento das ciências (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 132). Desse modo, contrariamente ao que se vinha observando, a Filosofia passa a demonstrar que as ciências não possuem bases sólidas e seguras para a edificação de um conhecimento verdadeiro. E isso acontece porque seus resultados não são indubitáveis ou seguros, mas porque podem estar carecendo de fundamentos existenciais.

Foram essas circunstâncias, essa falta de fundamentação das ciências, o que fez Husserl consumir boa parte da sua vida tentando fazer da Filosofia uma ciência que pudesse examinar rigorosamente a possibilidade do conhecimento científico<sup>6</sup>, ao estudar as bases, os resultados e métodos das ciências. Portanto, a filosofia retorna, assumindo esse papel primordial, de fundamentação das ciências. (SCHNÄDELBACH 1991, p.245). Talvez, por isso, tenha sido importante, nesse momento, o rigor adotado por esta nova concepção de filosofar, que originou uma fenomenologia rígida e bem direcionada, marcada para o subjetivo e intrínseco modo de refletir e como algo que necessitava ser pontuado e definido nesse processo de transição e demarcação, quase territorial, da Filosofia ou mesmo da forma de filosofar.

É assim que a filosofia ressurgiu como discussão do fundamento das ciências, sendo compreendida, inicialmente, como epistemologia e implantando uma discussão metodológica com as ciências naturais e do espírito, além de assumir papel primordial

---

<sup>5</sup> Ainda que encontremos referências ao termo fenomenologia em pensadores do século XVIII - como Lambert (1728-1777), Kant (1724-1804) e Fichte (1762-1814) - ou mesmo na famosa obra de Hegel *Fenomenologia do Espírito*, no início do século XIX, a fenomenologia, tal como hoje a entendemos, foi proposta inicialmente por Edmund Husserl (1859-1938), no fim daquele século, como um novo método de fazer filosofia, uma tentativa de trazer a filosofia das especulações metafísicas abstratas para o contato com os problemas reais, com a experiência vivida e concreta. Inspirada na Psicologia Descritiva de Franz Brentano (1838-1917), que foi professor de Husserl, a fenomenologia foi desenvolvida por sucessores deste, tornando-se uma das grandes correntes filosóficas do século XX (MOREIRA, 2010, p.723).

<sup>6</sup> Merleau-Ponty, ao se referir a postura de Husserl frente a esta situação, declara: "O desejo de encontrar um novo fundamento para as ciências, certamente pesou bastante na sua decisão pela busca de uma pesquisa filosófica radical" (1973, p. 15).



de rever as bases em que as ciências se apoiam, verificando se elas são seguras ou não. Com Husserl, a filosofia recomeça com novo método e objeto(s) de estudo. (SCHNÄDELBACH 1991, p.247). Ressalta-se que parte dos filósofos, e posteriormente dos demais cientistas, que virão depois de Husserl, utilizarão o método e conceitos por ele estabelecidos, o que oferece para a filosofia novo fôlego na contemporaneidade. Nesse momento:

(...) já se encontra uma fenomenologia, em sentido filosófico, pois, ao analisar a estrutura do sujeito e das funções do espírito, ele estabelece que o conhecimento se reduz ao que aparece, isto é, a fenômenos. Hegel usa o termo na sua obra *Fenomenologia do Espírito*, entendendo a fenomenologia como ciência da experiência e da consciência. É em Hegel, portanto, que o termo entra definitivamente na tradição filosófica. A diferença fundamental entre a fenomenologia de Hegel e a de Kant reside na concepção das relações entre o fenômeno e o ser ou o absoluto. A fenomenologia de Husserl, brotada durante a crise do subjetivismo e do irracionalismo, ficou conhecida como movimento filosófico, marcando diversas correntes da filosofia contemporânea, principalmente a ontologia de Martin Heidegger e a fenomenologia da existência de Merleau-Ponty. Para Husserl, a fenomenologia é uma ciência sem a qual não seria possível existir nenhuma filosofia (LIMA, 2014. p.11).

E a fim de oferecer tal recomeço e suporte, a fenomenologia deveria pensar numa ciência fundadora que tivesse o caráter de ciência rigorosa e, ao mesmo tempo, inovadora, capaz de estabelecer bases seguras para o conhecimento filosófico e para as demais ciências.

Matemático por formação, Husserl queria, aliás, contribuir com uma base sólida para a fenomenologia, resultando numa aproximação dele com Brentano<sup>7</sup>, que o colocou em diálogo entre a filosofia e a psicologia, ciência essa recentemente fundada como autônoma (FARBER, 2012, p.236). De Brentano, Husserl herda o conceito-chave de *intencionalidade*, o qual se tornaria o princípio motor da fenomenologia.

A Psicologia, em sua fase inicial - anterior ao momento de sua busca de independência científica - servia-se de toda a Filosofia, da qual era oriunda. Isso fez com que essa nova ciência, ao se tornar autônoma, adentrasse ao campo que, até então, era filosófico, e aspirasse ocupar essa nova função. Foi nesse sentido que a

---

<sup>7</sup> Franz Brentano (1838 – 1917). Foi o mestre de Edmund Husserl, sendo um dos precursores da fenomenologia. Ele é mais conhecido por reintroduzir o conceito escolástico da intencionalidade na Filosofia e proclamá-la como a marca característica dos fenômenos psíquicos. Seus ensinamentos, especialmente sua Psicologia descritiva, influenciaram o movimento fenomenológico no século XX. O significado das contribuições de Brentano para a Filosofia e a Psicologia contemporâneas é ainda estranhamente subestimado. A fenomenologia seria inconcebível sem ele. Ele foi o mestre de Husserl, influenciando, também, Scheler e Heidegger (BORIS, 2011. p. 193).

Psicologia buscou responder o problema da fundamentação de todo o conhecimento, o que ficou conhecido como um novo movimento, o *psicologismo*. E Husserl inclinasse a tal tendência, assim como outros pensadores, como Merleau-Ponty, e mesmo Sartre, que depois decidem, contudo, dedicar-se mais especificamente à filosofia.

Mas a crítica de Husserl ao Psicologismo <sup>8</sup> se deve ao conjunto de fatores a partir dos quais a tendência psicologista sustentava que a lógica seria uma disciplina puramente psicológica, as leis lógicas, seriam reduzidas a experiências subjetivas e a processos psíquicos (COLOMER, 1990, p. 369); pois em consequência disso, o psicologismo, aderindo a um naturalismo, tratava algumas questões conceituais como verdade, significado e consciência, questões estas que possuem caráter de necessidade e universalidade, embora de modo relativo, pois assumem como característica basear nos fatos empíricos todo seu conhecimento, bem como os conceitos que envolvem a lógica e suas leis (FARBER, 2012, p.237). É assim que o psicologismo pretendia reduzir os conceitos universais e ditos necessários a processos psíquicos contingentes e particulares, diferentemente da universalidade hegeliana dos processos absolutos. Segundo Colomer, para o psicologismo:

as leis lógicas eram, a seus olhos, meras leis indutivas, leis de fatos da consciência, fundadas no costume e em certos hábitos da economia mental. Seu fundamento não era, pois, objetivo, senão psicológico, e sua pretendida evidência uma sutil imposição. Em uma palavra, o psicologismo reduzia a lógica à psicologia. Em consequência, a noção de verdade se volatilizava, já que se fazia relativa a um modo meramente de ser (COLOMER, 1990, p. 370).

É nesse sentido que, se acredita que todas as ciências ou disciplinas que trabalham com o Conhecimento necessitam fundamentar suas teorias, ou mesmo, o próprio Conhecimento, no pensamento, através da realização de atos psíquicos. O psicologismo, analogamente às demais ciências, pretendia ser ciência fundadora e deveria oferecer as condições últimas a todas as outras, uma vez que todas trabalham com atos psíquicos. Carmo ressalta como era o pensamento da época em relação a essa questão:

O raciocínio geral era mais ou menos este: afinal, a lógica, a filosofia e qualquer outra ciência são inconcebíveis sem pensamento, sem atividade psíquica ou consciente; numa palavra, sem atos psíquicos. Todas as ciências

---

<sup>8</sup> Neste trabalho, nos ocuparemos primeiramente do psicologismo, pois foi especialmente com ele que Husserl teve que dialogar no começo da formulação de seu pensamento filosófico, o que também influenciará a construção do pensamento e teoria de Sartre, Bachelard e posteriormente Dardel, que abordaremos ao longo deste trabalho.

implicam em atos psíquicos. À psicologia, portanto, deverá caber a honra de apresentar os fundamentos últimos de todo saber humano, ela, justamente, que pesquisa esses atos. Eis a atitude psicologista (CARMO, 1974, p. 12-13).

Nesse sentido, Husserl afasta-se da Psicologia, ao perceber que ela não o ajudaria a compreender o homem e o mundo da maneira como ele almejava, a partir da intencionalidade das ações. A psicologia, por se tratar de uma ciência, até então empírica, seria contingente por natureza. Husserl percebe, naquele momento, que elementos universais, verdadeiros e *apodíticos*<sup>9</sup>, que seriam as características principais de uma ciência rigorosa, não poderiam ser encontrados na Psicologia. Pois vale ressaltar que uma ciência experimental não pode ser o fundamento das demais ciências, pois, sendo uma ciência contingente, também haverá de ser fundamentada (CARMO, 1974, p. 13).

Desse modo, Husserl percebe que a psicologia é relevante, enquanto estuda os atos psíquicos, mas quando se trata do estabelecimento de fundamentos epistemológicos, ela falha, sobretudo em termos de sua auto-fundamentação, uma vez que não se pode explicar o empirismo a partir dele mesmo.

Outra característica da tendência psicologista consistia em confundir o ato psíquico com o seu conteúdo. Para tal tendência, a aritmética e os conceitos lógicos reduzir-se-iam a fatos psíquicos, pois são atitudes de causalidades psicológicas. Assim, Husserl parte do pressuposto que, *“por muito que os conceitos matemáticos sejam psicológicos em sua origem, as leis, que por eles se expressam, não são psicológicas, não dependem da concepção psíquica do homem”* (COLOMER, 1990, p. 374). Nesse sentido, Carmo afirma:

As leis matemáticas puras não são objeto da psicologia; as entidades matemáticas escapam a seu domínio e fogem de seu interesse. O psicólogo pode perfeitamente prescindir de tal conteúdo; nem é mesmo capaz, como psicólogo, de responder por exemplo à pergunta: o que é um número? É que os números, as somas, os produtos, etc, se distinguem claramente dos atos de contar, de somar, etc. O número 5 não se confunde com meu ato de contar 5; possui ele uma certa necessidade lógica, uma certa idealidade, um certo

---

<sup>9</sup> Apodítico: Do grego *apodeiktikós*, demonstrativo. Modalidade do juízo que é necessário de direito, exprimindo uma necessidade lógica, não um simples fato. "Os juízos são problemáticos quando admitimos a afirmação ou a negação como simplesmente possíveis (arbitrárias); são assertóricos quando os consideramos como reais (verdadeiros); e apodíticos quando os consideramos como necessários" (Kant). Assim, um juízo apodítico representa a característica de universalidade e de necessidade (JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008).

apriorismo que o torna independente do meu ato de contar (CARMO, 1974, p. 13-14).

Para enfrentar tal questão (atos psíquicos *versus* conteúdo), Husserl evoca a intencionalidade<sup>10</sup>, elemento desconhecido pelo psicologismo. Pois para o filósofo, a intencionalidade se revela como característica fundamental da consciência. É dessa forma que o filósofo efetua uma distinção conceitual entre ato psíquico e o conteúdo do pensar. Ao primeiro termo, Husserl chama de noesis; e ao segundo de noema.

Os “modos” existenciais como “existência certa, existência possível ou suposta” etc., ou, ainda, os “modos temporais subjetivos”: existências presentes, passada, futura. Essa direção da descrição chama-se noemática. A ela se opõe a direção noética. Ela se refere às modalidades do próprio cogito, por exemplo àquelas da consciência, como percepção, lembrança, memória imediata, com as diferenças modais que lhe são inerentes, como clareza e a distinção” (Husserl, 2001, p. 54).

A relação intencional entre os dois termos (noesis/noema) consiste em um estar conectado ao outro, ou seja, somente é possível a noesis, existindo seu correlato noema e vice-versa. Em outras palavras, somente existe consciência como consciência de algo. O objeto somente tem significado para uma consciência que o mira. Não obstante, isso não significa que o noema e a noesis (objeto e consciência) sejam a mesma coisa, no sentido pensado pelo psicologismo.

Contudo, a intencionalidade só alcança propriamente seu objeto se for combinada pela *epoché*<sup>11</sup> (redução fenomenológica), que é a técnica por meio da qual a consciência põe o mundo entre parênteses, de modo a criar as condições para que ela intencione o objeto do modo mais direto possível. Colocar entre parênteses é fazer com que a atitude do filósofo se abstenha de assumir as ideias preconcebidas em relação ao objeto, quaisquer que sejam elas.

O primeiro passo do método fenomenológico consiste em abster-se da atitude natural, colocando o mundo entre parênteses (*epoché*). Isso não significa negar sua existência, mas metodicamente renunciar ao seu uso. Ao analisar, após essa redução fenomenológica, a corrente de vivências puras que permanecem, constata que a consciência é consciência de algo. Esse algo chama de fenômeno (ZILLES, 2007, p.218).

---

<sup>10</sup> “A palavra intencionalidade não significa nada mais que essa particularidade fundamental e geral que a consciência tem de ser consciência de alguma coisa, de conter, em sua qualidade de cogito, seu cogitatum em si mesma” (Husserl, 2001, p. 51).

<sup>11</sup> Epoché é um termo tomado do ceticismo grego que significa a retenção que o cético dizia que deveríamos ter em relação a nossos juízos sobre as coisas. (Robert Sokolowski, Introdução à Fenomenologia, Tradução de Alfredo de Oliveira Moraes, São Paulo: Loyola, 2012, p. 58).

A redução fenomenológica remove todas as certezas do senso comum, bem como os símbolos e teorias científicas acerca dos fatos e dos objetos do mundo. Ela é, nessa perspectiva, um procedimento aplicado sobre a nossa consciência ordinária, com o objetivo de anular ou remover todas as crenças e explicações causais acerca das coisas. Ela apenas procura suscitar a questão das formas (*eidós*<sup>12</sup>), vindo a propiciar o saber das essências, das vivências e das experiências.

Pois para Husserl, não existe consciência em si mesma. Toda consciência estaria dirigida para um conteúdo, um *noema*. Esse conteúdo, o conteúdo do pensamento, as sensações, por exemplo, são vividas; e os objetos estão idealmente presentes nesses conteúdos. Esse vivido revelaria a estrutura imanente da consciência, ou seja, seriam as vivências da consciência que impulsionariam a *noesis* para o *noema* e mostrariam que não existe uma consciência fechada em si mesma, mas “consciência de” (Husserl, 1992, p.28). Assim, por exemplo, quando percebemos (ato psíquico perceptivo – *noesis*) uma xícara de café, visamos algo, que é xícara de café, enquanto percebida (conteúdo noemático).

Ao se referir à questão das vivências da consciência, o filósofo afirma que a vida da consciência se encontra em fluxo permanente:

(...) sem dúvida, a vida da consciência encontra-se em fluxo, e todo o cogito se insere numa corrente, sem elementos últimos e relações últimas fixáveis (HUSSERL, 1992, p. 29).

Depraz (2007), aliás, afirma que a originalidade da proposta husserliana gira em torno da noção de vivência, ou em língua alemã, *Erlebnis*<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> O *eidós* é a essência pura. Ver referência bibliográfica: Edmund Husserl, *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*, tradução Márcio Suzuki, São Paulo: Ideias & Letras, 2006, p.38.

<sup>13</sup> A ocorrência da palavra vivência, *Erlebnis*, aparece no vocabulário alemão, pela primeira vez, a partir da primeira metade do século XIX, e ganha estatuto filosófico só em meados do mesmo século. Substantivado a partir do verbo *erleben*, *Erlebnis* significa "estar ainda presente na vida quando algo acontece", e seu uso linguístico geral remonta à literatura de caráter biográfico que surge inicialmente com o texto de Dilthey sobre a vida de Schleiermacher.

O uso geral da palavra *Erlebnis* originalmente possui três aspectos principais: 1) vivência tem o caráter de ligação imediata com a vida (*Unmittelbarkeit*), de modo que não se vivencia algo através do legado de uma tradição e nem através de algo de que "se ouviu falar", mas sim *Erlebnis* "é sempre vivenciada por um Si" efetivamente, "cujo conteúdo não se deve a nenhuma construção"<sup>4</sup>, por isso o caráter de "imediatez" da vivência com a vida. 2) Além disso, o que é vivenciado deve ter uma intensidade de tal modo significativa, cujo resultado confere uma importância que transforma por completo o contexto geral da existência: "Ao mesmo tempo, a forma 'o que se vivenciou' " classifica o que, no curso da vivência imediata, ganhou duração e *significabilidade* para o todo de um contexto de vida, enquanto seu produto mediato". Que alguém ainda tenha que vivenciar algo significa não apenas que esse

No fundo, é em torno à noção de “vivência” (*Erlebnis*) que se cristaliza a originalidade do projeto husserliano. Nem conteúdos, nem estados, nem atos da consciência, as vivências de um sujeito formam a textura imanente de sua consciência, pela qual é capaz de se apropriar dos objetos do mundo, recebendo-os a princípio em sua qualidade sensorial, material e sensível. Assim, falaremos de uma vivência de percepção, mas também de uma vivência lógica. Entretanto, uma vivência não é puramente interna à consciência, sem a qual permaneceria privada e não teria qualquer chance de alcançar a objetividade de uma verdade possível (DEPRAZ, 2007, p. 21).

Se a consciência está dirigida para as coisas, para o concreto, para o vivido, então, Husserl propõe que retornemos às coisas mesmas. Tal retorno não consistiria, contudo, em se ir ao encontro da coisa empírica, ao fato contingente sobre o qual as ciências positivas se atinham. O retorno às coisas mesmas significa voltar-se para o puro fenômeno<sup>14</sup>, para a evidência<sup>15</sup> ou intuição originária – que é a fonte do verdadeiro conhecimento, tal como se apresenta à consciência, pois ambos são indissociáveis e um se dá em face do outro. Prescindindo da concepção de que este fenômeno, que se dá intuitivamente ao sujeito, seja mero aparecer da coisa, Husserl diria que o fenômeno é o próprio aparecer da coisa.

Se a consciência é bem, como definiu Brentano, uma intenção dirigida para o objeto é o próprio ser e não a aparência do objeto que é dado para a consciência. A consciência pode, portanto, pronunciar-se sobre este ser segundo a maneira como ele se apresenta, elucidando o modo pelo qual ela o visa (CHÂTELET, 1995, s. p.).

---

alguém estará ligado à vida de forma imediata, mas também que a vivência deve ter uma tal significabilidade, a ponto de conferir importância decisiva ao caráter global da vida daquele que vivencia. Imediatez e significabilidade constituem, pois, o substrato que o emprego geral da palavra *Erlebnis* ganha a partir da primeira metade do século XIX. A ideia filosófica posterior que remonta à *Erlebnis* como condição última para toda teoria, deriva, como se vê, das duas características correntes na literatura alemã.

O terceiro significado do uso do vocábulo *Erlebnis* se refere ainda precisamente ao conteúdo daquilo que se vivencia. Trata-se da impossibilidade de determinar racionalmente o conteúdo da vivência, de modo que a noção de *Erlebnis* deve sempre ser pensada do ponto de vista estético. Esse terceiro aspecto é compreendido à luz do contexto ao qual a palavra *Erlebnis* surge na literatura alemã, vale dizer, como oposição intransigente à frieza da especulação metafísica e ao racionalismo da *Aufklärung*: "A cunhagem da palavra 'Erlebnis' evoca abertamente a crítica ao racionalismo da *Aufklärung* [...]. Em oposição à abstração do entendimento e igualmente contra a particularidade da sensação ou representação, o conceito implica uma ligação com a Totalidade, com a Infinitude" (Viesenteiner, 2013).

<sup>14</sup> Portanto, um fenômeno não é uma unidade "substancial", não tem "propriedade real", não conhece partes reais, de alteração real ou de causalidade, todos esses termos entendidos no sentido da ciência da natureza" (Husserl, 1992, p. 44).

<sup>15</sup> Nas palavras de Husserl, evidência significa “num sentido bem amplo, um fenômeno geral e último da vida intencional. Ela se opõe então àquilo que normalmente se entende por “ter consciência de alguma coisa”, podendo essa consciência ser, a priori, “vazia” – puramente abstrata, simbólica, indireta, não expressa. A evidência é modo de consciência de uma distinção particular. Nela uma coisa, um “estado de coisa”, uma generalidade, um valor, etc. apresentam-se, oferecem-se e mostram-se “em pessoa”. Nesse modo final, a coisa está, “ela própria, presente”, dada “na intuição imediata”, “originalmente” (Husserl, 2001, p. 74).

Dessa forma, a fenomenologia de Husserl se propõe a descrever o próprio fenômeno, da forma que ele se apresenta para a consciência.

Vale ressaltar que Husserl, a princípio, estava convicto da necessidade de descobrir uma nova forma de conhecimento que não fosse aquele das ciências positivas, ou, até mesmo, que fosse distinto do conhecimento dedutivo (o método dedutivo-indutivo utilizado pelas ciências naturais), e, ao mesmo tempo, apresentasse bases sólidas numa fase pós hegeliana.

Husserl afirma que a atitude natural, não-fenomenológica, faz o homem olhar o mundo de maneira ingênua como mundo dos objetos. A fenomenologia, ao contrário, busca uma fundamentação totalmente nova, não só da filosofia, mas também das ciências singulares. Enquanto as ciências positivas consideram os objetos como independentes do observador, a fenomenologia tematiza o sujeito, o eu transcendental, que “coloca” os objetos (ZILLES, 2007, p.218).

Todavia, ele sentia a necessidade de um conhecimento que transcendesse o factual, mas que também proporcionasse o sentido ou o significado ao mesmo. E como o significado ou o sentido se constitui somente na relação de uma vivência intencional que o sujeito tem com relação a um objeto, fica claro que a fenomenologia teria que analisar descritivamente esta relação. E, assim, o conhecimento, do qual se ocuparia a fenomenologia (a filosofia propriamente dita, como desejava Husserl), seria indubitavelmente evidente. Não se ocuparia, nesse sentido, com a existência das coisas, mas com o sentido desta existência. Sustentando a crítica ao psicologismo (e estendendo-a a todas as ciências positivas, não excluindo o exame rigoroso do Positivismo), é que a filosofia ressurgiu, com Husserl, como a investigação acerca dos fundamentos das ciências e da justificação do Conhecimento, o que constitui uma crítica à modernidade, e uma abertura da filosofia para a dimensão ou paradigma ontológico contemporâneo.

Assim, Husserl procurará, além de encontrar um solo seguro para a filosofia, aliviando-a da crise em que estava mergulhada e tentando fazer dela uma ciência rigorosa, fornecer os fundamentos para as demais ciências. Nessa fase é que surge a fenomenologia: com o objetivo de rever as bases dessas ciências, cuja fragilidade consistiria na carência de fundamento; e recolocá-las, reposicioná-las, a partir daí, em bases mais sólidas, propiciadas justamente pelo método fenomenológico. Nesse

sentido, com o passar dos anos, perceber-se-á que novos estudos de base fenomenológica serão apresentados, propiciando novos olhares na forma de se analisar o ser humano e o mundo no qual estamos inseridos.



## CAPÍTULO 2 - O CAMINHO DO PENSAMENTO EPISTEMOLÓGICO E AS CONVERGÊNCIAS DOS SABERES

*“É próprio de uma pesquisa ser indefinida. Nomeá-la e defini-la é fechar o ciclo: o que resta? Um modo finito e já perempto da cultura, alguma coisa como uma marca de sabão, em outros termos, uma ideia” (SARTRE, 1987, p.5).*

### **2.1 O Existencialismo sartriano: a psicanálise existencial e a linguagem, a narrativa e a literatura, o método da explicação e da compreensão, e a proposta do fim dos dualismos fenomenológicos husserlianos**

O Existencialismo é um humanismo. Essa frase ecoa de maneira retumbante e incômoda a muitos estudiosos das ciências clássicas, por nunca terem assumido plenamente tal postulado em suas reflexões. É nesse sentido, que o eminente pensador Jean-Paul Sartre ficou conhecido como o principal representante do existencialismo francês: por ter assumido plenamente tal paradigma. O existencialismo, vale ressaltar, estenderia suas ramificações por escolas e pensadores que vivenciaram diferentes momentos históricos, que antecedem as reflexões de Sartre, mas é em sua obra que ele ganhará um enfoque fenomenológico do ser.

É sugestivo notar que as inquietações a respeito da existência humana talvez correspondam ao que mais caracterize os autores que integram o que se denomina *Existencialismo*, e embora alguns estudiosos tenham se negado a fazer parte desse crescente movimento, por não reconhecerem nesse enunciado os seus pensamentos e concepções filosóficas, ressalta-se que esse termo foi criado no final dos anos de 1940, por apropriação da mídia, para caracterizar aspectos sociais da vida francesa em que se inseriam os intelectuais, entre eles, Sartre. Nesse contexto:

(...) os inimigos de Sartre alimentavam os equívocos que se haviam criado em torno do existencialismo. Tinham-se alinhado sob esse rótulo todos os nossos livros – mesmo os de antes da guerra – e os de nossos amigos (...) e também uma certa pintura, uma certa música(...) (BEAUVOIR, 1995, p. 132).

E a discussão acerca dos atributos que deveriam designar quem era existencialista ou não, e seu real significado perdurou por muito tempo, e afetou de maneira incisiva os intelectuais franceses. Ressalta-se nessa perspectiva, que:

O dicionário *Les Notions Philosophique* (1990, p. 923), o *Dictionnaire Sartre* (2004, p.176), Jean Wahl (1964) – outro grande expoente do existencialismo francês, como também Huisman (2001), por exemplo, fazem a distinção entre os termos e o uso dos termos, indicando sempre uma dificuldade para a definição do existencialismo. Diferenças entre ‘existencial’ [em francês ‘existential’, do alemão ‘existential’], usado por Heidegger; ‘existencial’ e existência [em francês ‘existentiel e ‘existence’] em Kierkegaard; ou ainda ‘filosofia da existência’, como o próprio Jaspers utilizava, são comumente citados pelos livros sobre existencialismo. Luijpen (1973) também indica o aparecimento dos termos fenomenologia existencial e existencialismo fenomenológico (p. 29) e Régis Jolivet (1957), também em estudo específico sobre o existencialismo, faz diferença entre três grandes grupos de autores existencialistas. Outros autores, como por exemplo Nicola Abbagnano (1962 e 1984) – um dos grandes representantes do existencialismo italiano, T.R. Giles (1975), Jean Beaufret (1976), Norberto Bobbio (1992) – em texto de 1944, antes da onda sartriana - deixam de lado as tentativas de denominações e trabalham um conjunto de proposições provenientes de cada autor (EWALD, 2008, p. 151).

O que, porém, traz unidade ao pensamento desses intelectuais, é a concepção filosófica de que o existencialismo se compreende como o *modo de ser do homem no mundo*. E nesse sentido, é sugestivo notar, que ele delinea-se como uma filosofia que questiona, em primeiro lugar, o *modo de ser do homem*, e que compreende este “modo de ser” através de sua inserção no mundo; ou seja, o *ser no mundo*, e em segundo lugar, pela possibilidade de questionar esse mundo, sem pressupor seu conhecimento prévio, além de não compreendê-lo como conhecido, construído ou limitado, mas sim, como *interpretado*. É interessante ressaltar, inclusive, que a análise da existência (no interior desse campo de ideias) não será simplesmente dada como possibilista<sup>16</sup> sobre os modos como o Homem se relaciona com o mundo, nem centrar-

---

<sup>16</sup> Uma grande referência do Possibilismo é Vidal de La Blache, que fundou a escola francesa de Geografia e, com a sua nova forma de pensar, deslocou para a França o eixo da discussão geográfica, até então sediado na Alemanha. Do mesmo modo que as colocações de Ratzel pautavam-se na sua realidade social, a Geografia de Vidal de La Blache deve ser compreendida no âmbito do desenvolvimento histórico da França. Á época, muitos intelectuais manifestaram suas reações às extremas generalizações dos deterministas ambientais. Foi nesse contexto que o Possibilismo se apresentou como uma escola do pensamento geográfico, opondo-se ao Determinismo Ambiental germânico. Essa oposição era definida por uma relação de causa e efeito, ou seja, a natureza determinando a ação humana - e não por um objeto empiricamente identificável. Os defensores do Possibilismo entendiam que o homem era apresentado como um agente ativo, ao invés de passivo, como na visão determinista. Esse grupo de defensores daquele movimento foi liderado por geógrafos franceses, seguidores do historiador Lucien Febvre e assim, “[...] os possibilistas apresentaram um modelo em que o homem percebe o leque de usos alternativos que ele poderia fazer do meio ambiente, selecionando desse modo, aqueles que melhor respondem as suas disposições culturais” (JOHNSTON, 1986, p. 60).

se-á apenas nas suas possibilidades cognitivas, interacionistas, emotivas e práticas, (o que não exclui, mas, ao contrário, coloca em evidência a interpretação dos modos como o mundo se manifesta ao Homem e determina, ou condiciona as suas possibilidades).

E, a propósito, de acordo com Beaufret:

ao falarmos existencialismo, o que primeiro acentuamos é a palavra existência e esta palavra implica numa antiga contraposição expressa na palavra essência. *Essentia*, é a transposição direta, no plano nominal, do verbo *esse*: ser. A palavra existência está ligada ao termo *existere*, que significa sair, sair de um domínio, de uma casa, de um esconderijo; é, portanto, movimento para fora e por extensão, mostrar-se. O sentido de *ek-stase*, dado por Aristóteles, procura evidenciar que a mudança é existência, isto é, saída de um estado para outro (BEAUFRET, 1976, p.57).

Esse sentido de existência apresenta a filosofia enquanto possibilidade de refletir a própria existência, ou seja, coloca em questão o Homem, enquanto Sujeito que existe, e, a partir desta tomada de consciência, é que se estabelece uma reflexão. O que causa estranhamento talvez seja o fato de sentimentos e sentidos daí derivados serem desenvolvidos e aguçados a partir desta reflexão, como a angústia, juízo de valor, e mesmo a imaginação.

E é precisamente nesse conflito de impressões e percepções da existência que surge o pensamento de Søren A. Kierkegaard<sup>17</sup>, pastor protestante dinamarquês que marcará o primeiro momento da história do Existencialismo. Observa-se que:

Na filosofia de nosso século, tudo o que circula sob o nome de filosofia da existência e ontologia fundamental não é pensável sem Kierkegaard [...]. A própria denominação 'filosofia da existência' envolve explicitamente o 'pensador existente' de Kierkegaard, tanto na palavra como no assunto. A solidão, 'o estado-de-ânimo', o absurdo, o medo como fato constitutivo originário do ser humano: tudo isso se encontra em Kierkegaard, e volta a ser encontrado desde Gabriel Marcel até Albert Camus [...] no clima espiritual do presente; [...] depois de Kierkegaard, o mundo tem um aspecto irreversivelmente diferente do que tinha antes dele. Isto só pode dizer-se com justiça de uns pouquíssimos grandes, como Sócrates ou Kant (EWALD, 2008, p. 151).

Ou ainda:

---

<sup>17</sup> Søren Kierkegaard (1813-1855): filósofo dinamarquês que se rebelara contra as implicações da filosofia de Hegel, compreendidas como possíveis, desenvolve um pensamento de concepção idealista-racionalista que, de alguma forma, mesmo reconhecendo a presença do Espírito Absoluto, dispensava a presença de Deus. Além disso, Kierkegaard reclamou da inexistência, no sistema de Hegel, de um espaço para a subjetividade, em um pensar que contemplasse o desespero e a angústia humana (Schilling, 2005, p. 3).

A filosofia da existência seria impensável sem a influência de Kierkegaard, já que consiste sobre tudo, em uma recapitulação da oposição de Kierkegaard ao protagonismo hegeliano, por se manter num âmbito anti-idealista e anti-historicista (SCHADELBACH, 1991, p.195).

Os estudos de Kierkegaard permaneceram, durante décadas, desconhecidos (em função principalmente da língua na qual foram escritos, o que inviabilizava sua reprodução e acesso), mas foi através da tradução dos seus textos por Karl Barth<sup>18</sup>, e posterior divulgação de seus escritos da França e na Alemanha que se possibilitou a união do existencialismo com a fenomenologia.

A crítica de Kierkegaard a Hegel não é um enfrentamento contra outro sistema no campo da filosofia, mas trata-se de questionar os modos de filosofias tradicionais em defesa de um novo tipo de pensamento existencial, que tenta chegar além dos limites da filosofia. Ele influenciou a filosofia da existência de Jaspers, e principalmente, de Martin Heidegger, cuja atividade filosófica tomou a proporção de uma crítica da metafísica ocidental. Em *Ser e Tempo* de 1926 – um trabalho que deve muito a Kierkegaard, inclusive sua terminologia – encontra-se todos os fundamentos desta postura (SCHNADELBACH, 1991, p.131).

Já na segunda metade do século XX, Martin Heidegger situa sua filosofia a partir da definição do *Ser* na Filosofia. Esta será a questão fundamental da obra do autor, a qual ele lança em 1927: *Ser e Tempo*.

*Ser e Tempo* (1926) de Martin Heidegger foi uma de suas obras que fizeram história. Sem dúvida, não foram poucas as razões que o levaram a abordar um conjunto de discussões, num tempo controverso e polêmico, em que qualquer questão era tratada com a máxima radicalidade. Do mesmo modo que referiu-se à questão da historicidade existencial, Heidegger ofereceu uma ontologia-fundamental da compreensão que prometia superar todas as tentativas(caminhos) anteriores. Segundo ele, a compreensão pertence à estrutura fundamental do próprio ser humano (o *Dasein*). (SCHNADELBACH, 1991, p.169).

Esse esforço no sentido de entender o *Ser*, o indivíduo e a sua singularidade frente à objetividade dos grandes sistemas, de Hegel ou de Marx, após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), cria, numa situação que requer a superação dos processos nos quais o Homem se encontrava, então, ou seja, uma situação que remete a uma estratégia de vida que serviria como roteiro ou direção num “mundo ausente de Deus”, e totalmente descrente nos determinismos da religião ou do Estado. Ressalta-se, ainda, que Heidegger afasta-se da vertente existencialista francesa, logo, que ele não está preocupado com as questões da existência humana, mas sim, com as questões do *Ser*. E isso se deve principalmente pelo seu contato

---

<sup>18</sup> Karl Barth (1886-1968): teólogo reformado suíço, sua obra ficou conhecida pela oposição ativa contra o Regime Nazista, e na produção/criação da Teologia Dialética do século XX (MARTINES, 1996).

com a já existente obra de Husserl e com sua relação pessoal, estabelecida com aquele pensador desde 1913, quando tornou-se seu assistente na Universidade de Freiburg (Alemanha)(SCHNADELBACH, 1991).

É relevante assinalar que a divulgação do existencialismo atinge seu ápice no pós-guerra na França, com Sartre, com a publicação da obra *O Ser e O Nada*, em 1943, e, após críticas de variados grupos sociais da época, é que o filósofo realmente se auto identifica como existencialista.

Podemos ainda notar que, em diversificados períodos históricos, o Existencialismo, defendido por Sartre, também foi sofrendo alterações, acompanhando as reflexões e movimentos que ele mesmo defendia em seus escritos. Entre as páginas de *O Ser e O Nada*, *A Náusea*, *Crítica da Razão Dialética* e *Questão de Método*, observa-se diversificados temas abordados de forma distinta, num movimento condizente com a realidade, tão bem apresentada e, ao mesmo tempo, questionada pela Filosofia, na forma de se representar, dentro de um processo metodológico científico. A ação que surge nas descrições ontológicas, nessas obras reaparece como práxis na fase de influência marxista do pensador, principalmente na *Crítica da Razão Dialética*, onde é possível se identificar certo enriquecimento, se assim podemos dizer, das temáticas por ele colocadas em pauta; e também é possível se observar, aí, a manutenção de certas problemáticas, moderadas por ele, e noções também defendidas por ele no início dos seus processos reflexivos.

Um primeiro conceito que nos chama a atenção para a reflexão sobre este trabalho é o de *psicanálise existencial* (SARTRE, 1997, p.696). O tema surge desde as investigações preliminares sobre a intencionalidade da consciência de origem fenomenológica, passando pela discussão da cientificidade da Psicologia, já mencionados no capítulo anterior, chegando à maturação do ideário com a publicação de *O Idiota da Família* (1972). Temas como ego, imaginação e imaginário, emoções, consciência, desejo e pulsão, liberdade, escolha, demonstram, então, que preocupações com a interpretação dos processos do ser-no-mundo<sup>19</sup> sempre tiveram um lugar de destaque na obra sartriana. E a psicanálise, desde sua fundação e

---

<sup>19</sup> De *ser no mundo* para *ser-no-mundo*: agora já tracejados, logo que o movimento existencial fenomenológico já havia se instaurado na obra sartriana.

publicação da teoria psicanalítica por Freud<sup>20</sup>, depois desenvolvida com os Seminários de Lacan<sup>21</sup>, eram consideradas por Sartre como uma abordagem concreta da realidade humana, porque ele a tomava em sua dramaticidade, visualizando a possível inserção do discurso nas *Análises*<sup>22</sup> (antes compreendidos como Terapias na psicologia tradicional), os quais adentravam os estudos da psiquê, e que também divergiam do *movimento psicologista*, que não considerava a linguagem e o discurso como fonte de conhecimento.

É interessante notar as influências da psicanálise, que trarão uma contribuição peculiar à visão de mundo e futura construção da realidade para a fenomenologia de Sartre, pois a psicanálise compreende<sup>23</sup> a Linguagem como fator determinante para a

---

<sup>20</sup> Sigmund Freud(1856-1039): médico neurologista criador da Teoria da Psicanálise, campo clínico e de investigação da psique humana.

<sup>21</sup> Jacques-Marie Émile Lacan (1901-1981): sua visão da psicanálise é voltada para um regresso (crítico) aos postulados de Sigmund Freud, sem descartar a linguística de Ferdinand Saussure e a filosofia de Georg Friedrich Hegel. Dos seus estudos, ensaios e palestras, nasceu o próprio Lacanismo, onde consagrou-se a sua visão científica e filosófica da psicanálise, do estudo do ser e da própria realidade (LACAN, J. *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original de 1964).

<sup>22</sup> A criação da Psicanálise se deve ao desenvolvimento do método psicanalítico. Este método nasce de uma prática, consistindo em três fatores fundamentais: observação, investigação e interpretação. Por meio desta lente, foi possível entender a histeria e, a partir daí a psique humana. Até o momento pré-psicanalítico, apenas existiam noções nosográficas a respeito desta patologia e tentativas de tratamento sem muito sucesso, como a hipnose por exemplo. Entretanto, o contato com a técnica da hipnose foi essencial para Freud pois, a partir dela um esboço sobre a origem etiológica das neuroses começou a se formar (Kobori apud Herrmann, 1983).

<sup>23</sup> Lacan no “Seminário 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964/1998), realiza um estudo aprofundado dos conceitos principais, quais sejam, pulsão, inconsciente, transferência e repetição, e elabora uma máxima, que ele justifica se basear na própria teoria freudiana, a de que: “o inconsciente é estruturado como linguagem”. Lacan retoma e exalta Freud quanto a teorização sobre a fundação do sistema psíquico, em inconsciente, consciente e pré-consciente, funcionando de forma dinâmica (os registros se relacionam sob a mola das pulsões), econômica (o psiquismo investe sua energia em certa representação mental) e tópica (um sistema em que ser localizadas instâncias). Mesmo sem o suporte da linguística, Freud destrincha o funcionamento psíquico num sistema em que traços percebidos são inscritos e fazem trilhamentos formando os pensamentos. Estes irão se estabelecer numa relação de deslocamento e substituição, o qual Lacan, sob o aporte dos linguistas Saussure e Jakobson, designará como uma relação entre significantes e significado. Metáfora e metonímia são os nomes que o psicanalista francês localiza para dizer do funcionamento inconsciente em deslocamento e substituição. O significante advém como elemento que marca a diferença, entre cada um, sendo ele mesmo, nunca o mesmo. Este recorte realizado por Lacan, subverteu a primazia do signo saussureano, em que o significado estava sobre o significante, ao invertê-los, colocando o significante sobre o significado. Desse modo, Lacan sublinhou o sujeito singular ao evidenciar que a leitura de mundo é única a cada um, mesmo que tenha nascido no campo simbólico que lhe é prévio. Tais pressupostos do inconsciente estruturado como linguagem podem ser vistos nas formações do inconsciente, nos lapsos, chistes, atos falhos e na formação dos sintomas, um dos campos de estudo da metapsicologia. Para a psicanálise, o inconsciente advém a todo momento, a despeito do consciente, não estando ele submetido a este consciente nem sob o pré-consciente, mas em relação a eles. Podemos, portanto, entender que o funcionamento psíquico para a psicanálise diz de uma realidade particular a cada sujeito, que pode ser analisada, observada, lida, recortada e transliterada denotando o sujeito como um ser de linguagem. Mesmo sem ser sua intenção, Lacan terminou

construção e análise dos sistemas de signos, onde cada signo tem seu valor dependente de todos os outros; e, portanto, quando se altera a posição de um signo, altera-se todo o sistema de linguagem. É nesse sentido que Lacan se utiliza do método estrutural de Saussure<sup>24</sup>, dizendo que o Significante tem primazia sobre o Significado, considerando que existiria uma diferenciação entre os conceitos de imaginação e imaginário, simbolismo e simbólico, e real e realidade; e ainda que a *Análise* seria possível através da linguagem e do discurso, os quais exerceriam forte influência nos processos psíquicos. E é a partir dessas premissas que Sartre também abordará esses conceitos visualizados, apreendidos e compreendidos, a partir do viés ontológico existencialista e fenomenológico.

E, se a *psicanálise existencial* surge como um dos temas importantes para a construção do existencialismo sartriano, ela também aparece como um método de interpretação de expressões da existência humana. Nessa perspectiva, não haveria existência consciente que não tenha a necessidade de expressar sua vontade, seu desejo, de alguma forma. Mesmo se pensamos em emoções abstratas, há sempre a necessidade de quem experiencia essas emoções de transmitir, a outrem, tal sentimento. E, dessa maneira, a realidade humana estaria com as vivências, experiências, simbologias, expressões e a escrita num círculo interminável, que se realimentariam reciprocamente.

Essa maneira de ver o mundo, vincula-se, aliás, a dois conceitos interligados que são abordados por Sartre, e que remetem à questão da metodologia das ciências humanas, que é o da explicação e o da compreensão (SARTRE, 1997).

---

formalizando a psicanálise, por estabelecer uma metodologia psicanalítica explicativa, que poderia ser localizada nas ciências naturais, que busca verificar e analisar os acontecimentos e contingências num processo diacrônico e sincrônico e não na compreensão dos fenômenos percebidos, tal qual as ciências humanas o faz. Sob a perspectiva psicanalítica, o sujeito se constitui em uma estrutura de defesa diante do que lhe faz alteridade, do qual pode sofrer, mas que ao mesmo tempo institui mecanismos de defesa dos quais usufrui, e neles se mantém por deles fazer parte como elementos constituintes (LACAN, J. *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original de 1964).

<sup>24</sup> Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) Dedicou toda a sua vida à produção de uma obra que implantasse nos estudos linguísticos um modelo metodológico capaz de imprimir a tais estudos o rigor científico almejado. A precisão na delimitação do objeto dessa ciência é parte fundamental desse processo de constituição. É exatamente por isso que ele é considerado o linguista cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística científica e estabeleceram a base do pensamento sobre a linguagem no século XX. Seja ao desenvolver o pensamento saussuriano, seja ao questioná-lo, ou ambos, a produção teórica sobre língua e linguagem durante todo o século passado esteve relacionada, de alguma maneira, à obra do linguista genebrino (RODRIGUES, 2008, p.7).

A distinção entre explicação e compreensão faz parte, aliás, da discussão metodológica que remete ao surgimento da hermenêutica e das obras de Schleiermacher <sup>25</sup>e Dilthey<sup>26</sup> sobre as possibilidades das ciências humanas. Podemos, assim, afirmar que a obra de Sartre visa estabelecer a compreensão da realidade humana; o que significa que os estudos e ensaios publicados sobre o tema têm sempre o caráter de constante aproximação do fenômeno em análise e nunca têm a intenção de serem taxativos acerca de qualquer questão. A compreensão é um movimento de aproximação do objeto de estudos, com uma particularidade: esse Objeto é também um Sujeito. É sugestivo notar que as ciências humanas constituem um conhecimento que altera a própria realidade que o produz. Pois toda vez que um homem toma consciência de uma particularidade de seu Ser, esse conhecimento altera a consciência que ele tem de si mesmo.

Se, por exemplo, quero lembrar-me de tal paisagem ontem no trem, é possível que eu lembre da paisagem enquanto tal, mas eu posso também me lembrar de que Eu via esta paisagem (SARTRE, 2010, p.190).

Ou seja,

(...) eu sempre posso operar uma rememoração qualquer por meio de um modo pessoal e o Eu aparece imediatamente (SARTRE, 2010, p.190).

Assim, o processo de reflexão na consciência e apreensão do pensamento estariam sempre vinculados; e a interioridade estaria em fluxo contínuo entre a intuição da memória (o Eu do pensamento apreendido e de todos os outros pensamentos), o da intuição imediata (percepção da exterioridade imediata), com a exterioridade. E é por isso que, as ciências humanas jamais poderiam definir algo categoricamente, nem poderiam explicar uma conduta humana da mesma forma que o fazem as ciências naturais (definindo e explicando os fenômenos inertes da

---

<sup>25</sup> Friedrich Schleiermacher (1768-1834) foi um teórico que produziu suas principais reflexões hermenêuticas no início do século XIX. É apontado como o fundador da hermenêutica contemporânea. Schleiermacher não foi o primeiro a ocupar-se da interpretação, contudo, podemos considerar que foi a partir de suas reflexões que a hermenêutica tornou-se uma disciplina autônoma e adquiriu seus contornos atuais (MIRANDA, 2016, p.44).

<sup>26</sup> Wilhelm Dilthey (1833-1911) buscou esclarecer o processo da compreensão através da Crítica da Razão Histórica, que não significava a busca de um absoluto hegeliano ou kantiano, ou da possibilidade de uma razão histórica universal. Na verdade, o filósofo propõe a existência de uma razão histórica individual onde cada um interiorize em si essa razão histórica (MIRANDA, 2016, p.61). Ele introduziu a hermenêutica na teoria das ciências do espírito, e seu programa filosófico não é simplesmente uma complementação da filosofia crítica de Kant, mas sim uma renovação radical da tradição historicista (SCHNADELBACH, 1991, p.70). Assim, ele propõe uma metodologia de identificação dos sentidos imanentes dos processos históricos, tentando fixar a hermenêutica como metodologia para as ciências do espírito.



realidade não humana). E esse debate metodológico suscita até hoje debates acalorados, nas ciências clássicas, como na própria Geografia. E fica uma constatação de que o existencialismo de Sartre propõe um método de compreensão da realidade humana que se diferencia das propostas estruturalistas da época.

Os outros aspectos da proposta de Sartre são a narrativa e a literatura. A Filosofia aliada à literatura, através das narrativas, para ele, se configurará como um contraponto a uma abordagem concreta da realidade humana que era a dramaticidade da existência. E essa dramaticidade seria captada pelas abordagens psicanalíticas e por alguns escritores com grande sensibilidade para os fenômenos humanos, ou seja, sujeitos sensíveis a perceber a realidade à sua volta e seus fenômenos, e transcrever, narrando em sentimentos estes fenômenos vivenciados. Ele inclusive afirma que alguns escritores anteciparam a psicanálise existencial descrevendo em suas obras a real condição da existência humana, como Flaubert<sup>27</sup>:

Considero que um indivíduo, seja ele quem for, ou um grupo, ou um conjunto qualquer, é uma encarnação da sociedade total enquanto ele tem de viver o que ele é. Aliás, é apenas porque podemos conceber o jogo dialético de uma totalização de envolvimento, isto é, de uma totalização que se estende ao conjunto social, e de uma totalização de condensação, o que chamo de encarnação, que faz com que cada indivíduo seja, de certo modo, a representação total de sua época.

O que isso quer dizer? Quer dizer que tudo o que um indivíduo faz, todos os seus projetos, todos os seus atos, tudo o que ele suporta também, só reflete – mas não no sentido escolástico do reflexo de certa tradição marxista -, só encarna, se preferirem a própria sociedade. Assim, Flaubert escreve Madame Bovary! Que faz ele? De um lado, quer traçar uma descrição objetiva de determinado meio, o meio rural da França nos anos de 1850, com suas transformações, (...). Tudo isso ele quer descrever perfeitamente consciente. Mas ao mesmo tempo, quem é ele próprio que está escrevendo assim? Ele nada mais é que a encarnação de tudo isso(...). Ou seja, há duas estruturas nesse livro, que são a mesma coisa, porque só se totaliza o ser social que se é e, ao mesmo tempo, se descreve a sociedade que se vê (...) (SARTRE, 2010, p.100).

O que chama a atenção, é que no caso de Flaubert, é um literato que projeta a vida real de sua época sob uma forma subjetiva em um livro que descrevia objetivamente a realidade de sua época. E a literatura teria, aqui, o trunfo de sintetizar a ficção, a realidade, e a subjetividade, descrevendo uma situação imaginada, ficcional, apresentando as situações vividas por pessoas reais, contextualizadas em

---

<sup>27</sup> Gustave Flaubert (1821-1880): escritor realista francês, com destaque para sua obra Madame Bovary (1857), em que é possível testemunhar o entrelaçamento entre a vida e a criação, de tal maneira que, na maioria das vezes, elas se confundem (CAMPOS, 2015, p. 258).

sua época, e, ao mesmo tempo, mostrando a reflexão imediata e posterior sobre a própria realidade subjetiva de quem escreve, de quem narra.

A literatura teria a capacidade, ainda, de sintetizar o singular e o universal, o drama pessoal e a época histórica. E o que esses precursores teriam feito de modo ensaístico e literário, Sartre tentaria efetuar/efetivar de modo sistemático e metódico, tal qual ele fez em sua obra, como o *Idiota da Família*; ou ainda ao analisar outras obras:

Os leitores foram percebendo que o pretense livro realista tinha duas dimensões. A primeira era uma descrição verdadeira, real, de uma pequena província francesa, e a outra, a descrição mais ou menos consciente de um homem que aí se projeta (SARTRE, 2015, p.101).

Ou seja, através da psicanálise existencial, em que o discurso proferido, transcrito e exteriorizado foi feito, seria possível sintetizar e analisar processos objetivos, pertencentes à objetividade da realidade da obra, e ao mesmo tempo essa obra ser revivida em subjetividade, criando-se uma identidade entre as duas, no sentido que se referem à mesma coisa, tal qual seria possível também desenvolver e apresentar conceitos e questões da Filosofia, da Sociologia, da História e da Psicologia, em que o universal-singular, interior e exterior emergiriam num processo constante de reflexão.

É interessante ressaltar que, para Sartre, a Subjetividade é compreendida de forma peculiar, pois aí o Sujeito não figura como o centro do processo, mas apresenta uma ligação transcendente, de um além, que está fora do Sujeito e, ao mesmo tempo, diante dele. Ou seja, a subjetividade não estaria dentro do Sujeito, mas ocorreria de uma interiorização do exterior, da transformação de um sistema de exteriorização em um sistema de interiorização.

A subjetividade está fora, como característica de uma resposta, e, na medida em que é um objeto que é constituído, como característica do objeto (SARTRE, 2010, p.41).

Assim, o conhecimento subjetivo transformaria constantemente o Objeto, e se desvelaria através da linguagem e do discurso, possibilitando a reflexão sobre a importância do momento subjetivo, da consciência de si, para analisar seu próprio contexto, da sua realidade vivida.

O Objeto, aqui, é compreendido a partir de dois sistemas de sentido: o objeto de reflexão e o objeto refletido. Ora, se a realidade existencial é a possibilidade de refletir a própria existência a partir da tomada de consciência, e daí derivam sentimentos e percepções em relação ao mundo, a si mesmo e ao outro, o Objeto aqui também será visto de uma forma peculiar, e ele também poderá ser um Sujeito. Assim, ao Objeto de reflexão se destina um ato consciente, o que vincula e equivaleria à consciência para uma ação sobre um ser conhecido; e o Objeto refletido seria a percepção sobre si mesmo em relação ao Objeto de reflexão. Desta maneira revelar-se-iam duas possibilidades de conhecimento, a tomada de conhecimento do fato, e a tomada de conhecimento de si, o que atenuaria as diferenças entre o objeto conhecido e o objeto cognoscente(que se conhece), logo que, a partir do conhecimento de si ocorre uma transformação radical do objeto conhecido, levando a uma transformação do Ser, e a uma nova possibilidade de reflexão. Vemos, assim, que o aparecimento da subjetividade-objeto provoca, na pessoa, a sua transformação (Sartre, 2015, p. 37).

Nessa expressão Subjetividade-Objeto, em que se compreende um processo que se dá constantemente, a todo momento, e de percepção da subjetividade das vivências e apresentação da realidade, e por assim dizer, da vida cotidiana, é fator importantíssimo nesse processo de leitura da realidade. Pois, diferentemente de inúmeros modos de vida, que não são capazes de tomar consciência de sua existência, nem de expressar sua vivência de forma consciente, falando ou escrevendo sobre tais experiências, o Ser Humano existe sob o *signo da expressão*. E é aí que a Linguagem, apreendida pela *psicanálise existencial*, ganha destaque (SARTRE, 1997). A narrativa, os mitos, as histórias transmitidas entre as gerações, todas essas manifestações da expressão de vivências perpetuaram-se ao longo do tempo. E mesmo entre as sociedades sem história escrita, algum tipo de comunicação foi necessária para que a vida fosse possível, pois sem comunicação, sem sistema de linguagem organizada, nenhuma sociedade teria sobrevivido e transmitido sua cultura para as gerações seguintes. Sem, pois, um processo de ensino e aprendizagem, as técnicas mais rudimentares não teriam assegurado todo o conhecimento necessário às sociedades. E essa característica da vida humana também ganhou papel importante na filosofia de Sartre.

Vale ressaltar que, em *Situações X* (Gonçalves, 2007), Sartre assinala que não se interessaria por semiótica<sup>28</sup>, apesar de encontrarmos semelhanças e aproximações com a teoria lacaniana por toda a sua obra, mas, em função do seu engajamento, de diversos modos, com a fundação da *psicanálise existencial* e posterior *fenomenologia existencial*, esse intercâmbio direto e assumido não decorre. É relevante assinalar que:

Sartre é autor de um projeto de psicanálise que, em meu ver, se realiza na biografia psico-analítico-existencial de Gustave Flaubert, intitulada *L'idiot de la famille* (1971). Quando lhe perguntaram, na mesma entrevista, se a sua descrição do *moi* flaubertiano correspondia ao *moi* na teoria de Lacan, ele respondeu que, ao descrever a constituição psíquica de Flaubert, não pensara neste psicanalista e que não conhecia muito bem seu pensamento. Entretanto, admitiu: “Minha descrição não se distancia de suas concepções”. Depois, acrescentou: “Sabeis como concebo o moi – não mudei: é um objeto que está diante de nós. Isto é, o moi aparece para a reflexão quando ela unifica as consciências refletidas: há, então, um polo de reflexão que chamo o moi, o moi transcendente e que é um quase-objeto. Flaubert quer que seu moi seja imaginário” (GONÇALVES, 2007, p.45).

Mas é possível inferir, que foi através da linguagem da semiologia saussuriana, e de cunho psicanalítico lacaniano, que o Significante e o Significado foram tomados, *a priori*, em termos estruturais da reflexão filosófica existencial. Vale ressaltar que:

Sartre se refere a problemas situados no nível “que a linguística saussuriana chamaria de nível do significante”. (...) “Aquilo que interessa a ele não é exatamente o lado gramatical, sintático ou léxico, etc”. Entende que o verdadeiro interesse de Sartre está naquilo “que se faz na prática social ou psicológica do discurso, é a maneira pela qual é utilizada a linguagem (langage), é o jogo entre esse uso e as relações sociais, seu papel na produção de uma história humana, da qual ela é, ao mesmo tempo, o produto” (GONÇALVES, 2007, p.46).

Já os trabalhos de Dilthey, que Sartre também não menciona, demonstram que toda expressão teve como fundo, determinada vivência individual e social (SCHNÄDELBACH, 1991, p.156). E Sartre reafirma tal tese, postulando que toda expressão é fruto de vivências reais e concretas no mundo. Assim, a linguagem seria o resultado de vivências humanas (SARTRE, 1987, p.133). Ou seja: pode-se observar que se as estruturas existem, se as instituições existem, elas foram sendo gestadas pelas ações humanas que as transformaram em necessidades sociais, embora as vivências comportem sempre a experiência individual. É sugestivo notar, aliás, que elas sempre são racionalmente compreensíveis, e é por isso que a linguagem,

---

<sup>28</sup> Sartre faz referência, aqui, ao recorte realizado por Lacan, ao subverter a primazia do signo saussuriano.

processo de racionalização de vivências, é também compreensível por outro indivíduo. E pode-se observar que mesmo as narrativas mais obscuras e herméticas guardam certa racionalidade que outra mente pode desvelar, desde que obtenha as informações indispensáveis para isso.

E se toda práxis é remetida aos atos pessoais, estes guardam uma narratividade intrínseca, tanto para seu autor, quanto para quem compartilha tais atos e vivências. É essa racionalidade expressa que a *compreensão* tenta captar. A compreensão é, assim, a captação reflexiva de um ato, de uma conduta, escolhida e projetada por seu autor. E o conjunto de significados se constituiriam nessa perspectiva, enquanto uma existência humana expressa e outra compreende tal expressão, assim:

no esforço por encontrar a fonte de todo signo e, por conseguinte, de toda objetividade, a linguagem volta-se sobre si mesma para indicar os momentos de uma compreensão perpetuamente em ato, já que nada mais é do que a existência (SARTRE, 1987, p.188).

Desse modo é que se percebe a vinculação entre o processo de criação da linguagem e a situação existencial e histórica desse mesmo processo. Pois se a expressão falada, escrita, musical, artística de certas práxis humanas objetiva escolhas e condutas, esses procedimentos não são somente objetivos, mas também subjetivos, pois trata-se de dimensões da realidade que são produzidos simultaneamente. Portanto, é por isso que o método compreensivo tenta abarcar esse processo, atentando para a duplicidade singularidade-sociabilidade.

Nota-se que diversas teorias se ocuparam, somente, dos aspectos sociais e impessoais dos processos sociais, e o que o existencialismo tentou fazer foi apresentar a realidade do homem com uma ligação transcendente, a um além, ao que está fora dele, e diante dele, integrada a um movimento singular nesse processo. E se a expressão é a racionalização das praxis, e se a objetivação linguística também manifesta essa pretensão, todos os momentos de objetivação seriam permeados por ações subjetivas e singulares (SARTRE, 2015).

Do mesmo modo, se a fenomenologia constituir-se-ia no ponto de partida para uma crítica de pressupostos objetivistas em direção e para uma nova metodologia, permeada pelo subjetivismo, seu aprofundamento revelou, também, que a abordagem transcendental husserliana conservava seus limites, e essa crítica surge na obra *A*

*Transcendência do Ego (1936)*. E Sartre via, na fenomenologia, uma abordagem concreta da realidade, embora não fosse materialista ou determinista. Mas tal interpretação entraria em choque com as próprias obras de Husserl, uma vez que o viés transcendental sempre marcou sua fenomenologia e isso o colocava em conflito com a possibilidade concreta da realidade fenomenológica que interessava a Sartre. Isso fica evidente na publicação da obra *O Ser e o Nada*.

Nesta obra, Sartre recusa a tese idealista sobre o fenômeno. Para ele, o homem instaura o fenômeno e tem, assim, sua natureza na subjetividade. Ele rejeita a cisão kantiana Ser-Fenômeno, e refuta a ideia de apenas descrever os fenômenos, pois ele se propõe a recuperar o caráter ontológico do fenômeno perdido com esta cisão (SARTRE, 2010, p.67).

A visão fenomenológica sartriana distingue-se, assim, da proposta feita por Husserl, já que trata-se de uma ontologia, e unir fenomenologia e ontologia jamais seria possível em Husserl. E, assim, a partir da redução fenomenológica (*Epoché*), procedimento fundamental para a fenomenologia, não se fala mais nas “coisas” como tais, como ocorre na orientação natural. Para a fenomenologia husserliana, o mundo é colocado entre parênteses, não se fazendo mais juízos a respeito da existência das coisas, como já mencionado no capítulo anterior. Nesse sentido:

Se assim procedo, então não nego este “mundo” como se eu fosse sofista, não duvido de sua existência, como se fosse cético, mas efetuo a redução fenomenológica, que me impede totalmente de fazer qualquer juízo sobre existência espaço-temporal (HUSSERL, 2006, p.81).

Aí não está em evidência, portanto, *o ser mesmo das coisas*, e por esse motivo, uma ontologia como a de Sartre não mostraria coerência/convergência com a ideia de Husserl. Sabe-se que uma ontologia não se dirige aos objetos enquanto correlatos, mas, sim, ao objeto puro e simples. Ela se define assim, como um conhecimento de objetos, enquanto a fenomenologia husserliana estaria interessada, não em saber como são as coisas, mas, sim, em elucidar como opera a consciência das coisas.

Quando Husserl propõe um retorno às coisas mesmas, não significa, contudo, que ele proponha um retorno às coisas propriamente ditas, mas, sim, às consciências dessas coisas. É nesse sentido que se pode entender que a intencionalidade de Sartre coloca-se em contraposição à intencionalidade desenvolvida em Husserl. Sartre afirma que a intencionalidade husserliana seria capaz de escapar do empirismo, do

neokantismo e do psicologismo, possibilitando uma assimilação das coisas ao campo das ideias, como se a consciência fosse uma condição de teia que envolve seus objetos, as transformando em parte de sua própria realidade. Nesse sentido, observa-se, ainda, que:

Husserl não cansa de afirmar que não se pode dissolver as coisas na consciência. Vocês veem esta árvore aqui. Mas a veem no lugar exato em que está; à beira da estrada, em meio a poeira, só e curvada sob o calor, a vinte léguas da costa mediterrânea (SARTRE, 2005, p.55).

Tal árvore, na fenomenologia husserliana jamais se colocaria nessas condições, logo que, para Husserl, não é para ela que devemos nos voltar, mas, sim, para a percepção do sentido, que é algo necessariamente inerente à essência.

É interessante ressaltar, aliás, que a concepção de *Epoché* (redução fenomenológica), como um procedimento essencial do método fenomenológico, é abandonada por Sartre, o qual apresenta a concepção de *fenômeno de ser e ser do fenômeno*.

Em *O Ser e o Nada*, a redução fenomenológica é compreendida como idealista, pois faria do *ser*, seu *ser percebido*. E nesse contexto:

O que mede o ser da aparição é, com efeito, o fato de que ela aparece. E, tendo limitado a realidade ao fenômeno, podemos dizer que o fenômeno é tal como aparece (SARTE, 1997, p.21)

E ressalta-se ainda que a análise da consciência nos mostra a impossibilidade de reduzir o existente ao seu aparecer. Seria necessário um *ser* para além da aparição e, aí, surgiria a diferença entre *fenômeno de ser e ser do fenômeno*. Assim, se, por um lado, Sartre queria evitar a concepção idealista, por outro considerava necessária uma análise mais profunda, a fim de não retornar à concepção de *coisa em si* de Kant.

A primeira consequência da teoria do fenômeno é que a aparição não remete ao ser tal como o fenômeno kantiano ao número. Já que nada têm por trás e só indica a si mesma, a aparição não pode ser sustentada por outro ser além do seu, nem poderia ser a tênue película de nada que separa o ser-sujeito do ser-absoluto (SARTRE, 1973, p 28).

E nesse sentido, Heidegger realizaria grande progresso ao reduzir o existente à sua série de manifestações:

O pensamento moderno realizou progresso considerável ao reconduzir o existente à série de aparições que o manifestam. Visava-se, com isso, suprir um certo número de dualismos, que embaraçavam a filosofia, e substituí-los pelo monismo do fenômeno (SARTRE, 1997. P. 15).

Agora, o existente é exatamente aquilo que ele aparenta: “*o ser de um existente é exatamente o que o existente aparenta*” (SARTRE, 1997, p.16). E essa seria a noção de fenômeno da Fenomenologia que teria, em princípio, como resultado, findar dualismos como de ser e de aparecer. Ressalta-se que, na noção moderna do fenômeno, “*a aparência remete à série total das aparências e não a uma realidade oculta que drenasse para si todo ser do existente. E a aparência, por sua vez, não é uma manifestação inconsciente deste ser*” (SARTRE, 1997, p.15). Agora, pois, a aparência não é mais “aquilo que não é o ser”<sup>29</sup>. Não existe um ser absoluto “por trás do fenômeno”, pois o fenômeno, mesmo, é este absoluto e é totalmente indicativo de si mesmo.

Ora, se refletirmos sobre o conceito de Paisagem, em termos Culturais e Humanísticos, tal qual este trabalho se propõe, tal categoria de análise não seria mais vista como um ser obscuro, que aparenta algo, e que precisaria ser desvelada para ser compreendida; e que, por trás do que aparenta, existiria um Ser absoluto por trás do fenômeno a ser desnudado. Mas, de acordo com essa concepção de aparência, em que o fenômeno é por si só absoluto e indicativo de si, a Paisagem seria um fenômeno por si mesma.

Mas é interessante notar, também, que, reduzindo o existente a uma série de aparições que o manifestam, surge um novo dualismo, que talvez seja um paradoxo do dualismo que o pensamento moderno pretendia suprir. Trata-se da ideia de *finito da aparição* e do *infinito da série total* de aparições da qual cada sujeito faz parte.

Observa-se que toda aparição remete à série total, ou não seria mais do que uma plenitude intuitiva e subjetiva. Essa série, no entanto, é infinita, haja vista que cada manifestação (objetiva e subjetiva) representa uma relação com cada sujeito que está em constante transformação. E esse dualismo substituiria, assim, o do *ser* e do *aparecer*, pois temos as aparições que remetem a uma série finita, que não aparece por ser infinita. Como registra Sartre:

Essa nova oposição entre “finito e infinito”, ou melhor, do “infinito no finito”, substitui o dualismo de ser e do aparecer, de fato, é somente um aspecto do objeto, e o objeto acha-se totalmente neste aspecto e totalmente fora dele. Totalmente dentro, na medida em que se manifesta neste aspecto: indica-se a si mesmo como estrutura da aparição, ao mesmo tempo razão da série. Totalmente fora, porque a série em si nunca aparecerá nem pode aparecer.

---

<sup>29</sup> Ou seja, referenciando-se e refutando a ideia da negativa.



Assim, de novo o fora se opõe ao dentro, e o “ser-que-não-aparece” à aparição (SARTRE, 1997, p.18).

É interessante ressaltar que há um avanço no pensamento de Sartre em relação à concepção kantiana por não existir mais uma aparência que esconda o ser, mas, ao mesmo tempo, se observa que é necessário, aí, um avanço em relação à concepção husserliana, visto que o ser do fenômeno de Sartre, ao contrário da “coisa em si”, não se esconde atrás do fenômeno, embora nunca se dê “em pessoa” à consciência. Ele é o fundamento transfenomenal e condição de todo desvelar do Ser, embora seja um ser-para-desvelar, e não para ser desvelado, pois é sempre captado de maneiras diferentes. Nessa perspectiva:

A característica do ser de um existente é não revelar a si, em pessoa, à consciência: não se pode despojar um existente de seu ser; o ser é o fundamento sempre presente do existente, está nele em toda parte e em parte alguma; não existe ser que não seja ser de alguma maneira ou captado através dessa maneira de ser que o manifesta e encobre ao mesmo tempo. Contudo, a consciência sempre pode ultrapassar o existente, não em direção ao seu ser, mas ao sentido desse ser (SARTRE, 1997, p.35).

É sugestivo notar que a existência do ser do fenômeno é demonstrada a partir do cogito pré-reflexivo, que demonstra que a consciência tem necessidade do ser do fenômeno, ou seja, o que aparece não existe somente como aparência, mas que seja *em si*, fora da consciência, para que ela mesma exista tal como ela é. É assim que o filósofo descreve a consciência a partir do conceito de intencionalidade de Husserl, em que toda consciência é intencional, ou seja, é sempre consciência de alguma coisa. Por exemplo, se pensarmos numa determinada Paisagem, ela seria o centro de uma opacidade para a consciência, e seria necessário um processo infinito para inventariar o conteúdo total que ali se expressa. Introduzir essa opacidade na consciência seria levar, ao infinito, o inventário que a consciência poderia fazer de si, convertê-la em coisa ou recusar o cogito. Ou seja, é preciso expulsar as coisas da consciência ou esta seria tomada por uma opacidade que a transformaria em coisa qualquer. E a consciência, assim, existiria sempre como posicional em relação a alguma coisa, que está dirigida para o seu exterior, para fora, para o mundo.

Porém, para que a consciência seja posicional, é preciso que ela seja posicional, primeiramente *de si*, como consciência de algo. É uma condição necessária, logo que não seria possível uma consciência de algo, ignorante de si. Essa consciência de si, porém, não é conhecimento de si, pois, se assim fosse,

estaríamos instituindo o dualismo Sujeito-Objeto; e o conhecimento de si não é necessário para nossa consciência posicional, como no caso do objeto de reflexão e do objeto refletido (SARTRE, 2015, p.37).

Isso não significa, porém, que a *consciência de si* tenha uma sobreposição sobre a *consciência posicional* e vice-versa, pois trata-se de um movimento interdependente entre as duas. Encontramos aí o fundamento transfenomenal da consciência, que é o cogito pré-reflexivo, e é através dele que se comprova a existência do *Em si* (SARTRE, 2010, p.190). Portanto, é através da *aparição* que Sartre chega à formulação de duas categorias ontológicas, o cogito pré-reflexivo e o *Em si*, que são estabelecidas através da concepção de intencionalidade. Nesse contexto:

trata-se de consultar esse fenômeno e tentar determinar o sentido do ser. Todavia, é preciso notar: 1º Que essa elucidação do sentido do ser só vale para o ser do fenômeno. Sendo radicalmente outro, o ser da consciência, seu sentido, exigirá uma elucidação particular a partir da revelação-revelado de outro tipo de ser, o Para-si, (...) que se opõe ao ser Em-si do fenômeno; 2º Que a elucidação do sentido do ser Em-si, a ser tentada, só pode ser provisória. (...). Em particular, as reflexões precedentes permitiram-nos distinguir duas regiões absolutamente distintas e separadas de ser: o ser do cogito pré-reflexivo e o ser do fenômeno (...) Por último - e será nossa terceira característica -, o ser-Em-si é (SARTRE, 1997, p.35-36).

Assim, tem-se que:

O Em-si é o mundo, o mundo das coisas materiais. O Para-si é o ser. Ele é idêntico a si mesmo. O Em-si se esgota em ser o que ele é, e isso de um modo tão radical que consegue escapar à própria temporalidade (BORNHEIM, 1971, p. 34).

Desta forma, o *Em si* é um ser excluído da atividade e da passividade, pois estas formas são eletivas ao comportamento humano, assim o *Em si* é o mundo, o mundo das coisas materiais. Segundo Sartre (1997, p.44), o *Em si* também está além da negação e da afirmação, pois ambos são produtos da consciência. A afirmação é afirmação de alguma coisa, e o mesmo valeria para a negação. Afirmação e negação têm como pressuposto a relação com a consciência; no entanto, o ser não conhece nenhum sentido que diga respeito à palavra “relação”.

E desse modo:

O ser não é relação a si, ele é ele mesmo. É uma imanência que não se pode realizar, uma afirmação que não se afirma, uma atividade que não pode agir, porque é empastada de si mesmo (SARTRE, 1997, p.39).

Percebe-se, dessa forma, o sentido do que se designa como *ser-em-si*. Uma Paisagem, por exemplo, seria *em-si* ela mesma. O *ser-em-si* se contrapõe ao *ser-para-si*, pois o primeiro é o ser do fenômeno; enquanto o segundo é o ser da consciência. E, desse modo, há uma diferença entre eles:

(...) nossa descrição do Para-si mostrou, ao contrário, como este se acha o mais longe possível de uma substância e do Em-si; vimos que era sua própria nadificação e só podia ser na unidade ontológica de seus eks-tases. Portanto, se a relação entre o Para-si e o Em-si há de ser originariamente constitutiva do próprio ser colocado em relação, não devemos entender, com isso, que tal relação possa ser constitutiva do Em-si, mas sim do Para-si. É somente no Para-si que devemos buscar a chave dessa relação com o ser que denominamos, por exemplo, conhecimento. O Para-si é responsável, em seu ser, por sua relação com o Em-si, ou, se preferirmos, ele se produz originariamente sobre o fundamento de uma relação com o Em-si (SARTRE, 1997, p. 232-233).

Vale ressaltar, ainda, que Sartre, ao analisar o Ser, que é a consciência e a existência, ou que poderíamos inferir de Sujeito, ou seja, o para-si, o faz de maneira extravagante; afinal o homem é o tema central de suas obras:

Em particular, captamos o sentido profundo do Para-si como fundamento de seu próprio nada. Não será agora a vez de utilizar esses conhecimentos para determinar e explicar esta relação ekstática entre Para-si e Em-si, à base da qual podem aparecer o conhecer e o agir em sua generalidade? (SARTRE, 1997, p.43).

Nessa perspectiva:

Torna-se importante frisar que o “para-si” tem como seu fundamento o nada. O homem é quem introduz o não ser no mundo, é o homem que modifica as coisas, contrariamente, ao pensamento kantiano, para o qual a origem do nada se dá através da negatividade, mas de acordo com a posição heideggeriana de que é o nada que fundamenta a negação. A função da negação varia segundo a natureza do objeto considerado (...) torna-se impossível, em qualquer caso, afastar estas negações para um nada fora do mundo porque elas estão dispersas no ser e por ele são sustentadas, sendo ainda condições da realidade (...) o nada, se não for sustentado pelo ser, extingue-se enquanto nada e voltamos a cair no ser. O nada não se pode anular senão na base do ser, se do nada pode seguir o ser, tal não acontece nem antes nem depois do ser, nem, de modo geral, fora do ser, mas, no próprio seio do ser no seu centro. (MORAIVA, 1985, 39).

Abordar o nada nos impõe considerar algumas condutas humanas. A que primeiro merece ser mencionada, uma vez que por ela podemos adentrar em outras, com a intenção de estabelecer uma análise satisfatória da relação homem-mundo, é a interrogação. Quando interrogamos, fazemo-nos presentes àquele Ser que interrogamos. Isso significa, que em toda ação interrogativa supomos, de antemão, um Ser que interroga e outro que é interrogado, que pode ser o próprio Ser, ou o

Outro. Vale ressaltar que tal atitude não pode ser confundida com o *ser do fenômeno*, captado pelo *fenômeno de ser*, mas sim compreendida como os pressupostos destes, e limitando-os.

O que nos interessa extrair, neste momento, da atitude interrogativa, é que ao interrogarmos alguém ou alguma coisa, esperamos uma resposta por parte do interrogado. Essa resposta poderá ser afirmativa ou negativa, ou ainda, devolvida com uma nova pergunta. Podemos nos deparar, por conseguinte, com o Ser e com o não-ser, daquilo que interrogamos. E assim, aquele que interroga, se depara com um estado de indefinição de resposta perante a interrogação. Essa situação remete ao fato de que existe um duplo não-ser, o não ser do saber e o não ser do objeto transcendente. O não ser do saber se dá quando um Ser realiza a ação de ser o primeiro a interrogar, não sabendo qual será a resposta; já o não ser do objeto transcendente, materializa-se quando o interrogado oferece uma resposta negativa à indagação.

Assim, a interrogação é uma ponte lançada entre dois não seres: o não ser do saber, o homem, e a possibilidade não-ser, no transcendente (SARTRE, 1997, p.45).

Essa ponte, entre os dois seres, gera um terceiro não-ser, como determinante da pergunta: o não ser limitador. Para Sartre, esse não-ser seria a própria condição de toda interrogação. É interessante ressaltar que o não-ser do objeto transcendente está estabelecido também a partir do Para-si, logo que o Em-si não dá nenhuma resposta, ele simplesmente é o que é. Assim, é preciso que o mundo seja interrogado pelo Para-si para que ele diga algo. O mundo não revela seus não-seres a quem não os colocou previamente como possibilidade (SARTRE, 1997, p.47).

Isso significa dizer que, por exemplo, ao lançarmos nosso olhar para uma paisagem urbana, a qual estamos acostumados a ver diariamente, e notarmos a disposição diferente de algumas estruturas físicas e isso nos causar estranhamento, é natural que nos interroguemos: porque essas estruturas estão aí? Será que foi construído um museu no lugar daquela antiga casa? Ou será que apenas pintaram a casa antiga que existia aqui? Portanto, somente assim, após realizar testes interrogativos, a própria paisagem poderá nos “dizer” se sim ou se não. E é através de uma revelação do ser da paisagem que nós emitiremos um juízo sobre o estado desta paisagem. No mesmo exemplo, quando questionamos o mal-estar que a

alteração da paisagem cotidiana trouxe, como sendo a alteração da disposição, talvez das suas cores, como possível causa do mal-estar, é assim que compreendemos um não-ser como resposta, pois a paisagem poderia estar igual a todos os dias, mas o Ser que interroga não havia atentado para aqueles detalhes da paisagem até então, o que causou estranhamento; ou realmente ocorreu alteração na paisagem urbana, e o Ser criou uma nova percepção sobre ela. Mas qualquer que seja o exemplo, o interessante é atentarmos que embora os fatos objetivos existam em si mesmos, só chegam a ser alguma coisa através da realidade humana reflexiva e questionadora.

Ora, como já foi (re)afirmado antes, o Homem é o centro da filosofia sartriana, pois a existência precede a essência, e o existencialismo de Sartre sempre colocou em pauta a discussão acerca da essência e da existência do Ser Humano como aspecto central. Desta maneira, tal tese evoca uma concepção de ser humano, que significa que primeiro é necessário admitir que todo homem é um existente mundano, um ser concreto e real que vive em um mundo real, e tal existência é a base de qualquer ação de tomada de consciência. E essa consciência humana não existe na forma de uma constante elaboração de teses sobre ela mesma, o que nos levaria a um retorno ao subjetivismo husserliano, mas sim, e, principalmente, na ideia de que a consciência é vivência, em sua dimensão primeira.

Portanto, se tal vivência pode tomar consciência reflexiva de si - e é esse movimento que torna possível o conhecimento de si e do mundo -, e toda ciência é a elaboração de conhecimentos de determinado setor da existência, o saber, sem dúvida, funda-se sobre o Conhecimento. Ocorre que todo conhecimento se funda em uma consciência, que é uma vivência que um ser humano elabora em sua relação com o mundo circundante. E se a Geografia é um saber, ela é certamente um conhecimento elaborado do homem. Mas, a complexidade desse saber aumenta porque o conhecimento erigido acerca do homem necessita assumir a impossibilidade de esgotamento desse fenômeno.

Por isso, podemos inferir, que metodologias deterministas<sup>30</sup> não conseguem abarcar todas as dimensões do fenômeno humano, e é por isso que se deve investir,

---

<sup>30</sup> Sob a lente do Positivismo, o Determinismo surgiu na Alemanha e procurou entender a influência do meio sobre o homem. Nessa corrente de pensamento, as características e o nível de desenvolvimento de cada povo, estava atrelado ao meio natural, ou seja, a natureza das atividades humanas era controlada pela dinâmica do mundo físico. Quando se fala em Determinismo na Geografia, Ratzel é

ao contrário, em metodologias existencialistas. E é exatamente porque o homem não tem uma essência fixa, mas, sim, livre, que a Geografia não pode ser uma ciência exata, fundada em leis de comportamento regulares e previsíveis. Num estudo de uma cultura por um “outsider”, como o de um geógrafo ou antropólogo, o investigador faz, por exemplo, inserção numa Comunidade Tradicional, em que ele certamente pode procurar estabelecer padrões de similaridades, mas necessitará desenvolver um trabalho compreensivo para entender o comportamento dessa cultura que ele não conhece, *a priori*, precisamente, porque jamais viveu suas experiências; todo o trabalho, então, é aproximativo e isento de determinações:

(...) um escritor se instala numa fábrica durante semanas ou meses, volta e conta o que ocorreu naquela fábrica, sem nela se inserir nem projetar, porque ele está muito distante. Sabe muito bem que não é um operário, é um escritor socialista, mas não é operário, e menos ainda projetando os outros porque não os conhece suficientemente; o resultado vai ser um mau livro. (SARTRE, 2015, p. 103).

E é nesse sentido que Sartre faz referência à forma como se pesquisa, e como o pesquisador se insere em determinados meios para conseguir analisar a realidade objetiva. Ele apresenta, inclusive, alguns exemplos, como do escritor socialista que, além de não se inserir no meio ao qual ele decide analisar e narrar a realidade observada ali (não vivida), ele se limita, apenas, a descrever o meio que observa, não no sentido de descrição Antropológica, defendida por Lévi-Strauss<sup>31</sup>, mas apenas transcrevendo o que meramente vê, sem se colocar como projeção, sem subjetivar o processo ou mesmo se interrogar sobre o que vê.

Ele acredita que é preciso haver uma espécie de condensação de quem escreve, uma inserção de quem analisa, de quem pesquisa, ou seja, o Ser-para-si que vê, deve se autoquestionar e questionar o que vê, trazendo à tona toda a subjetividade intrínseca na obra, com um olhar reflexivo do Ser.

---

apontado como a principal referência, na vasta bibliografia sobre o tema. Vale destacar que [...] existem outras vias na afirmação do determinismo em geografia, sem que elas estejam necessariamente ligadas à questão homem-meio. Ao mesmo tempo, importa reconhecer a importância do discurso determinista como uma parte integrante da geografia dita científica. Se as proposições ratzelianas foram objeto de numerosas críticas, isso não quer dizer que a geografia tenha resolvido, de uma vez por todas, seus problemas metodológicos a respeito do modelo positivo- racionalista. (GOMES, 2007, p. 181).

<sup>31</sup> Claude Lévi-Strauss (1908-2009): antropólogo belga, considerado fundador da antropologia estruturalista do século XX.

E é justamente a partir deste panorama que acreditamos que a Geografia revela-se como possibilidade de aceitação dos pressupostos do existencialismo fenomenológico sartriano, em que está presente a dialética do interior e do exterior, bem como a transformação do mundo retomando ao Eu para, por sua vez, transformá-lo. É através da linguagem que se exterioriza processos intrínsecos, revelando a subjetividade, num movimento constante, contínuo, estabelecido entre a objetividade da realidade e o da subjetividade do revelar.

Nas palavras de Sartre, seu existencialismo:

considera que a realidade humana, na medida em que se faz, escapa ao saber direto. As determinações da pessoa só aparecem numa sociedade que se constrói sem cessar, designando a cada um de seus membros um trabalho, uma relação com o produto de seu trabalho e das relações de produção com os outros membros, tudo num incessante movimento e totalização. Mas tais determinações, por seu turno, são sustentadas, interiorizadas e vividas (na aceitação ou na recusa) por um projeto pessoal (SARTRE, 1987, p.186).

Assim, este trabalho necessitaria dos recursos empregados pelo existencialismo fenomenológico para compreender a realidade humana a partir do projeto pessoal, sabendo-se que nessa perspectiva, se admite que as determinações sociais e materiais existem, mas elas somente são vividas concretamente por cada pessoa, ou seja, de forma individual, sem serem uniformemente válidas para todos. É sugestivo notar, ainda, que sempre há particularidades nas influências sofridas pelas determinações sociais e científicas, principalmente porque elas também são produzidas por seres humanos, e a Geografia necessita, por vezes ser estrutural e histórica, uma vez que a dupla determinação existente entre o individual e o coletivo é compreendida de forma complexa. Porém a Geografia determinista, fundada nos métodos das ciências naturais e neopositivistas, não teriam condições de captar e de compreender, em sua totalidade, as nuances de cada manifestação concreta das realidades sociais. Ressalta-se, ainda, que:

Esta compreensão que não se distingue da praxis é, ao mesmo tempo, a existência imediata (já que ela se produz como o movimento da ação) e o fundamento de um conhecimento indireto da existência (já que compreende a existência do outro) (SARTRE, 1987, p.186).

Neste trabalho (particularmente neste subcapítulo), nos concentramos na ideia de subjetividade e linguagem como leitura de mundo, intencionando mostrar como os conceitos/categorias de psicanálise existencial e a linguagem, explicação e

compreensão, narrativa e literatura, ser do fenômeno e fenômeno de ser (que se desvelam nos conceitos de Ser e Aparecer; Finito e Infinito e Consciência de si e Consciência Posicional), tem por consequência uma filosofia primordial prática e concreta, revelando que, ao sermos lançados no mundo, não assumimos uma postura meramente contemplativa, uma vez que a consciência desvela o mundo, atribuindo-lhe significações e só poderia ser dessa maneira, pois a consciência, inclusive, é *Ser-para-si*.

## **2.2 A ciência como construção e os fundamentos metodológicos bachelardianos: as múltiplas faces do imaginário, a psicanálise do conhecimento, a imaginação simbólica dos quatro elementos e a fenomenologia como alternativa para apreensão dos sentidos**

*Tudo o que a filosofia pode esperar é tornar a poesia e a ciência complementares, unindo-as como dois contrários bem feitos (BACHELARD, 1972, p. 10).*

O interesse dessa investigação, ao debruçar-se sobre o pensamento bachelardiano, manifesta-se em dois momentos: naquele em que temos a preocupação de salientar sua crítica a certos procedimentos de cunho objetivista, ao mesmo tempo que visa, *a priori*, problematizar o papel dos conceitos de Imaginação e Imaginário atrelado ao conceito de Paisagem; e, num segundo momento, quando nos propomos a proporcionar um diálogo e problematização entre os postulados dos autores apresentados neste trabalho como aporte teórico.

É sugestivo observar que Bachelard talvez apresente-se aqui, no contexto da tese, como ponte de reflexão e diálogo entre J. P. Sartre e Eric Dardel - este autor será abordado posteriormente. Seria ousado realizar tal proposta? Talvez. Mas, se pensarmos como um processo, o movimento que se inicia na trajetória da Epistemologia, trazendo as limitações fenomenológicas em Husserl para a desconstrução existencial em Sartre, com a introdução do *cógit*o pré-reflexivo e do *em*



*si*, da literatura e da linguagem, como possibilidade de leitura de mundo, adentraremos em algumas obras de Bachelard, que, aliás, dialogará, em certa medida, com a leitura sartriana das linguagens, mas ressaltando que ela parte da dicotomia do Ser Científico e a do Ser Poético. Depois vislumbraremos, nos conceitos de Imaginação, que Bachelard nos traz a introdução de uma filosofia própria, ou “uma sistemática de investigação da gênese da imagem poética do imaginário literário” (FREITAS, 2006. p. 41), a partir de quatro elementos estruturantes: água, ar, terra e fogo (que regulam o real e o imaginário enquanto primazias do inconsciente, alimentando pensamentos e sonhos – e que seriam como formações simbólicas vistas em diferentes dimensões).

Nesta perspectiva, estabelecemos um novo ponto de análise para adentrarmos às reflexões em Eric Dardel, analisando o Homem na Terra através das Paisagens, submergindo com as origens do significado e da experiência, compreendendo os fenômenos como parte da vivência do ser, ou seja, em sua essência, a partir da experiência e contemplação individual. E é relevante assinalar que ele apresentará conceitos, tal como Bachelard, vinculados aos elementos da Terra, e apresentará uma ontologia geográfica, e uma hermenêutica do espaço.

Ressalte-se que o diálogo e a reflexão que Bachelard traz para análise deste trabalho é, nesse sentido, a possibilidade de um contato mais estreito e profundo com os elementos da Natureza, que também serão introduzidos por Dardel – que partirá, contudo, de uma percepção humanística geográfica. E, ao mesmo tempo, trará um debate entre a concepção do Ser, da memória, da linguagem entre o dito e o não dito sartriano.

A obra de Gaston Bachelard nos revela o esforço de atualizar a filosofia da Ciência, ao mesmo tempo em que busca instaurar um novo espírito científico, permeado por um racionalismo que reivindica a condição de processualidade e se autodesigna como inacabado. Esse autor representa, nesse sentido, uma das várias correntes de pensamento francesas do início do século XX, que se empenhavam na defesa de uma doutrina geral das Ciências.

Com sua crítica ao idealismo e ao realismo empirista, o filósofo classificaria as filosofias tradicionais como inadequadas, tal como explicita Quillet ao analisar a sua obra:

Deve-se juntar a isso alguns artigos de fé insustentáveis de origens diversas: Aristotélica: que só existe ciência do geral. Cartesiana: simplicidade da verdade. Kantiana: só existe ciência do fenômeno (da aparência sensível). Positivista: o determinismo absoluto. O todo se caracteriza por uma radical ineficiência no plano da prática científica. Mas há algo mais grave: a filosofia das ciências ou epistemologia exerce, há muito tempo, um papel perfeitamente nefasto no desenvolvimento do pensamento científico (QUILLET, 1977, p. 31).

Tal postura instaura uma perspectiva dinâmica, e ao mesmo tempo, crítica de construção da realidade, tanto que define e determina outras correntes de pensamento como limitadas. Ressalta-se que, para Bachelard, a ciência contemporânea prescinde de uma filosofia alicerçada em princípios gerais, portanto, o pensamento científico do século XX não poderia se restringir a explicitar leis ou mesmo transcrever informações a partir da observação, mas deveria ir além, recriando o real, equacionando sua própria constituição, aliada à imaginação, engajada no esforço criador e na busca incessante do novo, do desconhecido. E essa proposta de nova ciência, demandaria a construção de uma epistemologia que não se caracterizasse nem como puramente idealista, nem puramente realista.

A tematização da poética entra, então, em pauta, aludindo à questão da temporalidade, tendo, como principal antagonista, a obra de Henri Bergson<sup>32</sup>. Essa obra encontra seu eixo na postulação da interpretação de mundo a partir de âmbitos distintos, em que existe uma dualidade vida-espírito, intensificada pelo antagonismo fundamental do pensamento, em que o conceito de *duração* é compreendido como substância temporal, e como dado imediato da consciência. Nessa perspectiva,

O exemplo mais importante do primeiro tipo de filosofia da metafísica da vida foi do elan vital de Henri Bergson. (...) E o título de sua principal obra é *O Espírito como adversário da vida (1929-33)*, aludindo diretamente à forma de percepção primária, que segundo Klages (Ludwing Lages) havia alertado

---

<sup>32</sup> Henri Bergson (1859 – 1941): O método filosófico proposto por Bergson é caracterizado por um esforço de redirecionamento da inteligência que, somente contrariando a sua tendência natural, é capaz de iluminar de algum modo o movimento próprio da vida. A nova metafísica, fundada na intuição da duração, não seria uma sistematização da ciência, mas um conhecimento complementar que dela difere tanto em seu método quanto no aspecto da realidade que toma por objeto. A intuição seria o método da metafísica, enquanto o espírito (ou o que há de espiritual na matéria) seria seu objeto. À ciência caberia a análise da matéria, por intermédio da inteligência. Ciência e metafísica seriam, portanto, métodos diferentes, mas complementares e de igual valor, que consideram metades diferentes de uma mesma realidade. A intuição, que é intuição da duração, teria uma certa prioridade ontológica, mas o caráter originário e positivo da intuição, assim como o caráter secundário da inteligência não invalidam a relação de complementaridade entre ambas. O êxito dessa relação, que equivale à relação entre metafísica e ciência, depende de que cada uma se volte para o seu objeto próprio. Intuição seria, pois, pensamento da duração, do tempo não espacializado, não figurado, não representado, não fragmentado, seria intuição do espiritual e o espírito seria o objeto da metafísica (ROCHAMONTE, 2011, p. 125).

sobre todos os seus descobrimentos científicos: a percepção de que a vida e o espírito são dois poderes primários e essencialmente opostos, que não podem ser reduzidos um no outro, nem em ambos ou num terceiro (SCHADELBACH, 1991, p.185-186).

A temporalidade, como dimensão fundamental do absoluto da filosofia da vida, defendida por Bergson, partiria de suas concepções sobre a *duração*, compreendida como um real versátil, intrinsecamente constituída por fluxos e continuidade de transição. E essa processualidade constituiria o que ele chama de *élan vital*<sup>33</sup>, que move a natureza e que se inscreve na própria condição humana (SCHADELBACH, 1991, p. 183-184). A subjetividade nesse sentido, confundir-se-ia com o tempo e se configuraria como um desenvolvimento contínuo e de pura criação. Nessa perspectiva, o interno e externo, interior e exterior, ao Homem seriam fundamentalmente temporais. É interessante ressaltar que:

É preciso por em causa, finalmente, a própria noção de duração que é a expressão viva da identificação bergsoniana do *ser* e do *dever*. A descontinuidade não é um fato de exterioridade, de materialidade. Toda continuidade só pode ser um começo sempre recomeçado. Bem antes de J. P. Sartre e fora de qualquer influência heideggeriana, Bachelard funda sobre a *decisão* a estrutura do *tempo*. Essa tomada de posição vigorosa é tanto mais notável quanto a inspiração de Bachelard é perfeitamente estrangeira à filosofia da existência: a *decisão* não tem nada a ver, a não ser por coincidência, com o *instante* kierkegaardiano, ela apresenta no universo psíquico um acontecimento microfísico que libera um *quantum* de ação. Em lugar de oposição bergsoniana do tempo mensurável especializado e da duração concreta, encontramos, em nós próprios, a analogia da descontinuidade física (QUILLET, 1977, p. 51).

Essa ruptura decisiva de curso e compressão do *tempo*, e aproximação conceitual com o existencialismo, é fundamentalmente relevante, visto que permite uma dimensão de transcendência da ontologia bachelardiana. Bachelard ressalta que:

Tomada em qualquer um de seus caracteres, tomada na soma de seus caracteres, a alma não continua a sentir, nem a pensar, nem a refletir, nem a querer. Ela não continua a ser. Porque procurar o nada mais longe, porque procura-lo mais longe? Ele está em nós mesmos. Espalhado ao longo da nossa *duração*, quebrando a cada instante o nosso amor, a nossa fé, a nossa vontade, o nosso pensamento. Nossa hesitação temporal é ontológica. A experiência positiva do nada em nós mesmos só pode contribuir para esclarecer nossa experiência da sucessão (BACHELARD, 1994, p.29).

---

<sup>33</sup> Expressão francesa *élan vital* (em português, "elã vital") é utilizada por Bérson para designar um impulso original de criação de onde provém a vida e que, no desenrolar do processo evolutivo, inventa formas de complexidade crescente até chegar, no animal, ao instinto e, no homem, à intuição, que é o próprio instinto tomando consciência de si mesmo e de seu dever criador (JAPIASSÚ, 2008).

Bachelard expressa, desta maneira, seu pensamento oposto aos postulados bergsonianos, em relação, fundamentalmente aos processos de dinamismo e continuidade temporal, na qual Bergson se sustentava. Assim, Bachelard assume uma postura mais reflexiva acerca da temporalidade, assinalando em *A Instituição do Instante* (2007) que é o Instante que constitui a essência da temporalidade. Ou seja, inexiste a duração como essência do Ser; postulando, ainda, que os instantes são únicos e desvinculados, portanto o instante seria solidão para os outros, e também, para o Ser. E, portanto, seria no instante de si que o Ser tomaria consciência de si.

Nesse sentido, o tempo se torna uma reflexão fundamental de qualquer metafísica e a meditação do instante é a própria consciência (que nesse caso não precisa ser entendida como uma intencionalidade). O instante é a consciência que se revela nas suas manifestações entre o Ser e pensar, ou seja,

A consciência é consciência do instante, e a consciência do instante é consciência - duas fórmulas tão vizinhas que nos colocam na mais próxima das recíprocas e afirmam uma assimilação da consciência pura e da realidade temporal (Bachelard, 2007, p. 52).

Contudo, o instante também revela uma ruptura do Ser, ou seja, sua própria descontinuidade. Bachelard procurou demonstrar que o instante não é um simples corte do tempo ou uma abstração esquemática de eternos recomeços, mas um indissociável vínculo entre cada instante.

É interessante ressaltar, aliás, dois pontos de diálogo, que vão no sentido inverso do pensamento sartriano, sabendo-se que, para Sartre, a consciência *de si* acontece a partir da relação entre o Ser, ou *cógito* pré-reflexivo, e os objetos de reflexão e reflexivo, e nessa perspectiva, o objeto refletido percebe-se a si mesmo, e é operado através de uma consciência dirigida para a consciência, que toma consciência de um objeto e não através do instante de si. Sartre defende que o instante se dá a partir do Instante da Aparição; e que toda a realidade está na aparição, e não há nada além da aparência; portanto, o que se compreende por essência, nada mais é do que a associação entre várias aparições sucessivas do fenômeno.

Já, para Bachelard, os instantes seriam pontuais e não possuiriam vínculo entre si; portanto não seria possível associar a memória a um passado com sucessão contínua, pois para se alcançar uma rememoração completa, seriam necessários

inúmeros instantes (BACHELARD, 1977, p.9). Desse modo, a *duração* só existe como imaginação, de modo que ela não é um dado imediato da consciência. Nessa perspectiva, a inventividade da imaginação criadora, ao conectar os instantes, opera uma apreensão do tempo enquanto continuidade e fluxo ininterruptos; assim, as lembranças constituirão como memória em tempos separados, que se unem com o esforço da imaginação, resultando numa construção sequencial e contínua do tempo.

Ou seja, para Bachelard a processualidade perpassa pela pluralidade de pontos isolados, por instantes que não se conectam necessariamente uns com os outros. Assim, para sua unidade, seria necessária a compreensão da multiplicidade pontual e sem linearidade. Por conseguinte, cada um desses pontos configuraria um acontecimento produtor de imprevisíveis novidades, com possibilidade de gerar novos fatos, que se distinguiriam dos acontecimentos anteriores e, também, dos acontecimentos futuros. O Instante não constituiria, assim, uma transição de passado e futuro, mas seria no Instante Atual que teríamos a sensação da existência como ato de atenção ligado à vontade (BACHELARD, 1977, p.9).

É interessante assinalar, que, analogamente a Sartre, a existência também se vincula à vontade, porém, para ele, a vontade é compreendida como Pulsão, em que não há necessidades externas, nem tampouco uma obrigação *a priori*, havendo, sim, uma Pulsão a que o próprio organismo se dá como exigência de subsistir.

O Instante, em Bachelard, nos permite inferir, então, que ele admite a concreção do Sujeito, ou seja: o Homem pressentiria sua “mundaneidade” a partir da ligação entre passado e futuro, conectando os instantes pela força da imaginação, pelo desejo, pela vontade de transgredir o isolamento dos momentos pontuais. E, nesse sentido, a filosofia bachelardiana seria uma filosofia do Ato, logo que essa é, antes de tudo, uma decisão instauradora, propulsora de originalidade, uma vez que se estrutura na vontade e na consciência do Sujeito que age. Para Bachelard:

Não poderíamos por atenção em um processo de desenvolvimento em que a duração seria o único princípio de ordenação e de diferenciação dos acontecimentos. A novidade é condição para que o pensamento intervenha, para que a consciência se afirme e a vida progrida. Sem dúvida, em seu princípio, a novidade é evidentemente sempre espontânea (BACHELARD, 1977, p. 40).

É interessante notar ainda que uma realidade temporal que realiza sua obra num movimento continuado, pulveriza a possibilidade de criação genuína, logo que o

presente se resolve no passado, e vice-versa. E dessa forma, no presente não se realizaria nada. O instante, ao contrário da duração, que é um processo de imprevisíveis novidades, e de criação do novo, teria como elemento primordial a ruptura das nossas atitudes vinculadas à criatividade (BACHELARD, 1977, p.12). Ou seja, seria no desencadeamento dos atos espontâneos que abrir-se-ia a possibilidade de criação; e, assim, cada fragmento temporal desencadearia um ato totalmente novo. E toda atitude revelar-se-ia, então, por instantes criadores.

Por conseguinte, Bachelard refuta a ideia de duração absoluta de fenômenos, compreendendo que a continuidade dos processos resulta do esforço do Sujeito, que, movido pela vontade e pelo desejo (aqui não denominado de pulsão), pretende erradicar as lacunas temporais, as substituindo pela ilusão de que os instantes se perpetuem uns nos outros.

O durar não equivale a um dado imediato da consciência, mas a uma elaboração das forças imaginantes (...) a continuidade psíquica não é um dado, mas uma obra (BACHELARD, 1972, p. 86).

Nesse sentido, o Homem tem como destino a reconstrução de si com o surgimento de cada instante. Assim, a cada decisão da vida, novos instantes são gerados e a vida se (re)constrói, numa deflagração de rupturas incessantes, e não de continuidade.

Vale ressaltar que a consequência fundamental dessa compreensão do Instante bachelardiano, é que Bachelard impõe a descontinuidade temporal, enquanto fundamento do *Real* (QUILLET, 1977, p.48). Bachelard denomina o Real como a *dialética* Real Científico e Real Dado, na medida em que o segundo é compreendido como conhecimento comum, e lida com o mundo dado; já o Real Científico ou Conhecimento Científico lida com o mundo recomeçado, estruturado em uma fenomenotécnica (BACHELARD, 1977, p 17). Nesse sentido, o conhecimento comum acaba instituindo um obstáculo epistemológico ao conhecimento científico, exigindo que Bachelard efetue, o que ele denomina *psicanálise do conhecimento científico*.

A ideia de dialética, assume, pois, um perfil diferente das apropriações clássicas que a filosofia lhe atribui. Dialética não coincide aqui com a noção de contradição imanente à dialética hegeliana, na qual a contraposição tese-antítese resultaria, em última instância, na síntese como presentificação do absoluto, como ponto final da razão em seu itinerário histórico. A dialética hegeliana opera no âmbito do *a priori*, propiciando a emergência de uma moral ou de uma política geral, mas incapaz de viabilizar o exercício sistemático da liberdade de espírito. Ao contrário, a dialética em Bachelard é

uma dialética do conhecimento, Impulsiona o sujeito cognoscente a romper com as estruturas do saber, instaurando e inventando o inexistente. (...) Nessa perspectiva, o método é dialético e corrobora os propósitos da filosofia do não. Prevalece a recusa dos pontos fixos, dos saberes definitivos e das certezas generalizantes (PAIVA, 2005, p.38).

A fim de estruturar e aprofundar o método da psicanálise do conhecimento científico, Bachelard propõe dois caminhos distintos de análise: o da Razão, e o do Devaneio. O primeiro, compreendido como a ciência e a técnica, implica em teorias produzidas dentro de um diálogo intersubjetivo entre cientistas sobre diversificadas teorias, e resulta de uma razão criadora que almeja o inexistente, pois, assim, a ciência e a técnica criariam um prolongamento de nós mesmos, na sociedade. Já o segundo caminho, o devaneio, ou ainda a poesia, seriam o *locus* dos sonhos engendrados na solidão, libertando o Homem da servidão historicista e das referências da memória.

Há, assim, duas vias de acesso aos homens e às coisas: de um lado a da ciência e da técnica, através de uma cidade científica; de outro, a da poesia e da imaginação, que nos libertam das referências da memória, a fim de descobrir homens e coisas (FELICIO, 1994, p.3).

É interessante ressaltar que a ligação entre ambas não implica em reduzir uma à outra, nem tampouco em destruir uma em nome da outra, mas antes, elas mantêm uma relação de complementaridade, mantendo suas diferenças e similaridades. Assim sendo, a razão científica e a poética constituir-se-iam em esferas distintas, embora permeadas pelas potencialidades da imaginação, como ressalta Felicio:

Se a epistemologia e a poética se tornam complementares e homólogas mediante a noção de dinamismo, esta propõe uma unidade que, no entanto, mantém o duplo aspecto das atividades do espírito, sem reduzi-las uma à outra. A unidade dinâmica é, pois, a síntese entre epistemologia e poética (FELICIO, 1994, p.36).

Tal qual a ideia dialética entre Razão e Devaneio, Bachelard afirmará que o Homem é um Ser dual, portanto, ele é um Ser diurno e noturno.

Por isso, a obra de Bachelard se revela como uma dupla pedagogia: da Razão e da Imaginação. Não devemos confundi-las: há o homem diurno da ciência e o homem noturno da poesia (JAPIASSU, 1976, p.23).

A existência humana, para o autor, deseja o direito de habitar tanto o universo da noite, fecundo em devaneios, como também, aqueles perpassados pela luz reveladora e científica do dia. E ao refletir sobre a esfera noturna do Homem, Bachelard adentra pela profundidade do Ser e da alma humana, perspectivando uma dimensão essencial da existência, na qual aflora o ato criador, que busca superar a

solidão dos instantes constitutivos da temporalidade (JAPIUSSU, 1976, p 24.). Portanto, os interesses determinantes para a vida humana não são os calculados e mensurados, mas aqueles de caráter atemporal e imaginativo, que revelar-se-iam em nossos sonhos.

Vale ressaltar que a tradição filosófica relegou à imaginação um lugar sempre subalterno perante outras discussões e análises no mundo científico, postulando-a, sempre, como inferior ao processo de conhecimento. Mas Bachelard assume uma nova postura, compreendendo a Imaginação como fonte de criação imprescindível à constituição do Homem, ou seja, a Imaginação corresponderia ao fundamento da existência do Homem.

Porém a imaginação, os devaneios, as ilusões engendradas pelas fantasias da alma, podem, por vezes, impregnar os processos de investigação, tornando predominantes aspectos puramente subjetivos. Nesse sentido, Quillet observa que:

A racionalidade se constrói em tensão constante com as pulsões da vida, numa verdadeira guerra interior (QUILLET, 1977, p.32).

Em face desses dualismos e enfrentamentos, Bachelard assinala que a objetividade almejada na construção do objeto científico decorre da coerência do processo de racionalização, o qual não se efetua sem perturbações. Nele, o cientista defronta-se com os chamados obstáculos epistemológicos que se desvelam como verdadeiros percalços em sua trajetória de investigação. Principalmente em sua obra *A Formação do Espírito Científico (1938)*, o autor analisará alguns obstáculos que devem ser superados, como o determinismo absoluto, para que prevaleça uma perspectiva científica e racional, findando com os resquícios de um pré-saber sobre a imaginação.

Em vista disto, o filósofo, opondo-se a essa tradição filosófica, de determinar o conceito de Imaginação a esse lugar subalterno ao pensamento científico, pondera que há um poder constitutivo do Homem, através do qual ele assume seu lugar no mundo, e revela-se Sujeito de seus atos, em que suas atividades são geradoras de novidades, devendo juntamente à imagem que antecede a Imaginação, em relação ao seu pensamento, constituir o fundamento da existência do Ser. Esse fundamento é descrito a partir da *primitividade das imagens*.



Essas imagens são para Bachelard, imagens psíquicas que em seu impulso, constituir-se-iam como a própria condição do Sujeito de imaginar. Para ele:

O debate que queremos encetar sobre a primitividade da imagem é imediatamente decisivo, pois vinculamos a vida própria das imagens aos arquétipos cuja atividade foi mostrada pela psicanálise. As imagens imaginadas são antes sublimações dos arquétipos de reproduções da realidade (BACHELARD, 1991, p. 3).

Assim, é no psiquismo humano, cuja realidade é justamente uma necessidade imanente de novidades, que advêm essas imagens, sendo elas consideradas produções primordiais<sup>34</sup>. E com a sublimação (processo no qual as pulsões inconscientes se transformam em imagens), emergiriam os valores estéticos, concernentes à dimensão noturna do homem, ou seja, àquele referente à Imaginação.

No jargão intelectual do entre guerras, as limitações do entendimento são os *complexos*, e o termo já não será tão desagradável se designar não simples barreiras, mas *nós*, que entravam a liberdade do pensamento. A *Psicanálise do Fogo* se empenhou em revelar e desatar uma multidão de complexos, muito mais do que Freud teria imaginado: o complexo de Prometeu, de Novalis, de Hoffmann (...) esta noção freudiana popular desaparecerá da língua analítica de Bachelard por inflação, em virtude de sua própria proliferação. Ela é pouco compatível com a doutrina jungiana da inconsciente natureza, que exprime as raízes obscuras de nossa participação na vida do Todo. Jung não ignora o “complexo”, “situação psíquica presa”, mas tal bloqueio latente da conduta perde muito de sua significação patológica quando o psiquismo, em seu conjunto, é determinado sob o aspecto de uma perturbação causada a um comportamento provável. Os arquétipos, em definitivo, não são nada além de complexos específicos inatos. Na doutrina de Bachelard, o complexo perturbador, em breve, não será mais que um revelador (QUILLET, 1977, p.77-78).

A poética de Bachelard inicia, aqui, um trabalho de decifração dos complexos, enquanto arquétipos inconscientes, e, por conseguinte, enquanto formações simbólicas que nada tem a ver com os mesmos elementos considerados do ponto de vista científico, ou Homem-diurno. Os elementos poéticos se constituem como sentido, e não como dados ou construção científica

É interessante ressaltar que Bachelard referencia-se na psicanálise, apropriando-se de modo sistemático, mas não muito ortodoxo, dos conceitos

---

<sup>34</sup> “Há uma diferença entre a noção de arquétipo de C. G. Jung e os complexos de imagens simbólicas dos elementos de Bachelard. Para Jung, o arquétipo se refere às representações coletivas e primordiais do Inconsciente coletivo, formando um modelo básico de comportamento instintivo. Já as imagens poéticas que Bachelard estuda são sublimações individuais dos arquétipos coletivos e dependem da subjetividade do sonhador” (GOMES, 2015, p.4).

freudianos e jungianos, instaurando a *Psicanálise do Conhecimento Científico*. Essa, teria como premissa:

Erradicar, do olhar científico, as emoções, as fantasias, e as forças psíquicas que acompanham os homens em seu envolvimento passional com o mundo, explicitando o assédio do inconsciente, cuja manifestação na construção do saber resulta da produção de uma ciência demasiadamente pessoal e pouco criteriosa (PAIVA, 2005, p. 96).

A psicanálise se mostrara, nesse sentido, necessária, a fim de que o conhecimento subjetivo fosse purificado das impressões subjetivistas, na medida em que as certezas prematuras adentravam ao conhecimento subjetivo. Por isso Bachelard ponderará que:

Uma ciência que aceita as imagens é, mais do que qualquer outra, vítima das metáforas. Também o espírito científico deve, incessantemente, lutar contra as imagens, contra as analogias, contra as metáforas (BACHELARD, 1996, p.38).

Assim, a *Psicanálise do Conhecimento Científico* tentaria elaborar um bom uso da imagem, tendo, como referencial, a microfísica, lidando com hipóteses não-figurativas. A imagem, nesse sentido, apareceria não mais como uma cópia da realidade, mas sim, ligada à construção teórica (FELICIO, 1994, p.25). Nesse caso, o *psicanalisar* não consiste em libertar imagens inconscientes para que, ao se explicitarem, elas desobstruam os possíveis bloqueios da prática consciente, mas, sim, em trazê-las à luz para que, ao se manifestarem, sejam minimizadas de subjetivismos, e incorporadas à vida intelectual. Japiassu ressalta, ainda, que:

A meta de Bachelard é psicanalisar o conhecimento. E a função primordial da psicanálise, quando utilizada com propósitos intelectuais, consiste em fornecer uma contribuição decisiva ao processo de construção e de reconstrução epistemológica do saber. Esta função está bem explicitada num texto famoso (*A formação do espírito científico*) em que Bachelard procura as condições psicológicas dos progressos da ciência, chegando à conclusão de que é em termos de *obstáculos* que se deve colocar o problema do conhecimento científico. Não se trata de obstáculos externos, pois é no próprio ato de conhecer, intimamente, que surge, por uma espécie de necessidade funcional, retardos e perturbações (JAPIASSÚ, 1976, p.82).

Ressalta-se, nesse sentido, que ao recorrer à psicanálise, Bachelard nunca pretendeu ou mesmo se propôs a retomar as teses freudianas; seu objetivo, aí, era estender a psicanálise à vida intelectual.

A imaginação, de acordo com Bachelard, antecederia todas as outras capacidades de qualquer racionalização, logo que o universo dos devaneios é anterior ao da contemplação.

Sonha-se antes de contemplar. Antes de ser um espetáculo consciente. Toda paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vimos antes de um sonho (BACHELARD, 1989, p. 5).

Assim, a imagem imaginante é incrementada pela mudança de imagens e a presença da imaginação só poderia ser constatada quando uma imagem presente nos remetesse a uma imagem ausente. Ou seja, a imaginação equivale no psiquismo humano, a uma mobilidade espiritual, e a uma experiência da abertura para o mundo externo, que nos conduziria ao abandono do *curso ordinário das coisas*, fazendo-nos ultrapassar as formas percebidas. Portanto, quando contemplamos uma determinada paisagem, nós a imaginamos anteriormente, de acordo com imagens pré-conhecidas e estabelecidas no inconsciente. Ora, se estamos a analisar paisagens que não conhecemos, nem tampouco vimos, mas apenas lemos suas descrições, passamos a contemplá-las através de imagens imaginantes geradas no inconsciente a partir do que já conhecemos, do que possuímos de referência e vivência.

Deste modo, o ato de imaginar corresponderia, conseqüentemente à inauguração de uma nova vida, instaurando aberturas profundas com o universo do real. Perceber e imaginar, nesse sentido, seria tão antitético quanto presença e ausência (BACHELARD, 1990, p. 4).

Para nós, a imagem percebida e a imagem criada são duas instâncias psíquicas muito diferentes e seria preciso uma palavra especial para designar a imagem imaginada. Tudo aquilo que é dito nos manuais sobre a imaginação reprodutora deve ser creditado à percepção e à memória (BACHELARD, 1991, p.2).

Nesse sentido, Bachelard compreende que para pontuar a imagem imaginada, era necessária a introdução de outro conceito, que seria o de Imaginário:

Graças ao imaginário, a imaginação é essencialmente aberta, evasiva. É ela, no psiquismo humano, a própria existência da abertura, a própria experiência da novidade (BACHELARD, 1990, p. 2).

Pode-se inferir, nesse sentido, que paradoxalmente às concepções estáveis de analisar e refletir a respeito do Ser Humano e do mundo, a Imaginação seria a pura transformação; e nessa perspectiva, o imediato deveria ser negligenciado. A imaginação deveria ultrapassar a faculdade da mera reprodução do perceptível,

devendo ir além, em direção aos fenômenos apreendidos pelo prisma da percepção visual.

É interessante ressaltar que a ideia de percepção, em Bachelard, é dispare da famosa construção do conceito de Percepção na obra do, também, fenomenólogo, Merleau-Ponty, que considera a Percepção como um processo de apreensão de sentidos. Assim, de acordo com esse autor, quando um Homem percebe um fenômeno, todos os seus sentidos se intercomunicam, não sendo compreendidos, desta maneira, como a soma deles, mas na relação e intercomunicação. Ou seja, ao pensar no nosso corpo, automaticamente nomeamos os nossos sentidos biológicos: audição, olfato, paladar, tato e visão. E quando inquiridos sobre algo em que o “perceber” se faz presente, logo nos posicionamos diante desse fenômeno, ligando-o ao sentido, através do qual é percebido: ouço a música, vejo o computador, cheiro o perfume, toco a parede, sinto o gosto do café. Assim, sempre associamos, portanto, um sentido a um objeto. Logo, se eu sinto o cheiro, o aroma do café, por exemplo, e formulo este pensamento, certamente é porque eu já conheço o café e sei que ele exala aquele cheiro! Os meus sentidos só se manifestam através de um fenômeno que os coloca em situação que estimula uma lembrança. Eu não poderia formar esta imagem e dizer que percebo o cheiro do café, se esse processo nunca tivesse sido experienciado por mim, anteriormente (NEVES, 2015).

Mas, para Bachelard, como os conceitos são diversificados para cada pessoa, e não necessariamente condizentes com o real, as imagens provenientes da imaginação criadora, são móveis e deformam as imagens estáticas que se originam na percepção.

E é assim que a incompatibilidade vislumbrada por Bachelard, entre percepção e imaginação criadora, conduz sua poética a uma distinção categórica: a imaginação formal e a imaginação material, pois, dessa maneira, a imaginação formal transformaria o mundo em objeto de visão, de contemplação, modulando o homem na condição de espectador de um mundo que aparece como representação, ou ainda, encenação. Já a imaginação material conceberia o real como, aliás, incessantemente provocativo, e em que a imaginação deve atuar, de forma a recriar o mundo posto.

É interessante notar que Bachelard, ao trazer a concepção de imaginação formal, refuta a noção do espetáculo imagético, enquanto contemplação, compreendendo, assim, que é através da construção, da criação, produzindo e retificando que o espírito chega à verdade (BACHELARD, 1989, p.18). Ou seja, a imaginação, advinda do universo das pulsões, produtora de imagens e de pensamentos, antecede o pensamento organizado e determinante, transformando-se num pensamento mais reflexivo e compreendido.

Portanto, se a imagem formal corresponde à imagem percebida, e suas produções estão atreladas à percepção e à memória, a imaginação material corresponderia à imagem criada. E o seu propósito seria consumir o que ainda está por existir; ela possuiria a função do irreal - tão necessária à psiquê humana, quanto a função do real.

É interessante ressaltar que Bachelard considera que as imagens formais e estáveis tendem a se tornar obsoletas, visto que são facilmente destruídas pela ação do tempo e se desgastam (BACHELARD, 1991, p.10). E as obras da imaginação material, diferentemente disso, não se perderiam ao longo do tempo, porque estão sempre em movimento, revitalizando as imagens, recriando-se à medida que as modifica.

Mas é preciso atentar que essa distinção entre imaginação material e formal se apresenta como uma *teoria da imaginação criadora*, ancorada sobre um pressuposto específico: os quatro elementos constitutivos e formadores de uma cosmologia primitiva. As filosofias antigas associavam seu sistema de pensamento a um elemento fundante, ligados à ação de um elemento primordial. Nessas filosofias, é a substância de um elemento da matéria que, ao sugerir um devaneio primitivo, vem embasar o pensamento racional. Bachelard, assim, pondera que:

(...) se essas filosofias simples e poderosas conservam ainda fontes de convicção, é porque, ao estudá-las encontramos forças imaginantes totalmente naturais. É sempre a mesma coisa: na ordem da filosofia, só se persuade bem, sugerindo devaneios fundamentais, restituindo aos pensamentos suas avenidas de sonhos (BACHELARD, 1989, p.44).

Os sonhos e os devaneios, nesse sentido, seriam regidos pelos elementos da matéria (água, ar, terra e fogo). O filósofo acredita que uma teoria completa da

imaginação humana só seria viável quando as formas fossem apreendidas a partir da matéria que as designa.

Com efeito, acreditamos ser possível estabelecer, no reino da imaginação, uma lei dos quatro elementos, que classifica as diversas imaginações materiais conforme elas se associem ao fogo, ao ar, à água ou a terra. E se é verdade, como acreditamos, que toda poética deve receber componentes, por fracos que sejam, de essência material, é ainda essa classificação pelos elementos materiais fundamentais que deve aliar mais fortemente as almas poéticas (BACHELARD, 1989, p.44).

Houve um longo processo, gradual, cumulativo e contínuo de construção desse projeto da teoria da imaginação criadora de Bachelard, no qual inicia-se com o elemento fogo, perpassa pela água, ar, terra e retorna findando no fogo. Na primeira obra elementar, *A Psicanálise do Fogo* (1949/1994), os complexos são organizados em diferentes narrativas míticas sobre o fogo: o complexo de Prometeu, o ladrão do fogo (p.11-19; p.89-112); o complexo de Empédocles, o desejo irracional de se deixar consumir pelo fogo (p. 21-31; p. 113-142); o complexo de Novalis, o fogo associado ao amor correspondido, a fênix renascida das cinzas (p. 33-63), com a herança da mitologia dos complexos freudianos (QUILLET, 1977, p.78).

Já em *A água e os sonhos* (1942/1989), segundo livro da série, não se trata mais de desmistificar as ilusões em torno do elemento, mas sim de imaginar, devanear através de imagens, a partir da água. Há também complexos de imagens aquáticas, como o complexo de Ofélia ou o complexo de Caronte (p.73), mas esses são formados pela sublimação dos arquétipos (no caso, dos arquétipos da água e da morte), e não mais por ilusões subjetivas que precisam ser decifradas.

É interessante notar, também, que Bachelard remete-nos, por exemplo, às imagens em que esse elemento associa-se, por um lado, à pureza e à tranquilidade na imagem da água clara; e, por outro lado, às imagens das águas revoltosas e escuras, às manifestações violentas (BACHELARD, 1989, p.45). Aqui, portanto, apresenta-se um elemento que produz poéticas distintas, logo que o elemento apresenta valorizações multifacetadas. E é por isso que, Bachelard considera que a ambivalência é constitutiva das mais belas imagens e que uma matéria, que não possa ser vivida duplamente pela imaginação, destitui-se de sua condição de matéria original. E assim, ele ressalta que:

Uma matéria que não é ocasião de ambivalência psicológica não pode encontrar o seu duplo poético que permite transposições sem fim. Por

consequente, é necessário haver dupla participação: do desejo e do medo, do preto e do branco, para que o elemento material envolva a alma inteira (BACHELARD, 1989, p.23).

Nessa perspectiva, as imagens seriam formadas na dimensão da imaginação e potencializadas por um elemento que engendra representações ambíguas, com sentidos multifacetados. Por exemplo, um Sujeito ao eleger uma paisagem poética referenciada por um elemento, mais do que eleger, explicar e explicitar uma imagem favorita, revelaria uma realidade orgânica primordial.

Com o elemento ar, surgem as noções de imaginação dinâmica, de poética do movimento e de verticalização do tempo. Enquanto a imaginação material referir-se-ia à materialização do imaginário, a imaginação dinâmica, no polo oposto, corresponde à volatilização dos objetos concretos. Nesse sentido, Bachelard pontua que:

“A imaginação dinâmica ganha a dianteira sobre a imaginação material. O movimento imaginado, desacelerando-se, cria o ser terrestre; o movimento imaginado, acelerando-se, cria o ser aéreo” (BACHELARD, 1990, p. 109).

No entanto, Bachelard cria um duplo entre uma imaginação dinâmica dos movimentos e uma imaginação dinâmica das forças - que é desenvolvida no livro *A terra e os devaneios da vontade* (1948/1991). E nessa nova proposta, a imaginação material se oporia, como complemento e polo oposto às duas imaginações dinâmicas (do movimento desmaterializante e das forças em combate contra a dureza e solidez do mundo material). E, em um terceiro momento, a imaginação material corresponderia aos devaneios de repouso e as imagens da intimidade - que são estudadas no livro *A terra e os devaneios do repouso* (1948/1990).

Já as imagens que o elemento terra suscitam em Bachelard ocorrem em dois planos. O plano da extroversão, que se refere à imaginação dinâmica e diz respeito aos devaneios ativos, que agem sobre a matéria; e o plano da introversão, formado pelas imagens de intimidade:

A terra, com efeito, ao contrário dos outros três elementos, tem como primeira característica uma resistência. Os outros elementos podem ser hostis, mas não são sempre hostis. A resistência da matéria terrestre, pelo contrário, é imediata e constante (BACHELARD, 1990, p. 8).

Nota-se, nesse sentido, que os elementos seriam combinados e analisados entre si, de modo que as imagens poéticas se configurassem, *a priori*, como

resultantes dessa combinação, porém, fazendo-se necessário ressaltar que a imagem será resultante do modo pelo qual a imaginação atua, ao combinar os elementos, servindo-se deles como canal de realização. Isto não impede que um deles se destaque, permitindo-nos inferir que o funcionamento da imaginação não desvie do projeto materializador dos *quatro elementos*.

Vale ressaltar que esses elementos, ao atuarem na elaboração das formas poéticas, nunca permanecem estáticos, e são perpassados por uma dinamicidade que inviabiliza o enrijecimento da imagem. A imaginação dinâmica, que se funda à imaginação formal, alcança a sublimação e a transcendência em relação à imaginação material. Assim, é com o projeto dos quatro elementos, que fundamenta-se a ideia segundo a qual a materialidade do elemento fornece à imaginação um motivo, um desejo, uma faísca, e não uma determinação.

As imagens poéticas extrapolam, nesse sentido, em muito, as configurações dos elementos, logo que a imaginação que as direciona é fundamentalmente criadora. Assim, os elementos portadores de uma existência muito mais imaginativa do que real, diferentemente de uma lógica exterior que acaba por fixar a imaginação, atuam como uma espécie de *linguagem universal*, que permeia as produções imaginárias.

O intuito da imaginação é sempre o de atuar sobre a matéria, instaurando novidades. Assim, para Bachelard, tomar o elemento material como causador da imaginação não determina o que é imaginado, mas antes, educa uma imaginação aberta, que, em sua dinamicidade, atua como um amplificador psíquico. Nesse sentido, a imaginação, ao atuar sobre os elementos, gera suas obras, suas formações, as quais, contudo, se originem na matéria, nos remetem a realidades incomparáveis e incomuns, destinadas de qualquer vínculo com a realidade vista ou ainda percebida.

A singularidade bachelardiana se evidencia quando ele identifica essa *linguagem universal* através da *imagem literária* com um sentido “nascente”. De acordo com Beguin: “Para merecer a nomeação de imagem literária, é necessário um mérito de originalidade. Uma imagem literária é um sentido de estado nascente, a palavra – recebe aí uma significação nova” (BEGUIN, 1939, p.17.) Acrescente-se um onirismo<sup>35</sup> novo, e ter-se-á a dupla função: significar algo diferente e fazer sonhar de

---

<sup>35</sup> Estado de consciência caracterizado por sensação de irrealidade, como num sonho.



outro modo. O caráter evocador, dinâmico, mágico da linguagem universal é ressaltado pela invenção de uma imagem bela e forte, o símbolo inédito exercido pelo fascínio enquanto “palavra-fora”. O *Devaneio* é assim fecundado pelo Verbo, e não pelas demais artes.

Assim, o verdadeiro domínio para se estudar a imaginação não seria a pintura, o estático, e a contemplação, mas a obra literária, a palavra, a frase (BACHELARD, 1989, p.283). É a palavra, então que está na raiz da imaginação; ela lhe é consubstancial. A *imagem literária* em estado puro não é auditiva, nem visual, nem algo que se prenda a um sentido dado, é diretamente falante, não reveste uma imagem muda, para Bachelard toda atividade humana deseja falar. E quando essa palavra toma consciência de si, então a atividade humana deseja escrever, isto é, contar, explicitar, descrever, organizar os sonhos e os pensamentos. A literatura não é, portanto, o substituto de nenhuma outra atividade, mas ela completa um desejo humano, representando uma emergência de imaginação (BACHELARD, 1990, p.284).

Ora, se propomos aqui neste trabalho análises textuais, de palavras, de discursos, produzidos por *Outros*, que analisaram Paisagens<sup>36</sup> com as quais não necessariamente vimos, ou as experienciamos, o domínio da imagem literária se faria interessante aqui, visto que a aplicação dessa filosofia que, em suma, dá o poder do verbo, a confiança nas imagens poéticas e a expressão privilegiada do sobre-real, em que o Poeta, ou ainda, o Pesquisador, descobre um mundo existente além do mundo real, não traduzível pela percepção, nem pela razão baseada no princípio da identidade, mas pela Imagem Literária, seria possível então traduzir esses verbos, palavras e discursos.

Ressalta-se que no domínio da imagem literária, as palavras não são simplesmente termos, não terminam pensamentos, mas têm o por-vir da imagem, e essa eclosão da linguagem seria provocada por metáforas: “Tocamos, então, no simples encanto da imagem comentada, da imagem que se beneficia das superposições de metáforas, da imagem que toma seu sentido e sua vida nas metáforas” (BACHELARD, 1990, p. 91).

---

<sup>36</sup> O conceito será aprofundado no capítulo 3.

Se o método bachelardiano é um esforço para apreender estruturas, estas devem ser compreendidas enquanto coordenação e sintaxe de metáforas. O perigo talvez é apreender Bachelard unilateralmente, o que não desejamos neste trabalho, pois seu pensamento é complexo, orientando-se em várias vias diferentes, tornando-se alarmado encerrá-lo num sistema definitivo. Mas a intenção aqui foi apresentar um pouco do inventário da imaginação de Bachelard que apesar de discernir certas leis da imaginação simbólica (lei dos quatro elementos), o que interessava a ele antes de tudo era a proliferação autônoma das imagens. Portanto se chegarmos a um quadro de análise da imaginação, o que permitirá à crítica literária dos textos selecionados desta tese, distinguir as imagens vivas, portanto autênticas, das inautênticas, portanto mortas, esse quadro só seria legítimo quando se (re)pensar as relações sutis que se instauram entre o poeta (pesquisador) e o mundo, considerando-se a vida autônoma das imagens.

### **2.3 Ontologia Geográfica e Hermenêutica do Espaço: Filosofia da Realidade Geográfica e a atitude fenomenológica**

Tão importante quanto revisitar os clássicos perdidos de uma disciplina, ou campo de conhecimento, é explorar as obras que ainda não foram totalmente resgatadas do desconhecido. Assim alguns estudiosos entendem a importância do livro *O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica* escrito pelo geógrafo francês Éric Dardel, publicado, originalmente, em 1952 e traduzido para o português, em 2011. Um livro muito esperado por seguidores da comunidade geográfica brasileira, sobretudo pelos pesquisadores afeiçoados à vertente humanista e cultural.

Pequeno livro, revestido de uma leitura poética naturalista descritiva, adentrada pelo confronto constante de teorias, por vezes paradoxais, no intuito de engendrar uma filosofia da realidade geográfica. Dardel é o autor da dualidade, e esse dualismo é pautado numa influência da filosofia clássica, com a Primitividade das Imagens, filosofia transcendental kantiana dos fenômenos empíricos e das coisas-em-si transcendentes, e a ontologia e hermenêutica de Heidegger, com os quais ele desenvolve vários pares dialéticos na tentativa de criar soluções para se “Ver e Habitar

a Terra”, para uma realidade além do real, a da realidade geográfica. Ele não se rotula a nenhum pensamento ou vertente, nem mesmo a fenomenologia -como muitos outros estudiosos o descrevem -, logo que em seu livro ela é citada diretamente somente na página 25: “*assim, a geografia autoriza uma fenomenologia do espaço*”.

Nesse sentido Dardel se auto declara humanista, enquanto um pesquisador navegante em águas e territórios desconhecidos do saber, que percorre o mundo, com um olhar atento e descritivo, e uma atitude fenomenológica, ou seja, que desbrava as diversas realidades desconhecidas.

“Os navegantes modernos têm por objeto descrever os costumes dos novos povos e de completar a história de homem”. Encontrar novos pontos de vista para ampliar e suplementar a historicidade do homem. Integrar a sua própria visão de mundo às concepções tão singulares e tão diversas das outras sociedades, é responder ao interesse pela humanidade do homem, prolongar o humanismo (DARDEL, 2015, p.82).

Seu pensamento é marcado, ainda, por forte influência de naturalistas, como Novalis, Shelley, e claro, Humboldt, o qual é citado, contemplado e utilizado livremente para adentrar na *natureza e estética* da realidade geográfica (Besse, 2014). Notamos ainda uma influência da teoria social, tímida, de Durkheim e sua teoria do fato social, enquanto estruturas e funções sociais, na qual para Dardel, a interdependência entre as instâncias de socialização e os indivíduos faça-se presente.

Já em relação a filosofia positiva<sup>37</sup>, Dardel flertará com suas estruturas fundantes, enfatizando as contribuições para a reflexão social contemporânea, e a importância da sua construção enquanto balizadora do saber científico, e criação de estruturas estáveis (ordem e rigor) para as metodologias científicas, mas ao mesmo tempo, fará duras críticas a ela, enquanto dita detentora da verdade científica e modelo metodológico universalizante, e para isso, ele utilizará o recurso do discurso poético bachelardiano como crítica filosófica:

Quando o mito se tornar simplesmente fábula e o patético literário prolongar as linhas da crença, os homens continuarão a ver nas árvores e nas vagas algo mais que “objetos. Mas em breve será a “morte do grande Pan”, e não restará mais de suas presenças (brincadeiras das nereidas na superfície da água, vozes abafadas das dríades no tremular das folhas) que as danças ligeiras da bruma e da sombra no silêncio da floresta, ou o quebrar da vaga na praia. Contudo, por muito tempo ainda, para muitas imaginações, a solidão selvagem das florestas, os montes calvos e as charnecas servirão de refúgio para as “noites de Walpurgis”, para os “sabás de feiticeiras” que a lenda

---

<sup>37</sup> Sabe-se que seu propósito é constituir, antes de tudo, um discurso positivo (BESSÉ, 2014, p.84).

preservará, com a secreta cumplicidade de nossa imaginação, do implacável nivelamento científico (DARDEL, 2015, p.60).

É interessante notar que Husserl também construiu sua filosofia pautada em características rigorosas, porém de estruturantes de subjetividade, e o que notamos em Dardel, é que ele se estrutura na objetividade para alcançar a subjetividade.

Vale ressaltar, ainda, que a filosofia positivista contribuirá também para a construção do conceito de *Geografia Primeira* de Dardel, na qual ela seria uma estrutura fundante, que se auto justificaria enquanto realidade visível com suportes invisíveis. Todo objetivo de Dardel, seria mostrar que a geografia está envolvida, em sua própria essência, e que ela se encarregaria das relações que nós mantemos com o mundo terrestre, e na medida em que a geografia é uma indagação sobre as diferentes maneiras possíveis de falar deste mundo. Portanto tudo seria geográfico.

É interessante notar que Dardel recorre também a *teoria da dúvida*<sup>38</sup> do cartesianismo, para justificar a postura do pesquisador frente à Terra.

É necessário que a dúvida nasça em seu espírito a respeito das lendas e dos mitos que os justificam, através da dúvida que os submete à crítica; que eles aprendam a distinguir o que está em seu poder e o que depende de outra realidade, e obedece às leis naturais (DARDEL, 2015, p.84).

Esse flerte com as estruturas cartesianas e positivistas são também percebidas em diversos trechos ao longo da obra *O Homem e a Terra*, na tentativa de pautar sua obra num rigor científico, ou talvez, de se justificar para o discurso oficial científico da época. Vale ressaltar, no entanto, que para Dardel a geografia deve exceder o domínio circunscrito da epistemologia, não podendo ser vista, tal como em Platão, somente na perspectiva de uma indagação de seu conteúdo e forma de cientificidade, mas se tornando uma ciência a partir da dimensão originária da existência humana. A geografia seria vista não como conteúdo puro do saber, mas na dimensão do sentido que ela proporciona aos discursos, às ações, relações com o mundo e suas orientações Homem-Terra. De acordo com ele:

Explicativa ou descritiva, a geografia permanece profundamente fixada no real. Ela será determinista, sobretudo, onde as leis naturais propiciam terreno sólido. O determinismo, enfim, não é uma negação, mas uma condição da

---

<sup>38</sup> Método da *dúvida* é um instrumento metodológico associado ao filósofo francês René *Descartes*. O método da *dúvida* também é conhecido como *dúvida* metódica, *dúvida* hiperbólica ou *dúvida* cartesiana (BATISTTI, 2010).

liberdade humana. Sem determinismo não há previsões, nem construções possíveis (DARDEL, 2015, p.88).

Esse formalismo, de contemplação metodológico de conjuntos formais, perpassará por questões de sentido da atividade geográfica enquanto saber constituído. O desafio aqui, seria inicialmente epistemológico, no sentido de que se trataria de determinar o estilo próprio ou a singularidade científica do saber geográfico: seu objeto, seu método, suas estruturas. Mas o pensamento de Dardel passará pela estruturante forma estética da paisagem, portanto *ver e ler a Terra* precisaria de outros estruturantes, que confrontassem com o saber da natureza. Em particular, com o modelo dominante, da cientificidade que seria representada pelas ciências da natureza, mais precisamente confrontando-o com o que poderíamos chamar de modelo darwinista da ciência. É interessante notar, portanto, que essa perspectiva será ressaltada na Geografia determinista de Ratzel:

A concepção que Ratzel possui de geografia deve muito a Humboldt e Ritter, que estudou atentamente, mas ela é estruturada por uma visão darwinista. Ratzel procura estabelecer as leis gerais que regem a influência do meio sobre os grupos humanos: dedica-se ao estudo das relações que se desenvolvem, por assim dizer, “verticalmente” entre as sociedades e o ambiente em que vivem. Ratzel vai buscar em Moritz Wagner a ideia de que o movimento é uma das características centrais do mundo vivo, em especial do homem, o que o leva também a interessar-se pelos fenômenos de circulação ou, se quiser, pelas relações “horizontais” que as sociedades desenvolvem de um ponto da Terra a outro. (CLAVAL, 2006, p. 74).

Notamos assim uma influência ratzeliana na obra de Dardel, explorando as constituintes do ambiente físico sobre o Homem, do ponto de vista geográfico. De tal modo, as observações da esfera biológica representariam a chave do entendimento científico, das diferenças em níveis culturais e nas atividades econômicas.

(...) O primeiro volume de sua Antropogeografia apareceu em 1882. Embora o autor admitisse que outros fatores além da natureza modelasse o destino de um povo, a essência de sua argumentação era que o homem é uma criatura do seu ambiente, tal como Darwin provara a adaptação e sobrevivência dos mais aptos no mundo animal. Ratzel, porém, era também um grande estudioso da Antropologia. Um melhor exame dos diferentes povos deve tê-lo convencido de que o homem é condicionado principalmente pelo seu ambiente cultural e que as suas reações à natureza diferem acentuadamente de acordo com a sua cultura. De qualquer modo, seu segundo volume da Antropogeografia (1891) revela um espírito diverso do primeiro. A ênfase recai, agora, sobre a distribuição e densidade da população, formas de colonização, migrações de povos e difusão de traços culturais. Ratzel não recorreu apenas às influências ambientais, mas igualmente, ou mais ainda, aos fatores histórico-culturais. (BROEK, 1972, p. 29-30).

De tal maneira, Claval (2006) corrobora, afirmando que desde as suas origens na Grécia, a Geografia propunha uma visão global da Terra e das divisões que nela são inscritas pela natureza ou pelos homens, contudo, a ideia de distinguir, no seio da disciplina, uma parte mais particularmente voltada para a descrição do quadro físico e natural e um domínio centrado no homem, nunca havia prosperado. Em uma óptica darwinista, a maneira como o ambiente moldaria os grupos humanos deveria concentrar de forma muito particular a atenção. Assim, Ratzel contribuiria de forma assertiva ao publicar a sua Antropogeografia, ou ainda, futuramente, a geografia humana.

Outra aproximação importante de Dardel e Ratzel seria a análise sobre a diferenciação dos povos, enquanto povos de natureza e povos de cultura, que de acordo com Claval:

Ratzel encara a geografia humana numa perspectiva evolucionista: faz a distinção entre os povos de natureza — cuja civilização, material e instituições sociais não são bastante avançados para lhes permitir escapar às determinações estreitas do lugar —, e os povos de cultura, que tiram melhor partido dos recursos do solo e do subsolo sabendo organizar-se em Estados para gozar da segurança interna, proteger-se de agressores eventuais e alargar os seus territórios quando necessário. Uma das diferenças essenciais entre os povos de natureza e os povos de cultura reside em que os primeiros permanecem prisioneiros dos meios onde vivem pela falta de dispor de técnicas eficazes de transporte. Não ignoram a circulação, mas esta permanece local. Nos povos de cultura, em contrapartida, a circulação torna-se um dos fatores essenciais da organização do espaço. Graças aos transportes, é possível fazer vir do exterior o que não se pode produzir no local. Graças ao controle do espaço e da arte de organizá-lo, os povos desenvolvidos são capazes de impor a sua dominação às zonas habitadas por populações menos avançadas, e de integrá-las a sua economia. É através dessas formas de controle do espaço que os Estados modernos escapam às determinações locais que caracterizam os povos de natureza. (CLAVAL, 2011, p. 157-158).

É interessante notar que Dardel (2015) também analisa as sociedades numa perspectiva evolucionista, e constrói divisões societárias, utilizando os mesmo termos ao longo da obra, como sociedades fortes e sociedades selvagens, como por exemplo, nos trechos: *O frio gerou sociedades fortes e economias produtivas (Suécia), ele suscitou uma indústria específica* (pag.25) ou ainda, (...) *eu estava em meio aos selvagens. Eu me esquecia entre eles de ter vivido com os homens* (pag.81). Mas diferentemente de Ratzel, no qual abordou a figura da instituição Estado, e estava preocupado em compreendê-lo enquanto forma de organização essencial característica dos *povos de cultura* do mundo contemporâneo, Dardel não se ateu a

discorrer sobre o papel do Estado à cultura, nem a politizar as questões culturais e de organização social. Ele apresenta a sociedade enquanto funcionalidade social, na qual todos possuem um papel, uma função, dentro de uma estrutura já posta. Ele não questiona essas estruturas, nem tampouco a ordem delas. Mas ele defende a ideia de que a sociedade é uma instituição social correspondente a um organismo social, fazendo uma analogia da vida social à vida orgânica, criando um sistema de relações interligados.

Sua preocupação, portanto, era apresentar, descrever e defender a realidade geográfica através de uma atitude fenomenológica. Ele recorre assim, a partir de Husserl, a Epoché, na tentativa de fornecer um propósito científico a um olhar subjetivo para a realidade objetiva. Com efeito, ele evocou a filosofia de Merleau-Ponty, e sua obra *Fenomenologia da Percepção* e os conceitos de percepção, subjetividade e símbolo, desenvolvendo uma reflexão geral sobre a concepção científica do mundo, enquanto abstrata, e pertencente a um movimento prolongado da própria realidade original (geográfica), que conduziria a uma linguagem. Essa linguagem dir-se-ia a respeito de um retorno anterior à ciência, no qual o homem se conectaria, e se expressaria posteriormente, num movimento original de ir e vir, em presença e ausência. Tratar-se-ia de restituir à ciência sua dependência desse movimento, desse retorno que à antecede. Nota-se na realidade que essa Linguagem diz respeito a um conhecimento prévio que todo Homem possui sobre todas as coisas, e que Sartre (2015) já postulava a respeito, ao abordar a Consciência reflexiva, e de como nos relacionamos com o mundo que nos cerca.

Na mesma perspectiva, Dardel recorre também a Bachelard com os dualismos valorativos e os arquétipos fundantes. É interessante notar que esses arquétipos serão super valorizados na obra de Dardel, e ele conseqüentemente será influenciado assim pela teoria clássica - como descrito no subcapítulo 2.2-, das mitologias e alegorias greco-romanas, e da Primitividade das Imagens, no intuito de construir tanto a ordem processual de sua obra, quanto da teoria da realidade geográfica.

Dardel constrói assim uma filosofia do discurso geográfico, do ponto de vista do geógrafo, de como o geógrafo lê e vê o mundo, portanto, é a geografia do conto, da fala, do discurso, da descrição através da poética e da esmiúces naturalista, do

trabalho de campo, do ide “desbravador” geográfico. Nesse sentido, Dardel apresenta-se, como um filósofo da Terra:

A Nêmesis, entre os gregos, tem todos os traços de um poder catoniano. Se bem que Prometeu, em Ésquilo, coloca um outro problema: ele representa ainda, apesar do espírito de revolta, o instrumento de uma libertação do homem em relação ao mundo circundante; ao trazer o dom do fogo aos homens, ao ensiná-los a construir casas, a distinguir as estações do ano, a observar os astros, a arte de fabricar carroças, de trabalhar a terra, de armar navios, de trabalhar os metais, ele fornece aos homens os meios de melhorar sua condição terrestre (DARDEL, 2015, p.74).

Mas para alcançar a realidade geográfica, seria necessário esmiuçar essas descrições, criando uma filosofia própria. Para isso, Dardel cria a Ontologia Geográfica, e a Hermenêutica do Espaço (BESSE, 2014). A Ontologia Geográfica será subdividida em categorias denominadas Geografias, e essas Geografias, serão subcategorizados, em níveis de análise que discorrerão, a priori, sobre a história da geografia, mas que na realidade nos permitirão conhecer conceitos dardelianos e sua filosofia geográfica.

As geografias serão divididas em mítica, profética, heroica, e científica, como disposto no QUADRO 1.

Quadro 1 - Estrutura da Ontologia Geográfica Dardeliana

---

Ontologia Geográfica Dardeliana
<b>1. Geografia Mítica</b>
1.1 Origem
1.2 Presença
1.3 Sobrenatural
1.4 Ser-com
1.5 Referência
<b>2. Geografia Profética</b>
<b>3. Geografia Heroica</b>
3.1 Obra do Herói
3.2 Obra Heroica
3.3 Velas Desfraldadas
<b>4. Geografia Científica</b>
4.1 Descoberta
4.2 Inventário

---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.



Já a Hermenêutica do Espaço será subdividida em Unidades de Significação denominadas Espaço Geométrico (material e telúrico), Espaço Aquático, Espaço Aéreo, Espaço Construído e Espaço Mítico.

Segundo Heidegger (2013), a ontologia estuda o ser e a existência de nosso *ser-aí* em cada ocasião. Já hermenêutica tem como objetivo questionar e explicar a facticidade, ou seja, a situação característica da existência humana e apresenta como tarefa, tornar acessível o *ser-aí* próprio em cada ocasionalidade, a fim de comunicá-lo e esclarecer essa alienação que pode ser compreendida como a diminuição da capacidade do indivíduo de pensar por si próprio enquanto *ser-aí*.

Heidegger (2013) ressalta, ainda, que a hermenêutica, não tem por objetivo a posse de conhecimentos, mas sim um conhecer existencial, isto é, um ser que surge da experiência de um “estar desperto”, ou seja, dizer que está ativo em uma auto interpretação.

O *ser* é a essência, sendo o *ente* por sua vez tudo aquilo que existe, no entanto o *ser-aí* é o meio entre o ente e a essência. O Homem é o *ser-aí*, que em alemão chama-se *Dasein* – já mencionado anteriormente no subcapítulo 2.1 -, e possui capacidade e consciência de ter um ser, alcançando assim a autenticidade. De acordo com Besse:

A realidade geográfica não é inerte e indiferente, como um objeto diante de um sujeito. Ela é a realidade do *Dasein*, ou “realidade humana”, uma vez que é com esta expressão que Dardel traduz, com base em Henry Corbin, o termo *Dasein*. Essa realidade me diz respeito, diz Dardel, ela traduz “minha inquietude, minha preocupação, meu interesse, meus projetos, meus laços” e da mesma maneira ela exprime o trabalho dos homens. Realidade da vida “sempre solidária com uma certa tonalidade afetiva”, ela não significa, no entanto, a realização de uma geografia patética ou um romantismo da Terra. Ela deve ser entendida como um habitat, como circulação de coisas e de homens, como gênero de vida, ou seja, como meio da práxis humana. Porque no interior desta práxis que o homem, nos diz Dardel, “exterioriza sua relação fundamental com a Terra” (BESSE, 2014, p.91).

Tal compreensão se origina na interpretação seguindo duas linhas, a *consciência histórica de hoje*, que é a maneira como o hoje ocasional vê e aborda o *ser-aí* próprio do passado; e a *filosofia de hoje* que é a maneira como se preserva a interpretação, surgindo à tarefa de determinar *o todo do ente*.

A história da filosofia, para Heidegger (2013) foi uma história que fechou ciclos e questionamentos, pois, já diz o que as coisas são, quem as pessoas são e a partir do que as pessoas são, através do modo de ser e ver o mundo que foram impostas em nossa história. Não abrindo para debate, apenas definindo, ou seja, normatizando.

De acordo com Heidegger (2013), toda compreensão que temos do mundo e de nós mesmos é sempre pré-conceitual, em que os discursos giram em torno de uma visão pré-estabelecida e preconceituosa. Seria necessário, para ele, que essas normatizações fossem rompidas para que o *ser-aí* consiga entrar em contato com o processo de angústia (entre perda do conhecimento, e construção de um novo paradigma).

Para conseguir ver as coisas como elas são, seria preciso desvelar, tal como a fenomenologia husserliana, tirar o véu, remover os conceitos pré estabelecidos e entender as coisas a partir delas mesmas (HEIDEGGER, 2013).

Segundo Heidegger (2007), somente representa-se o que é técnico, quando se satisfaz com a técnica, deste modo, se permanece sem liberdade, mesmo que se negue ou a valide cegamente, o *ser-aí* está entregue à técnica quando a considera como algo neutro.

Nesse sentido, ficaria a cargo da arte, do universo subjetivo, o despertar, e o retorno aos questionamentos do ser, sendo ela a razão que abre o consciente, e a partir dele que se questiona, portanto, vivencia-se o processo de angústia para chegar à essência. Contudo, quanto mais se reflete e questiona-se sobre a essência da técnica, mais carregada de enigmas será a essência da arte (HEIDEGGER, 2007).

Assim segundo Heidegger (2007), quanto mais o *ser-aí* olhar para si próprio, quanto mais ele se questionar, mais próximo ele estará da consciência de ser a partir do que ele é, portanto, seria na essência que se produziria as bases firmes para se desenvolver a existência.

### 2.3.1 Ontologia Geográfica

A Ontologia Geográfica dardeliana abordará o Ser e a Existência, portanto, apresentará uma geografia dividida em ocasiões, apresentando possibilidades.

A geografia mítica será compreendida sempre enquanto processos coletivos e tradicionais, e é aqui que Dardel apresentará o conceito de Signo, enquanto imagem representativa. Ele suscitará o conceito de Aparição, que representaria o que está oculto e se revelaria, num descortinar simbólico, tal como a fenomenologia heideggeriana, e diferentemente de Sartre, e do seu conceito de fenômeno da aparição, ou mesmo do Instante bachelardiano.

Essa geografia mítica seria analisada a partir de cinco subcategorias: a origem, a presença, o sobrenatural, o ser-com, e a referência.

*A geografia mítica da origem*, seria a ideia fundante, o primeiro dualismo entre o feminino e o masculino para a origem de algo, no caso a Terra. A Terra seria gerada a partir de uma união de opostos, de uma polaridade, criando um dualismo. O dualismo dardeliano. Mas o que isso, simbolicamente significaria? Significaria que a realidade para ser construída necessitaria de duas partes opostas, que não podem se reduzir uma à outra, mas são geradoras de conflito de princípios teóricos ou fenômenos empíricos.

A ideia desse dualismo assumiria aqui um perfil das apropriações clássicas que a filosofia lhe atribui. O dualismo coincide aqui com a noção de contradição imanente à dialética hegeliana, na qual a contraposição tese-antítese resultaria, em última instância, na síntese como presentificação do absoluto como ponto final da razão em seu itinerário histórico. A dialética hegeliana opera no âmbito do a priori, proporcionando a emergência de uma moral ou de uma política geral. É o que Dardel postula, dividindo a geografia em realidade geográfica, e saber geográfico. De acordo com Besse:

A geografia segundo Dardel, não é então primitivamente uma ciência, ela é antes a manifestação de uma realidade, que é a da existência humana que se desenvolve sobre a Terra. Antes de ser representação subjetiva, a geografia é objetiva, no sentido em que Hegel fala do espírito objetivo (BESSE, 2014, p.94).

Mas o esforço ontológico e hermenêutico na geografia dardeliana será manter a comunicação subjetiva, na tentativa de preservar uma cumplicidade entre a experiência e a ciência, sem que ambas percam seu valor dado. Nesse sentido, Dardel buscará na dialética bachelardiana, para suprir esse conflito.

Denominada de dialética do conhecimento, ela impulsionará o sujeito a romper com as estruturas do saber, instaurando e inventando o inexistente. Nesse sentido, dialética refere-se a um método que se propõe a reorganizar o saber científico numa prática contínua em que teoria e experiência vivem processos históricos de ajustamento mútuo. Opera-se assim, uma dinâmica entre razão e a experiência que converge para a desestabilização de investigações anteriores e de conceitos a priori (BAHELARD, 1984).

A Dialética dardeliana convergiria nesse sentido para uma dialética da noção de contradição, postulando e pontuando polaridades. É interessante ressaltar que Dardel pontua essas polaridades fundantes a todo momento em sua obra, seus dualismos são percebidos nas definições dos espaços geográficos material/telúrico, direto/indireto, encontro/desencontro, experiência/consciência. Sua filosofia é gerada a partir dos embates, e após esses embates, funda-se uma nova relação.

Vale ressaltar, contudo, que ao mesmo tempo em que observamos a aproximação com a teoria de Bachelard, não podemos afirmar que a dialética dardeliana converge para a bachelardiana, logo que Dardel não utiliza a razão e a experiência enquanto dinâmicas para romper as estruturas do saber, mas enquanto parte envolvente da realidade geográfica.

*A geografia mítica da presença* representa a unidades de medida do Real, sendo que o Real para Dardel é entendido como realidade, diferentemente do Real em Sartre (2015), que seria a realidade existencial. De acordo com Dardel:

É ao longo dessas variações no aspecto do mundo exterior, na renovação constante dos seres e das formas, que o presente se revigora e se transmite como uma reserva oculta de verdor e de força. É, portanto, o real, o espaço efetivamente abarcado pelo olhar do homem, especializado pelo encontro atual com uma paisagem com que se depara e que se anuncia para ele (DARDEL, 2015, p.51).

Nesse sentido, o real se apresenta para o Homem, tal como é, sem interpretações. Para Dardel, não existe criações do Homem para o espaço, para a

Paisagem, mas um dualismo entre o real e o irreal, presença e ausência, ou seja, presença no real, aquilo que se lança os olhos, ausência no irreal, da matéria dos sonhos.

Já a Terra enquanto *geografia mítica sobrenatural* representaria a contemplação estética. A percepção que o ser humano tem da natureza e do espaço habitado seria marcada pela imaginação, pela afetividade, pela memória e pela sensibilidade estética. O significado da experiência estética estaria presente tanto nas construções do lugar habitado quanto na contemplação dos ambientes preservados.

Essa complexidade do ser humano se refletiria nas diversas formas com que ele se relaciona com o mundo. As percepções construídas em suas vivências iriam além da compreensão racional a respeito dos fenômenos, comportando um estrato pré-intelectual nutrido especialmente da sensibilidade estética, da imaginação e da criação poética, revelando um poder sagrado entre Homem e Terra.

A experiência de interação do ser humano com a natureza e os lugares habitados seria um apelo então à experiência estética e à contemplação. Note-se que em seus espaços cotidianos estão claramente presentes a busca pelo belo natural e os traços da criação de sublimidades, repletas de significações que acabam por configurar os modos de viver e as construções culturais dos grupos que os compartilham.

É interessante notar que seus fundamentos comuns evidenciados trazem novas perspectivas para a realidade geográfica, no sentido mais amplo e complexo que esta vem sendo desenvolvida na geografia moderna. Esse sentido é marcado pela necessidade de formação integral do ser humano, que envolva não somente suas dimensões intelectivas, mas também sua emotividade e sua capacidade imagética e criativa. Nesse sentido, de acordo com Dardel (2015) a vivência da experiência estética seria de fundamental importância. É por meio dela que o ser humano relaciona-se com o mundo, não com o objetivo de dissecá-lo e sistematizar explicações sobre fenômenos, mas como um campo de experiências possíveis, de encontro com lugares e com os outros e de possibilidade de criação de novos modos de viver e de novas subjetividades.

Na *geografia mítica do Ser-com*, Dardel convoca a comunidade, o grupo, a sociedade enquanto parte e condição da formação do Homem, assim a existência dependeria do Outro. Nesse sentido:

Nesse mundo mítico, onde a pessoa individualmente não possui “existência”, onde o indivíduo só é como parte de um todo, membro de um clã, depositário de uma função, a Terra é a base do sujeito coletivo, o suporte concreto da essência permanente e invisível atualizada no grupo vivo (DARDEL, 2015, p. 56).

Assim o Homem estabeleceria dois tipos de relações, ser-com-o-outro, pertencendo assim a uma comunidade, e ao mesmo tempo ser-com-a-Terra, onde seus laços de vida seriam renovados. É interessante notar que aqui há uma separação entre homem e natureza, sociedade e natureza, criando um dualismo e um embate, não necessariamente uma aproximação, mas um novo dualismo para formação da realidade.

Vale ressaltar que a relação de comunidade e grupo social é aqui mantida através de cerimônias e festas, e não através de um senso de vivência comunitária, ou seja, a Terra não será entendida como fator fundante da subsistência natural, mas ela será construída através da comunidade, seus ritos, suas estruturas, suas vivências, seu *fazer-ser*:

A relação fundamental do grupo social com sua geografia, sob a forma de participação, de circulação de vida, de celebração é mantida, fortalecida, pelas cerimônias e festas. Essas ações sagradas, frequentemente realizadas nos centros totêmicos locais, visam facilitar o crescimento e a reprodução das qualidades totêmicas; indiretamente, pois a natureza está viva, e essa natureza vivente não vai por si só, mas a regularidade de suas manifestações depende das operações mágico-religiosas; enfim, para que a natureza e o grupo humano pertençam a mesma unidade vital, é necessária a celebração coletiva para que a Terra conserve seu poder, para que suas colheitas continuem a crescer e os homens a perpetuar. Contudo, no fim das contas, essas cerimônias que fazem-ser a natureza circundante e mantêm a vida, que asseguram o retorno da chuva, das estações, a alimentação, estão englobadas na interpretação mítica do mundo (DARDEL, 2015, p.58).

Notamos assim a noção de vivência e espaço vivido, e mais amplamente, de representação, conduzindo a uma geografia de práticas legítimas e representações cotidianas.

Na *geografia mítica da Referência* Dardel abordará a orientação espacial, e como ela age nos Homens. Ela comportará qualquer ponto de referência, e se dará a

partir de quatro premissas: as delimitações do próprio espaço, através de medidas e cálculos, por avaliação de forças e valorização hierárquica.

Uma alta montanha manifesta uma disposição de dominar, uma presença solitária. Uma vasta planície é um vazio que se faz, um poder de amplificação; uma vocação de movimento ou um poder de desolação. Contudo esse espaço mítico não é a confusão total dos lugares, dos planos e das regiões. Ele comporta referências, os pontos de partida que não confundem. Essa estrutura não tem bem entendido, nada a ver com linhas e zonas da nossa geografia. Trata-se de uma estrutura mítica, pode-se dizer, qualitativamente, em que se distingue os espaços fortes ou sagrados, e os espaços fracos ou quaisquer (DARDEL, 2015, p.60).

Ao estruturar as relações hierárquicas e avaliação de forças Dardel cria dualismos, na tentativa de demarcar uma organização a partir da apreensão estética paisagística, com graus de importância e valoração: sagrado-profano, mundo circundante-mundo inquietante, o que se conhece-o que se deseja conhecer, domínio feminino-domínio masculino.

Ao abordar a categoria Geografia (*Terra*) *Profética*, Dardel analisa a Terra agora não mais como a Terra Primeira, ela, agora, se tornará uma obra da criação de alguém, de algum outro Ser, externo ao Homem, e que através da história escrita seria possível delinear a história do mundo:

A Terra, como realidade circundante, é destituída de seu papel original; ela não é mais experimentada como uma presença, e, a partir desse fato, perdeu sua “alma”; enfim, ela foi dessacralizada, pronta para uma concepção objetiva e material por parte do homem.

A Terra não é origem; ela não está no começo da vida e do Ser. Ela é uma obra, uma criação. Ela não é por si mesma mais que essa substância “informe e vazia” do “Caos”. “Abismo” e “trevas”; espaço antes do espaço (DARDEL, 2015, p.67).

É interessante notar que a Terra perderá seu valor e poder simbólico de fundição e proteção maternal, e passará a pertencer a alguém, e esse sentimento de pertencimento será repassado através da escrita para o Homem e seus ancestrais, numa mudança de papéis e laços vitais. A hierarquia de valores será alterada, logo que o Homem dominará a/sobre Terra, para gozar a vida e cumprir a vontade criadora, numa realidade de atos sacralizados na Terra para em Ser Sagrado, e ao mesmo tempo para o Homem, numa exploração e valorização de conhecimentos sobre a Terra.

Já a categoria da *geografia heroica* será um processo pessoal e individual, e possuirá um dualismo que Dardel nomeará de *obra do herói* e a *obra heroica*. A

primeira representa a fábula do conquistador, com ideários viris, já a segunda, obra heroica, representa a consciência histórica corajosa do Homem. De acordo com Dardel:

Essas duas formas de geografia heroica têm em comum representar, em oposição à geografia mítica que é sempre coletiva e tradicional, uma manifestação da iniciativa individual na qual o sujeito se arrisca pessoalmente, se evade do horizonte da tribo ou do clã para outro. Não sem levar consigo hábitos mentais e preconceituosos adquiridos em seu “meio” de origem (DARDEL, 2015, p.71).

Essa maneira de compreender a realidade geográfica, a partir do dualismo/oposição, supõe um afastamento do poder dos mitos e uma aproximação com o indivíduo histórico. Nesse sentido eles se manifestariam através do Poder Criativo e das Narrativas.

O poder criativo seria a construção progressiva e hierarquizada do sujeito, estabelecendo a cada Ser seu lugar e sua função. É interessante notar que Dardel se aproxima do conceito de Fato Social de Durkheim, mas não estabelece quais seriam essas hierarquias, ao mesmo tempo, aproxima-se também do estruturalismo althusseriano ao abordar uma hierarquia verticalizada e estruturada, e também aproxima-se do conceito de Consciência Imaginante de Sartre, numa ideia estética e hierarquizada da Terra. Porém, esse caráter de “denúncia” ou análise social não é aprofundado, e ele classifica esse poder criativo enquanto um despertar para uma consciência histórica do ponto de vista da inquietude do Homem para explorar e se aventurar pelo mundo.

Para se aventurar pelo mundo Dardel convoca as *narrativas*, na tentativa de exaltá-las enquanto possibilidades de alcançar a liberdade, e ao mesmo tempo, o mundo-aventura. Ou seja, diferentemente de Sartre (1997), em que a liberdade estaria nas *escolhas*, logo que todos nascem livres, em Dardel a liberdade estaria em narrar o que se vivencia. Porém Sartre também discorrerá sobre as *narrativas*, mas do ponto de vista de sua psicanálise existencial, na qual as narrativas, os mitos, as histórias serão perpetuados e transmitidos por gerações, constituindo assim a sua Linguagem Existencial.

Portanto em Dardel, a figura do pesquisador ganhará o status de *herói* que corre o mundo a narrar suas pesquisas de/para alguém.



É sobre a forma de narrativas de viagens que se manifesta o gosto pela liberdade e pela aventura no mundo legendário (...) os quais abundam aventureiros correndo mundo. (...) A geografia propriamente legendária, com seu modelo de herói aventureiro, corresponde ao ideal de uma sociedade aristocrática (DARDEL, 2015, p74-75).

Seríamos nós, pesquisadores, os narradores aventureiros? Para Dardel seriam os pesquisadores geógrafos os grandes narradores aventureiros capazes de decifrar a alma da Terra verdadeiramente. Vale ressaltar que ao analisar esse espírito heroico geográfico, Dardel chama a atenção para a compreensão da ciência geográfica enquanto natural, tal como em Humboldt, demonstrando assim uma aproximação com sua teoria, e o conceito de natureza. De acordo com ele:

Assim se prepara o surgimento de uma consciência geográfica, no sentido atual do termo. Inversamente, a descoberta de tantos mares e terras novas, desse sobrenatural de algum modo natural, que emana da beleza ou do exotismo de certos aspectos novos da Terra, de uma humanidade muito diferente das sociedades ocidentais, renovou a sensibilidade e a imaginação e aguçou a curiosidade; com o sentido da natureza, ela contribuiu para o nascimento do desejo de revelar os mistérios e enigmas das últimas terras desconhecidas, de lançar as bases de uma geografia natural, ou seja, científica (DARDEL, 2015, p.78).

Dardel associa esse encontro da Natureza com o humanismo, e essa concepção de natureza seria o ponto nodal de tudo o que Humboldt pretendia ordenar em nome de uma lei geral ou de uma conexão dos elementos do cosmo. O conceito de morfologia, por sua vez, faria confluir o processo dinâmico da natureza na concepção da forma. A forma (conceitos) é responsável por revelar à intuição o instante da correspondência entre o Todo e as partes e, desse modo, seria elemento indispensável no valor atribuído à determinadas artes, ou mesmo a expressões literárias. Assim como os demais conceitos, essa valorização da forma parte de Kant, sendo incorporada pelos românticos (Romantismo) e por Humboldt na construção da valorização estética e no reconhecimento do papel da intuição.

Confissão mais significativa por proceder de um “homem de ciência”, em missão científica, mas conquistado por uma natureza inteiramente diversa dos horizontes europeus. E, sobretudo, esta confissão reveladora: “eu me esqueci entre eles de ter vivido com os homens”. Confissão que podemos encontrar com variações em outros escritos. Descoberta simultânea da Terra como natureza, como exuberância da vida e da beleza de formas, e de sociedades humanas profundamente diferentes das do “velho mundo”. Convém ressaltar aqui que no século XVIII, de onde surgirá a primeira geografia científica, existe uma geografia sentimental e emotiva que, amplificada pela imaginação, tende pela expressão literária. A geografia como experiência afetiva e desfrute estético torna-se uma expressão do homem, com Bernardin de Sant-Pierre, com Rousseau, precedendo Chateaubriand. Feriado pela sociedade, decepcionado com a condescendência moral do século, o homem se volta para a natureza, para o

exotismo, para encontrar uma resposta a suas inquietações, um complemento para sua incompletude. Porém, essa natureza exterior, próxima ou distante, ele a procura e a vê através da afetividade: prazer da solidão, sentimento de melancolia e de mistério, religiosidade à flor da pele. Nesse sentido, a geografia como “oxigênio da alma”, é uma das formas de humanismo (DARDEL, 2015, p.82)

Vale ressaltar ainda outro ponto de aproximação com a teoria de Humboldt com a tríade humanismo, natureza e trabalho de campo, através da subcategoria *geografia heroica das velas desfraldadas* de Dardel (2015, p.78).

Aqui Dardel revela seu gozo pela novidade, pelo intocável, pelo nunca descoberto. O prazer do pesquisador pelo trabalho de campo. Mais do que uma necessidade, haveria um desvelar, desfraldar, um bradar, um imperativo pelo ide ao encontro do desconhecido. O olhar se mira no pesquisador, e em seus métodos, e encontramos a oposição da Geografia de Gabinete - de laboratório, aquilo que é trabalhado com documentos, cartas, fotografias, estatísticas e relatórios de viagens - , incitando um caráter do retorno às coisas mesmas:

Espírito de aventura, inquietude por conhecer novos espaço e novidades, alegria de ser o primeiro a penetrar em um território inacessível, de ser o primeiro a pisar em solo virgem, de decifrar um segredo (DARDEL, 2015, p.79).

Nessa perspectiva, nota-se a importância que Dardel dará para o Trabalho de Campo enquanto um procedimento geográfico para análise do espaço, que ele denominará de *poética do espaço*. Essa poética será compreendida enquanto posicionamento do pesquisador, voraz de conhecimento, ainda temeroso pelo devir, e com questões subjetivas; e ao mesmo tempo encontra-se no dualismo interno da *obra heroica*, entre a *lenda* e a *história*: a *lenda* enquanto julgamentos internos pré-existentes de um povo ou localidade a ser pesquisado, e o da *história*, a ser ouvida e ser relatada.

Herói e poeta (...) esse poder secreto que o eleva acima de suas deficiências de conhecimento, de suas loucuras de místico alucinado, de sua dureza de usuários e de suas faltas contra a caridade. Para essa exaltação espontânea com que participa da natureza, no entusiasmo do primeiro encontro, exaltação contida em sua expressão (DARDEL, 2015, p.80).

Dardel recorrerá agora a categoria *geografia científica*, apresentando um contraponto entre geografia científica e realidade geográfica. Para ele, a geografia científica é pautada em leis invariáveis e universalmente válidas, e foi construída a partir de um projeto, do objeto geográfico, a Terra:

Uma geografia empírica nascida das necessidades políticas ou mercantis, a geografia das rotas marítimas (...) para a necessidade estratégica, administrativas ou comerciais, são endereçados os mapas. (...) No entanto, o nascimento de uma ciência da Terra exige uma outra intenção além de se pesquisar as bases das trocas comerciais e política (DARDEL, 2015, p.84).

Já realidade geográfica seria nesse sentido a libertação da atitude científica geográfica, que só seria alcançada através da *Análise*. É interessante notar que Dardel não fará referência a teoria freudiana aqui, mas ele nomeará e trará como possibilidade epistemológico e vivencial, a *Análise*, ou seja, a necessidade do repouso, de uma pausa antes do retorno da experiência, uma reflexão, para assim se chegar à *Análise* das vivências. Essa vivências poderiam ser analisadas do ponto de vista do olhar geográfico, que permearia a realidade geográfica. Vale ressaltar, que Dardel não propõe um rompimento de universo científico, muito pelo contrário, ele abre a possibilidade de reflexão para as vivências, mas sempre pautado na geografia científica e no real.

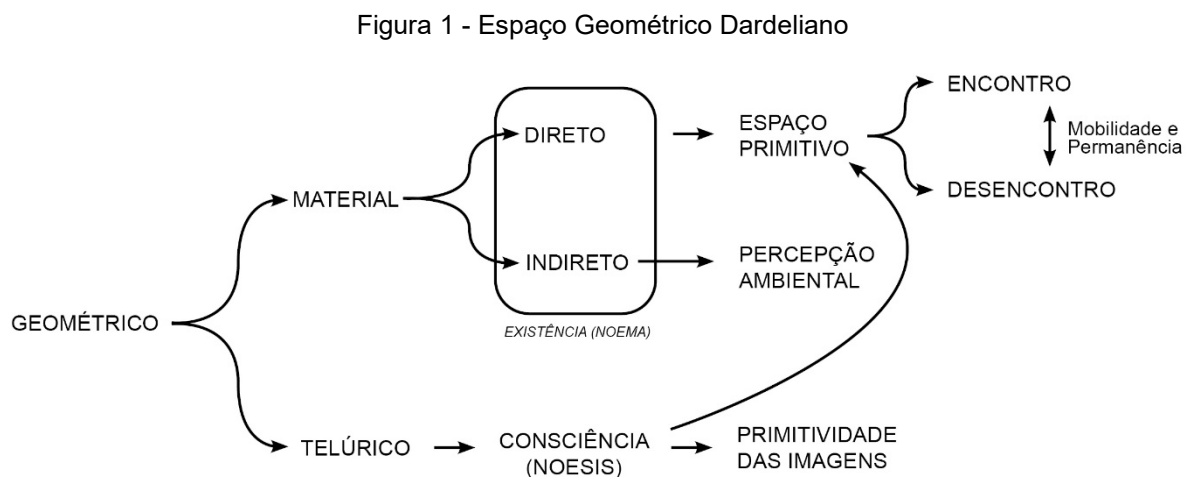
Nota-se, nesse sentido, que ele propõe um novo dualismo, e assim, duas atitudes da geografia científica: a ciência da descoberta, e a geografia do inventário. A primeira, ciência da descoberta, seria a de uma exploração metódica, sistemática, com utilização de imagens e mapas, observação e utilização de hipóteses. Ou seja, uma aproximação com o método positivista. Já a segunda, a geografia do inventário, seria uma geografia de laboratório, com registros estatísticos, gráficos e com precisões matemáticas. Portanto, uma aproximação com o método cartesiano. Assim Dardel analisa o contexto da geografia científica pautada nas teorias racionalistas e positivistas. É interessante notar, que ele defende o *Ego cogito ergo sum* da Teoria da Dúvida de Descartes, criando um embate epistemológico, logo que para a fenomenologia a *“existência precede a essência”* Sartre (2015), portanto como ter uma atitude fenomenológica, com o rigor cartesiano e positivista?

Percebe-se assim, uma tentativa constante de Dardel em unir o Ser às vivências e o mundo cotidiano; a poética ao discurso da geografia científica; o rigor científico a uma postura desbravadora do mundo; num movimento sempre do objetivo para o subjetivo, do real para o irreal, como se existissem geografias distintas, que falassem de forma distintas sobre a Terra. Assim, a geografia seria o meio pelo qual o Homem realizaria sua existência, e a Terra a essência do destino do Homem, portanto, a existência estaria na realidade geográfica.

### 2.3.2 Hermenêutica do Espaço

Segundo Heidegger (2013), a hermenêutica tem como objetivo questionar e explicar a facticidade, ou seja, a situação característica da existência humana e apresenta-la como tarefa, tornando acessível o *ser-aí* próprio em cada ocasionalidade, a fim de comunicá-lo e esclarecer uma alienação que pode ser compreendida como a diminuição da capacidade do indivíduo de pensar por si próprio enquanto *ser-aí*. Dardel (2015), nesse sentido, questionará e explicará a realidade (geográfica) a partir de unidades de significações naturais/espaciais, utilizando como premissa a construção de arquétipos fundantes (Bachelard), água, terra, fogo, ar, e a construções de mundo material/imaterial, real/irreal.

A primeira unidade de significação será o *espaço geométrico* (FIGURA 2), que para Dardel, representaria tudo o que se vê, e essas imagens (lugares e paisagens) serão acessadas através da transcrição (verbal e escrita) e interpretação dos geógrafos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Essa interpretação do geógrafo será concedida por Dardel enquanto sujeito detentor da leitura dos espaços, ou seja, um leitor universal da linguagem do mundo. De acordo com o autor:

Presença, presença insistente, quase inoportuna, sob o jogo alternado das sombras e da luz, a linguagem do geógrafo sem esforço transforma-se na do poeta. Linguagem direta, transparente, que “fala” sem dificuldades à imaginação, bem melhor, sem dúvida, que o discurso “objetivo” do erudito, porque ela transcreve o “texto” traçado sobre o solo (DARDEL, 2015, p.3).

Essas leituras do mundo conduzirão para a produção de imagens e a geografia dardeliana compreenderá essa interpretação de imagens como algo inato ao geógrafo, assim, a geografia proverá por si só a imaginação e a sensibilidade necessárias para compreender a realidade, e quem poderá transpor essa leitura desse texto será unicamente o geógrafo. É interessante notar que isso exclui todos os outros sujeitos de todos os processos, concedendo a faculdade da sensibilidade somente a um sujeito, o detentor do conhecimento científico. O que poderíamos inferir ser uma aproximação ao pensamento kantiano, no qual se observa uma primazia do sujeito sobre o objeto, e ao mesmo tempo do *inato biológico* kantiano:

Se a geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus voos mais livres, o socorro de suas vocações terrestres, carregada de valores terrestres, marinhos ou atmosféricos, também, sempre espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar a realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social (DARDEL, 2015, p.6).

Vale ressaltar, ainda, dois pontos relevantes aqui: o primeiro é que diferentemente de Sartre (2005), essas imagens percebidas não são explicadas enquanto fenômenos de aparição, ou série de aparições, nem mesmo das imagens enquanto Instante bachelardiano, em que elas seriam fluxo de imprevisíveis novidades a cada momento em que toma-se consciência de si (reflexão) no momento em que lança-se o olhar. Mas essas imagens se aproximam da teoria da percepção de Merleau-Ponty (1999) em que as imagens constituiriam um fluxo de percepções e imaginações a partir dos sentidos, porém de acordo com Dardel a ideia de compreensão e explicação se daria através de um sentido primeiro, que seria a visão, e que a interpretação dessas imagens (da Terra) seriam otimizadas pelo geógrafos. De acordo com ele:

A explicação se desloca discreta, sob o pitoresco das imagens, tanto mais surpreendente que, pela graça de estilo, o leitor compreende mais claramente esse texto. Dessa interpretação feita por um geógrafo, temos acesso quase sem transição para o mundo do romancista em que a feição da Terra se anima com as vibrações coloridas do momento (DARDEL, 2015, p.3).

Nessa tentativa de abarcar a leitura da realidade e a explicação das imagens percebidas, Dardel propõe um dualismo entre mundo material e mundo imaginário, no

qual o primeiro representaria todas as atividades humanas e o segundo a liberdade do espírito. Esse espírito estaria vinculado não ao espírito transcendental, mas as motivações e desejos de viajar, explorar e desbravar o mundo, que para Dardel, também seriam inatas aos geógrafos.

Vale ressaltar que esse dualismo representaria não somente a divisão entre as atividades diárias e cotidianas e as faculdades do desejo, como também se aproximaria fugazmente do ser diurno e noturno de Bachelard (JAPIASSU, 1976). Nesse sentido, não notamos uma transposição de teorias, mas uma aproximação, logo que Dardel não aprofundará sua análise, mas apenas confere ao mundo da imaginação o mundo do desejo, quase infantil, do desbravamento masculino, logo que o processo imaginante estaria recalcado no processo de conquista de lugares desconhecidos. Esse espaço geométrico será assim, subdividido em material e imaginário (telúrico) (FIGURA 1).

O *espaço material* será pertencente às atividades humanas e dividido em espacialização material direta e espacialização indireta. A primeira, material direta, será posicional, e refere-se ao ponto de vista do Homem; De acordo com Dardel:

Uma região montanhosa não é, antes de tudo, uma região que obstrui a circulação dos homens? A planície só é “vasta”, a montanha só é “alta”, a partir da escala humana, à medida de seus desígnios. (...), porém se a realidade só é geográfica para o homem, o que significa este “para”? Naturalmente, “para o homem” pode tomar frequentemente este valor claro de utensílio e significar “de interesse” ou “para o uso do” homem. Habitável, cultivável, navegável, essas aptidões não esgotam o sentido deste “para o homem”, que exprimem simples e genericamente o ponto de vista do homem (DARDEL, 2015, p.8).

Já a espacialização indireta, ocorrerá através da influência física da Terra, ou seja, do clima, do relevo e do meio vegetal, sobre o homem. De acordo com Dardel:

É importante não se acreditar no erro de que a espacialização geográfica se produz somente em virtude de um comportamento ativo. É o caso onde o homem é agenciado pelo ambiente geográfico: ele sofre influência do clima, do relevo, do meio vegetal. Ele é montanhês na montanha, nômade na estepe, terrestre ou marinho. A natureza geográfica o lança sobre si mesmo, da forma a seus hábitos, suas ideias, às vezes a seus aspectos somáticos (DARDEL, 2015, p. 9).

Nota-se, contudo, que a partir da espacialização direta e indireta que o Homem desenvolverá sua existência, que seria essência (Ser) e extensão. Dardel cria assim o Espaço Primitivo, no qual a existência se fixaria, e para onde todos os pensamentos,

desejos e vontades se dirigiriam. Assim, Dardel cria um dualismo, dos *encontros* e *desencontros*.

O Espaço Primitivo é onde se desenvolve a existência, porque ela é, em essência, extensão, porque ela procura um horizonte, direções, existências que dela se aproximam, porque a vida lhe oferece percursos a seguir, fáceis ou acidentados, seguros ou incertos. Ali onde os termos não podem mais se agarrar a uma realidade que resiste e que responde e não são mais do que cifras, é a geografia que, naturalmente, forneceu seu vocabulário porque ele é concreto e qualitativo, próximo e claro (DARDEL, 2015, p.13).

Nesse sentido, os *encontros* estariam vinculados a experiências concretas no qual o homem cria suas próprias rotas, suas estradas, seus caminhos, com direções determinadas. No sentido inverso, os *desencontros* estariam vinculados a uma estética dos caminhos que não foram planejados e projetados, colocando em evidência a experiência, a imaginação, a *poesia natural* (DARDEL, 2015), e os sonhos da aventura de quem percorre aquele caminho.

É interessante notar que ao falar de caminhos percorridos, Dardel recorre ao tempo, e sobre a importância do encurtamento desse tempo e das distâncias na geografia:

Dirigir-se é também seguir em linha reta. Reto não significa sempre retilíneo. Porque na geografia, pelo menos, a linha reta não é em todos os casos “o caminho mais curto” de um lugar ao outro. Na montanha ou em terreno pantanoso, contornar os pendentes ou os lugares profundos permite chegar mais seguro e mais rapidamente ao ponto visado (DARDEL, 2015, p.12).

Ou seja, o que importaria para Dardel não seria a travessia enquanto reflexão, a pausa fenomenológica - até porque ele não se designa como fenomenólogo - mas a rapidez e encurtamento dos caminhos com que a geografia o permitiu encurtá-los. Ainda de acordo com o autor:

Trilhas, vestígios de caravanas, estradas. Ansiedade do viajantes em uma região desconhecida onde a floresta, o planalto uniforme, a montanha fragmentada, privam a visão de qualquer ponto de referência. Em boa hora, o homem em sociedade fixou os traços que evitam essas hesitações e, ao mesmo tempo e na medida que a civilização impôs os transportes mais regulares e mais importantes, quis itinerários mais diretos, rotas retas, continentais e reais, ou então marítimas e fictícias. Essa mesma preocupação de dirigir-se, que lhe fazia anteriormente contratar guias, se mantém hoje em dia a partir dos inúmeros meios de indicação de rotas disponíveis. No entanto toda essa técnica empregada nas vias de comunicação representa apenas a relação geográfica original com a Terra mais aperfeiçoada e mais precisa, em que o espaço concreto é esse para o qual tem que se reportar, pelo qual deve passar ou no qual deve implantar as referências (DARDEL, 2015, p.12).

Ora, se a travessia não seria o momento de pausa para a reflexão, mas sim o momento da aventura, o que afinal estaria por vir nesses caminhos? E o que diferenciaria essas trilhas? Para Dardel essa referência estaria vinculada a liberdade situacional entre imobilidade e permanência. Ou seja, o que nos manteria entre os Encontros e os Desencontros seria a escolha de nos mantermos num sítio estável, ou num sítio inerte, e num movimento constante de lugares em lugares.

Já a unidade de significação do *espaço geométrico telúrico* é compreendida como experiência primitiva, não somente como relance visual perceptivo da Terra, mas implicando numa profundidade e ao mesmo tempo solidez da experiência concreta. E para adentrar nesse espaço telúrico, Dardel recorre a primitividade das imagens bachelardiana (Bachelard, 1991). De acordo com Dardel,

O arruinado, o maciço, o calcinado permanecem uma experiência concreta, até mesmo ingênua, em que a geografia se consubstancia e clama por uma espécie de geologia primitiva que é essencialmente um interesse, senão uma paixão pelos materiais e a estrutura da Terra, antes de se tornar uma ciência objetiva. Imagens que chegam primeiro como sensações táteis ou como manifestações visuais de uma intimidade substancial, antes de se decantar em ideias ou em emoções (DARDEL, 2015, p. 15).

A experiência telúrica se colocaria nesse sentido como um desejo inato sobre os componentes da Terra. Nesse sentido, Dardel recorre ao conceito de Consciência Imaginante sartriano (SARTRE, 1973) evocando a Terra para uma consciência imaginante, transcendendo-o, colocando-o a uma distância. Ou seja, a possibilidade de imaginar, implicaria numa irrealização que permitiria se presentificar uma pessoa, ou uma paisagem, ou um lugar, ou uma caminho, a título de sua ausência. Na sua intenção mesma, a consciência visaria o objeto, ainda que ausente, nadificando-o. A partir de um representante análogo, a consciência imaginante irrealiza um objeto, que transforma em imaginário. Esse processo valeria tanto para o produtor das imagens, o que imagina a paisagem ausente, quanto para o observador que recompõe as figuras como num quadro.

É interessante notar que a consciência dardeliana estaria no *espaço geométrico telúrico (noesis)* e a existência no *espaço geométrico material (noema)*, recorreremos então a Husserl, se só existe consciência enquanto consciência de algo, a consciência está a partir da primitividade das imagens para o espaço primitivo, delegando a Terra o papel central da existência e ao mesmo tempo da despertadora da consciência.



Após discorrer sobre o *espaço material*, Dardel adentrará mais profundamente sobre a *primitividade das imagens* (Bachelard, 1991), apresentando o conceito de *espaço aquático*, espaço aéreo e espaço construído. O espaço aquático será compreendido enquanto lugaridade líquida, e na tentativa de explicar tal imagem, estado físico e processo de liquidez social, recorreremos brevemente a Bauman (2001) e sua modernidade líquida.

Para melhor compreender a modernidade líquida, é preciso voltar ao período que a antecedeu, chamado por Bauman (2001) de modernidade sólida, que está associada aos conceitos de comunidade e laços de identificação entre as pessoas, que trazem a ideia de perenidade e a sensação de segurança. Na era sólida, os valores se transformavam em ritmo lento e previsível. Assim, tínhamos algumas certezas e a sensação de controle sobre o mundo – sobre a natureza, a tecnologia, a economia, por exemplo.

Já na modernidade líquida toda forma é temporária, tal como os líquidos, caracterizando-se numa incapacidade de manter uma forma estrutural

Fluidez é a qualidade de líquidos e gases. Os líquidos diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. (...) Os fluidos se movem facilmente. Eles fluem, escorrem, esvaem-se, respingam, transbordam, vazam, inundam (...). Essas são as razões para considerar fluidez ou liquidez como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente frase na história da modernidade (BAUMAN, 2001, p. 8-9).

Assim, duas das características da modernidade líquida são a substituição da ideia de coletividade e de solidariedade pelo individualismo; e a transformação do cidadão em consumidor. Nesse contexto, as relações afetivas se dão por meio de laços momentâneos e volúveis e se tornam superficiais e pouco seguras (amor líquido). No lugar da vida em comunidade e do contato próximo e pessoal privilegiam-se as chamadas conexões, relações interpessoais que podem ser desfeitas com a mesma facilidade com que são estabelecidas, assim como mercadorias que podem ser adquiridas e descartadas.

Em Dardel também observamos esse movimento de análises de estruturas sociais que parte do mundo sólido (materialidade objetiva) para o mundo líquido(subjetivo). O mundo sólido é caracterizado já na rigidez das estruturas do espaço geométrico, iniciada pela própria designação, logo que na etimologia da palavra em grego antigo *geo* se refere à terra, e *metria* se refere à palavra métrica, ou

seja, seriam propriedades de medidas da terra, do espaço. Em segundo, observamos a materialidade física da Terra, que é influência física, posicional e criadora de consciência.

Já no espaço aquático a perspectiva é de mobilidade e fluidez, mas sem perder os dualismos não relacionais. A ideia é que se flua como um rio, no qual segue um caminho, possui uma imobilidade inata, diferente da imobilidade permanente, fixa de uma planície, mas sempre segue de um ponto ao outro.

O espaço aquático é um espaço líquido. Torrente, riacho ou rio, ele corre, ele coloca em movimento o espaço. O rio é uma substância que rasteja, que “serpenteia”. As águas “deslizam através do frescor dos bosques espessos, docemente agitados; elas não murmuram, elas correm penosamente”. No funcho dos rios límpidos, o jogo móvel das luzes e das sombras azuis, esse reino secreto “cheio de flores imóveis e estranhas” provê uma experiência direta da espacialidade aquática. A água corrente, porque é movimento e vida, aplana o espaço (DARDEL, 2015, p.20).

É interessante notar que a liquidez também está na voz. É ela que representa o arquétipo do discurso, que sai do mundo geométrico, duro, árduo e seco da terra, para o da possibilidade, vasto, que corre diversificados lugares, que sai da nascente e direciona para o mar.

Por sua mobilidade, pelo salto soletrado da corrente ou pelo movimento ritmado das vagas, as águas exercem sobre o homem uma atração que chega à fascinação. Há uma palavra que encanta, uma substância que atrai. Palavra discreta ou turbulenta, acariciante ou ameaçadora, que dá ao rio ou ao mar uma personalidade. “A terra é muda”, e o oceano é uma voz. (...) Ele fala à terra, fala à costa, dialoga com seus ecos. É o esforço que faz o mundo para falar (DARDEL, 2015, p.22).

Já o *espaço aéreo*, diferente do *espaço líquido*, é considerado permanente, daquilo que se sobrepõe a tudo e não se altera com o tempo, límpido, tornando-se a expansão e plenitude do Ser, invisível, logo que não se recorre a um único sentido da visão, mas isso não quer dizer que o fenômeno não ocorra; e imperceptível, ou seja, que não depende dos sentidos para existir, o que não o impede de dar a sensação imediata da sua presença (DARDEL, 2015).

Vale ressaltar que esse *espaço aéreo* é também dual, e tal como Bachelard (1977), dividido entre diurno e noturno.

O espaço diurno separa as coisas e as deixa prontas para a atividade. Ele dá aos objetos seus “corpos”, ao homem o sentido de suas tarefas. Somos já inteligência desde que amanhece o dia, a nossa atenção é o apelo que ele nos lança para realizar nosso vir a ser. Mas nós também estamos de acordo com a noite, com seu poder de irrealizar o mundo, de aprofundá-lo em volume

e silêncio. A noite têm “um conteúdo positivo próprio”: o mundo noturno dissolve os limites e as distâncias, aumenta a montanha e preenche a planície. Ela é repouso, paz do entardecer, porém também mistério e devaneio. Sombra e luz, o espaço aéreo se encerra no feérico, no mágico (DARDEL, 2015, p.24).

O que diferencia primordialmente Bachelard de Dardel nesse dualismo é que Bachelard trata Diurno e Noturno enquanto estrutura do Ser para a psicanálise do conhecimento científico. Assim Bachelard propõe dois caminhos distintos de análise, o da Razão Diurna, e o do Devaneio Noturno, implicando um Ser Dual Dialético. Já para Dardel, não existe psicanálise do conhecimento, nem dialética, e a Estrutura do Ser estaria no Espaço Geométrico, o diurno, nesse sentido, representaria as possibilidades realizáveis do homem, e o noturno as possibilidades tangenciáveis das distâncias imagináveis entre o homem e os lugares.

Já o *espaço construído*, de acordo com Dardel (2015), é a obra do homem, sua morada, seu espaço vivido, onde se encontram seus lugares de vivência, sua história, onde é o palco da sua socialização, onde encontram-se os símbolos que particularizam sua realidade e sua relação com o Outro.

(...) a forma mais importante do espaço construído está ligada ao hábitat do homem (...) a grande cidade moderna onde o homem é moldado na sua conduta, nos seus hábitos, nos seus costumes, suas ideias e seus sentimentos, por esse horizonte artificial que o viu nascer, crescer, escolher sua profissão. Entre a vila e a grande cidade provincial adormecida e a vasta cidade industrial atarefada, não há mais que uma diferença de grau, de nome ou de extensão. Trata-se de espaços que, para o homem, diferem em qualidade e significado (DARDEL, 2015, p.27).

Nesse sentido, o *espaço construído* estaria na urbanidade, compreendida como o centro de intervenção do homem na Terra, seja no desenvolvimento e exploração de recursos, à circulação e cruzamento de pessoas, lutas populares e experiências históricas. Vale ressaltar que Dardel não traz à tona revoluções/lutas camponesas ou mesmo a vivência do homem no campo, ou processos identitários pertencentes ao mundo campo/rural na tentativa de criar uma dialética rural-urbana, pelo contrário, ele é categórico em afirmar que o espaço construído é pertencente às populações urbanas. De acordo com ele:

As vezes arejado e opulento, às vezes miserável e repugnante, uma presença compacta, de onde pode nascer tanto essa polidez particular que chamamos de “urbanidade” quanto esses sobressaltos de revolta, esses motins que a história registra como reações próprias às populações urbanas (DARDEL, 2015, p.28).

A paisagem urbana é aqui tomada enquanto lugar de vivência, de uma realidade ao mesmo tempo concreta e imediata, pertencente ao mundo real - enquanto realidade -, e ao mesmo tempo enquanto espaço de vivência com o Outro. Esse Outro aqui não é aprofundado de sentido, mas constituído enquanto relação de socialização.

A cidade não é somente um panorama abarcado com um golpe de vista. A cidade, como realidade geográfica, é a *rua*. A rua como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão; elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão de mundo e no desamparo do homem; realidade concreta, imediata, que faz do cidadão "um homem de rua", um homem diante dos outros, sob o olhar de outrem, "público" no sentido original da palavra (DARDEL, 2015, p.28).

Compreende-se então que em Dardel a complexidade do ser humano se reflete nas diversas formas com que se relaciona com o mundo (Terra). As percepções construídas em suas vivências vão além da compreensão racional a respeito dos fenômenos, comportando um estrato pré-intelectual nutrido especialmente da sensibilidade estética, da imaginação e da criação poética.

Podemos inferir ainda que a experiência de interação do ser humano com a natureza e os lugares habitados é um apelo à experiência e sensibilidade estética e vivencial. Nota-se que em seus espaços cotidianos estão claramente presentes a busca pelo belo (natural ou construído) e os traços da criação de sublimidades, repletas de significações que acabam por configurar os modos de viver e as construções culturais dos grupos que os compartilham.

### **CAPÍTULO 3 - DA PAISAGEM GEOGRÁFICA À ATITUDE FENOMENOLÓGICA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO OLHAR**

O que torna uma paisagem visível e desejável de ser compreendida? A resposta a essa pergunta pode conduzir a uma série de novos questionamentos, mas, todos eles irão afunilar sempre em um ponto comum: a posição. Ou seja, a espacialidade é uma condição fundamental, inerente ao fenômeno da percepção das paisagens, e por assim dizer, da motivação na compreensão de determinadas paisagens.

Não iremos aqui nos adentrar no conceito de percepção, mas para que se uma Paisagens e Discursos, suscita-se a ideia de que seja importante salientar porque nosso olhar é demasiadamente lançado para algumas paisagens, e porque alguns estudos estão sendo lançados sobre outras, e mais, com qual olhar esses estudos são pautados.

A posição dos objetos, das pessoas, suas posições relativas segundo um sistema de referência espacial efetivamente consistem num elemento central no exame do fenômeno da percepção das paisagens, pois a variação da posição espacial de um objeto, pessoa ou fenômeno altera completamente nossa percepção, nossa apreciação e nosso provável interesse sobre elas (COLLOT, 1990). E vale ressaltar que a posição não é absoluta, embora, os lugares de vivência também digam respeito a um sistema de referência espacial e, portanto, a natureza do que ali se apresenta, ou se mostra, intervém diretamente na construção dos sentidos, interferindo nas escolhas das paisagens estudadas (DARDEL, 2015).

Mas é interessante notar três noções particularmente nessa discussão. Elas fazem parte de um vocabulário frequentemente utilizado no discurso das Artes, mas que foram introduzidas na geografia, que são as expressões: *ponto de vista*, *composição* e *exposição*. Para Collot (1990) tratam-se de entidades espaciais definidas em função da perspectiva de onde é observada a paisagem; que oferece a quem observa apenas a parte de uma área, haja vista as limitações impostas pelo campo visual e pelo relevo; e que por isso, se apresenta como um conjunto ou totalidade coerente, afinal, a parte de uma área que se observa como paisagem nunca

é considerada como absolutamente isolada, mas sim, como parte de um espaço mais vasto que é fornecido pela experiência direta (íntima) ou indireta (conceitual e simbólica).

Tais ideias nos levam a enfatizar que enquanto fenômeno, a paisagem não poderia ser considerada isolada e nem tampouco ser dissociada do sujeito que a percebe. Nesse sentido, é preciso deslocar a atenção do objeto em si para os processos que ocorrem com os sujeitos que interagem com a paisagem. De acordo com Dardel:

Uma região montanhosa não é, antes de tudo, uma região que obstrui a circulação de homens? A planície só é “vasta”, a montanha só é “alta”, a partir da escala humana, à medida de seus desígnios. A floresta é experimentada como “espessa”, a Amazônia sentida como “quente”, antes que essas qualidades sejam conceituadas em noções apreendidas. A despeito dessa referência a um projeto ou uma experiência vivida, esses conceitos de amplitude, de altura, de espessura ou de calor não tem sentido. Antropocentrismo, dirão! Mas é necessário tomar partido: fora de uma presença humana atual ou imaginada, não há nem mesmo a geografia física, somente uma ciência vã. O antropocentrismo não é uma imperfeição, mas uma exigência inelutável.

Se a realidade só é geográfica *para o homem*, o que significa este “para”? Naturalmente, “para o homem” pode tomar frequentemente este valor claro de utensílios e significar “de interesse” ou “para uso” do homem. Inclui-se, nesse caso. A Terra como campo de cultivo ou material de construção, o rio para navegação, o céu para aviação. A geografia pode ser “econômica”; mesmo o estudo do relevo ou do clima contém a preocupação subjacente do uso e da produção.

Habitável, cultivável, navegável essas aptidões não esgotam o sentido deste “para o homem”, que exprimem simples e genericamente o ponto de vista do homem (DARDEL, 2015, p.8).

Nesse sentido, seria preciso deslocar a atenção do objeto externo em si, para os processos que ocorrem com os sujeitos que interagem com a paisagem, mas não no sentido de determinar com precisão as forças físicas aí envolvidas, mas de descrever e analisar a maneira pela qual os sujeitos partilham suas relações existências com o entorno.

É interessante notar que comumente utilizamos a expressão ponto de vista como sinônimo de opinião, como maneira de considerar assuntos diversificados, o que é mais frequentemente utilizado. Ressalta-se que há também, embora menos rotineiramente, mas em sentido mais concreto, ou de acordo com Dardel (2015), Material, para designar lugares que ofereçam uma visão panorâmica, de onde se pode observar uma paisagem, por exemplo.

Consideramos, no entanto, que a palavra *ponto* nesse caso indica um lugar determinado, seja ele concreto ou metafórico, ou nas palavras de Dardel (2015), material ou telúrico. Isso quer dizer que, ocupando aquele ponto, ou seja, naquela posição, podemos ver algo que não veríamos se estivéssemos situados em outra posição qualquer. A expressão estabelece, portanto, uma relação direta entre o observador e aquilo que está sendo observado. Essa relação se estabelece por um jogo de posições; é a situação espacial que permite ao observador ver algo que de outro lugar não seria visível para ele da mesma forma. O ponto de vista é um dispositivo espacial (posicional) que nos possibilita observar certos fenômenos.

A implicação mais direta disso é que processos diferentes aparecem quando mudamos as posições relativas entre o observador e o observado. Isso não quer dizer que estejamos condenados a cair no relativismo absoluto, nem mesmo o estamos defendendo. A consideração do ponto de vista como um elemento relativo à posição no espaço tem, todavia, uma importantíssima decorrência direta que é a compreensão daquilo que vemos como uma contingência das posições (COLLOT, 1990). Por isso, um ponto de vista sempre deve ser contextualizado em relação ao campo onde estão estabelecidas as posições que o definem. O ponto de vista é a posição que nos permite ver certos eventos. O exame da espacialidade, onde estão situados o olhar e o olhando, nos abre todo um campo inédito de análise. Empregar a expressão ponto de vista com um sentido metafórico de concepção quer dizer que, tal qual quando olhamos uma paisagem, escolhemos a posição do nosso olhar e, a partir dessa posição, serão determinados o ângulo, a direção, a distância, entre tantos outros atributos, que também serão posicionais.

Vale ressaltar que do ponto de vista material (DARDEL, 2015), esses atributos seriam geométricos, e poderiam ser compreendidos facilmente de forma metafórica, logo que o espaço telúrico e material estariam dentro do espaço geométrico. Isso nos ajudaria a compreender que, ao assumirmos uma posição, estamos sempre privilegiando um campo de observação, tornando, por conseguinte, outras parcelas desse campo periféricas e sempre não lançando o olhar para outra imensa parcela. Seja metaforicamente, seja concretamente, a ideia de ponto de vista é a de um privilégio do olhar sobre algo. Esse algo, no entanto, é parte de um conjunto maior, e a consciência dessa espacialidade, na qual se constroem os pontos de vistas, é

fundamental para a compreensão da relação entre aquilo que é visto e aquilo que não está sendo contemplado. A análise de um fenômeno pode assim ser feita com a consideração de seus limites e, portanto, com mais propriedade tendo isso como horizonte.

A segunda noção, é a de *composição*, ela é comumente utilizada para designar um conjunto estruturado de formas, cores ou elementos. Compreendemos, assim, como o resultado de uma combinação que produz algo novo, formado pela junção estruturada de diversos elementos. Nas artes, fala-se em composição para uma peça ou para uma forma de representação capaz de produzir um resultado original. Diz-se assim, por exemplo, de uma imagem – seja essa fotografia ou pintura – que ela possui uma composição, ou seja, os diversos componentes possuem uma estrutura que as associa dentro de um mesmo enquadramento (GOMES, 2007). Ressalta-se que a paisagem é também, nesse sentido, sempre uma composição, logo que formas de relevo, diferentes tipos de cobertura vegetal, ocupação de lugares, entre muitos outros elementos se associando de maneira diversificada e original, configurando uma paisagem para um olhar.

Dizemos então que a composição se trata de um conjunto que possui uma estrutura, porém além disso, também possui um outro atributo, que é o da disposição das posições, e o grau de importância dessas, tal como a *Geografia Mítica da Referência* de Dardel (2015). Ou seja, a forma de dispersão desses dados que, integrados, dão origem a um novo elemento corresponde à sua espacialidade. Essa espacialidade, ou esse padrão de dispersão é alcançado através de quem lança o olhar e define esse padrão. Vale ressaltar que há uma ordem espacial que define cada composição (SARTRE, 2005), uma paisagem é, assim, constituída de inúmeros aspectos. Mas como eles estão combinados, e em quais proporções e situações? Isso significa que a composição é relativa e que estão dispersas sobre um mesmo plano, assim analisar uma composição é compreender sua espacialidade e o lugar dos elementos de um conjunto.

Já a terceira noção, é a *exposição*, e ela é definida pela situação espacial. Trata-se de uma posição de exterioridade, o que implica questões fundamentais. A primeira delas é que passamos a compreender as coisas segundo uma classificação que institui o que deve ser revelado e o que deve ser escondido. Há assim uma



delimitação que estabelece o que deve-se ver e o que não se deve e, isso é o resultado de uma classificação relacionada ao espaço, que também é uma questão de posição (GOMES, 2007).

É interessante notar que lugares de exposição, como grandes universidades, são lugares de grande e legítima visibilidade. O que ali se coloca tem um comprometimento fundamental com a ideia de que deve ser visto, olhado, observado, apreciado ou mesmo julgado. Isso também significa dizer que socialmente estabelecemos lugares onde essa visibilidade deve ser praticada, segundo complexas escalas de valores e significações. O atributo da visibilidade é, portanto, central na vida social pós-moderna – e por assim dizer, acadêmica – e se ativa e se exerce não somente pela percepção visual, mas também do mundo vivido. Dessa maneira, as dinâmicas que afetam aquilo que se exhibe, afetam também o Ser que observa, e a relação da percepção. Nosso desafio nesse momento foi demonstrar quais são esses pontos de vista, de que maneira encontramos as composições, e quais exposições foram privilegiadas.

### **3.1 Construindo o Lugar do Olhar**

A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito, pois a ideia embrionária da categoria conceitual já existia, baseada na observação do meio. E as expressões desta memória e da observação podem ser encontradas, aliás, nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares da Paisagem como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou mesmo um rio. E podemos afirmar que as pinturas rupestres são uma referência seminal, primeira, para esta percepção direcionada a alguns componentes do ambiente (MAXIMIANO, 2004).

Outra perspectiva das representações da paisagem refere-se à sua origem mitológica. Historicamente, uma das primeiras referências mitológicas à categoria espaço, e indiretamente, à categoria paisagem, é encontrada na obra *Timeu*, de Platão (2011). Para o filósofo, o cosmos era um perene devir, podendo ser conhecido apenas por meio da percepção sensorial e cognoscível. O cosmos teria sido produzido

pela necessidade, - a geradora da causa material -, e composto pelos elementos materiais: água, ar, terra e fogo. E é neste contexto, que teria emergido o conceito de espacialidade que pode ser considerado como uma componente ontológica do mito cósmico em Platão (no qual o espaço seria a condição necessária para a existência do princípio material).

É interessante notar inclusive, que essa *primitividade das imagens*, a partir dos elementos naturais, nos remete aos arquétipos de Bachelard (1991), logo que a poética bachelardiana é construída a partir dessas imagens primitivas, que permitem a construção da *imagem imaginante*. Ou seja, para Bachelard, os elementos primitivos, ar, terra, fogo e água seriam os fundamentos da teoria da Imaginação por ele enunciada.

É relevante assinalar, contudo, que Platão, concebe a poesia épica, tão importante para a construção do Ser Noturno, poético, bachelardiano, de maneira depreciativa:

No livro *A República*, [Platão] classifica todas as expressões artísticas, do ponto de vista filosófico, uma mimesis, isto é, uma imitação das coisas e fatos captados através dos sentidos. Assim, a poesia épica descreve o gênero humano e os mais diversos acontecimentos referentes a ele, procurando sempre reproduzi-los por meio de palavras. Tendo em vista a metafísica platônica, todas as coisas que pertencem ao âmbito sensível são imagens, um reflexo do paradigma eterno do *eidos*, ou seja, das “Ideias”, das formas eternas e imutáveis que pertencem ao âmbito do inteligível. Logo, tudo que os sentidos captam não são as essências das coisas, o ser “verdadeiro”, mas apenas “imitação” deste ser verdadeiro (VOIGT, 2015. p. 227).

Contudo, essa expressão artística tão criticada em *A República*, foi paradoxalmente tomada pelo filósofo como objeto de reflexão ao serem analisadas as paisagens nas pinturas, tal como descreve Oliveira:

(...)é exatamente a pintura que é usada por Sócrates, personagem de Platão, numa das passagens do *corpus* mais conhecidas, citadas, e muitíssimas vezes profundamente criticadas, tanto por filósofos como por comentadores de Platão e teóricos da arte em geral: falamos da gradação mimética apresentada na primeira parte do décimo livro da República (OLIVEIRA, 2015, p. 208).

E neste contexto, a pintura aparece, retratando aquelas artes miméticas que são cópias de objetos e que, por sua vez, já são cópias das ideias, produzidas por Deus. Mas na obra *Timeu*, a arte, as pinturas e as paisagens são abordadas em três momentos diferentes:

O primeiro deles é o próêmio, onde sua imagem aparece em duas passagens. A pintura é usada por Sócrates, personagem principal na construção da cidade utópica da República, como sabemos, logo após se relembrar das principais características presentes provavelmente nessa cidade. Ele estabelece uma analogia entre a cidade ideal e uma obra pictórica. A imagem da pintura é, logo em seguida, retomada por Crítias, quando termina de relatar o que contara seu avô, também chamado de Crítias, sobre a cidade ancestral de Atenas, semelhante à cidade utópica. Curiosamente ou propositalmente, o primeiro contexto em que a pintura aparece no diálogo é exatamente quando se tem como tema a cidade ideal ou utópica e a narrativa atópica de sua realização fatural, num passado longínquo – o que, portanto, evidencia a coerência dessa nossa investigação quando está em pauta reler a dita expulsão da arte mimética da cidade ideal (OLIVEIRA, 2015, p. 210).

E essa materialidade das paisagens estaria vinculada, portanto, às imagens pintadas, sendo utilizadas como recursos linguísticos para a tematização que interessava ao filósofo naqueles diálogos específicos. Ou seja, Platão ao propor a cidade ideal, concebeu através do discurso uma paisagem ideal, que foi concretizada como paisagem pictórica:

Logo à primeira vista percebemos que a imagem da pintura é utilizada nessa passagem devido a uma de suas propriedades intrínsecas: a da imobilidade, chamada de repouso no caso dos animais, (em grego, que também engloba os sentidos de sossego, calma, tranquilidade, ou ainda estado de paz. Sócrates é tomado pelo desejo de ver o movimento, seja ao contemplar uma pintura de belos animais, seja quando os vê diretamente, sossegados. É porque em repouso e paz que o desejo de Sócrates é atizado, pelo movimento, pelas lutas, pela guerra. Essa característica da pintura é, de fato, óbvia: o pintor, mesmo ao retratar uma cena onde haveria movimento, só consegue, no máximo, sugerir-lo pela justaposição de seus elementos.

Essa característica intrínseca da pintura, o fato de ser imóvel, vem acompanhada do que antes chamamos de promessa: pode-se dizer, de um repouso ou sossego que aponta para, ou nos faz desejar, a vida e o movimento, como sugere essa passagem do *Timeu* (OLIVEIRA, 2015, p. 211).

É interessante notar, aliás, que esse recurso das imagens, como forma de ver as paisagens é utilizado também em Sartre (2015), tentando este pensador, abarcar a dramaticidade da realidade humana. Platão usaria como recurso imagético as pinturas, num intuito de captar e descrever os fenômenos à sua volta; já Sartre, utilizaria as narrativas não somente como recurso imagético da realidade, mas também como recurso linguístico, revelando subjetivamente o que se desejava.

Porém o conceito de paisagem só desenvolveu-se no Renascimento<sup>39</sup>, a partir da noção de *paesaggio* que se estruturou com a pintura renascentista, associado ao

---

<sup>39</sup> 1300-1600 (ZARDONAIDE, 2016).

conceito de extensão (CHAUÍ, 1981). Nos trabalhos de Rembrandt<sup>40</sup> (JANSON, 1992), o conceito de extensão é qualificado na noção de perspectiva, profundidade e terceira dimensão. E é assim que, o espaço alcança a categoria de entidade pictórica, o qual, por meio de um novo recurso, o plano, é associado a um jogo de cores, com gradações na luz. Ressalte-se que os sujeitos puderam a partir daí abordar a realidade, por meio de vários feixes de visão, definindo, assim, um horizonte. Em Rembrandt o espaço ganhará vastidão em função de um jogo de luminosidades e cores, em que a relação entre o escuro e o claro produziria uma perspectiva cosmológica no espaço (JANSON, 1992). E é interessante notar que essa perspectiva de claro e escuro vai ao encontro do Ser Diurno e do Ser Noturno bachelardianos, pela qual a existência humana habitaria tanto no universo do Ser Noturno, escuro, poético, fecundo em devaneios, tal como do Ser Diurno, revelador e do conhecimento.

Mas é com Jan van Eyck<sup>41</sup>, considerado o inventor da pintura a óleo, que o espaço passará a ocupar posição central nos objetivos artísticos, por meio da *perspectiva atmosférica*, demonstrando a profundidade do espaço e a conseqüente amplidão da cena percebida. Já Leonardo da Vinci<sup>42</sup>, trará as regras da perspectiva e

---

<sup>40</sup> (1606-1669) Nasceu em 15 de julho de 1606 em Leiden. Rembrandt é considerado um dos grandes gênios da pintura do Barroco e um dos mais importantes gravadores de todos os tempos. Ele produziu aproximadamente 290 gravuras, em que se destacam o domínio técnico da água-forte, a originalidade, o experimentalismo e a expressividade que lhe caracterizam. Nas gravuras, evidencia-se um estilo espontâneo e livre, no qual se observa-se a utilização de traços fluidos em seus motivos, que se assemelham a esboços. O artista é um grande mestre do *chiaroscuro* e criou em muitas de suas gravuras efeitos dramáticos de luz e sombra. Em seu experimentalismo, vê-se que modificou e retrabalhou as matrizes com a intenção de obter a riqueza de efeitos que desejava (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019).

<sup>41</sup> Jan van Eyck nasceu em Maaseik, bispado de Liège, então sacro Império Romano, Flandres, hoje Bélgica, antes de 1390. Nenhum texto pesquisado pôde precisar a data de seu nascimento, com afirmações que variam de 1380 a 1390, e morreu em Bruges, em julho de 1441(...). Considerado o fundador da escola realista flamenga, coube a Jan van Eyck aperfeiçoar a recém-criada técnica da pintura a óleo em quadros que patenteiam uma técnica prodigiosa. Através de sua compreensão dos efeitos de luz e rigoroso domínio dos detalhes, Jan van Eyck é capaz de construir um mundo pictórico unificado de forma convincente e lógica, inundando o espaço com cintilância e luminosidade (CONTE, 2016, p.57).

<sup>42</sup>“Torna-se difícil entender como se articulam arte e ciência em tempos de racionalismo e de produção de supérfluos para o consumo. O impulso germinador do pensamento e da ação não se encontra na sua capacidade de responder ao imediatamente dado, mas sim em exercer a curiosidade e problematizar evidenciando as tensões entre os opostos. Embora seja mais fácil ancorar nas certezas apresentadas por um conhecimento instituído, seguir a senda árdua do questionamento e buscar os desvios à margem do método tradicionalmente reconhecido abre sempre novas possibilidades de conhecer. Esta foi a postura pedagógica que nos ensinou Leonardo da Vinci, em exemplos de relações interessantes entre filosofia e arte, arte e ciência. Esta era uma perspectiva de trabalho própria do Renascimento, que Leonardo aprofundou fazendo interagir as linguagens para criar formas de expressão artística e de compreensão da realidade. A expressão visual e pictórica aliava arte e geometria, arte e geologia, arte e matemática, para expressar na pintura a proporção e a profundidade, para externar na imagem uma concepção filosófica” (SCHLESENER, 2016).

das leis da natureza, representando o espaço. Para o artista, a paisagem constituiria um *conjunto de símbolos* e expressaria uma conexão entre os elementos do mundo, que apresentava uma ordem além da imperfeição (JANSON, 1992).

É interessante ressaltar ainda que nessas representações das paisagens, tanto para os pintores italianos, quanto para os holandeses, estavam em pauta duas concepções metafísicas de mundo: uma delas é a neoplatônica, defendida pelos italianos, para quem o olho enviava sua luz às coisas para fazê-las visíveis, ou seja, o pintor representa um ponto de vista preexistente e serviria como medida para a representação do mundo. Aqui, o corpo masculino seria a proporção e a escala para se representar todas as coisas. Já a representação holandesa, foi reforçada pelas descobertas da óptica de Kepler<sup>43</sup> quando o olho passou a ser visto como instrumento e mecanismo óptico da visão representando a imagem das coisas, independentemente do observador. Ou seja, se considerava somente as percepções no campo da visão.

Porém, com a descoberta da refração no cristalino<sup>44</sup>, associado ao desenvolvimento das lentes para sua correção da visão, e a invenção do telescópio e do microscópio; modificou-se a relação/separação entre o natural-artificial, sendo invalidada, nesse contexto, a distinção clássica entre arte/natureza; real/irreal; representação/imagem (CHAUÍ, 1981).

É a partir desta nova condição que se desenvolverá a pintura holandesa, na qual, diferentemente da italiana, o corpo humano não serviria mais de referência. O olho agora percorre o mundo. O primado será o do espaço e do movimento em relação ao ponto de vista da visão tendo sido definida assim uma nova *perspectiva* do mundo, em que o olho não está mais fora do mundo, mas no meio dele. Nessa perspectiva, *o pintor não mais pré existe às coisas e nem possui um ponto de vista externo que possa ser a medida da representação* (CHAUÍ, 1981, p.17).

Contudo, sem bases sólidas (não existiam teorias das linguagens naquele momento) que justificassem a distinção e importância entre real/irreal, natural/artificial,

---

<sup>43</sup> (1571- 1630): astrônomo alemão; desenvolveu trabalhos no campo da ótica, inventou o telescópio refrator (o telescópio de Kepler) e que contribuiu na legitimação das descobertas científicas telescópicas de seu contemporâneo Galileu Galilei (TOSSATO, 2006).

<sup>44</sup>Alguns aspectos da óptica do olho humano, Instituto de Física, USP. Disponível em: <http://axpfep1.if.usp.br/~otaviano/TextoOlhoHumano.html>

fragmentaram-se essas noções, ainda frágeis, e aumentou-se a utilização de escalas e proporções. Assim, naquele período, foi atribuído grande valor ao desenho, na história natural, na geografia e na cartografia, reforçando-se a convicção de que ver, pintar e desenhar corresponderiam maneiras de se conhecer a realidade (ÉVORA, 1994).

É sugestivo pontuar, por outro lado, que o Romantismo<sup>45</sup>, como movimento cultural, auxiliou na formação do conceito de paisagem na Geografia, a partir da introdução na sua concepção/formulação de uma nova dimensão, a categoria tempo, tendo se passado a partir daí a se valorizar as singularidades ao se atribuir a cada comunidade e nações uma identidade própria (GOMES, 1992). Vale ressaltar ainda que nesse período, a construção dos Estados Nacionais foi determinante para a agregação dos conceitos de identidade às paisagens, tal como aborda Thièsse:

(...) diferentemente, a nação agora é colocada como independente da história dinástica e militar, ou seja, ela preexiste ou sobrevive sem um soberano. Para ela é conferida uma soberania legítima. Um topos intelectual, recorrentemente ativado (...) por duas concepções, da Revolução Francesa e do Romantismo(...), a nação foi concebida como uma comunidade de nascimento, e que se organizava em torno da transmissão, através dos tempos, de um patrimônio coletivo, inalienável, criando identidades nacionais (THIÈSSE, 2014, p. 35).

Observa-se, portanto que, a formação dos Estados Nacionais foi determinante na construção das paisagens culturais, paisagens “típicas” de cada região, criando um acervo simbólico, iconográfico do que se vê.

A estética romântica, por meio do princípio da contemplação, procurou romper também, com a dualidade sujeito/objeto de Kant ao estabelecer que o conhecimento da natureza viabilizar-se-ia através da percepção e da observação. Para os românticos, a observação, também designada de experimentação, assumiria um *status* místico e, assim, por intermédio dela seria possível adquirir o conhecimento da realidade, o que em última instância seria o autoconhecimento.

É pertinente se verificar ainda que o princípio da contemplação foi desenvolvido por Kant (1993), segundo a assertiva de que o prazer deveria ser desinteressado, constituindo mera imagem do objeto sem qualquer interesse material. Porém, este

---

<sup>45</sup> Romantismo: movimento artístico, político e filosófico surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que durou por grande parte do século XIX.

princípio tornou-se metafísico em Schopenhauer<sup>46</sup> (BENJAMIN, 1993), para quem o prazer desinteressado transformar-se-ia em uma incipiente libertação do Homem em relação à vida. E a partir do princípio da contemplação, é que a natureza passou ainda a ser tratada como um *objeto* e visualizada como detentora de uma linguagem.

Para Kant, a beleza, o sublime, estava na natureza e não na obra de arte, que é apenas uma representação: “... *uma beleza natural é simplesmente uma coisa bela, enquanto uma beleza artística é a representação de uma coisa*” (RIBON, 1989, p. 10). E assim, para o autor, a geografia física seria a revelação da beleza natural, portadora de uma experiência estética distante do homem, mas intimamente ligada à lei moral e postulada pela razão prática.

As paisagens representariam assim, as várias possibilidades do maravilhoso e a síntese das conexões entre a natureza e a cultura. E neste contexto, a forma adquiriria o *status* de perfeição na estética romântica e a sua existência ocorreria em função de uma *afinidade eletiva* (GOETHE, 1992) entre a natureza e a cultura, permitindo, assim, definir as paisagens e atribuir-lhes uma identidade.

Mas a paisagem, só adquiriria a propriedade de um poder simbólico, utilizado principalmente como um elemento de reafirmação nacional (SCHAMA, 1996) constituindo-se também em uma maneira de se representar a imagem da Terra, a partir dos trabalhos de Alexander von Humboldt. Observa-se, que a propósito o conceito de paisagem é, em Humboldt, o produto de inúmeros legados filosóficos, científicos e artísticos, e, nesse sentido, forneceu as estruturas teóricas e práticas da ciência do Cosmos, fundamentando neste domínio, a Gênese da Geografia Moderna. Ressalte-se que:

As formulações de Humboldt não apresentam uma filiação filosófica unitária, passível de ser enquadrada de forma clara dentro de uma corrente de pensamento. Nota-se nesse autor, ao contrário, uma pluralidade de

---

<sup>46</sup>(...) abordar a estética schopenhaueriana, desenvolvida no terceiro livro do Mundo como Vontade e Representação, a saber, a Metafísica do Belo, como uma manifestação estética do assim chamado idealismo alemão, lembremos a primeira verdade enunciada por Schopenhauer no início do primeiro livro: “o mundo é minha representação” (Schopenhauer, 2005). Esta proposição enuncia claramente o ponto de vista idealista, em que o Eu é tomado como suporte do mundo. Este é o ponto de vista representacional, elaborado em clara correspondência com o ponto de vista do fenômeno em Kant. As representações empíricas são aí regidas pela lei causal, considerada por Schopenhauer como uma das modalidades do princípio de razão, a do devir. A elas sobrepõem-se as representações abstratas, ou seja, o conceito e a linguagem, regidas pelo princípio de razão do conhecer que, pressupondo sempre representações intuitivas, tornam possível a constituição dos sistemas, tanto das ciências como da ordem do mundo em que vivemos (CACCIOLA, p. 91, 2014).

orientações, às vezes mesmo de linhas aparentemente conflitantes. A elucidação das influências filosóficas de seu pensamento é matéria das mais controversas (VITTE, 2010, p.10).

Verifica-se ainda que a paisagem em Humboldt compreende a significação da natureza colocada por Goethe<sup>47</sup> (1997) como processo de formação-transformação. Origem de nova forma, cada figura representaria aí um processo, uma dinâmica própria de uma relação entre o invisível e o empírico. Nessa perspectiva, enquanto se pronunciaria o protofenômeno<sup>48</sup> (o desejo pelo qual se orientam todas as formas/conceitos) e, enquanto se apresentaria um modelo ideal, o protótipo (arquétipo perfeito que aspira todo ser), construir-se-ia objetivamente uma imagem que é o retrato de toda essa confluência, a representação de uma unidade que não pode ser alcançada por nenhuma de nossas representações. Isolada em si, cada parte carrega o que haverá de ser, cumpre a plena realização pela relação sempre aberta com o invariável e a totalidade. Vale ressaltar, nesse sentido, que:

Fundamental para que se possa entender como se teceu a trama conceitual goetheana, esse “olhar estético” dirigido às formas da natureza procurava entender o mundo natural como um todo em constante interdependência. Olhar as singularidades fenomênicas da natureza como integrantes de um todo, tem como pressuposto uma ideia de natureza como um gigantesco quadro com suas partes em correlação. O conceito de totalidade é a base de toda a ciência do “Wolfgang Apolo”, conforme Heine se referiu uma vez a Goethe (Heinrich Heine, 1973, p.146). Esse conceito marca a diferença em relação a uma concepção de ciência que cada vez mais se especializava, estudando cada singularidade distanciada de uma organicidade. A morfologia de Goethe, assim como sua visão acerca do mundo animal e da natureza de modo geral, se configura em um modo de ver o mundo envolvido em uma dinâmica constante, no qual cada elemento não pode ser contemplado sem estar em relação ao todo, assim como a composição de uma pintura coloca em relação entre si os diversos elementos constitutivos e que, a partir dessa relação, constituirão o todo da obra. Para Goethe, não só os elementos

---

<sup>47</sup>(...) a dedicatória feita por Alexander von Humboldt a Goethe em seu livro, *Ideias para uma geografia das plantas*, editado em 1807, ali estavam expostos os pensamentos que Humboldt teceu a respeito da vegetação, da geografia e sobre os povos da América Central e do Sul durante a longa viagem que empreendeu entre os anos 1799 e 1804. A gravura talhada em cobre a partir de um desenho do escultor dinamarquês Bertel Thorvaldsen (1770-1844), nos apresenta uma alegoria recorrente na época. A imagem, encoberta por um véu, reúne em uma única representação duas figuras míticas, a deusa egípcia Ísis e a deusa grega Ártemis, associadas ao mundo desconhecido da natureza. O gesto de remover o véu da deusa indica a apropriação desses conhecimentos, revelando-se assim a natureza para aquele que o retira. Entretanto, a gravura nos diz muito mais do que simplesmente aludir ao empenho cientificista da época. Ela nos informa a respeito dos conceitos que nortearam Humboldt em suas observações e sua estreita ligação com o pensamento de Goethe acerca da natureza. A reunião dos mitos de Ísis-Ártemis (natureza) com o de Apolo (arte) portando sua lira e o gesto de retirar o véu com a menção direta ao livro de Goethe, *Metamorfose das plantas*, que está no chão entre eles, remete à reunião conceitual entre natureza e arte (MOURA, 2019, p. 343).

<sup>48</sup> O protofenômeno é a expressão de uma relação entre finito e infinito; é a noção de um impulso originário, uma espécie de entelêquia aristotélica ou impulso leibniziano que conduziria a produção das formas numa relação sempre harmônica com a totalidade (GOETHE, 1997). Esta noção em Humboldt é herdada de Goethe.



internos estão em relação entre si, como também se relacionam interior e interior: *“reconhecer as formas viventes como tais, conceber suas partes exteriormente visíveis e tangíveis em interdependência, admiti-las como indícios do interior e assim, de certa forma, dominar o todo na contemplação”* (MOURA, 2019, p. 344).

Dessa forma, a parte é fundamento do novo; de sua ligação com as outras partes e com o infinito do olhar surge a mudança, a dinâmica que elabora novamente essa peça, que mantém a comunhão entre tudo o que existe objetiva e subjetivamente. Como a paisagem representaria a forma, melhor dizendo, o conjunto das formas (morfologia) ela exprimiria por sua imagem a construção que se opera na cena contemplada. As formações, sobretudo vegetais revelariam, nessa perspectiva da paisagem, a ligação universal entre cada universo particular e o todo (totalidade) que se abre em plena relação.

A paisagem, numa dupla introdução sensível que escapa às cadeias discursivas do entendimento, organiza num instante o reencontro patético da totalidade. Ela é a coincidência do universal e do particular, onde, sob o modo do afeto, se realiza o poder do conhecimento absoluto. A paisagem particular que se abre ao olhar deixa ver simultaneamente o todo: apreensão brusca da plenitude através do efêmero. Ela é símbolo, em íntima ressonância com o golpe de vista diante do qual ela se revela: *“o verdadeiro símbolo é aquele em que o particular representa o universal, não como ilusão ou imagem, mas como revelação viva e instantânea do inexplorável.”* (BESSE, 2014, p. 58).

Ainda numa relação direta com Goethe (1992/1997), a paisagem humboldtiana atrelava-se à possibilidade de uma apresentação do infinito no finito. Nas palavras de Goethe: *“Se queres caminhar para o infinito/ Anda para todos os lados no finito”* (GOETHE, 1997, p.16). Na verdade, essa perspectiva goethiana aparece sob duas formas em Humboldt. Em um primeiro momento na perspectiva do método comparativo. E assim, a comparação entre diferentes formas, em diferentes lugares e condições diversas, a perspectiva de uma geografia regional, é a opção metodológica de quem busca encontrar uma unidade naquilo que se apresenta de forma variável (MOURA, 2019). Ou seja, quanto mais estendemos nossas possibilidades de observação e comparação (ponto de vista e composição), mais perto chegaríamos ao modelo ideal (infinito) que jaz em toda particularidade (finito) e que as une numa única e mesma representação. Em um segundo momento, a relação entre finito e infinito seria o ponto central do conceito de paisagem na proposta de compreensão da natureza. A paisagem apresentaria a cena, apresentando o que importa, então para Humboldt, ela remeteria à representação no instante de uma totalidade pela medida do particular. Ali colocar-se-iam as características de uma determinada região, pois a

paisagem recobriria a extensão que não pode ser captada, evocando a continuidade e ela, ao mesmo tempo exprimiria a comunhão universal na forma e lançaria a perspectiva do que ali não se apresenta; o que se explicita da seguinte forma, nas palavras de Besse:

Todos os pontos do espaço, as margens, os centros, o longe e o perto marcam essa insistência do infinito no finito, que trabalha no interior da paisagem e a define (BESSE, 2014, p. 07).

É interessante notar que a relação do infinito no finito nas paisagens também é relacionada em Sartre (1997), enquanto *finito da aparição* e *infinito da série total*. Ou seja, o que aparece (finito) é apenas uma das manifestações infinitas possíveis, de modo que o objeto se encontra totalmente dentro e ao mesmo tempo totalmente fora do aspecto que agora se mostra, e isso ocorreria porque ele o transcende, mas também ali se encontra presente, não se constituindo, assim, como o par kantiano (um sujeito para um objeto). Nessa perspectiva, o fenômeno de ser (a aparição) é sustentado por um ser que não lhe pode ser diferente, mas que a ele não se resume: “O ser do fenômeno, embora coextensivo ao fenômeno, deve escapar à condição fenomenal – que é a de existir apenas enquanto se revela – e, por conseguinte, ultrapassa e funda o conhecimento que dele temos” (SARTRE, 1997, p. 16). E observe-se que isto ocorreria sem anular o Ser do fenômeno, mas também sem fazer dele ser, oculto e invisível, Sartre o pensa como a condição mesma da possibilidade da manifestação atual, e com isso, nela presente. E é por isso que a ontologia sartriana se faz fenomenologicamente, a partir da descrição do próprio fenômeno, em que o homem o instaura, a partir de sua perspectiva. Já em Goethe, e por assim dizer, em Humboldt, ela se dá pelas possibilidades de observação, comparação e criação de um ideal a ser representado.

A paisagem em Humboldt exprime ainda a iniciativa de uma aproximação entre razão e sensibilidade que reflete as contribuições, não somente de Goethe, as análises posteriores de Sartre, mas, sobretudo, das formulações de Schelling<sup>49</sup> acerca da síntese entre espírito e natureza.

---

<sup>49</sup> “Humboldt demonstra que seu método resulta da composição do empirismo com o racionalismo, acrescentando a importância da história para a compreensão da formação e das causas dos fenômenos. Mas o que chama mais atenção é a crença antiga em uma força primordial que rege os fenômenos e é inerente à matéria. O encadeamento oculto e permanente, a renovação e o desenvolvimento progressivo das formas da natureza estão submetidos a um impulso recebido. Mesmo

La naturaleza, dice Schelling, en su poético discurso sobre las artes, nos es una masa inerte, antes bien personifica, para el que llega á penetrarse de su sublime grandeza, la fuerza creadora del Universo, fuerza primitiva, eterna, que obra incesantemente, y da nacimiento en su propio seno á cuando existe y alternativamente parece e renace (HUMBOLDT, 2005, p. 52).

Em Schelling (2001) “*a natureza é o espírito exteriorizado, disperso em todas as formas naturais, enquanto o espírito é a natureza profunda e interiorizada.*”. E a figura do artista, capaz de tornar prática a manifestação abstrata da intuição intelectual, assume um papel central; aí ele será o Ser capaz de, por intuição estética<sup>50</sup>, traduzir objetivamente o que se apreende e na intuição, é o chamado *gênio*, elemento chave da filosofia schellingiana; constituindo assim, tanto um produto da natureza (por sua inconsciência) como um produto da liberdade, já que ordena conscientemente os processos e a mensagem na construção da obra de arte (BARROS, 2007). A filosofia da arte realizaria a síntese final na imagem do *gênio* porque o reaproxima da natureza e coloca o espírito numa condição privilegiada que revela o progresso e o sentido último de uma realidade em busca do *Ser Absoluto*. Humboldt (2005), citando Schelling, demonstra o que essa concepção empreende na sua visão de natureza:

A natureza, disse Schelling em seu poético discurso sobre as artes, não é uma massa inerte; é para aquele que sabe penetrar-se de sua sublime grandeza, a força criadora do Universo agitando-se sem cessar, primitiva, eterna, que engendra em seu próprio seio, tudo o que existe, perece e renasce sucessivamente (HUMBOLDT, 2005, p. 37).

O que equivale, em poucas palavras, à concepção de uma natureza desdobrando-se sobre si mesma numa perspectiva reflexiva e desenvolvendo um par dialético com a atividade do espírito, nas palavras de Humboldt, “*segundo uma evolução em espiral*” (2005, p. 45). E essa natureza em transformação remeteria, por sua vez, a uma síntese integradora na intuição. Nesse contexto, é que a paisagem,

---

criticando a especulação filosófica, é nítida a referência à ideia de um impulso criador, uma força primordial, no desenvolvimento das formas. A especulação em Humboldt pode ser considerada limitada. Aparece mais como fundamentação de suas ideias mais gerais sobre a natureza. Mas no final da introdução ao *Cosmos* a sua presença torna-se mais clara. As referências à força criadora e à força primitiva, eternas, são oriundas de uma filosofia da natureza presente já em Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), mas que se encontra também em Kant. (...) Mesmo sendo seu crítico, Humboldt reconhece em Schelling os fundamentos da sua concepção de natureza como um todo orgânico e harmônico e a importância da estética tanto na apreensão como na exposição da natureza. Todavia, independente da filosofia especulativa alemã ou, mesmo, além dela, é perceptível em Humboldt a presença do ideal metafísico de um impulso criador, eterno, que está por detrás das leis da natureza” (BRITO, 2015, p. 198).

<sup>50</sup> “*Peço-lhes, sobretudo, para não confundir essa ciência da arte com nada daquilo que até agora se apresentou sob esse nome, ou sob outro nome qualquer, tal como estética ou teoria das belas-artes e belas ciências*” (SCHELLING, 2001, p. 24).

sua representação pela pintura ou pela descrição prosa-poética em Humboldt servirá justamente a este propósito. Vitte (2010), utilizando as palavras de Humboldt do II livro do *Cosmos* destaca aliás, o significado da representação artística da paisagem: “a pintura da paisagem, para Humboldt, não é puramente imitativa. Ela deve ser ‘o fruto de uma contemplação profunda da natureza e da transformação que se opera no interior do pensamento.’” (p. 12). Ou seja, a medida artística colocaria o homem, sua imaginação, a atividade do espírito, no processo de construção da paisagem. E percebe-se a partir daí que, como relação indissociável entre sujeito e objeto, a paisagem representaria não só a medida de uma totalidade entre os elementos da natureza, mas, igualmente, uma unidade entre a construção do pensamento e o processo de formação-transformação (metamorfose) da natureza.

Tudo quanto dá caráter individual à paisagem: o contorno das montanhas que limitam o horizonte num longínquo indeciso, a escuridão dos bosques de pinheiros, a corrente que se escapa de entre as selvas e bate com estrépito nas rochas suspensas, cada uma destas coisas tem existido, em todos os tempos, em misteriosas relações com a vida íntima do homem (HUMBOLDT, 1970, p. 212).

É pertinente observar que a vista da paisagem, sua disposição pela medida do dom artístico, dá um passo adiante na formulação do saber, na medida em que aproxima razão e sensibilidade, a atividade do espírito e a construção do conceito de natureza. E de acordo com Ricotta (2003), os limites na compreensão do mundo são as bases necessárias para o cenário da imaginação, aquilo que torna humana a interpretação da natureza.

Vale ressaltar, por outro lado, que a imaginação em Humboldt é observada também, mesmo que indiretamente, na teoria da imaginação criadora de Bachelard (1989), logo que ela, ao evocar os quatro elementos constitutivos e formativos da cosmologia primitiva ao sistema de pensamento humano ligar-se-ia intrinsecamente aos processos de percepção das paisagens

Portanto, a medida da paisagem em Humboldt não é estritamente estética, ela também representa um lado perceptivo, a partir de uma imaginação criadora para se produzir e descrever paisagens, e ao mesmo tempo, um lado da experiência, uma objetividade que define as particularidades regionais. Nas palavras de Humboldt:

Ao esboçar, nos quadros anteriores, a fisionomia das plantas, propus-me, sobretudo, três fins intimamente ligados: quis fazer ressaltar a diferença absoluta das formas; indicar a sua relação numérica, quer dizer o lugar que

ocupam, nesta ou naquela região, na massa total das plantas fanerogâmicas; e, ultimamente, a sua distribuição geográfica, segundo a latitude e o clima. Quando nos desejamos elevar a concepções gerais acerca das formas vivas, não se deve separar, julgo eu, o estudo das relações numéricas e o da fisionomia. Também se não deve limitar o estudo da fisionomia das plantas aos contrastes que os organismos apresentam, considerados isoladamente; há que procurar descobrir leis que determinam a fisionomia da natureza em geral, os diversos caracteres que a vegetação comunica às paisagens em toda a superfície do globo, e a impressão viva que produzem a reunião e o contraste de formas opostas, em zonas que diferem em latitude e elevação. (Humboldt, 1970, p. 135).

O que nos chama a atenção aqui talvez não seja somente a objetividade da descrição, mas a riqueza e a importância dessa descrição e caracterização de cada planta e cada lugar dos quais elas fazem parte na paisagem. Ora, se analisarmos, por exemplo, atualmente, a riqueza de detalhes dos discursos advindos de Comunidades Tradicionais brasileiras e a importância que se dá aí às paisagens, aos lugares de vivência, ou mesmo às plantas colhidas em determinados lugares para produzir determinados alimentos ou fitoterápicos, nota-se a importância da descrição detalhada que já aí se fazia presente (DEUS, 2019).

Essa forma de perceber, analisar, descrever e compreender as paisagens em Humboldt influenciará todo o final do século XIX e início do século XX, principalmente com a composição de uma nova linha de pensamento geográfica, sobre a qual se instaura uma ciência das paisagens (*Landschaftskunde*) pautada agora sob a ótica territorial, ou seja, uma expressão espacial das estruturas da natureza, organizadas por leis cientificamente observáveis. De acordo com Besse:

a perspectiva da paisagem que surge nesse contexto é a expressão de uma “fisionomia do espaço terrestre”, a colocação de um dado, uma impressão a ser lida no campo da experiência; é ela quem permanecerá no final do século XIX e XX como campo ordenador do saber geográfico, abrindo em Vidal de La Blache (1845-1918) e Ratzel (1844-1904) uma relação do homem com esse emoldurar das características objetivas, a construção material de uma “inscrição” humana no corpo material da natureza (BESSE, 2014, p.61).

As paisagens passariam, assim, a serem lidas enquanto entidades espaciais que dependeriam da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, compreendidas como portadoras de funções sociais (DURKHEIM, 2011), não como produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes.

Nesse sentido, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, são geralmente vistos como os principais expoentes do positivismo geográfico do período. Vale ressaltar, entretanto, que se trata do positivismo dinâmico de Auguste Comte<sup>51</sup>, em que existe uma relação dialética entre estado e processo. O que movimentaria este processo seria o espírito do homem (Ratzel) e a capacidade de inovação (La Blache).

É interessante notar que Ratzel, diferentemente de Humboldt, utilizou o conceito da paisagem em uma forma antropogênica, demonstrando que ela é o resultado do distanciamento do espírito humano do seu meio natural. Desta forma, o pensador descreve uma dialética entre os elementos fixos da paisagem natural, como o solo, os rios, etc., com os elementos móveis, em geral, humanos. Na sua abordagem, este distanciamento é importante porque inicia um processo de diferenciação e distanciamento cultural do meio natural, pela transferência de artefatos entre os povos, ou seja, pela migração destes. Assim, Ratzel não destacaria a paisagem como uma forma local e delimitada, que exerceria uma influência direta na sua cultura, mas utilizaria o termo em forma genérica misturando-o com o termo “terra”. É importante salientar, que a Geografia alemã estava interessada, sobretudo, em apontar os aspectos concretos da realidade, vistos como importantes para o domínio e organização do espaço, servindo dessa forma, no século XIX, para a configuração do território nacional alemão, que ainda não existia como Estado no início da sistematização da Geografia por Humboldt (TRICART, 2004).

Há de se destacar também que, com La Blache, a Geografia torna-se claramente antideterminista, observando as relações mútuas entre o homem e o ambiente físico, nas quais não se podem estabelecer limites entre fenômenos naturais e culturais logo que eles se interpenetrassem. Becker salienta, nesse sentido, que:

La Blache também acentuou o propósito humano da Geografia, discutindo a relação homem-natureza na perspectiva da Paisagem, não abordando as relações entre os homens. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a

---

<sup>51</sup> Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798 - 1857) foi um filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo. Ele é considerado como o primeiro filósofo da ciência no sentido moderno do termo. Ele é visto como o fundador da disciplina acadêmica de Sociologia, influenciado pelo socialista utópico Henri de Saint-Simon, trabalhando intensamente na criação de uma filosofia positiva como tentativa de remediar o mal-estar social da Revolução Francesa, criando uma doutrina social baseada na constituição das Ciências (COSTA, 1950).

influência do meio, porém que atua sobre este meio e o transforma em possibilidades (BECKER, p. 65, 2006).

Assim nesse primeiro período da Geografia enquanto Ciência pode-se identificar dois métodos de análise e compreensão da paisagem por parte dos geógrafos. Para uns, a paisagem era vista como uma fisionomia caracterizada por formas e seu estudo dar-se-ia basicamente pelo método morfológico. Já a outra linha de estudo privilegiava as características de uma área expressas nos seus atributos físico-naturais e humanos, com suas respectivas inter-relações (BEZZI e MARAFON, 2005, p. 40)

Vale ressaltar, contudo, que a influência de um ou outro pensador/pensamento se fez mais ou menos intensa, segundo a “escola” à qual se filiava o geógrafo. Para os deterministas, por exemplo, a orientação positivista de Augusto Comte (1798-1857) e Darwin (1809 -1882) foi básica e se impôs mesmo à chamada Geografia Humana. Já a influência da dialética idealista de Friedrich Hegel (1779-1859) fez-se sentir na Geografia Humana, na Alemanha. E é interessante notar que a herança idealista hegeliana, entretanto, se impôs à Geografia, pois, tornou-se comum o ecletismo no uso de conceitos nem sempre compatíveis, colocados lado a lado. De acordo com Pereira:

Os grandes nomes da Geografia no século XIX lutam por estabelecer leis, princípios que norteiem a nascente ciência (...) a influência filosófica se faz sentir de forma confusa, num amálgama extravagante em que se somam o positivismo ao cartesianismo, ao kantismo, ao hegelianismo e ao marxismo. A descrição do sensível, a paisagem, o espaço, é feita por categorias distintas – Geografia Geral/Regional, Física/Humana etc. – que constituiriam, entretanto, uma unidade: o espaço. Este se estabeleceu a partir de leis físicas segundo uma ordem natural, mas foi, entretanto, “humanizado” (PEREIRA, 2006, p. 35).

Foi, entretanto, a partir da segunda metade do século XX que se fez sentir mais fortemente a influência de Marx sobre a Geografia. Neste momento, esta ciência conheceu um movimento de renovação considerável que tentou romper com a perspectiva tradicional e buscar para si novas linguagens, novas propostas, novos caminhos. Estas mudanças se deram através, principalmente, de duas vertentes: as geografias Pragmática e Crítica.

E pode se postular que estas correntes representariam pólos ideológicos distintos, concepções de mundos diferentes, decorrentes de posicionamentos e comprometimentos sociais diversos e de interesses concretos a que serviriam. A

Geografia Crítica, por exemplo, principalmente na sua vertente estruturalista, evitou falar de paisagem, interpretando a organização do espaço em termos críticos e funcionalistas e insistindo que em cada lugar se reproduz a lógica econômica e social do capitalismo. Desta forma, segundo Holzer (1992, p. 171), “*o espaço é interpretado nomoteticamente, apontando para as regras gerais das lutas sociais e das contradições do sistema capitalista, reproduzindo-se através das desigualdades regionais*”. Tal interpretação estruturalista, deixou pouco espaço para uma geografia regional que apontava para a especificidade do mundo vivido.

Posteriormente, com maior incidência no final do século XIX até a metade do século XX, é proposta uma nova teoria de diferenciação regional da Terra, baseada na existência de combinações de aspectos naturais e de artefatos comuns em dados espaços como resultante da ação conjugada das forças naturais e da ação humana, a exemplo das regiões agrícolas, industriais, turísticas, históricas, etc. Após essa evolução um novo enfoque surge na Geografia, que é o estudo da distribuição dos homens e sua inserção no meio ambiente, passando os grupos humanos a ser considerados o centro da análise (CLAVAL, 2011).

E assim, é que, a partir de autores como Carl Sauer, é reforçada uma nova linha de pensamento denominada de Geografia Cultural, a qual alicerçou-se em temas tais como história da cultura no espaço, a ecologia cultural e, principalmente, as paisagens culturais, a qual sofreu, contudo, de acordo com Corrêa (1998), críticas severas relacionadas principalmente a questões conceituais e metodológicas adotadas por tal linha interpretativa da Geografia (não se tinha uma metodologia e conceitos de estudo claros), o que gerou uma relativa perda de prestígio e, por fim, o seu declínio na década de 40.

Sauer (1998), também apresentou uma contribuição ao debate sobre a paisagem. Para o autor, o termo se apresenta com vistas a definir outro conceito: o de unidade da geografia, na perspectiva de caracterizar a associação peculiarmente geográfica dos fatos. Ela é definida aí como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.

O autor ainda ressalta que o termo paisagem apresentado para definir o conceito de unidade da geografia, define também uma equivalência entre esta e os



termos área e região, embora em planos distintos, pois, segundo ele, a área constituir-se-ia num termo geral e não distintivamente geográfico, enquanto a região passa a significar uma ordem de magnitude. O autor postula que “... a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral” (SAUER, 1998, p. 23). E essa identidade da paisagem de que fala Sauer será determinada, antes de qualquer coisa, pela visibilidade da forma (exposição).

Por sua vez, Amorim Filho (1998) nota que o sentido de natureza e, principalmente, o sentido de paisagem, são elaborações culturais, quer dizer, são aprendidos. Nessa ótica, à medida que se adquirem algumas maneiras de ver, falar e sentir poder-se-á, e só a partir daí, contemplar a paisagem, apreciar a natureza como convém fazê-lo. E o entorno, ainda para Amorim Filho (1998), estaria impregnado de nossa subjetividade e nele os indivíduos seriam apenas prolongados biologicamente. O autor propõe assim o emprego do termo *meio* a partir dessa relação de uma sociedade com o seu entorno. Esse sentido será denominado por ele como *mediação*. A mediação estimularia, pois, a percepção da paisagem.

Assim, já no início da década de 60 do século XX, na busca de uma renovação dessa Geografia Cultural, a partir das discussões de pesquisadores como John K. Wright, David Lowenthal, os geógrafos publicam trabalhos nos quais discute-se se caberia também à Geografia debates sobre os vários modos de observação da vida, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o literal e o esquemático (HOLZER, 1996).

O humanismo geográfico inicia-se então em meados da década de 1950, chegando a seu auge nos anos de 1970 com os estudos de Eric Dardel<sup>52</sup>, Yi-Fu Tuan<sup>53</sup>, Edward Relph e Anne Buttimer<sup>54</sup> (SERPA, 2001). Influenciados pelos fundamentos da fenomenologia e do existencialismo de Edmund Husserl, Martin

---

<sup>52</sup> Seu pensamento e teoria serão aprofundados posteriormente.

<sup>53</sup> Segundo Holzer (1996), o livro *Topofilia* de Yi Fu Tuan, trabalho este no qual o autor, baseado nas obras do filósofo francês Gaston Bachelard, propõem que a Geografia volte-se a um novo pensar sobre a relação do homem com o mundo em que vive.

<sup>54</sup> Segundo Oliveira (2001), essa pesquisadora tem uma importância fundamental na constituição da Geografia Humanista, tendo em vista o desenvolvimento de seus trabalhos, que a partir de um olhar crítico tratou de questões sociológicas nos valores geográficos, avaliando as ideias de um ponto de vista filosófico, tecendo considerações sobre o existencialismo e o fenomenologismo no futuro da Geografia.

Heidegger, Jean-Paul Sartre e Merleau-Ponty, este movimento passa a questionar a ciência geográfica, suas teorias e seus métodos. Embora este horizonte seja entendido por um lado como uma postura crítica (ENTRIKIN, 1980) mais do que uma alternativa positiva às carências ontológicas e do conhecimento, sem dúvida, o humanismo contemporâneo na Geografia é quem melhor tem contribuído numa aproximação entre ciência, literatura e filosofia (BUTTNER, 1982).

É forçoso reconhecer que essa nova perspectiva geográfica configurou-se como um ressurgimento da perspectiva cultural na Geografia, sendo denominada como uma nova Geografia Cultural ou Geografia Fenomenológica (título indicado por Edward Relph em 1971), Geografia da Percepção, Geografia Humanística ou, enfim, Geografia Humanista (SERPA, 2001; HOLZER, 1996).

A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1982).

(...) os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de "Humanista", pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos. (...). Da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar (ENTRIKIN, 1980, p.16).

Cosgrove (1998, p. 42) surgirá, nesse sentido, como um expoente do pensamento que destacará a complexidade das paisagens como intimamente ligadas à cultura, colocando em evidência a ideia de que as formas visíveis são representações de discursos e pensamentos. E nessa perspectiva, a paisagem aparecerá como um lugar simbólico e, portanto, a partir daí, a maneira de ver, compor e harmonizar o mundo far-se-á através da criação de uma unidade visual cujo caráter é determinado pela organização de um sistema de significação, e contemplando múltiplos patamares de significados.

revelar os significados na paisagem cultural exige certa habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, representar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos (COSGROVE, 1998, p.103).

Nesse horizonte de discussão, o papel da linguagem, como destaca o autor, seria primordial para que se compreendam as expressões impressas por uma cultura

em sua paisagem. Todas as paisagens são, para o autor, simbólicas, embora a ligação entre o símbolo e o que ele representa, seu referente, possa parecer muito tênue. De acordo com o autor:

O símbolo influenciará, inclusive, no comportamento de maneira que chega a ser espontâneo e natural para quem vivencia a paisagem; nesse sentido podendo se argumentar que *“todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”* (COSGROVE, 1998, p.103).

Cosgrove aborda também o papel desempenhado pelo pesquisador no ato de decodificar os significados simbólicos da paisagem, em que o método passa pela leitura detalhada do *texto* — a paisagem, mesmo —, cujos caminhos principais seriam o trabalho de campo e a elaboração e interpretação de mapas (sejam eles quais forem). E a busca de evidência ou, conforme o autor, a busca desinteressada de evidência, deveria ser visada pelo pesquisador, para uma verdadeira reflexão sobre o texto.

O autor destaca também a importância da linguagem nesse ato, pois esta será invocada a fim de transmitir o significado simbólico da paisagem. No ato de representar uma paisagem, palavras escritas e mapas, que são códigos simbólicos, revelar-se-iam, nesse contexto, como as principais ferramentas do ofício.

Já no âmbito da geografia física, no mesmo período, a visão da paisagem seria ampliada, com a incorporação de elementos sociais (ODUM, 1998). E nesse horizonte de discussão, gradativamente o termo “paisagem” seria substituído por “ecossistema”, ao se focalizar mais os elementos funcionais, integrativos; e investir-se menos, na parte descritiva. Esta percepção da unidade da paisagem por meio da análise das relações dos ecossistemas contribuiu, principalmente durante os anos 80, a incorporar nas investigações e práticas geográficas, as ideias de desenvolvimento sustentável e do ecocentrismo. Nesse aspecto, a paisagem retoma enquanto objeto de exploração por grupos econômicos bem como objeto de interesse de proteção de uma coletividade com certa consciência ambiental. Ocorre aqui, especificamente, que a visão ecossistêmica perde um pouco sua espacialidade, tornando-se mais biológica e menos geográfica (ODUM, 1998). E é assim que a multidisciplinaridade ganha força no estudo do meio ambiente e da Geografia. Surge aí um campo para uma nova visão cultural da geografia física, logo que ela apresenta o elemento humano como

norteador do processo estruturante o qual não teria uma significação, uma vez que o próprio pesquisador revelar-se-ia como um agente cultural.

É interessante ressaltar, contudo, que paralelamente a isso, perdurou a diferença na interpretação da paisagem entre as duas vertentes de pensamento geográfico. Enquanto na geografia física prevaleceu um entendimento da paisagem como sistema ecológico, na geografia humana apontou para uma abordagem interpretativa, abrindo, desta forma, uma dialética entre o concreto e o abstrato, de novo no âmbito da questão do entendimento da paisagem, seja em termos materiais ou de significação (HOLZER, 1996).

Nota-se que a Geografia possui uma vasta herança como discurso ordenador do mundo a partir da descrição das formas operadas pela Natureza e pelo Homem, buscando explicar suas conexões. A perspectiva paisagística consistiu em descobrir, inventariar e diferenciar o espaço terrestre a partir, sobretudo, de seus elementos visíveis. E esta dimensão ligou-se diretamente à constatação da variada feição do mundo material, qualquer que seja a interpretação subjetiva ou a sensibilidade histórica que tenha estado em voga num determinado momento histórico.

De acordo com Sauer (1998), a paisagem geográfica é uma configuração espacial em que as formas são suficientemente plurais para constituírem um conjunto cuja determinação interna é qualificável e descritível enquanto uma *singularidade morfológica* - quer se trate de espaços concretos ou do modo como eles são interiorizados mentalmente:

Antes de compreender o olhar do homem sobre o mundo que lhe acolhe e repele, antes de se tornar o território de sua exploração e intervenção, a paisagem é o fato do mundo, a sua feitura (SAUER, 1998, p. 20).

E neste sentido estrito, ela poderia mesmo ser considerada como um dado pré-humano, fazendo parte das possibilidades da própria natureza (DARDEL, 2015). É preciso não negligenciar que tal concepção somente pôde ser aventada dentro de uma nova racionalidade, qual seja: no âmago do próprio discurso científico. Considerando, em acréscimo, a consciência da humanidade e a história, pode-se pontuar que a paisagem sempre foi feita de singularidades culturais, de representações únicas dadas pelas perspectivas da subjetividade e das sensibilidades

sociais, o que até na contemporaneidade é fonte de controvérsias filosóficas importantes.

É relevante assinalar inclusive que essas perspectivas filosoficamente opostas trazem implicações diferenciadas para o estudo da morfologia do mundo visível. Há alguns pontos em comum: em primeiro lugar, vale destacar que a paisagem vai muito além do real oferecido pelos fatos da natureza, embora deles faça parte, tanto quanto da cultura; e em segundo lugar, pode se pontuar que a paisagem não se esgota na narração das características materiais — naturais ou não —, de uma região, mesmo que se considerem as diferentes ênfases adotadas pelas diversas escolas do pensamento no que tange à centralidade do trabalho descritivo.

Remarque-se que para compreender as formas que são reveladas através da observação, o pesquisador deveria reunir, comparar e decifrar os padrões espaciais constatados, buscando analisar a localização dos elementos, a rede de relações que os une e os processos que os ensejam e alteram. Desta maneira, os elementos da paisagem não seriam vistos como formas separadas, mas em íntimo e dinâmico (inter)relacionamento. A controvérsia central aqui desenvolver-se-ia no que concerne à descrição detalhada, ordenada e sistemática da morfologia da paisagem a qual poderia conduzir concomitantemente a algum tipo de reflexão sobre a conexão entre os fenômenos e aquilo que lhes é subjacente, quer sejam processos simbólicos ou relações de causa e efeito.

## CAPÍTULO 4 – ESTADO DA ARTE E ESTADO DO CONHECIMENTO

As pesquisas de caráter bibliográfico, empreendidas com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento, também conhecidas por *pesquisas do estado da arte* ou *estado do conhecimento*, são recentes no Brasil; e são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo podem conduzir a uma compreensão do conhecimento a respeito de determinado tema e área, e por conseguinte, de suas tendências teóricas e vertentes metodológicas, contribuindo para uma reflexão mais densa e profunda.

Em meados da década de 1980, a terminologia Estado da Arte não era muito conhecida pelos pesquisadores brasileiros, sendo esse tipo de investigação mais comum nessa década na produção teórica americana. Apesar de ser uma prática tradicional nos países desenvolvidos, Brandão (1986) indicava serem poucas as revisões produzidas no Brasil no início do século XXI, que se constituíam como Estado da Arte. Em nosso meio, fora incorporada de forma abrupta, (...) recebendo o nome de Estado da Arte que é uma tradução literal do inglês (*state of the art*), que significa diagnóstico de algo, sem, contudo, haver conhecimento aprofundado de quais eram seus pressupostos metodológicos (RIBEIRO e CASTRO, 2016).

Já no início da década de 1990, Ferreira (1999) ressaltava a importância da realização dessa modalidade de pesquisa em diversificados campos no cenário contemporâneo brasileiro, uma vez que pesquisas desse tipo poderiam conduzir à compreensão do estado atingido pelo conhecimento científico.

É interessante ressaltar inclusive que, ao longo do tempo, os pesquisadores foram (re)interpretando a terminologia e a nomenclatura *estado da arte* ou *estado do conhecimento*, compreendendo-as de formas diferentes; sendo elas visualizadas em alguns momentos como semelhantes (MEGID, 1999; FERREIRA, 1999, 2002), e em outros como díspares:

um Estado do Conhecimento não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas, ou mesmo examinar as contribuições das pesquisas, na perspectiva da definição da área, do campo e das disciplinas que o constituem, avaliação do acumulado da área, apontando as necessidades de melhoria do estatuto teórico metodológico, e mesmo as tendências de investigação (VOSGERAU E ROMANOWSKI, 2014, p. 172).

Nessa perspectiva, compreende-se que a nomenclatura Estado da Arte é um estudo bibliográfico, de caráter inventariante, restringindo-se, porém, a apontamentos

teórico-metodológicos para as áreas estudadas, ou alternativamente, para possíveis necessidades de melhorias da área.

Nesta reflexão, assumiremos, portanto, a terminologia Estado do Conhecimento, compreendendo-o como o processo de identificação, registro e categorização que leve à reprodução e síntese sobre a produção científica de determinada área num espaço de tempo particular, com o intuito não apenas de inventariar, mas também de contribuir para a avaliação da área e seus pressupostos, apontando possíveis possibilidades teórico-metodológicos.

Atualmente, a utilização do Estado do Conhecimento ainda é escassa na pesquisa brasileira, principalmente na área da Geografia. Contudo, mostra-se importante, na medida em que novas pesquisas apresentam-se com essas características. E, nesse sentido, conseguimos fazer um breve levantamento destas pesquisas em geografia, e notamos que elas assumem sempre um caráter do Estado da Arte, ou seja, um caráter inventariante, sem mostrar, contudo, apontamentos reflexivos acerca da avaliação da grande área do conhecimento e seus recursos teórico-metodológicos, ou mesmo empíricos. Nota-se, também, que esses mesmos trabalhos possuem uma vinculação de ordem educacional (PEZZATTO e GRACIOLI, 2017; TERAMASTU, 2015), ou ainda de representações sociais (BARBOSA e SILVA, 2017).

Embora não tenhamos nos deparado, até o momento, com pesquisas que realizem o Estado do Conhecimento relacionado ao saber geográfico e à fenomenologia, é necessário considerar que na última década, os estudos vinculados a tal temática vêm ganhando espaço nos trabalhos acadêmicos brasileiros. E certamente, a abordagem fenomenológica abriu novas possibilidades metodológicas para a ciência geográfica contemporânea, revelando as particularidades e o dinamismo do mundo vivido e da experiência humana. E, mesmo que, por vezes, não se note de forma clara, na literatura geográfica, estudos que convirjam para o entendimento e o significado de geografia existencial nas pesquisas e disciplinas, evidencia-se que o caminho trilhado possibilita o estudo da subjetividade e intersubjetividade humanas, na experiência cotidiana do mundo vivido.

Vale ressaltar que as transformações do mundo, nas dimensões vividas dos homens, requerem um olhar mais apurado e vigilante dos estudiosos. Pois o Homem não pode ser compreendido como um simples objeto disponível para ser estudado, mas deve ser analisado em sua própria condição existencial, como um Ser inacabado, e que em sua experiência vivida é, sobretudo, um Ser geográfico em perpétuas transformações, as quais reverberam e repercutem em suas percepções, experiências e representações.

Assim é que se pretende, nesse trabalho, empreender o diálogo e a interlocução entre a possibilidade de análise epistemológica, e a análise empírica, a partir do *Estado do Conhecimento*, assumindo-se, nesse contexto, o desafio de inventariar e discutir a produção acadêmica brasileira em periódicos pré-selecionados, os quais dialogam com conceito de Paisagem, no período compreendido entre 2005 e 2015, analisando a área de Classificação de Periódicos Quadriênio, da área do Conhecimento da Geografia, com classificação Capes A1 e A2 (Vide APÊNDICES), em que tentamos rastrear que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados, averiguando como os conceitos trabalhados nesses artigos têm se relacionado com o saber humanista e existencial. Tal percurso mostrou-se necessário, logo que:

(...) a análise do estado do conhecimento sobre determinado tema é fundamental no movimento ininterrupto da ciência ao longo do tempo. Assim, da mesma forma que a ciência vai se construindo ao longo do tempo, privilegiando, ora um aspecto, ora outro, ora uma metodologia, ora outra, ora um referencial teórico, ora outro, também a análise, em pesquisas de estado do conhecimento produzidas ao longo do tempo, deve ir sendo paralelamente construída, identificando e explicitando os caminhos da ciência, para que se revele o processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, para que se possa tentar a integração de resultados e, também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas, isto é, aspectos não estudados ou ainda precariamente estudados, metodologias de pesquisa pouco exploradas (VOSGERAU E ROMANOWSKI , 2014, p. 180).

E ainda, se restringíssemos - em termos estritamente teóricos, - a discussão ao plano existencial do homem, no qual nosso referencial teórico embasa-se, correríamos o risco de permanecer presos às reflexões ontológicas, ou circunscritos ainda, numa descrição interpretativista. Postulamos que, é necessário apresentar e revelar o potencial fenomenológico, sua utilização e seus parâmetros no saber geográfico. Isso não quer dizer que apresentaremos respostas ou conclusões definitivas sobre a questão - estamos longe disso! -, pois o que se pretende é levantar questões e



indagações com o intuito de contribuir para os debates que permeiam o saber geográfico humanista, tentando contribuir para analisá-lo no contexto acadêmico brasileiro, considerando-se as concepções atuais aí desenvolvidas sobre a geografia.

#### **4.1 Revisão de literatura integrativa no estado do conhecimento: procedimentos metodológicos e construção da análise da produção acadêmica sobre Paisagem**

A Revisão de Literatura é o processo de mapeamento, análise e descrição de um campo do conhecimento em busca de respostas a uma pergunta norteadora. E, Literatura é todo o material relevante que é escrito sobre determinado tema: livros, artigos em periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações, dentre outros.

Esta revisão está dividida em três segmentos metodológicos, denominados Revisão Narrativa, Revisão Sistemática e Revisão Integrativa (UNESP, 2015, p.2), e que são definidos de acordo com o método de elaboração da pesquisa.

A revisão narrativa é compreendida como um levantamento de determinado tipo de produção, organizado por fontes científicas e de divulgação de ideias, como vídeos, fotos antigas, revistas, com a intenção de permitir e favorecer, ao pesquisador, a contextualização de um quadro científico e a validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida. Porém, vale ressaltar que:

A “revisão narrativa” não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos (UNESP, 2015, p.2).

O aprofundamento da análise da revisão narrativa pode se constituir, também, em estudo do tipo *estado da arte* ou *estado do conhecimento*, por permitir estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento e, segundo UNESP (2015), constituindo orientações de práticas pedagógicas.

Já a Revisão Sistemática é considerada um estudo experimental de análise crítica da literatura, que tem como objetivo central reunir, avaliar criticamente a metodologia de pesquisa e sintetizar os resultados, buscando responder a uma pergunta norteadora; Ela:

Utiliza métodos sistemáticos e explícitos para recuperar, selecionar e avaliar os resultados de estudos relevantes. Reúne e sistematiza os dados dos estudos primários (unidades de análise). É considerada a evidência científica de maior grandeza e são indicadas na tomada de decisão na prática clínica ou na gestão pública (UNESP, 2015, p.2).

Ressalte-se que esse tipo de revisão é metódico, explícito, passível de reprodução, e requer uma pergunta norteadora clara, com a definição de uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.

A revisão integrativa consiste numa ampla análise da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisa, como também reflexões sobre a realização de novos estudos.

O propósito inicial deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento de um determinado fenômeno, baseando-se em estudos anteriores. É necessário seguir padrões de rigor metodológico, clareza na apresentação dos resultados, de forma que o leitor consiga identificar as características reais dos estudos incluídos na revisão.

A síntese do conhecimento, dos estudos incluídos na revisão, reduz incertezas sobre recomendações práticas, permite generalizações precisas sobre o fenômeno, a partir das informações disponíveis limitadas e facilita a tomada de decisões com relação às intervenções que poderiam resultar no cuidado mais efetivo e de melhor custo/benefício (UNESP, 2015, p.6).

Dentre os métodos de revisão, a integrativa apresenta-se como a mais ampla, permitindo a inclusão de diversificados dados de literatura teórica e empírica. Nessa perspectiva, o pesquisador pode elaborar a revisão com diferentes finalidades e com diversificadas perspectivas, ou seja, ela pode ser direcionada à definição de conceitos, à revisão de teorias ou à análise metodológica dos estudos incluídos em um tópico particular (UNESP, 2015).

Porém, mesmo utilizando o Estado do Conhecimento como parte integrante da Revisão da Literatura, não utilizaremos a Revisão Narrativa, pois, ao estudarmos a diferenciação entre Estado do Conhecimento e Estado da Arte, verificamos que esse trabalho visa, não somente ao mapeamento da produção acadêmica nacional, mas almeja, também, contribuir para a análise da área, seus pressupostos e conceitos,

apontando possíveis recursos teórico-metodológicos analíticos. Optar assim por adotar a Revisão de Literatura Integrativa, que promove a integração de diversas áreas do conhecimento, mantendo certo rigor metodológico, e evitando, possíveis seleções de artigos e periódicos de forma aleatória.

O método de revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico (UNESP, 2015. p. 7).

Nessa perspectiva consideramos que interlocução de pesquisas com diversificados métodos (ou ainda procedimentos metodológicos) combinados e desenvolvidos da revisão integrativa amplia as possibilidade de análise da literatura.

#### 4.1.1 Etapas da Revisão de Literatura Integrativa

Esse percurso foi dividido em cinco etapas de cunho qualitativo documental, com caráter teórico-empírico.

A primeira etapa consistiu na identificação e escolha dos periódicos, com o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão.

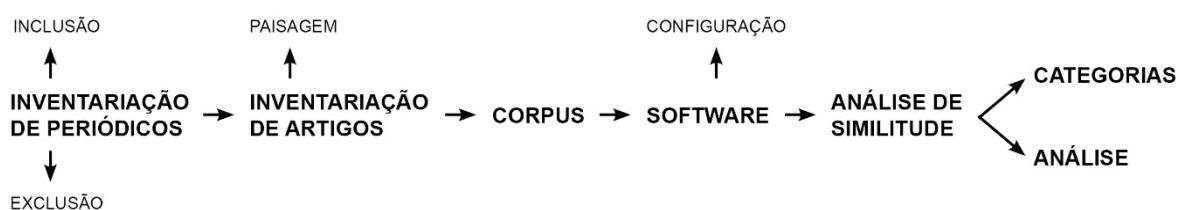
A segunda etapa, consistiu na definição da Palavra-chave Paisagem para todos os artigos selecionados e busca manual de cada artigo com essa palavra-chave.

A Terceira fase consistiu na sistematização das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, sendo necessária a construção de um *corpus* de análise textual.

Na quarta etapa, utilizamos o *software* IRAMUTEQ, para mapear textualmente os conjuntos de corpus, tendo como configuração-base as palavras-chave *verbos*, *substantivos*, *adjetivos* que se repetisse mais de 10 vezes no contexto textual.

Na quinta etapa, foi gerado a Árvore de Significados Linguísticos, e criamos uma categorização de análise, com base no referencial teórico da tese.

Figura 2 - Percurso Metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

#### 4.1.2 Estabelecendo critérios de inclusão e exclusão de periódicos

Ressalte-se que é fundamental que sejam definidos critérios específicos de identificação dos periódicos selecionados, e, posteriormente, os artigos que serão utilizados para a nossa análise. Pretendemos especificar as características dos trabalhos inventariados e que melhor serviriam para atender aos objetivos da tese e colocar em evidência a questão central da pesquisa, que é o de fazer uma análise fenomenológica de conteúdos discursivos (verbo-icônicos) sobre a Paisagem. Isto será viabilizado através do estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão.

Esta etapa está intimamente atrelada à anterior (identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa), uma vez que a abrangência do assunto a ser estudado determina o procedimento de amostragem, ou seja, quanto mais amplo for o objetivo da revisão (por exemplo, o estudo de diferentes intervenções) mais seletivo deverá ser o pesquisador quanto à inclusão da literatura a ser considerada. O pesquisador deve refletir sobre este ponto, pois uma demanda muito alta de estudos pode inviabilizar a construção da revisão ou introduzir vieses nas etapas seguintes (UNESP, 2015, p. 7).

Os critérios de inclusão remetem às principais características dos trabalhos inventariados, o que significa, que eles serão utilizados durante todo o processo, envolvendo decisões sobre objetivos práticos e científicos.

Já critérios de exclusão indicam o subgrupo de trabalhos que, embora preencham os critérios de inclusão, apresentam características ou manifestações que podem interferir na qualidade dos dados, assim como na interpretação dos resultados,

de forma diferente da almejada centralmente no trabalho, ou que não tangenciam a pergunta norteadora ou tema essencial do trabalho. E vale ressaltar que, caso o número de exclusões mostre-se excessivo, a generalização do estudo pode acontecer de forma exacerbada; portanto, torna-se necessário o estabelecimento de critérios bem definidos, para que não se comprometa a análise posterior.

Foram estabelecidos, nessa perspectiva, cinco critérios de inclusão e um de exclusão. O primeiro critério de inclusão refere-se à delimitação por área, por Qualificação CAPES, do Conhecimento em Geografia. O segundo critério de inclusão atém-se à delimitação do período analisado, ou seja, foram inventariados os trabalhos compreendidos entre janeiro de 2005 e dezembro de 2015. Já o terceiro critério de inclusão relaciona-se ao período avaliativo de qualificação CAPES, ou seja, foram incluídos os periódicos de qualificação CAPES do quadriênio 2012-2016. O quarto critério de inclusão refere-se aos extratos indicativos de qualidade CAPES A1 e A2 (os mais elevados). E finalmente, o quinto item de inclusão refere-se à escolha de periódicos redigidos em língua portuguesa.

Após a adoção dos critérios de inclusão de 1 a 4, foram rastreados um total de 259 periódicos (Quadro 2) na Plataforma Sucupira<sup>55</sup>; 127 *Qualis* A1 e 132 *Qualis* A2.

---

<sup>55</sup> Plataforma Sucupira: é uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Plataforma deve disponibilizar, em tempo real e com muito mais transparência, as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. Igualmente, a Plataforma propiciará a parte gerencial-operacional de todos os processos e permitirá maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de pós-graduação. A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje (CAPES, 2014).

Quadro 2 - Lista de Periódicos com quatro itens de inclusão

Periódicos	Quantidade
A1	127
A2	132
TOTAL	259

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Percebem-se, então, que havia um número significativo de periódicos analisáveis, considerando os critérios adotados até o momento na pesquisa.

Já com a utilização do quinto item de inclusão que, como já apontamos, vinculou-se à escolha de periódicos redigidos em língua portuguesa, o que nos levou a identificação de um total de 34 periódicos (Quadro 3), dos quais, 8, *Qualis A1* e 26 *Qualis A2*.

Quadro 3 - Lista de Periódicos com quinto item de inclusão-Periódicos em Língua Portuguesa

Periódicos	Quantidade
A1	8
A2	26
Total	34

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nota-se, nesse momento, uma queda substancial do número de periódicos analisáveis, em função desse critério adotado na pesquisa.

Quanto ao primeiro item de exclusão foi adotado em relação aos periódicos de Geografia Física, ou seja, periódicos que estivessem relacionados aos fenômenos

naturais, quer aqueles envolvendo os processos superficiais e os elementos do interior ou da superfície do planeta, quer os que possuem relação direta com as formas e as alterações do relevo, solos, recursos hídricos, clima, dentre outras. Portanto, periódicos que compõem esta área foram excluídos das análises iniciais do nosso trabalho e, desta forma, restringiu-se o número para 22 periódicos (Quadro 5), 8 *Qualis* A1 e 22 *Qualis* A2.

Quadro 4 - Lista de Periódicos com primeiro item de exclusão - Área da Geografia Física

Periódicos	Quantidade
A1	8
A2	14
Total	22

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nota-se que com esse critério de exclusão se observou uma nova queda no número total de periódicos analisáveis, o que representou um ponto favorável para que a pesquisa fosse exequível/instrumentalizável em tempo hábil.

#### 4.1.3 Entendendo o Software Iramuteq

O Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Texte set de Questionnaires*<sup>56</sup>), é um software gratuito que foi desenvolvido de acordo com a lógica *open source* (*fonte aberta*), e está licenciado pela General Public Licence (GPLv2), que permite diferentes processamentos e análises estatísticas de textos produzidos. Desenvolvido por Pierre Ratinaud<sup>57</sup>, o seu fundamento estatístico ancora-se no software R e na linguagem Python o qual permite fazer análises estatísticas

<sup>56</sup> Interface R para Análise de Texto Multidimensional e Questionários.

<sup>57</sup> Ratinaud P. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>

sobre corpus textuais<sup>58</sup> e tabelas indivíduos/palavras<sup>59</sup>. Em 2009, Pierre Ratinaud o desenvolveu em língua francesa, mas atualmente tem traduções completas em outras línguas. No Brasil, seu uso iniciou-se a partir de 2013 e a área da saúde tem se apropriado de forma significativa dessa ferramenta (KAMI e LAROCCA, 2016, s/p). Esse software possibilita diferentes tipos de análises de dados textuais, dos mais simples, como no caso da lexicografia básica (frequência de palavras), até a realização de análises multivariadas (Classificação Hierárquica Descendente -CHD e Análise de Similitude), além de organizar sistematicamente a distribuição do vocabulário com representação gráfica em forma de árvore e nuvem de palavras.

Ressalta-se que para a compreensão das análises do Iramuteq, é importante a compreensão do que ele entende como Corpus, texto e segmento de texto. Um Corpus é um conjunto de textos que se pretende analisar, dessa maneira, o Corpus pode conter apenas um texto, ou variados textos. Já o texto, é entendido como um conjunto de segmentos de texto. Portanto, a definição dessas unidades é feita pelo pesquisador e dependerá da natureza da pesquisa. Os segmentos de texto são fragmentos de texto, na maioria das vezes, de três linhas, ou configurado pelo pesquisador, dimensionadas pelo próprio software em função do tamanho do corpus.

Existem dois grandes grupos de análises que podem ser feitas com o Iramuteq: A análise de corpus textual (que utilizaremos nessa tese), e a análise de matrizes (Fig. 3). A primeira é um tipo específico de análise de dados, na qual tratamos de material verbal transcrito. Essa análise tem várias finalidades, sendo possível analisar textos, entrevistas, documentos, redações etc. Já a segunda, análise de matrizes, é um tipo de análise que permite que se trabalhe com matrizes que envolvam variáveis categoriais e listas de palavras, como aquelas utilizadas para analisar tarefas de evocações livres. Esses grupos se dividem em tipos específicos de análise.

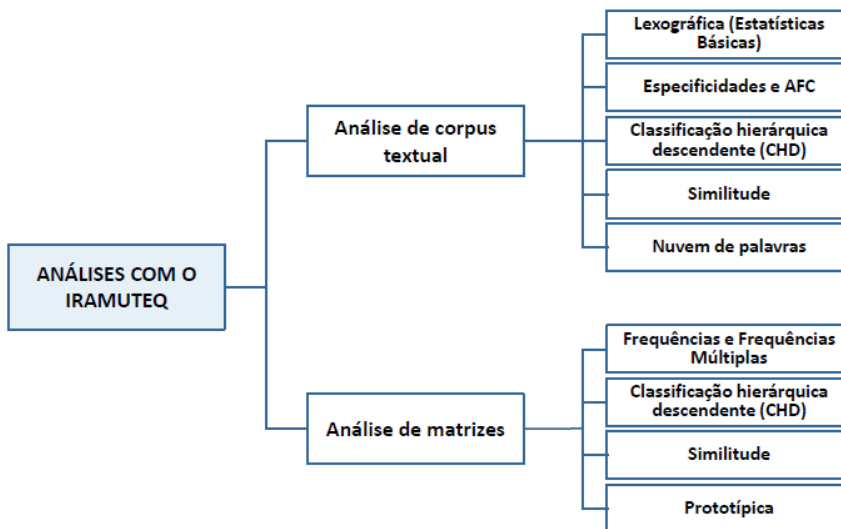
---

<sup>58</sup> Estatísticas textuais clássicas; Pesquisa de especificidades a partir de segmentação definida do texto (análise de contraste de modalidades de variáveis); Classificação Hierárquica Descendente (CHD) conforme o método descrito por Reinert (1987 e 1990); Análise de similitude de palavras presentes no texto; Nuvem de palavras (ARAUJO, 2015, p.49).

<sup>59</sup> Classificação Hierárquica Descendente (CHD) conforme algoritmo proposto por Reinert (1987); CHD por matrizes de distância; Análise de similitude (por exemplo, de palavras resultantes de evocações livres); Nuvem de palavras; Descrição e X2 (ARAUJO, 2015, p.49).



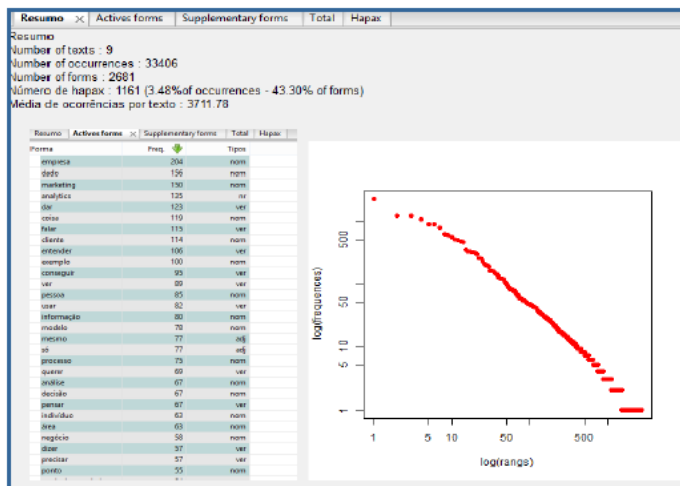
Figura 3- Fluxograma do software Iramuteq.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O processamento da Análise Lexográfica (Estatísticas Básicas) (Fig. 4) no Iramuteq tem início na identificação e reformatação das unidades de textos, que transformam as unidades de Contextos Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE). Em seguida, a quantidade de palavras é mensurada o que possibilita a identificação da frequência média entre as palavras, destacando a quantidade de palavras que não se repete, os chamados *Hapax*; realiza a pesquisa do vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes, este processo é denominado lematização. E por fim, cria o dicionário de formas reduzidas identificando formas ativas e suplementares.

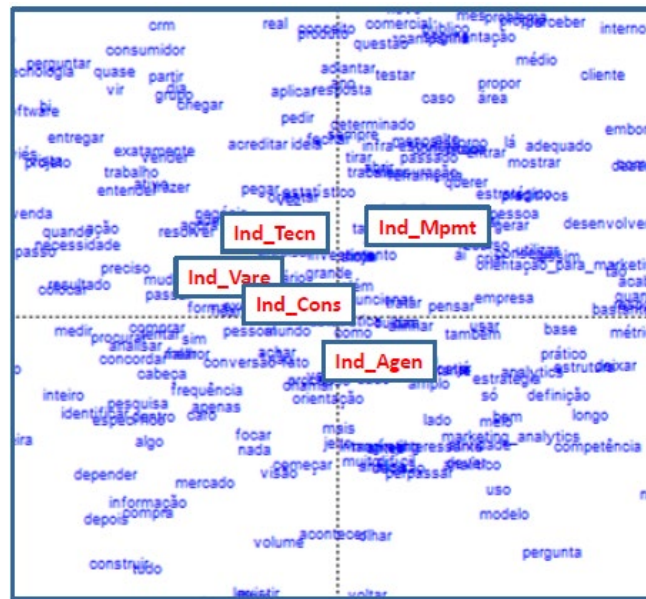
Figura 4 - Análise Lexográfica



Fonte: <http://www.iramuteq.org/> (2019).

Quando realiza análise de Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC) (Fig. 5) o Iramuteq é capaz de associar diretamente os textos do banco de dados com as variáveis pré-determinadas pelo seu usuário, assim, é possível analisar a produção textual em função dessas variáveis. Esta análise configura-se análise de contrastes em que o *corpus* é dividido em função da variável escolhida pelo usuário. Por exemplo, é possível comparar a produção textual entre jovens e idosos, crianças e adultos, em relação a determinado tema.

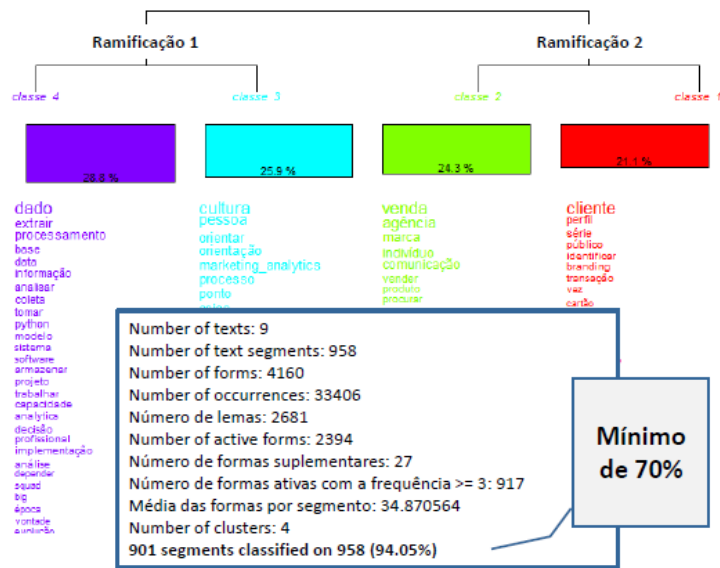
Figura 5 - Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC)



Fonte: <http://www.iramuteq.org/> (2019).

O método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (Fig.6) foi proposto por Reinert (1990) e utilizado pelo software Alceste que classifica seguimentos de textos em função dos seus vocabulários respectivos, sendo seu conjunto repartido com base na frequência das formas reduzidas. O objetivo desta análise é obtenção de classes de UCE (Unidade de Contexto Elementar), sendo cada classe composta por vocabulário semelhante entre si e ao mesmo tempo diferente das UCE de outras classes. Ele correlaciona segmentos de texto e vocabulário formando um esquema hierárquico de classes, visando obter classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes (Camargo, 2005).

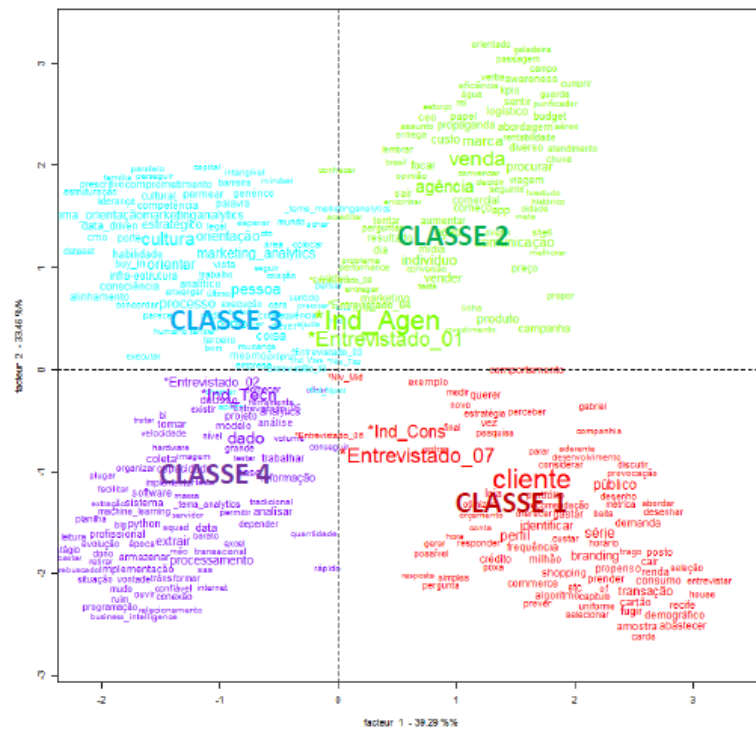
Figura 6 – Exemplo de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: <http://www.iramuteq.org/> (2019).

É interessante notar também que o Iramuteq fornece uma outra forma de apresentação dos resultados por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Classificação Hierárquica Descendente) (Fig.7), este processo é chamado de Análise Pós-Fatorial, cuja representação se dá num plano cartesiano com as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD.

Figura 7 - Exemplo de Classificação Hierárquica Descendente (CHD2)



Fonte: <http://www.iramuteq.org/> (2019).

Já a Análise de Similitude está baseada na teoria dos grafos e por sua vez proporciona a identificação das co-ocorrências entre as palavras, cujo resultado pode indicar a conexidade entre as palavras, auxiliando assim na identificação da estrutura de um *corpus* textual, não obstante, diferencia também, as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) que são identificadas na análise (Marchand e Ratinaud, 2012).





No segundo momento, nos perguntamos sobre as possibilidades de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos, entre si, na escrita da história de uma determinada área do Conhecimento. Nesse momento, passamos a enfrentar inúmeras dificuldades, e, surgiram novos questionamentos a partir daí, e o que se notou foi que a organização do material que encontramos pressupôs, antes de tudo, uma leitura que se mostrou necessária, não somente em termos das indicações bibliográficas, do nome dos autores, do programa de pós-graduação ao qual o pesquisador se insere, e dos títulos dos trabalhos, mas, principalmente, em termos de uma análise mais focalizada e atenta dos resumos.

Além da indicação bibliográfica de cada trabalho, acrescentou-se um resumo de caráter informativo, para promover a divulgação e facilitar o acesso a esses estudos. O crescimento da literatura científica transformou os resumos em instrumentos indispensáveis, na medida em que sua inserção em catálogos e bases de dados agiliza, em muito, a atividade de seleção em busca bibliográfica de todos aqueles que se dedicam ao estudo e à pesquisa. Para que desempenhem este importante papel é necessário, no entanto, que sejam objeto de elaboração cuidadosa (FERREIRA, 2002, p, 262).

Decidimos, utilizar, como fonte de estudo inicial, os resumos dos artigos, por compreendermos que eles constam nos periódicos por atenderem a funções e necessidades particulares, ou seja, já teriam sido previamente analisados por uma comissão científica que os avaliou. Assim, podemos inferir que fazer uma pré-seleção de artigos a serem analisados a partir de resumos seria válido. E se estamos assumindo a complexidade de marcas textuais e formais verificadas nos resumos, mas considerando possível tecer um discurso que procure analisar, interrogar, explicar convenientemente cada conjunto de trabalhos produzidos em determinada área do Conhecimento, os resumos apresentar-se-iam como parte integrante de análise.

Vale ressaltar que, de acordo com Megid (1999), há uma ideia de que não se possa realizar o Estado do Conhecimento somente através da leitura dos resumos, visto que em muitos periódicos são encontrados resumos considerados mal elaborados, principalmente em termos da falta de explicitação e de classificação quanto à metodologia, teoria ou mesmo recorte temático.

Toda essa discussão tem por objetivo expressar algumas limitações dos catálogos ou bancos de dados sobre a produção acadêmica, no que se refere a uma divulgação adequada dela. Os dados bibliográficos dos trabalhos já



permitem uma primeira divulgação da produção, embora bastante precária. Os resumos ampliam um pouco mais as informações disponíveis, porém, por serem muito sucintos e, em muitos casos, mal elaborados ou equivocados, não são suficientes para a divulgação dos resultados e das possíveis contribuições dessa produção para a melhoria do sistema educacional. Somente com a leitura completa ou parcial do texto final da tese ou dissertação desses aspectos (resultados, subsídios, sugestões metodológicas etc.) podem ser percebidos (MEGID, 1999, p.45).

Com o fito de evitar tais dificuldades, optamos por utilizar os resumos somente como parte do processo de análise, mas não como única fonte do Estado do Conhecimento. Nesse sentido, levando em consideração a natureza do material inventariado e pré-selecionado, optamos pela eleição da palavra-chave Paisagem nos Resumos. Portanto, ocorreu uma leitura de todos os resumos, e seleção dos artigos que tivesse a palavra Paisagem ou em seu *título*, ou *subtítulo*, ou *resumo*, ou *palavras-chave*.

Após essa seleção, criamos um Corpus Textual, com todos os resumos que detinham a Paisagem como segmento textual, e depois inserimos esse Corpus no Software Iramuteq, no qual o configuramos para a Leitura e análise de Similitude Linguística.

O Iramuteq auxilia no processamento dos dados e na identificação das unidades de codificação, seguindo os procedimentos de codificação que abrange a escolha de unidades de registro – recorte; a seleção de regras de contagem – enumeração; e a escolhas de categorias - classificação e agregação – rubricas ou classes que agrupam um grupo de elementos (unidades de registro) em função de características comuns, procedimento de classificação que levem em consideração os sentidos semântico, sintático, léxico a partir do agrupamento de sentido das palavras, expressivo pela junção das perturbações da linguagem e escrita como perplexidade, hesitação e embaraço e os procedimentos de categorização a fim de se escolher a unidade de codificação para sua posterior classificação em blocos que anunciem certas categorias, que aprovam ou transformam aquelas presentes nas hipóteses e referenciais teóricos previamente escolhidos (ARAUJO, 2015. p.49).

Essas análises textuais correspondem a um tipo específico de análise de dados, nas quais trata-se de material verbal transcrito, ou seja, de textos (NASCIMENTO-SCHULZE E CAMARGO, 2000, p. 296). Essas análises têm várias finalidades, sendo possível, através delas, analisar textos, entrevistas, documentos, redações etc. A partir da análise textual, é possível descrever um material produzido individual ou coletivamente, como também ela pode ser utilizada com uma finalidade relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto.

Nesse sentido, foram analisados somente as revistas com ISSN *online*, e textos do tipo Artigo, excluindo-se assim Resenhas, Editoriais, Nota Editorial, Resumos de obras, Resumos de Dissertação e Tese, Relatos de Campo, Nota de Pesquisa, Apresentação e Expediente, que também foram publicados nos periódicos analisados. Desses conjuntos foram excluídos também todos os artigos de língua estrangeira. Assim, encontramos 1362 artigos A1 (Quadro 5) e 1765 artigos A2 (Quadro 6).

Quadro 5 - Artigos de língua portuguesa de Periódicos A1

Tabulação A1 Primeira Fase			
Revista	ISSN Online	ISSN impresso ou não encontrado	Quantidade de Artigos
Boletim Goiano de Geografia	1984-8501	0101-708X	241
GEOUSP: Espaço e Tempo	2179-0992	1414-7416 // 2179-0892	275
Mercator	1984-2201	-----	378
Sociedade & Natureza	1982-4513	0103-1570	468
TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS A1:1362			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 6 - Artigos de língua portuguesa de Periódicos A2

Tabulação A2 Primeira Fase			
Revista	ISSN online	ISSN impresso ou inexistente	Quantidade de Artigos
Ateliê Geográfico	1982-1956	-----	298
Caminhos de Geografia	1678-6343	-----	830
Revista do Departamento de Geografia	2236-2878	-----	173
Geographia	1517-7793	-----	127
Raega	2177-2738	1516-4136	337
TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS A2:1765			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Desses conjuntos de artigos ainda foram excluídos todos os artigos que não abordassem a categoria conceitual geográfica Paisagem em seus *títulos*, *resumos* e/ou *palavras-chave*. Para otimizar o trabalho, utilizamos o recurso de busca e localização de palavras-chave do Programa *Adobe Reader*® como item de busca textual em cada artigo, e aqui foram utilizadas as variações textuais “paisagem” e “paisagens”. Vale ressaltar que essa atividade foi realizada manualmente.

Nesse processo, foram encontrados e selecionados 117 artigos A1, o que representa 8,59% dos artigos que abordam a categoria conceitual de análise Paisagem (Quadro 7), e 233 artigos A2, o que corresponde 13,20%, que também abordam tal categoria conceitual (Quadro 8).

Quadro 7 - Artigos que abordam a Categoria Conceitual Paisagem em seus Resumos – Periódicos A1

Tabulação A1 Segunda Fase		
Revista	Sigla	Quantidade de Artigos
Boletim Goiano de Geografia	BGG	18
GEOUSP: Espaço e Tempo	GET	21
Mercator	MCT	38
Sociedade & Natureza	S&N	40
<b>TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS A1:117</b>		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 8 - Artigos que abordam a Categoria Conceitual Paisagem em seus Resumos – Periódicos A2

Tabulação A2 Segunda Fase		
Revista	Sigla	Quantidade de Artigos
Ateliê Geográfico	ATG	37
Caminhos de Geografia	CdG	133
Revista Departamento de Geografia	RDG	14
Geographia	GPH	11
Raega	REG	38
<b>TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS A2: 233</b>		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Com os artigos selecionados, criamos assim um *corpus textual* para a inserção no Software Iramuteq. Para a leitura do Iramuteq e identificação dos artigos, foi necessário a criação de siglas das respectivas revistas com o ano e período de publicação, que variava de 2005(1)\_1 até 2015(n)\_n ( QUADRO 8 e 9). Portanto todas as referências a possíveis artigos e revistas foram feitas através dessas nomenclaturas.

Após a criação do *corpus* e sua inserção no Iramuteq, foi necessário a configuração do mesmo para que a leitura textual se tornasse exequível e não exacerbada. Logo que correríamos o risco de encontrar ligações textuais com mais de cem mil palavras, o que dificultaria a análise e inviabilizaria o estudo. Assim, selecionamos palavras que se repetisse mais de dez vezes. Com isso o Iramuteq produziu dois mapas de Similitude Linguísticos. Esses mapas foram apresentados no capítulo 5.

## **CAPÍTULO 5 - OS MAPAS CONCEITUAIS DE SIMILITUDE LINGUÍSTICOS E A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS TEMÁTICAS: POR UMA CARTOGRAFIA DOS ESTRATOS ICÔNICOS E DISCURSIVOS**

Nos últimos vinte anos, surgiram algumas tendências na interface entre os estudos literários e a cartografia que tiveram um impacto considerável no debate interdisciplinar sobre as relações entre literatura e geografia, em particular na utilização de mapas (KOZEL, 2007).

É pertinente verificar que, por um lado, uma virada espacial no campo das humanidades resultou em uma maior consideração da dimensão geográfica em pesquisas sobre literatura, cinema, música e arte, levando-se em conta que essas práticas socioculturais são essencialmente espaciais (KOZEL, 2007). Nessa perspectiva, partindo de obras literárias, pesquisadores começaram a investigar como narrativas em romances e poemas refletem e criam espaços e lugares reais e fictícios (MARANDOLA, 2011). E se observa que esses trabalhos vão além das estratégias comuns, de interpretar textos, na medida em que procuram utilizar diversos métodos cartográficos que, por sua vez, serviram como subsídio para visualizar tramas e movimentos nas obras literárias e extrair informações que, na sequência e linearidade da narrativa, não é possível desvendar. E é nesse sentido que a simultaneidade nos mapas passou a complementar e desafiar a estrutura sequencial do texto escrito.

Por outro lado, o surgimento de uma virada processual humanista e pós-estruturalista na geografia (cultural humanista) e na cartografia, nas últimas décadas, resultou em uma reflexão mais crítica sobre a natureza dos mapas e os princípios de representação. Esses modos de repensar mapas e mapeamentos tiveram como foco o problema de como apresentar e visualizar informações inconventionais, incompletas, imprecisas e/ou de viés não-cartesiano, que, por muito tempo, tinham sido consideradas não cartografáveis pelos estudiosos da área (SEEMANN, 2014). O objetivo nesse novo momento passou a ser não apenas a investigação de como as narrativas de uma obra, seja científica ou literária, poderiam ser traduzidas para formas gráficas, mas também apresentar uma nova representação gráfica do espaço real, a partir dos discursos. E é assim, à luz das filosofias de autores como Roland

Barthes (1972; 2015), Mikhail Bakhtin (2006), Patrick Charaudeau (2001; 2004; 2008) e Emília Mendes (2004), agora procuramos estudar a natureza performativa e dinâmica dos mapas, superando o seu emprego como espelho da realidade e mera representação estática no papel. A cartografia chegaria, nesse sentido, a ser utilizada como um procedimento de busca da realidade, para revelar contextos, movimentos e práticas humanas em constante criação.

É sugestivo notar que esses pensamentos novos nas áreas de estudos literários, discursivos, linguísticos e da cartografia se complementam e rompem com as concepções tradicionais sobre textos e imagens<sup>60</sup>. Ao mesmo tempo, essas novas óticas de análise da realidade ajudam a abrir espaço para um debate mais amplo sobre discursos e narrativas e os diferentes modos de mapeá-los. Dessa maneira, obras escritas e mapas são vistos como eventos ou processos e não como objetos e produtos (CHARAUDEAU, 2008).

Ressalte-se que na sua maioria, artigos acadêmicos são produções verbais que obedecem à mesma estrutura como a narrativa de um romance, um conto ou um poema. Um mapa, por sua vez, transmitiria, nessa ótica, relatividade e simultaneidade, processos do real, já que é possível se ver e se ler aí diferentes ideias, pensamentos, conceitos ou fatos ao mesmo tempo, sem vagar o olhar da esquerda à direita e de cima para baixo e existindo uma maior liberdade para os olhos.

Assim é que, nessa proposta, estamos usando esse procedimento como estratégia para provocar uma discussão mais ampla sobre discursos e suas formas, com o intuito de pensar em maneiras diferentes de apresentar e representar processos vividos. E vale ressaltar que, para compreender e explorar melhor as relações entre obras escritas e o pensamento cartográfico, é preciso ir além da estrutura da narrativa, do que é exposto e explica-se, conta-se, resume-se.

Nos primeiros testes de Similitude Linguísticos, realizados com diversas estruturas, que experimentamos através do software Iramuteq, notamos que os tamanhos dos mapas encontrados se tornaram esdrúxulos, pois havia muitas palavras que pareciam soltas, fora de contexto. Vale ressaltar, a propósito que precisamos de determinadas regras organizacionais e estruturais da tese e princípios estéticos

---

<sup>60</sup> Imagem aqui enquanto representação e não como imagem iconográfica.

básicos para facilitar, não somente a compreensão de quem lê, mas para iluminarem nossa própria análise. Contudo, para facilitar essa interpretação, assumimos a postura defendida pelo trabalho: inserir-se em uma visão fenomenológica de análise.

A primeira postura que adotamos, diante da produção do mapa conceitual, foi: Como ir às coisas mesmas? Como estabelecer uma atitude fenomenológica perante um texto e uma imagem? O sujeito agora vem do discurso transcrito de alguém, materializado em um mapa conceitual de similitude linguístico. Então, como seria possível estabelecer uma postura fenomenológica indo “às coisas mesmas” entre palavras, significados, ramificações, espaços deixados entre as palavras, adjetivos, verbos etc. Gadamer (2007) se refere ao texto, compreendido por ele como literário, ou não, com o que ele chama de *especificidade*, em que a “*palavra adquire sua autopresença*” (p. 407). Mas essa autopresença, ou ainda subjetividade, é considerada por Gadamer em sua realidade sonora: “*não basta lê-lo; é preciso ouvi-lo, mesmo que só com o ouvido interior* (GADAMER 2007, p. 389). E ouvir, aqui, nos traz à mente dois sentidos, o da visão (percepção estética, em que nos afeiçoamos pelas cores, disposições, formas, proximidades, distanciamentos entre palavras e seus correspondentes) e, ao mesmo tempo, o da audição subjetiva, que remeteria à audição dos discursos proferidos, ou seja, para o fato de nos atentarmos para o que foi dialogado, não no sentido de descortinar (SARTRE, 1997) algo que estava obscuro, mas sim, em termos de se ouvir a mensagem fundamentalmente ambígua numa pluralidade de significados que coexistem em um só significante.

De acordo com Sartre (2015), esse caráter, através da narrativa, se revela logo que a consciência reflexiva capta e percebe a realidade à sua volta, transcrevendo fenômenos e sentimentos vivenciados, sintetizando a ficção imaginada.

Já Bachelard introduz a imagem literária numa produção de quadros literários, em que se evidencia a singularidade de quem escreve protagonizando uma linguagem universal. Esse caráter evocador, dinâmico e mágico da linguagem universal é ressaltado pela invenção de uma imagem bela e forte, o símbolo inédito exercido pelo fascínio, enquanto “palavra-fora”. O *Devaneio* bachelardiano é, assim, fecundado pelo Verbo, e não pelas demais artes. Assim, o verdadeiro domínio para se estudar a imaginação não seria a pintura, o estático, ou mesmo a contemplação, mas a obra literária, a palavra, a frase (BACHELARD, 1989, p.283). É a palavra, então que está



na raiz da imaginação; ela lhe é consubstancial. E vale ressaltar que a *imagem literária* em estado puro não é auditiva, nem visual, nem algo que se prenda a um sentido dado, é diretamente falante, não reveste uma imagem muda; para Bachelard, toda atividade humana deseja falar. E quando essa palavra toma consciência de si, então a atividade humana deseja escrever, isto é, contar, explicitar, descrever, organizar os sonhos e os pensamentos. A narrativa não é, portanto, o substituto de nenhuma outra atividade, mas ela completa um desejo humano, representando uma emergência de imaginação (BACHELARD, 1990, p.284).

De acordo com Ramos (2011):

(...) toda obra, ainda que apresente uma forma acabada e “fechada” no seu organismo equilibradamente estruturado, manifesta-se “aberta”, se se considera que pode ser interpretada de diferentes maneiras, sem perder, contudo, a sua configuração original. A fruição de uma obra de arte implica sempre uma “reinvenção”, e o leitor de um texto atua como intérprete. (...). Dessa maneira, deve-se entender por Obra um objeto dotado de propriedades estruturais que permitam, mas também coordenem a sucessão de interpretações, a evolução das perspectivas (RAMOS, 2011, p. 38).

Dessa maneira, a complexidade do fenômeno que se apresenta, mostra, de um lado, um aspecto formal, portanto definido; e, de outro, informal e indefinido. E em torno de tal relação é que se desenvolvem as pesquisas dos autores/pesquisadores dos artigos analisados, cuja preocupação fundamental não é a obra em si (pois esta é vista apenas como uma potencialidade), mas o “programa operatório” ao qual ele se expõe. E assim, a narrativa, a obra, a pesquisa, cedem lugar ao fazer, ao projeto, ou intenção de comunicação. Observa-se, evidentemente, que, de tal perspectiva, o leitor ganha a importância de concretização da obra, e que, portanto, ela é aí considerada como um Contrato de Comunicação, suscetível de multiplicidade de experiências subjetivas.

Para CHARAUDEAU (2008), uma teoria do discurso não pode privar-se de uma definição dos sujeitos do ato de Linguagem. E entendendo como "discurso" o lugar da encenação da significação, ele não deve ser confundido com "texto". "Texto" deve ser entendido como um objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. Ele é um resultado sempre singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Segundo o autor, cada texto se acha atravessado por diversos discursos ligados aos gêneros ou às situações diferentes. "Discurso" não deve, tampouco, ser entendido como unidade

que ultrapassa a frase. A relação entre diversas frases não constitui, aí, necessariamente, a unidade "discurso". É necessário que esta sequência de frases corresponda a uma expectativa *linguagreira* entre vários parceiros em circunstâncias bem determinadas. Ao contrário, uma frase, uma palavra, um gesto, ou até mesmo o silêncio, podem ser portadores de discurso, a partir do momento em que eles respondem a esta condição.

O termo "discurso", segundo Charaudeau (2008), pode, assim, ser utilizado em dois sentidos: primeiro em relação ao fenômeno de encenação do ato de linguagem que, por sua vez, compreende dois circuitos (interno e situacional, que representa o lugar do Fazer psicossocial; e, o externo e comunicacional que representa o lugar de organização do Dizer). Já em segundo sentido, o *discurso* pode ser relacionado a um conjunto coerente de saberes partilhados, construídos de maneira inconsciente por indivíduos de um grupo social.

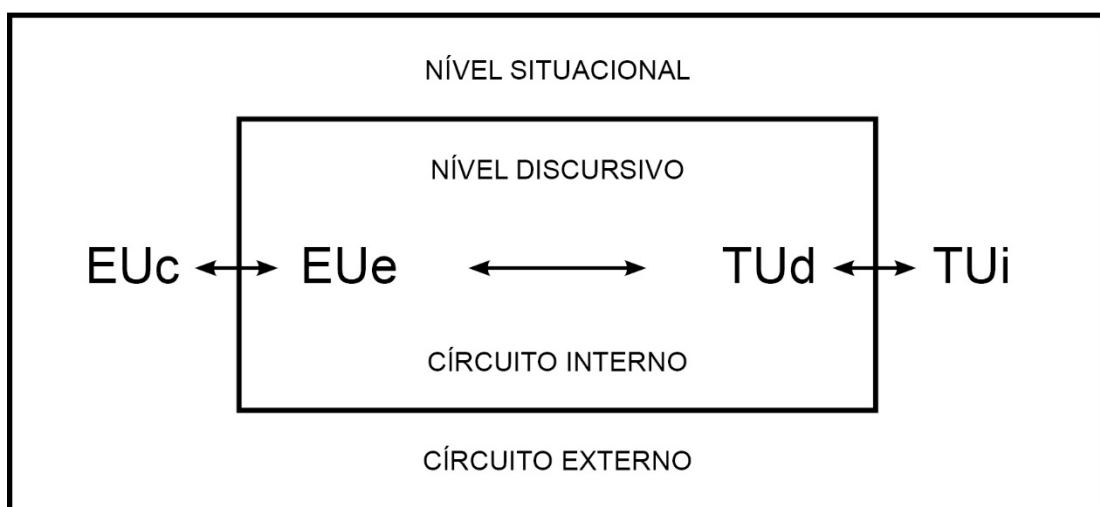
O autor parte da definição fenomenológica de Sujeito para dizer que ele é "... *um lugar de produção de sentido linguístico ao qual esse sentido volta a constituí-lo.*" (CHARAUDEAU, 2008). E dessa maneira, o sujeito não é, na sua perspectiva, nem um indivíduo preciso, nem tampouco um ser coletivo específico, mas uma abstração, um lugar de abstração da produção/interpretação da significação, dependendo do lugar que esse sujeito ocupa no ato de linguagem. E ele pode ser um sujeito comunicante, enunciador, destinatário ou um sujeito interpretante.

Vale ressaltar ainda que, na teoria do *Contrato de Comunicação*, os parceiros da troca *linguagreira* estão sujeitos àquilo que CHARAUDEAU (2001) chama de *Modos de Organização do Discurso*, ou seja, os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar, argumentar. Assim, os modos de organização do discurso são: o descritivo, que consiste em saber nomear e qualificar os seres do mundo, com maior ou menor subjetividade; o narrativo, que consiste em saber descrever as ações dos protagonistas de uma história, realçando seus diferentes percursos e buscas; o argumentativo, que consiste num saber organizar as redes de causalidade explicativa dos acontecimentos, estabelecendo as provas do verdadeiro, do falso ou do verossímil; e o enunciativo, que tem por vocação essencial dar conta da posição do locutor em relação a si mesmo e em relação ao interlocutor. Ressalte-se que o

enunciativo é responsável pela intersubjetividade, pela identidade e pela alteridade dos sujeitos da linguagem. E isso faz com que esse modo possa intervir nos outros três, que os comande. E remarque-se que esses modos podem se manifestar, tanto simultânea, quanto pontualmente.

Toda essa explanação serve para podermos introduzir o quadro criado por Charaudeau para explicar o funcionamento do ato de linguagem, das estratégias discursivas, ou ainda, do contrato de comunicação. E vale ressaltar nesse sentido que, para Charaudeau, o ato de linguagem é um fenômeno que combina o Dizer (que ocorre no circuito interno, no nível discursivo) e o Fazer (que ocorre no circuito externo, no nível situacional). O Fazer é, nessa ótica, o espaço da instância situacional que se define pelo lugar que ocupam os responsáveis, ou melhor, os parceiros deste ato. E o Dizer seria o espaço da instância discursiva que se define como uma “encenação” da qual participam seres de fala, ou protagonistas. Ou seja, a teoria empreendida por Charaudeau busca explicar a estruturação do ato de linguagem através da postulação de um dispositivo que compreende um duplo circuito: o da instância externa (espaço do Fazer psicossocial dos parceiros envolvidos na comunicação, também chamado de espaço de limitações), e o da instância interna (espaço da organização do Dizer, também chamado de espaço de estratégias, onde os protagonistas montam suas estratégias de encenação do ato de linguagem).

Figura 10 - Contrato de Comunicação de Charaudeau



Fonte: Adaptado pelo autor, 2020.

Como podemos perceber no Quadro 10, o processo de comunicação é composto de, no mínimo, dois parceiros: o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi) implicados na experiência de uma relação contratual. O sujeito comunicante (EUc) é o parceiro que tem a iniciativa do processo de produção. Ele procede à encenação do Fazer em função de uma intenção/projeto de palavra ("O que dizer?") e de um como falar ("De que modo dizer?") que se liga às estratégias de manipulação ("Como dizer o que vou dizer de modo a convencer o meu parceiro?"). Para isso, EUc constitui-se em um sujeito enunciador (EUe) que, por sua vez, institui, através do seu projeto de palavra, um sujeito destinatário (TUd) - ambos sujeitos que se definem como seres de fala da enunciação do Dizer; e se, por um lado, o EUc e o TUi são os parceiros da comunicação, por outro, o EUe e o TUd são os protagonistas da interação *linguagreira* (MENDES, 2004).

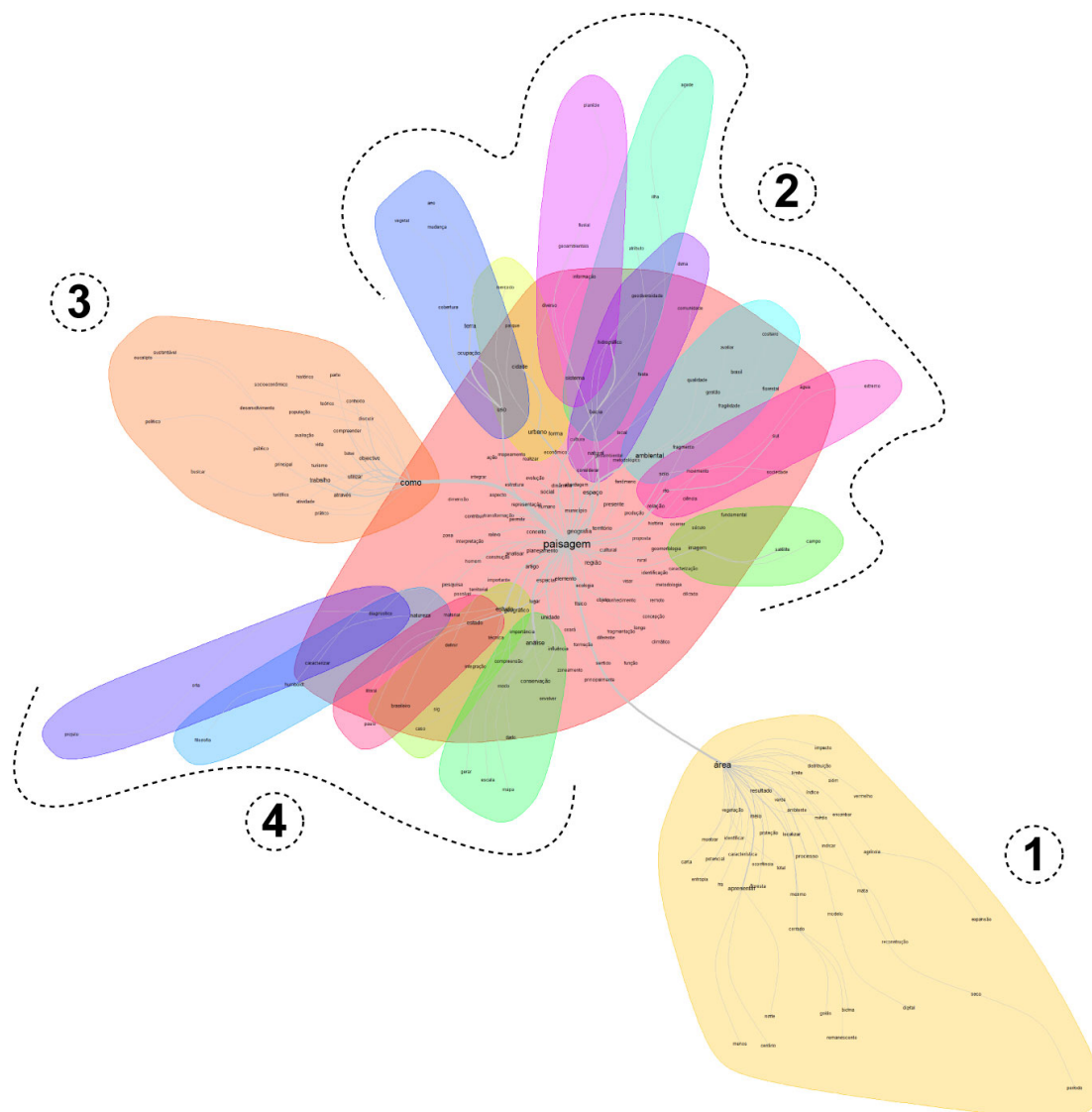
EUc é uma entidade composta: uma instância produtora à qual pertencem todas as outras instâncias, incluindo-se, aqui, o TUi que tem uma relação com EUc muito parecida com aquilo que chamamos de "relação de transcendência", e em que o TUi é um "servidor" do EUc. E assim, se observa que tanto EUe quanto TUd e TUi contribuem com EUc para construir uma enunciação, ou melhor, uma co-enunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a eles e o qual podemos dizer que representa a ideologia ou a estética do grupo. Já o EUe é um ser de fala sempre presente no ato de linguagem, uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala (*EUc*). Ele é o veículo por meio do qual EUc "fala". Ou seja, EUe funciona como uma espécie de "porta-voz", ou, de acordo com Charaudeau (1983), como sujeito enunciador da "instância de enunciação discursiva". O TUd é o interlocutor necessário ao EUe que o concebe como "destinatário ideal", no processo interacional. E sendo assim, o TUd estará sempre presente no ato de linguagem explicitamente marcado ou não. Enquanto TUi, sujeito interpretante, é o parceiro de EUc. E todas essas "pessoas", todas essas "vozes", todos esses "papéis" são concebidos, como comportamentos linguageiros, como índices semiológicos da encenação do Fazer e do Dizer (CHARAUDEAU, 2008).

O uso dessa teoria e desse quadro se justifica porque acreditamos que eles sejam capazes de analisar a especificidade do texto, ou ainda, de problematizá-lo, sendo capaz de nos ajudar a esclarecer pontos complexos em sua estrutura,

principalmente no que diz respeito aos múltiplos sujeitos, logo que, em nosso caso, observamos diferentes sujeitos, discursando a respeito de um mesmo tema: A Paisagem. E procederemos, desse modo, ao (re)conhecimento das instâncias enunciativas que compõem o texto narrativo/argumentativo/descritivo, com a ajuda do quadro comunicacional de Charaudeau.

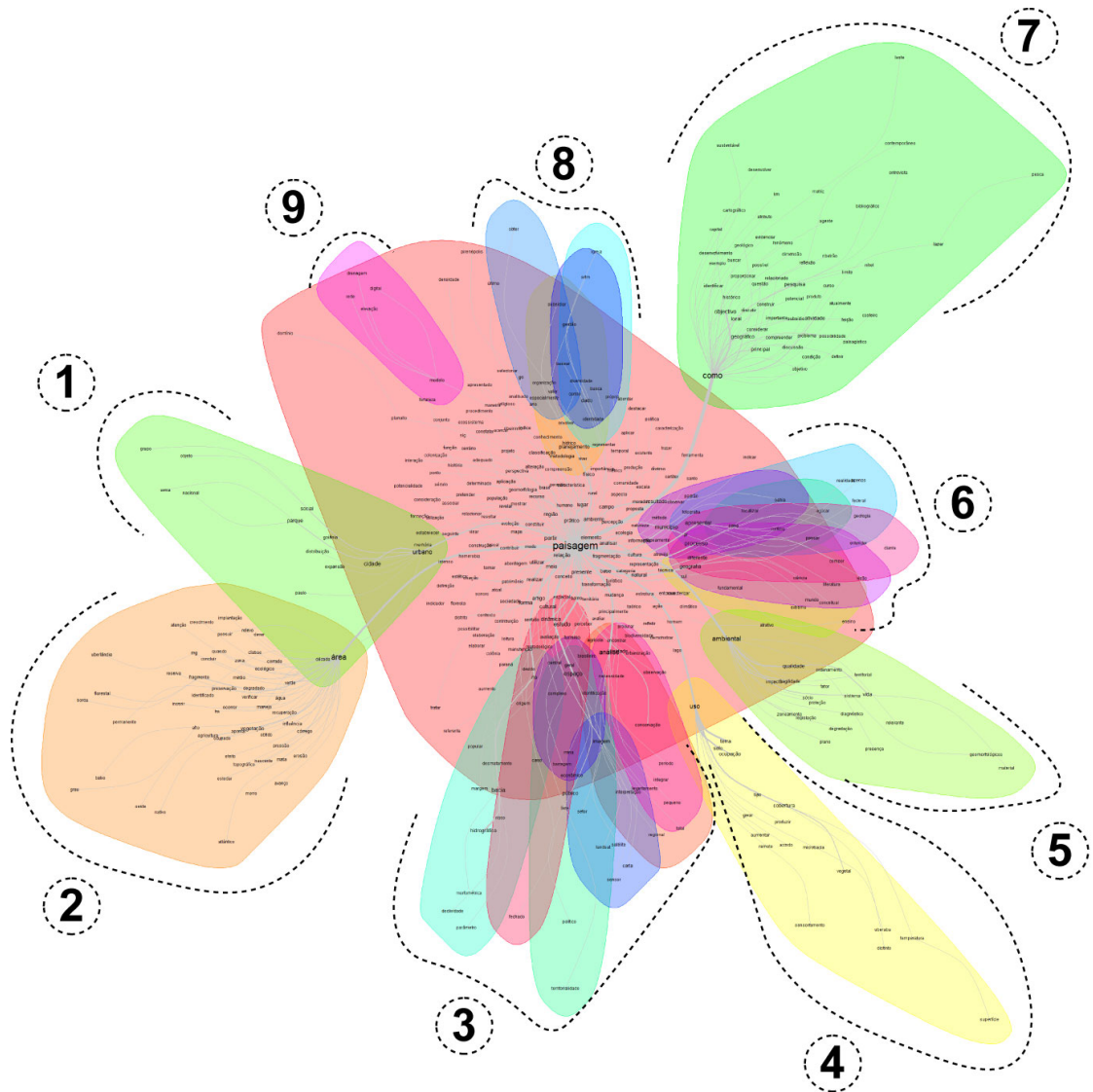
Para a aplicação e análise discursiva elaboramos, nesse sentido, dois Mapas de Similitudes Linguísticas, um Mapa contendo os discursos advindos dos Artigos selecionados dos Periódicos A1 (FIGURA 11), e outro contendo os discursos advindos dos Artigos selecionados dos Periódicos A2 (FIGURA 12).

Figura 11 - Mapa de Similitude Linguístico dos Artigos Publicados em Periódicos A1



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

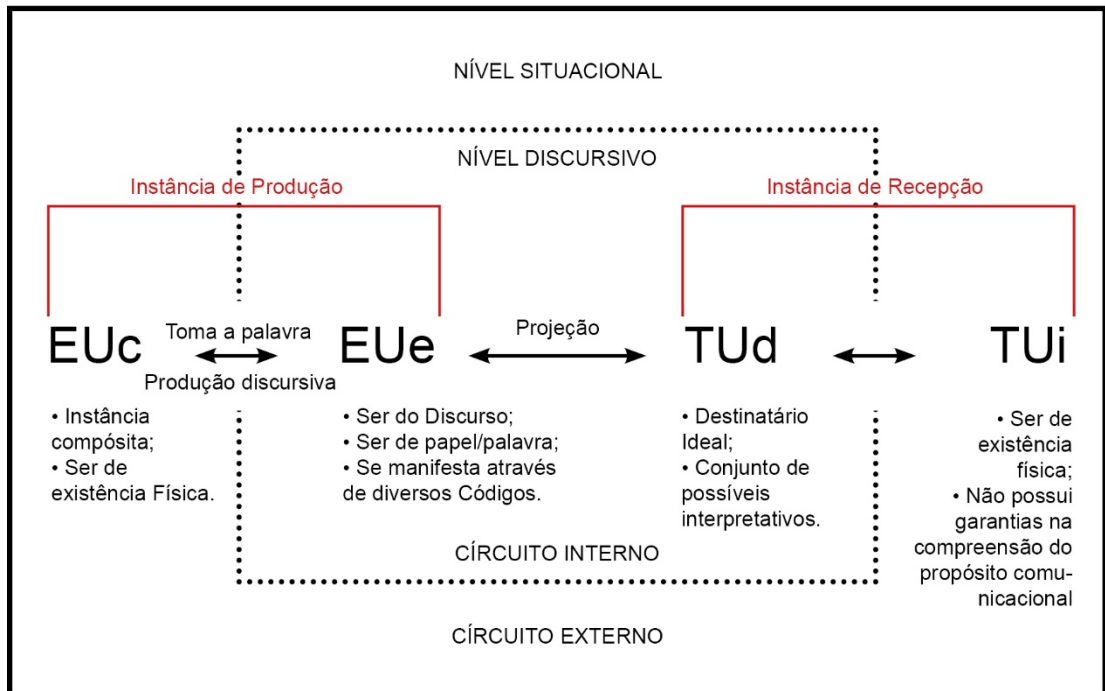
Figura 12 - Mapa de Similitude Linguístico dos Artigos Publicados em Periódicos A2



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

E aplicando-os ao Quadro Comunicacional, ao contexto discursivo dos artigos referentes à Paisagem, temos:

Figura 13 - Quadro Comunicacional da Geografia das Paisagens



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

É interessante notar que:

o discurso não deve ser assimilado a expressão verbal da linguagem. A linguagem, mesmo sendo dominante no conjunto das manifestações lingüísticas, corresponde a um certo código semiológico, isto é, há um conjunto estruturado de signos formais, do mesmo modo por exemplo que o código gestual (linguagem do gesto) ou o código icônico (linguagem da imagem). O discurso ultrapassa os códigos de manifestação lingüística na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos. (...) É preciso que fique claro que toda encenação discursiva depende das características desses códigos e de todos os códigos nela envolvidos (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Nesse sentido, ao localizarmos os contratos discursivos, foi necessário adentrar os estratos mais profundos de análise textual e icônica dos Mapas, ou seja, na elaboração de grades de análise.



## 5.1 Por uma cartografia dos estratos icônicos e verbais: grades de análise fenomenológica

Uma grade de análise não tem um fim, em si mesma, ela é somente uma ferramenta que auxilia no levantamento e, sobretudo, no mapeamento seletivo de dados. Cabe ao pesquisador lê-los e, a partir deles, tecer a sua análise. A partir, então, de um mapeamento inicial, verificamos quais são as ocorrências mais e as menos frequentes. Vale ressaltar que a grade é um esquema aberto e, cada pesquisador poderá utilizá-la da maneira que for mais conveniente para o seu estudo.

A finalidade inicial dessa proposta de grade de análise (categorias) é uma divisão em estratos com objetivo puramente metodológico: estratos icônico e discursivo. A grade se estrutura em quatro grandes blocos: *Macrodimensão Situacional*, na qual identificamos os dados das condições de produção e, eventualmente, daquelas de recepção. A *Macrodimensão retórico-discursiva* dos elementos icônicos e verbais, onde são estudados os dados técnicos e as marcas linguísticas, bem como a dimensão dos efeitos discursivos; a *Macrodimensão Ontológica Geográfica*, na qual analisamos as propriedades gerais do ser geógrafo, a partir da Paisagem; e, por fim, a *Macrodimensão Geográfica Hermenêutica*, na qual buscamos os elementos da realidade geográfica.

### 5.1.1 *Macrodimensão situacional*

Neste espaço estão os elementos que determinam as condições de produção dos discursos sociais, suas formas de circulação, de constituição. Enfim, trata-se de pensar como os sentidos se constroem nas relações do sujeito com o mundo, com a história, com a própria humanidade.

A grade de análise, gerada nessa macrodimensão, aborda os Sujeitos do Discurso, o Gênero Textual e os Efeitos Discursivos.

Quadro 9 - Macrodimensão Situacional

<b>MACRODIMENSÃO SITUACIONAL</b>		
<b>SUJEITOS DE LINGUAGEM</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>EFEITOS</b>
Compósita	Situacional	Real
Simples	Tema	Ficção
	Forma	Gênero
	Composição	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

#### 5.1.1.1 - Os sujeitos da linguagem

Nesta esfera, a identificação dos sujeitos da linguagem é essencial, logo que a noção de sujeito é o ponto central da semiolinguística, em torno da qual orbitam os demais conceitos. Toda produção de sentido é feita pelo Sujeito, bem como toda interpretação de seus efeitos. De acordo com Charaudeau (2008), na instância de produção, temos o sujeito comunicante - de existência física -, que é o responsável pela comunicação e participante do circuito externo do ato de linguagem. E quando toma a palavra, ele projeta um sujeito enunciador, ser de palavra/papel, portanto, ser de discurso, que no circuito interno do ato de linguagem pode se manifestar através de diversos códigos: verbal, icônico, gestual, dentre outros.

Na tradição fenomenológica toda consciência é consciência de algo, e na semiolinguística, todo “eu” fala para um “tu”, o que então dará lugar a uma instância de recepção na qual temos um sujeito destinatário ou destinatário ideal que é uma espécie de conjunto de possíveis interpretativos nos quais temos pistas dos efeitos visados pelo sujeito comunicante. Uma característica essencial do modelo semiolinguístico é a assimetria uma vez que, embora tenhamos um empreendimento do sujeito comunicante em sua forma de sujeito enunciador para construir uma boa comunicação, não há garantias sobre como o sujeito interpretante (Tui) - ser de existência física -, compreenderá o propósito comunicacional lançado. Assim é que

falamos em graus de compreensão entre a instância de produção e de recepção: devido às várias complexidades geradas pela assimetria. Dessa maneira, o que comunicamos não será necessariamente aquilo que será interpretado pelo outro, tendo uma variação que vai de uma relativa intercompreensão até os mal-entendidos.

O sujeito comunicante e o sujeito interpretante possuem identidades sociais que são lugares institucionais e estatutos a partir dos quais se comunicam. Já o sujeito enunciador e o destinatário assumem identidades discursivas que são construídas através de dados languageiros, o que significa que elas são marcadas no discurso, explicita ou implicitamente.

Vale ressaltar que o fato de podermos identificar o sujeito comunicante como uma instância compósita - o que se dá quando vários sujeitos são responsáveis por uma única produção discursiva - , se torna necessário, visto que na produção de cada artigo há diversificados pesquisadores envolvidos, sejam de pesquisas já realizadas por diversos sujeitos, seja pela inserção de dinâmicas e objetivos traçados por cada Periódico, que avalia criteriosamente cada artigo, com base também, numa temática discursiva própria do pesquisador que recebe o estudo e o lê.

É preciso também observar se o referido gênero é composto de várias linguagens ou somente de uma, por exemplo, no caso de uma fotografia (registro iconográfico) produzida por um pesquisador, sem legendas ou outra informação, o sujeito comunicante é o pesquisador (quem tirou a foto) e o sujeito enunciador é a própria imagem, ou seja, o enunciado é o próprio gênero de discurso. Tal fenômeno acontece basicamente com todos os gêneros que não correspondam a um simples ato de linguagem.

No mapa A1 (Figura 11) encontramos quatro Sujeitos de Linguagem Compósita, sendo o primeiro de Área Física, enquadrando discursos sobre vegetação, solos, hidrografia; o segundo sobre Variedades Paisagísticas, enquadrando paisagens culturais, ambientais e urbanas; o terceiro de Paisagens Contextualizadas, na qual se enquadram discursos populacionais, históricos, políticos, turísticos e de cunho público; o quarto e último enquadrando a Natureza enquanto análise paisagística.

No mapa A2 (Figura 12) encontramos 9 Sujeitos de Linguagem Compósita, sendo o Primeiro Paisagens Urbanas, enquadrando cidades e memórias sociais; o segundo dizendo respeito a uma Área Física-Ambiental, enquadrando a identificação de vegetação, áreas de recuperação e preservação ambiental, zonas ecológicas e impacto da agricultura; o terceiro, remetendo a Variedades Paisagísticas, enquadrando paisagens turísticas, cultura, espaço, interpretação; o quarto referindo-se a uma Área Física, enquadrando uso e ocupação do solo; o quinto remetendo à Qualidade Ambiental, enquadrando diagnóstico e zoneamento de áreas degradadas; o sexto, alinhando-se a uma Geolocalização, enquadrando municípios, mundo e literaturas; o sétimo vinculado à Pesquisa, enquadrando reflexão, objetivos, estruturação, pesquisa, fenômeno, entrevista; o oitavo remetendo a Dados, enquadrando planejamento e metodologias; o nono envolvendo Metodologia em Rede, enquadrando metodologia e procedimento em rede.

#### 5.1.1.2 Os gêneros do discurso

De acordo com Charaudeau (2004), o gênero é situacional, ou seja, não existem marcas internas recorrentes que possam determinar a formalidade de um gênero. É possível que um ou outro gênero traga determinadas características, mas elas não são suficientes para uma classificação. São as restrições impostas pelo circuito externo, ou seja, pela situação, que determinam o gênero. Metodologicamente, todo *corpus* deve ser organizado em função de um tipo de gênero de discurso. Na análise de gêneros icônicos-verbais, isso não deve ser diferente; pode-se selecionar corpora de fotografias (com subcategorias como fotografia artística ou fotojornalismo), pinturas (escola francesa ou escola holandesa), mapas (mentais ou cartas geométricas), dentre outros, podendo-se compor dois conjuntos de corpora e compará-los. Enfim, a metodologia é bastante aberta em análise do discurso e há múltiplas possibilidades de estudos nessa área.

No mapa A1 (FIGURA 12) encontramos gêneros textuais formais, verbais, técnico-informativos, ou seja, escritas direcionadas para a apresentação de dados, de cunho informativo e não descritivo; e, textos não-verbais técnicos, ou seja,

predominando a utilização de imagens técnicas, não representativas e não descritivas, mas tecnicistas, na qual apresentam-se cartas cartográficas e imagens de satélite com o intuito de demonstrar, comprovar, avaliar áreas de impacto.

O tema, ou conteúdo, é predominantemente de apresentação de resultados, com caracterização e diagnóstico físico das paisagens.

Já a forma estaria vinculada a uma escrita da paisagem não contemplativa, tampouco descritiva, mas que demonstraria os fenômenos tais como eles se mostram, no sentido de aparecer, ou seja, demonstrando uma apresentação da realidade do que se vê, e não necessariamente do que se vivencia, aproximando-se do discurso defendido por Dardel (2015), que postula a existência humana nas manifestações na Terra (da realidade).

A composição estaria vinculada à estrutura lexical formal, pouco variada, não interpretativa, e dispersa de significados de uso tradicional no saber geográfico, mas ressalta-se a não utilização do conceito de Lugar vinculado à Paisagem. Já o registro linguístico é também formal, o que esperaríamos por se tratar de um artigo A1, porém não notamos nenhuma inserção de registros de entrevistas, o que acarretaria novas produções discursivas, que estariam vinculadas a uma escuta de quem vivencia a paisagem.

No mapa A2 (FIGURA 13), tal como no mapa A1, encontramos gêneros textuais formais, verbais, técnico-informativos, ou seja, escritas direcionadas para a apresentação de dados, de cunho informativo, mas também encontramos textos descritivos, os quais apresentam uma complexidade e diversidade ampla de informações, estruturas e conceitos vinculados à paisagem. Nesse sentido, notamos a diversificação dos gêneros. Também encontramos a utilização de textos não-verbais técnicos, embora não representem uma predominância discursiva, logo existindo uma variação, tanto das categorias conceituais geográficas ligadas à paisagem, com a utilização de recursos de descrição e narrativas, quanto de variedade da apresentação técnica icônica, como a utilização de mapas (variados), cartas cartográficas, fotografias, satélites, e mesmo a observação e leitura visual da paisagem.

O tema, ou conteúdo, recebe forte influência da caracterização e diagnóstico físico das paisagens, porém, é mais amplo, pois não identifica e diagnostica as

paisagens apenas a partir da vertente física, mas também ambiental, e, ao mesmo tempo, apresenta a paisagem urbana enquanto rede, memória e mundo social. Notamos, assim, aí, um compartilhar entre urbano e ambiental-físico.

Já a forma está vinculada a uma escrita da paisagem descritiva e também contemplativa, demonstrando os fenômenos tais como eles se mostram, mas também interpretando o que se vê; e nesse sentido, notamos aí as representações sociais, as relações humanas e a cultura como formas de relacionar homem-natureza na percepção das paisagens.

A composição estaria vinculada à estrutura lexical formal, e diferentemente do mapa A1, percebemos aí uma estrutura variada, interpretativista, com a vinculação de todas as categorias conceituais de análise geográficas – Lugar, Espaço, Região, Território.

Já o registro linguístico é também formal, o que se espera de artigos A2, mas notamos aí a inserção de registros de entrevistas e relatos, acarretando novas produções discursivas, vinculadas a um ouvir de quem vivencia Paisagens, havendo nesse caso, um interesse em desvendar e revelar diversificados olhares direcionados à Paisagem estudada.

### 5.1.1.3 Efeitos de real, de ficção e de gênero

De acordo com Charaudeau (2004), os efeitos podem ser identificados como efeito de real, de ficção e de gênero. E todos os efeitos, sem restrições, podem ocorrer em qualquer um dos estratos, ou seja, num gênero ficcional podemos ter efeitos de ficção e, num gênero de estatuto factual, encontramos, também, efeitos de real. Observa-se que os processos de intericonicidade e de intertextualidade são essenciais para a compreensão dos efeitos. E vale ressaltar que o reconhecimento deles, em alguns momentos, não é evidente e estaria ligado ao funcionamento da competência discursiva de cada um - de quem escreve, e ao mesmo tempo de quem lê (MENDES, 2004). O que significa que somente é possível identificar aquilo que, de alguma forma, aprendemos e “arquivamos”, em uma memória discursiva.

#### 5.1.1.3.1 Efeitos de real

Classicamente, tem por definição, fazer referência ao mundo vivido, ao real, ao experienciado. No mapa A1 (FIGURA 12) encontramos apenas uma referência ao mundo vivido, que diz respeito a comunidades tradicionais e festas populares, porém elas não são vinculadas a nenhuma entrevista, relatos, mapas mentais ou fotografias, mas à estrutura e apresentação de impactos nas paisagens culturais.

Já no Mapa A2 (FIGURA 13) notamos uma diversificação discursiva do mundo vivido, apresentando as vivências do mundo rural, a observação, contemplação e percepção paisagística, representações culturais, paisagens urbanas de memória e identidades do campo.

#### 5.1.1.3.2 Efeitos de ficção

Os efeitos de ficção criam ou evocam simulações de mundos possíveis, ou seja, enfocam o olhar de quem apresenta possibilidades de análise, olhares diversificados, de diferentes pontos de vista, como, por exemplo, um mapa mental. No mapa A1 (Figura 12) não encontramos nenhuma referência de efeitos de ficção. Os estudos estão vinculados, predominantemente, aí, à apresentação do mundo de quem pesquisa, e não de quem participa daquela paisagem. O discurso tende aí a avaliar, apresentar e caracterizar a paisagem, sem, no entanto, que se veja o homem nesse processo. A presença humana direta é notada apenas quando se dialoga com a relação Homem-Natureza, mas ela não é contextualizada, apenas recortada do mundo real.

Vale ressaltar que se para Dardel (2015) o Espaço Construído é o habitat do homem, o discurso do mapa A1 nos revela que esse espaço não mostrou-se relevante no contexto discursivo geral. Não há símbolos e produtos do homem. Nem mesmo na Paisagem urbana ela é contextualizada, apresenta-se descritiva, ou mesmo vivida; aqui ela é tida como uma possibilidade de análise do que se vê, e depois posta em

prova por imagens, no caso por imagens de satélite e mapas. Isso demonstra uma aproximação com a postura positivista de fazer ciência.

Já no mapa A2 (FIGURA 13) encontramos alguns efeitos de ficção, quando utilizam-se entrevistas e relatos para descrever e apresentar diversificadas paisagens, e ao mesmo tempo, quando aprofundam-se os debates sobre a ação do homem nessas paisagens, seja de cunho ambiental ou social. E ressalta-se que não percebemos aí uma predominância de efeitos ficcionais, mas, sim, uma variedade e importante utilização desse efeito.

#### 5.1.1.3.3 Efeitos de gênero

De acordo com Charaudeau (2004), detectamos o efeito de gênero quando vemos traços de um gênero A sendo utilizados em um gênero B, criando-se, assim, a “ilusão” de que o texto pertence ao gênero A, quando, na verdade, o texto pertence ao gênero B. Percebemos a utilização desse efeito quando observamos a disposição das Unidades de Significação e dos Sujeitos de Linguagem.

Tanto no mapa A1, quanto no A2, notamos a oposição imagética de Unidades de Significação, como, por exemplo, a caracterização de algumas áreas físicas representadas em um lado do mapa; e do lado oposto, a representação discursiva de áreas ambientais, ou mesmo de identificação vegetativa e de solos opostas às paisagens hidrográficas, demonstrando um aparente distanciamento discursivo.

#### 5.1.2 *Macrodimensão retórico-discursiva*

Ao propor essa Macrodimensão, nosso objetivo foi mostrar que existem dados materiais da imagem que podem ser demonstrados e, assim, servirem de base para a análise, mas também mostrar que tais dados devem ser lidos em conjunção com elementos do texto verbal como é o nosso caso, logo que apresentamos uma imagem gerada a partir de similitude linguística textual.



A grade de análise gerada nessa macrodimensão aborda os Elementos Técnico-icônicos e a Dimensão Discursiva e de Efeitos (QUADRO 10).

Quadro 10 - MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS VERBO-ICÔNICOS

<b>MACRODIMENSÃO RETÓRICO-DISCURSIVA DOS ELEMENTOS VERBO-ICÔNICOS</b>					
ELEMENTOS TÉCNICO-ICÔNICO			DIMENSÃO DISCURSIVA E DE EFEITOS		
<i>ELEMENTOS PLÁSTICOS</i>	<i>PLANOS</i>	<i>PONTOS DE VISTA</i>	<i>FUNÇÕES DA MOLDURA</i>	<i>MODOS DE ORGANIZAÇÃO</i>	<i>IMAGINÁRIOS SÓCIO-DISCURSIVOS</i>
Dinâmica Própria	Plano Geral			Enunciativo (alocução, elocução, delocução)	Ethos
	Plano de Conjunto			Descritivo (nomear, qualificar, quantificar, localizar-situar)	Pathos
	Plano Aproximado			Narrativo (dinâmica dos sujeitos, como, onde, de que maneira, interrelação)	Logos
	Plano Médio			Argumentativo (provar, recursos para se chegar à persuasão)	
	Plano de Detalhes				

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

### 5.1.2.1 Elementos técnico-icônicos

As imagens são múltiplas e as técnicas nelas empregadas também. Por esta razão, esboçamos aqui a discriminação de alguns pontos que seriam mais recorrentes, cabendo ao pesquisador buscar ampliar o seu catálogo de categorias,

caso haja a demanda do *corpus*. O objetivo aqui foi tentar estabelecer alguns pontos, deixando também espaço para as particularidades, mesmo porque os avanços tecnológicos nos trazem novidades a cada momento e é preciso que nos adaptemos constantemente. Ao produzir um mapa de similitudes linguístico, é importante analisar a disposição dessa imagem e das modalidades verbais nela observadas.

Vale ressaltar que essa proposta teórico-metodológica quer ser aberta, deixando ao pesquisador, espaços para que possa eleger os elementos mais relevantes para o seu estudo. Não se pode tomar essa grade de análise de forma rígida e intransponível, da qual o *corpus* "tem de caber", mas trata-se justamente do contrário, é retornar às coisas mesmas, deixando cada fenômeno se apresentar, ou seja, a grade que se molda a partir de cada estudo, e perder esse foco inviabilizaria a análise.

#### 5.1.2.1.1 Elementos Plásticos

Para se analisar uma imagem é preciso observar a superfície da mesma e sua organização, o que se chama tradicionalmente de composição, isto é, as relações geométricas existentes nas imagens. De acordo com Bakhtin (2006), o formato deve ser considerado, ou seja, qual é o tamanho da imagem, a técnica usada (diferenciação de cores e diferenciação de tamanhos), e ordem estilística.

É interessante ressaltar que de acordo com Vigotsky (1998), cada imagem possui uma dinâmica, até mesmo quando olhamos um retângulo, uma folha de papel branca, nosso olhar traça percursos fazendo uma varredura daquele espaço. Temos alinhamentos, vetores que direcionam o olhar para determinados espaços da imagem, enquadramentos e desenquadramentos - propositais ou não - posicionamento dos objetos e sua relação com as cores, a perspectiva (o que está na frente, e o que está atrás, e até mesmo o que se sobrepõe ou intersecciona), ritmo e ruptura (repetição de um motivo com a quebra do mesmo em algum momento da imagem.), texturas, dentre outras possibilidades.

No mapa A1 encontramos 16 Unidades de Significação concentradas em cinco grandes blocos. Encontrou-se 2 blocos de Unidades de Significação não agrupados, um perpassando pelo principal bloco “Paisagem”, e o outro sem encontro com nenhum outro agrupamento discursivo. Os outros 3 grandes blocos, com 14 Unidades de Significação sendo interseccionados conceitualmente.

Já no mapa A2 encontramos 24 Unidades de Significação concentradas em 10 grandes blocos. Encontrou-se 6 blocos de Unidades de Significação com cores diversificadas e não agrupados, determinando discursos diretos, estruturados e não relacionais. Os outros 3 blocos com 18 Unidades de Significação também apresentaram diversificação de cores, porém com seções interpostas, demonstrando uma associação discursiva, tanto de ideias centrais, quanto conceituais e metodológicas.

#### 5.1.2.1.2 Planos de visão

De acordo com Mendes (2004, p.280), o plano traz a “*posição relativa dos objetos representados em uma imagem*”. A nomenclatura em relação aos planos aborda o grau de profundidade de cada pesquisa, com a aproximação do Objeto estudado-analisado, revelando processos descritivos, interpretativos, de análise ou mesmo de superficialidade. Nesse sentido, propomos Planos que convirjam para refletir sobre a Composição, a Exposição e o Ponto de Vista para tentar compreender os fenômenos que se mostraram. Assim, os Planos foram classificados em:

1) Plano geral: é um “*enquadramento bastante amplo, de forma a abranger tanto a figura humana como, também, todo o cenário que a envolve.*” (MENDES, 2004, p. 40). O efeito de sentido desse tipo de plano é permitir uma visão ampliada da realidade, evidenciando uma visão do “todo”, criando, assim, uma sensação de que a imagem nos dá acesso a um real “mais amplo”, deixando poucos elementos fora do enquadramento. Ressalta-se, contudo, que é possível retirar desse enquadramento determinadas abordagens; por exemplo, pode-se fazer uma pesquisa de uma cidade se valendo do plano geral, mas retirando do enquadramento zonas de vulnerabilidade social. No mapa 1 notamos a amplitude e generalidade de processos abordados, sem,

no entanto, que se focassem em realidades subjetivas, sociais, ou mesmo particulares. Não notamos uma importância nos direcionamentos dos nomes dos municípios pesquisados, as zonas e áreas de abrangência dos estudos, o que nos leva a inferir que a aplicabilidade das metodologias estaria sempre vinculada a um padrão de análise, sem, no entanto, que houvesse uma contextualização ou mesmo uma problematização de determinadas áreas pesquisadas, mas sim, na metodologia que se encaixa no real, e não o contrário, na qual os fenômenos se mostram, e a pesquisa é criada.

No mapa 2 o processo é notoriamente mais amplo, notamos um cuidado com a descrição e geolocalização dos lugares, regiões, territórios, no qual a Paisagem é analisada, levando a uma caracterização de municípios, rios, a inclusão do homem, que são elementos pertencentes à Paisagem.

2) Plano de conjunto: *“representa apenas o Objeto e um pouco mais, não permitindo ver muitos detalhes do espaço em volta do (s) sujeito (s). A representação do cenário é a menor possível.”* (MENDES, 2004, p. 41). Ao enquadrar um Sujeito ou um objeto, realiza-se uma seleção que pode gerar vários sentidos, como retratação do cotidiano das pessoas e de suas vivências em uma determinada localidade com uma finalidade de estudo.

Notamos que esse Plano é observado de forma tímida no mapa 1, com apenas duas Unidades de Significação, na qual a primeira apresenta Comunidades Tradicionais enquanto espectro de análise paisagístico, já a outra Unidade de significação, vincula a figura do homem ao processo filosófico, de pensamento e de reflexão sobre a natureza.

Já no mapa 2 a figura do Homem perpassa todo o espectro situacional do Plano, sendo envolvido em todas as discussões que perpassam diretamente pela Paisagem, nesse sentido, as pesquisas que partem da Paisagem, se direcionam primeiro por uma discussão filosófica, de conceitos e de representações, para depois partir para diagnósticos específicos.

3) Plano aproximado: cria um efeito de proximidade entre o comunicante e o interpretante. No entanto, surgiria nas mais variadas situações, logo que permite a visualização de detalhes mais gerais das pesquisas. Essa comunicação entre Sujeito

que fala, e o sujeito que lê, nos dá pistas da pesquisa, traz um pouco mais de detalhes, aproximação. Temos acesso a um plano mais detalhado do que e como o pesquisador se envolveu com aquela paisagem. Quem é ela? Como ela é?

Notamos no mapa 1 que esse Plano é contemplado, mas do ponto de vista da exposição de informações, na qual sabemos sobre os elementos físicos das paisagens, a geomorfologia, mas não circunstancialmente, portanto não sabemos, necessariamente, em quais comunidades aquilo é notado, sob quais influências, quais os impactos sociais gerados, quais olhares são lançados sobre a mesma paisagem, demonstrando uma não preocupação com a contextualização paisagística.

No mapa 2 notamos uma diversificação dos olhares lançados sobre a Paisagem, com uma aproximação maior, portanto, temos acesso a lugares, regiões, municípios, descrições mais detalhadas e engajadas, relações culturais envolvidas, e problematização, demonstrando uma preocupação com a completude dos elementos paisagísticos.

4) Plano médio: baseia-se na ideia de que, em uma conversação normal, a percepção da pessoa com quem se está falando se dilui com naturalidade. Temos aqui um efeito de “despojamento”, já que tenta simular o efeito da distância e do campo de visão de uma conversação cotidiana. Portanto o que se almeja aqui é um discurso natural, no qual o corriqueiro acontece, a paisagem seria apresentada como parte do processo constitutivo do mundo real, assim, seria naturalmente introduzida no discurso e, portanto, no campo de significação. Não encontramos esse plano em nenhum dos mapas.

5) Plano de detalhe: *“limita o espaço em torno de parte de um sujeito ou de um objeto em particular.”* (MENDES, 2004, p. 42). Há uma particularização bastante marcada, tratando-se do destaque que se queira dar a determinados detalhes. É, nesse sentido, um efeito de *close - tal como em uma fotografia* -, um efeito essencial da aproximação ou ampliação do objeto/ tema em um recorte de pesquisa, criando intimidade, proximidade, familiaridade.

Notamos que os recortes de pesquisa no mapa 1 tendem a ser mais gerais, portanto, não criam uma ideia de aproximação ou familiaridade do objeto estudado, mas sim, de aplicabilidade metodológica, o que poderia ser aplicado em qualquer

paisagem. Já no mapa 2, notamos recortes de pesquisa no sentido de reflexão da realidade, criando um panorama de familiaridade, mas não um efeito de close.

#### 5.1.2.1.3 O ponto de vista da imagem

Trata-se de uma categoria interessante para a análise do discurso por abrir espaço para várias nuances de sentido. De acordo com Bachelard (2007), uma ação (real ou imaginária), traz a particularização de uma determinada questão, ou determinada opinião ou sentimento a respeito de um tema. Ele é a orientação de um percurso do olhar podendo também dar um direcionamento analítico de como essas questões deverão ser interpretadas.

No mapa 1 a interpretação feita é sobre o caráter positivista de se fazer ciência, o que impacta diretamente na forma como se observa e analisa as paisagens. Em linhas gerais, a paisagem, aqui, está ligada ao espectro visível, isto é, à ideia de formas visíveis

Já no mapa 2 nota-se uma diversificação de posturas, estruturas e vertentes epistemológicas, entregando um caráter diverso, se ligando a posturas sistêmicas e culturais.

Na perspectiva sistêmica, a paisagem é compreendida como uma realidade posta, ou seja, realidade objetiva. Nesse caso, a paisagem é o produto de um imbricamento dinâmico, maleável entre os componentes formadores da paisagem, elementos físico-naturais e sociais. Essa dinâmica, para o viés sistêmico é única para cada porção do espaço, e torna a paisagem um conjunto singular, inseparável e em constante mutação. Essa dinâmica relacional e complexa entre seus componentes é baseada na metodologia geossistêmica, que é hierarquicamente organizado, mas dinâmico e flexível. Nessa linha de pensamento, conforme seus estudiosos, ocorre uma contribuição salutar, pois ela revitaliza a perspectiva de integração e de totalidade da paisagem geográfica.

Pelo prisma cultural, a paisagem está referenciada para o sentido de percepção espacial. Na realidade a paisagem é um entremeio entre o mundo das coisas e o da

subjetividade humana. Cosgrove (1998) pontua que “a paisagem [...] é uma maneira de ver, [...] de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual” (p.98,99).

Entretanto, se levarmos em consideração que a paisagem é uma porção do espaço captada pelo olhar, não podemos esquecer, todavia que a captação da paisagem não se faz passivamente, mas nós organizamos e tecemos, aos mesmos, sentidos; desse modo, a paisagem apreendida é construída na medida em que damos, à mesma, significância. Assim, a categoria paisagem tende a evidenciar a coexistência de objetos e formas em sua face sociocultural manifesta. Desse modo, se a paisagem, como um conjunto de formas naturais e culturais, associadas em um determinado espaço, traduz-se num “campo de visibilidade”; ao ser oferecida a nossa percepção e a nossa subjetividade e experiência, converte-se num “campo de significação” individual e coletiva Corrêa (1998).

#### 5.1.2.1.4 Funções da moldura

A função da moldura, tanto pode relacionar-se a um objeto concreto quanto ser uma delimitação abstrata da imagem. Ela determina o que está dentro e o que está fora do campo, do enquadramento, por assim dizer (AUMONT, 1993). Todavia, uma das principais funções da moldura, que aqui assumimos, é o recorte narrativo que empreende-se. Ela é responsável por delimitar o que está dentro, e ao mesmo tempo, o que está fora da cena, do contexto, da análise. Essa função narrativa possui uma temporalidade que depende de cada imagem estudada. A moldura, nesse caso, é um elemento que deve estar associado ao modo de organização narrativo do discurso.

Todas os dois mapas possuem molduras, notamos uma delimitação que denominamos de *Marco 0 (Paisagem)*, no qual todos os significados saem dela, portanto todos os estudos partem da Paisagem, o que era esperado inicialmente, e que se concretizou. Portanto, a moldura delimitou os conceitos-base dos discursos, e se distribuiu em novas molduras, na qual percebe-se a proximidade em algumas, e distanciamento de outras. Portanto os discursos são proferidos partindo de um olhar, e se estruturando posteriormente em contextos de análise.

## 5.1.2.2 Dimensão discursiva e de efeitos

### 5.1.2.2.1 Modos de organização do discurso

O discurso, na concepção semiolinguística, vista anteriormente, é o lugar da encenação da significação e se organiza em modos cuja função é estruturar as formas do dizer. São quatro modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. De acordo com Charaudeau (2008), há uma sistematização de cada modo e de suas inúmeras nuances quando aplicados ao texto verbal e, também ao icônico.

O modo de organização *enunciativo* do discurso, na perspectiva da semiolinguística, trata de três posicionamentos do sujeito em relação ao dito:

Primeiro, na *alocução*, temos o engajamento do interlocutor no discurso, ele é concernido, mas pode decidir se vai se engajar ou não. Podemos verificar esse fenômeno quando temos Sujeitos que nos colocam na cena analisada, de forma quase interativa. No mapa 1, não notamos esse modo de organização, uma vez que os Sujeitos do discurso são também os detentores do saber, assim, não somos transportados para a paisagem analisada, mas apenas recebemos a informação sobre ela.

Segundo, na *elocução* temos um sujeito que assume o seu dito, responsabilizando-se, fazendo-o assim um autor enunciativo, com particularização discursiva, se inserindo no contexto. No mapa 1, também não observamos esse modo de organização discursivo, haja vista que o sujeito do discurso (Eue) não se coloca como parte daquele processo, mas apenas detentor do conhecimento, numa postura de primazia do Sujeito sobre o Objeto.

E terceiro, na *delocução* há uma busca de amostragem; o sujeito não se engaja como um eu, mas busca efeitos de “neutralidade”, ou de “imparcialidade”. As “cenas” são mostradas. A responsabilidade do dito é delegada a um “ele” e não a um “eu”, como no caso anterior. Notamos mais claramente esse modo de organização no mapa 1, no qual há uma apresentação de dados, resultados, há uma demonstração de saber sobre a Paisagem, o que difere do mapa 2, no qual há, também, esse modo de



organização, mas de forma distribuída. Portanto, a paisagem, ao mesmo tempo em que é analisada enquanto representação, é, também, processo de conhecimento para a análise da realidade social.

Vale ressaltar que o modo enunciativo, perpassa os outros modos, pois esse jogo de posicionamentos possíveis para os sujeitos pode se articular em qualquer gênero de discurso, já que o sujeito como já o mencionamos, tem uma função central, a partir do qual, todos os outros conceitos serão articulados (CHARAUDEAU, 2008).

Já o modo de organização *descritivo* possui muitos recursos de ordem analítica. As categorias básicas que podemos citar são as funções de: nomear, qualificar, quantificar e localizar-situar. Notamos um forte empenho no mapa 1 desse modo de organização, no qual descreve a Paisagem enquanto recurso visual, apresentando elementos constitutivos físicos, e em parte ambientais. No mapa 2 podemos inferir que se trata de um processo descritivo, com especificidades posicionais e com variabilidades. Portanto, a Paisagem é vislumbrada enquanto parte de um constructo social-físico, com categorias bem delimitadas, mas com conjunturas conceituais a ele ligadas, de forma diferente.

O modo de organização *narrativo* também pode ser encontrado em categorias icônicas, em que podemos observar uma construção da temporalidade, a percepção de espaços, e mesmo de “personagens” – Sujeitos – daquela narrativa. Seria possível, a partir desses quadros, escrevermos uma narrativa do que eles retratam, colocando inclusive um foco narrativo: em qual lugar, como, onde, de que maneira, quais outros sujeitos estão envolvidos na dinâmica apresentada. Esse modo de organização é característico do mapa 2, no qual contextualiza a Paisagem, com suas representações, relações, territorialidades a ela perpassadas, suas vivências e diversidades.

Em relação ao modo de organização *argumentativo*, Barthes (1972) ressalta que argumentar é buscar recursos para se chegar à persuasão. Nesse sentido, imagens e mapas podem ter um papel de prova, de exemplo, de contra-argumento, dentre outras possibilidades. Por exemplo, se temos uma suposta degradação ambiental em determinada área, são mostradas imagens daquela degradação; assim, o papel da imagem é ser a prova do que é dito, tendo a função de demonstração. Se,

porventura, nesse mesmo caso, as imagens veiculadas não mostrarem uma degradação tão forte como na suposição, elas podem funcionar como contra-argumento do que é dito. Nesse caso, o mapa 1 possui todas essas características de organização discursiva, o que nos remete a um padrão da ciência positivista, na qual a prova e contra prova seriam as máximas do conhecimento científico.

#### 5.1.2.2.2 Os imaginários sociodiscursivos

De acordo com Charaudeau (2008), os imaginários sociodiscursivos contemplam perspectivas efêmeras e cristalizadas, e são engendrados a partir dos saberes, conhecimentos e crenças. Esses são conferidos de: *ethos* (o saber como imagem de si); *pathos* (o saber como afeto); quanto de *logos* (o saber como argumento).

Os imaginários, pelo viés da semiolinguística, originam-se na ideia de Bahktim, de que todo Eu deseja falar para um Tu, e ao mesmo tempo, desenvolve-se em Charaudeau, com as influências fenomenológicas de que toda consciência é consciência de algo, e para ganhar sentido ela necessitaria falar, seja através da escrita, seja de forma audível, seja de forma interna: “[...] esse imaginário pode ser classificado de sociodiscursivo na medida em que lançamos a hipótese de que o sintoma de um imaginário seria a fala” (2008, p. 54). Em nosso entendimento, esses sintomas são as representações/imaginários como manifestações discursivas que construímos a partir dos discursos sociais circulantes. Cada enunciação fornece pistas, vestígios e traços que geram os indícios para a determinação de uma semiologia dos imbricamentos entre os saberes de conhecimento e de crença circulantes numa dada sociedade. Entretanto, esses sintomas não se restringem somente à linguagem verbal, mas também à escrita. Por esta razão, propomos que os imaginários sejam verbo-icônicos, já que elas podem também evidenciar como uma dada sociedade cria representações sobre várias abordagens.

No mapa 1 e 2 encontramos imaginários sociodiscursivos, enquanto *ethos* (o saber como imagem de si), e *logos* (saber como argumento). No entanto, não

encontramos imaginários sociodiscursivos, enquanto pathos (saber como afeto), em nenhum dos dois mapas.

### 5.1.3 Macrodimensão Ontológica Geográfica

A Macrodimensão Ontológica Geográfica aborda o ponto de vista do discurso geográfico da realidade geográfica, ou seja, as leituras do mundo através do olhar do geógrafo. Nesse sentido, foi elaborada a grade de análise do Quadro 11.

Quadro 11 - Macrodimensão Ontológica Geográfica

MACRODIMENSÃO ONTOLÓGICA GEOGRÁFICA											
MÍTICA					PROFÉTICA	HEROICA			CIENTÍFICA		
Origem	Presença	Sobrenatural	al	Ser-com	Referência	Valorização o e exploração	Obra do herói	Obra heroica	Velas desfraldad	Descoberta	Inventário

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Na Mítica da Origem, na qual a realidade se constituiria a partir de polaridades e dualismos, geradora de conflitos e princípios teóricos, encontramos a manifestação da realidade da existência humana, entre o conflito teoria e existência, de forma muito pontual no mapa 1, com apenas processo teórico efetivamente envolvido no saber da natureza humboldtiana, e no mapa 2 encontramos a dialética teoria e experiência em todo ele.

A mítica da presença foi encontrada nos dois mapas, os quais apresentariam as unidades de medida do Real, enquanto realidade, abarcando o espaço do olhar do homem, especializado pelo encontro atual com a paisagem com que se depara e ao mesmo tempo se anuncia para ele.

A mítica sobrenatural foi notada apenas no mapa 2, o qual denotaria elementos de contemplação estética da paisagem. Vale ressaltar que a contemplação e experiência estática aqui estariam presentes, tanto nas construções do lugar habitado, quanto nos ambientes preservados.

A mítica do ser-com também foi notada apenas no mapa 2, logo que ela evoca a comunidade, o grupo ao qual àquela paisagem é pertencente. Vale ressaltar, contudo, que no mapa 1 foi apresentado uma Unidade de Significação com Vivência Comunitária através de festas, o que para Dardel (2015) é um ponto importante para se manter a união do grupo social, porém ela foi abordada de forma pinçada nos sujeitos discursivos.

A mítica de referência, encontramos nos dois mapas, com os quais notamos as orientações espaciais, com as delimitações do espaço, as medidas, as avaliações de forças e a valorização hierárquica.

Já na macrodimensão profética, encontramos uma estruturação de valorização do conhecimento de formas diferenciadas nos dois mapas. No mapa 1, a relação de exploração e conhecimento sobre a Terra perpassa pelas estruturas físicas e dominação dessas para usufruto. Já no mapa 2, essa exploração e conhecimento sobre a Terra perpassa, agora, sobre o olhar multifatorial, no qual a figura do Homem é necessária enquanto comunitária para a construção do saber e de transformação da realidade.

Na Heroica, notamos a manifestação individual em ambos os mapas, porém, o mapa 1 possui características discursivas vinculadas à obra do herói, o qual representa a fábula do conquistador, e o mapa 2 a obra heroica, a qual narra e exalta suas pesquisas, suas viagens, decifrando a alma da Terra. Vale ressaltar, contudo, que não notamos, em nenhum mapa, a heroica velas desfraldadas, no qual o pesquisador brada pelo universo desconhecido, pelo trabalho de campo, enquanto encontro e desbravamento de novas realidades. Pelo contrário, o trabalho de campo, nos mapas, foi muito notado, mas enquanto parte técnica, de trabalho laboral.

Já a científica do inventário foi percebida em ambos os mapas, em especial no mapa 1, o qual retoma uma geografia empírica, para necessidades estratégicas, administrativas ou mesmo mercantis, com a grande utilização de mapas e cartas

cartográficas. A científica da descoberta foi encontrada somente no mapa 2, visto que propõe uma reflexão das vivências e experiências, apresentando uma reflexão.

#### 5.1.4 *Macrodimensão Hermenêutica*

A Macrodimensão Hermenêutica aborda a facticidade do ser-aí nas unidades de significação (QUADRO 12).

Quadro 12 - Macrodimensão Hermenêutica

<b>MACRODIMENSÃO HERMENÊUTICA</b>				
ESPAÇO MATERIAL		ESPAÇO TELÚRICO		
<i>DIRETA</i>	<i>INDIRETA</i>	<i>AQUÁTICO</i>	<i>AÉREO</i>	<i>CONSTRUÍDO</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

O espaço material direto é posicional e refere-se ao ponto de vista do Homem, portanto notamos no mapa 2 essa característica, visto que aborda representações culturais, memória coletiva e explanações filosóficas que partem da Paisagem. Já a espaço material indireto ocorre através da influência física da Terra, portanto encontramos em ambos os mapas, porém no mapa 1 de forma mais explícita e enfática.

E espaço telúrico aquático remete a mobilidades e fluidez, o que não notamos no mapa um, visto que ele está numa experiência concreta, estanque e tradicional clássica da paisagem; já, no mapa 2, encontramos traços dessa mobilidade e fluidez, os quais perpassam por debates diversificados, expondo a olhares criteriosos e contextualizados da paisagem.

O espaço telúrico aéreo representa aquilo que é permanente, que sobrepõe a tudo, não se alterando com o tempo e não depende dos sentidos para existir. Encontramos, assim, a postura discursiva do mapa 1, no qual tende a apresentar

resultados diretos, sem, contudo, necessitar de reflexão existencial, porém permanece dependente do recurso da visão.

O espaço telúrico construído é a obra do homem, portanto, sua morada, seu espaço vivido, no qual encontramos suas vivências e memórias. No mapa 1 encontramos apenas 1 Unidade de Significação do espaço construído, e, mesmo assim, representando áreas de parques em zonas urbanas, não representando, assim, sujeitos compósito do discurso. No mapa 2 encontramos não somente Unidades de Significação, como também Sujeitos Compósitos discursivos que partem do olhar da Paisagem para contemplá-la e contextualizá-la.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor a investigar o cotidiano do Homem, tomando como referencial a abordagem fenomenológica, o pesquisador espera ir além do mundo das aparências e dos conhecimentos teóricos e se aproximar da experiência humana sob novas perspectivas para apreendê-la, a partir de sua dimensão existencial, da "ek-stase", que se anuncia, a priori, velada.

Busca-se, assim, caminhos que conduzirão o pesquisador a estar mais próximo do sentir e do pensar de quem vivencia uma determinada situação, evidenciando, assim, a condição ontológica do ser humano numa experiência mundana e atribuindo-lhe significados. É relevante assinalar, a propósito, que o termo fenomenologia deriva das palavras gregas: "phainomenon", que pode ser traduzida como aquilo que se mostra por si mesmo, o se manifesta; e "logos", significando, aqui, o discurso esclarecedor que se estabelece pela comunicação. Portanto, a palavra "fenomenologia" pode ser entendida como "o discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo" (BICUDO, 1994).

A fenomenologia, nesse sentido, visa basicamente estudar "a aparição do ser na consciência ao invés de supor sua possibilidade dada antecipadamente", pois essa modalidade de pesquisa considerada como recurso metodológico, propõe-se a investigar de forma direta as vivências humanas e compreendê-las, sem se prender a explicações causais ou a generalizações. Para tal, ela abdica, tanto quanto seja possível, de pressupostos, hipóteses ou teorias explicativas, para "ir-à-coisa-mesma", quer dizer, para buscar a experiência consciente do indivíduo, que é vivida de modo único, pessoal. Experiência esta, contida no mundo subjetivo de cada ser humano e que só se pode conhecer através do que é revelado quando sobre ela se interroga. Trata-se, então, de um movimento em direção à compreensão e à interpretação do fenômeno descrito e não à sua explicação.

Ao se escolher essa trajetória, não se parte de um "problema", mas de uma interrogação sobre dúvidas advindas da região de inquérito onde se situa o fenômeno. Deve-se, por conseguinte, de início, situar o fenômeno, isto é, deve haver um sujeito

que descreva sua vivência em uma determinada situação. E é no discurso deste sujeito sobre sua experiência vivencial que se busca uma aproximação com a essência ou estrutura do fenômeno. Na experiência do sujeito, portanto, o fenômeno se mostra como essência vinculada à existência.

Assim, a região de inquérito que foi delimitada para realizar a investigação é o próprio contexto em que o fenômeno se realiza, através da experiência de alguém, do *lebenswelt* – que refere-se ao mundo vivido, pré-reflexivo, pré-objetivo. Esta situacionalidade fez com que a região fosse além do espaço físico, geográfico, e se caracterizasse, também, por um contexto existencial, ontológico, onde se encontra o que se quer inquirir. Dessa maneira, na região de inquérito, a apropriação do fenômeno por nós, sujeitos-pesquisadores, se deu através dos discursos que enunciavam as experiências vividas por aqueles que ali discursaram.

Nas descrições desses sujeitos é que se procurou elucidar a indagação sobre aquilo que se quis apreender, extraindo delas os significados que nos levaram à estrutura e à compreensão do fenômeno das paisagens geográficas.

Para aí chegar, foram percorridos diversos momentos fundamentais, que, apesar de descritos em partes, não foram visualizados como sequenciais, pois os nossos modos de proceder estão longe de ser individualmente separados, como se fossem passos estanques, mas superpõem-se em uma combinação sincrética, ou seja, em uma fusão que se observou no percurso da pesquisa.

O que propusemos, com este estudo, foi tentar elucidar e decodificar o processo discursivo das paisagens geográficas num horizonte fenomenológico, esboçando alguns juízos e possibilidades. Mas, podemos inferir que repensar a geografia e a fenomenologia nos conduziu em primeiro lugar, a retornar às preocupações ontológicas e do Conhecimento na ciência geográfica. Em segundo lugar, explicitamente, a categoria Paisagem, além de nos fazer refletir sobre o modo das experiências geográficas, também nos permitiu notar que as contemplações e as experiências vividas não são o foco dos discursos, pois esses limitaram-se, majoritariamente, a puras descrições morfológicas, apresentando-se como segundo plano para metodologias estanques.



Vale ressaltar que do ponto de vista da fenomenologia, seus conceitos fundamentais, como o mundo vivido, mundo experienciado, e a postura do pesquisador, em relação a Categoria Conceitual Paisagem, apresentou-se de maneira pontual ou marginalmente significativa nos trabalhos dos geógrafos pesquisados, não refletindo na imagem da geografia feita, construída no Brasil no período analisado.

A fenomenologia é algo marginal, que aparece parcial ou raramente, sem clareza de seu papel ou potencialidade. É comum a simplificação, por exemplo, dos estudos fenomenológicos aos estudos de percepção. Mesmo na geografia humanista é algo difuso e não nomeado, e praticamente não aparece no discurso produzido nas revistas A1 e A2, causando pouca influência. De acordo com Marandola (2013):

O que realmente está presente é a geografia da percepção e do comportamento, não raro de forma pejorativa, pelo que remetem de suas ligações com abordagens neopositivistas, e que não refletem, necessariamente, o que é feito no Brasil (MARANDOLA, 2013, p. 54).

É interessante notar que o autor traz uma reflexão sobre a produção acadêmica, do ponto de vista de suas importantes produções no cenário contemporâneo brasileiro, e, ao mesmo tempo, de seu plano visual, e podemos inferir que talvez essa postura se dê mediante a uma produção acadêmica direcionada e focada da fenomenologia com a Categoria de Análise Lugar. Refletindo demasiadamente a uma fenomenologia pautada sempre na figura do Eu, do Sujeito, e não compreendendo-a como uma possibilidade ampla analítica e metodológica, tanto relacional, quanto dialética.

Nesse sentido, ao concentrarmos na Categoria Conceitual Paisagem, o que observamos foram visões distintas entre os grupos de publicação A1 e A2, com maior ou menor grau de variabilidade discursiva, mas que apontavam, para um viés, predominantemente, ainda, neopositivista e sistêmico de fazer ciência.

A chamada Geografia Humanista não conseguiu renovar de maneira dominante a Geografia Brasileira, do ponto de vista paisagístico. O que notamos foram demarcações pontuais, e não a abertura significativa para que a produção acadêmica ocorresse de forma humanística, ou mesmo humanista, mas apenas humana. A fenomenologia permanece especialmente no redesenho da ideia de lugar, mas não ocupando o centro da construção teórico-metodológica dos pesquisadores da Paisagem, nem é objeto de dedicação específica em termos de aprofundamento e

desdobramento epistemológico. O projeto de uma geografia fenomenológica, portanto, nem chega a ser claramente esboçado.

Notamos, contudo, uma renovação tímida, porém mais visível, da geografia cultural, tanto nas publicações A1, quanto nas publicações A2, com a inserção de discursos de caráter culturalistas, pautados na influência clássica de Sauer, Cosgrove e Claval, mas também, de caráter fenomenológico, com citações de Merleau-Ponty, Heidegger e Marandola. Isso acontece, de um lado, pela renovação e retomada da discussão da fenomenologia, dos anos 1970, e de outro, pela postura de pensar a fenomenologia na contemporaneidade, não hesitando em aplicá-la em estudos empíricos. Há o desenvolvimento de metodologias de trabalho de campo e o esforço de pensar os vários ramos da fenomenologia e suas consequências para a experiência no mundo atual, enquanto uma atitude fenomenológica, ou seja, uma postura. Contudo, é nítido nos discursos o quanto o enrijecimento clássico de se pesquisar perdura.

Percebeu-se, então, que não existe uma geografia que sirva ao estudo, em todos os níveis, da paisagem, pois sua complexidade torna impossível qualquer análise geográfica, à luz de uma única abordagem. Assim, toma-se então que o olhar a partir de determinada abordagem constrói um filtro que ressalta o que essa abordagem propõe, e a paisagem, seja física, ou cultural, ou humanística, exige uma contextualização ampla que, por vezes, foge até mesmo das questões geográficas mais clássicas, requerendo uma dinamização científica, cultural, filosófica, política, entre tantas outras quanto forem necessárias; e expondo um caráter multidisciplinar no seu estudo.

Defende-se também que, a paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência do cotidiano dos sujeitos-pesquisadores e dos sujeitos-pesquisados, conforme registra Dardel (2015): *“a paisagem não se refere à essência, ao que é visto, mas, representa a inserção do homem no mundo, a manifestação de seu ser para com os outros, base de seu ser social”* (p.54).

De forma geral, foi possível perceber a existência conceitual de várias paisagens, em forma de região, território, lugar, e, discutir essa pluralidade conceitual

e cognitiva foi, no âmbito da geografia, sem dúvida, um grande desafio, tanto pela diversidade de arranjos e cenários como pelas diferentes maneiras de olhar e atribuir significados. O que acreditamos, portanto, é que há um vasto campo de suas reais possibilidades nos estudos geográficos, principalmente a partir da fenomenologia, e sua (inter) subjetividade, no entanto, este trabalho direcionou esforço localizado, o que nos leva a considerar que há, ainda, um longo trabalho no caminho, e grandes possibilidades de pesquisa e construção de novos debates e metodologias. Talvez, este horizonte da fenomenologia das paisagens ainda não tenha exercido de forma significativa, uma direcionamento do olhar para as suas reais possibilidades ou potencialidades e, é nesse sentido, que este trabalho visou contribuir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMONT, Jacques. A Imagem. Campinas: Papyrus, 1993.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A formação do conceito de paisagem geográfica: os fundamentos clássicos. *In*: Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem. Rio Claro, 11-13 maio 1998. **Cadernos paisagem**, paisagens 3. Rio Claro: UNESP, 1998. p. 123-138.

ARAUJO, Verbena Santos. Representações sociais sobre o cuidado construído. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba. 2015. 131p.

BACHELARD, Gaston. **A água e os Sonhos**. Rio de Janeiro, Livraria Martins Fontes Editora. 1989.

BACHELARD, G. **A dialética da duração**. Trad. Marcelo Coelho. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

BACHELARD, G. **A filosofia do não**. *In*: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BACHELARD, Gaston. **A intuição do Instante**. Trad. Antônio Pádua Daneis. Campinas, SP, Verus Editora, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios da vontade**. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora. 1991.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios do repouso**. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo, Martins Fontes. Ed; 1990.

BACHELARD, Gaston. **Filosofia do novo espírito científico**. Trad. Joaquim J. Moura Ramos. Lisboa: Editora Presença, 1972.

BACHELARD, Gaston. **O Ar e os Sonhos**. Rio de Janeiro, Livraria Martins Fontes Editora, 1990.

BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARBOSA, Aline Camilo. SILVA, Josélia Saraiva. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. p.147-162, V.13, n.21, mai. / ago. 2017.

BARROS, Fernando de Moraes. Schelling e a Constituição da Estética. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 30(2): 93-114, 2007.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BARTHES, Roland. **O Prazer do Texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BATTISTI, César Augusto. O Método de Análise Cartesiano e seu Fundamento. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 571-596, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BEAUFRET, J. **Introdução às Filosofias da Existência**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

BEAUVOIR, Simone de. **A Força das Coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BECKER, Eilsabeth Leia Spode. **História do Pensamento Geográfico**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano. 2006. 112p.

BENJAMIN, Walter. O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão. São Paulo, **Iluminuras**. EDUSP, 1993.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Trad. Vladimir Bartalini. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

BEZZI, Meri Lourdes; MARAFON, Gláucio José. **Historiografia da ciência geográfica**. Santa Maria: UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 2005. 111 p.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Fundação Biblioteca Nacional**. BDNdigital. Link: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/mestres-da-gravura/rembrandt-harmenszoon-van-rijn/> <Acesso em 20/10/2019.>

BICUDO, M.A.V. Sobre a fenomenologia. In: Bicudo A, Espósito VHC (Org.). **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: UNIMEP, 1994:15-22.

BODEI, Remo. **A filosofia do século XX**. Bauru: Edusc, 2000.

BORNHEIM, Gerd. A. **Sartre**. São Paulo, 1971.

BORIS, Georges Daniel. A (pouco conhecida) contribuição de Brentano para as psicoterapias humanistas. **Revista Abordagem Gestalt.**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 193-197, dez. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672011000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 27 jan. 2018.

BRITO, Thiago. Humboldt entre a filosofia da natureza e a ciência moderna. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 27 (2): 195-208, mai/ago/2015.

BROEK, Jan O. M. **Iniciação ao Estudo da Geografia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CACCIOLA, Maria Lucia. A contemplação estética: Schopenhauer e Mondrian. **Dois Pontos**. Curitiba, São Carlos, vol. 11, n. 1, p.91-103, abril, 2014.

CAMPOS, Nathalia de Aguiar Ferreira. Escrivência: a crítica biográfica no estudo da correspondência de Gustav Flaubert à Louise Colet. **Revista Virtual de Letras**, v. 07, nº 01, jan/jul, 2015. P.254-272.

CAPES, Qualis. Plataforma Sucupira. Classificação de Periódicos. Área de Avaliação em Geografia. Ano 2015.

<http://.capes.gov.br/consulta/coleta/veiculopublicacao/listaconsultageralperiodicos/geografia.jsf>. Acesso em 31 de maio de 2017, às 16:25 horário de Brasília.

CAPES. Plataforma Sucupira. O que é a Plataforma Sucupira. Ano 2014. <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira> em 21 de novembro de 2017, às 14:41 horário de Brasília.

CARMO, R. E. **Fenomenologia existencial: estudos introdutórios**. Belo Horizonte: O Lutador, 1974.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas Discursivas, Gêneros Situacionais e Construção Textual. In: MACHADO, Ida. & MELO, R. (Org.) **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. In : MARI, H. (Org.) **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

CHÂTELET, F. **História da filosofia: de Kant a Husserl**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

Chauí, Marilena. **Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo** (Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty). São Paulo, Brasiliense, 1981.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COLOMER, E. **El pensamiento alemán de Kant a Heidegger**. El pos-idealismo: Kierkegaard, Feuerbach, Marx, Nietzsche, Dilthey, Husserl, Scheler, Heidegger. Barcelona: Herder, 1990. v. 3. p. 335-405.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Trad. Lineu Bley e Lucy Machado. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro. V.20, n.39, p.21-32. 1990.

CONTE, Bernadete. O uso de um Espelho como Estratégia Pictórica: uma anamorfose no campo da visão para a inclusão do espectador no campo da representação. **SIG: Revista de Psicanálise**. 2016. P. 55-66.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, Rio de Janeiro, n. 9, p.65-83, jul./dez. 2000.

COSTA, J. Cruz. Augusto Comte e as origens do positivismo. **Revista de História**. Universidade de São Paulo. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v1i3p363-382.1950>.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DEUS, José Antônio Sousa. *et al.* Metodologias Qualitativas Aplicadas ao estudo das Paisagem no Vale do Jequitinhonha/MG – Brasil. In: VARGAS, Mundim. *Et al.* **Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa**. Aracaju. Sergipe: Editora IFS, 2019. 279-303p.

DEPRAZ, N. **Compreender Husserl**. Tradução de Fábio dos Santos. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DURKHEIM, Émile, (1858-1917). **Fato social e divisão do trabalho** / Émile Durkheim; apresentação e comentários Ricardo Musse. Trad. Cilaine Alves Cunha e Laura Natal Rodrigues. – São Paulo: Ática, 2011. (Ensaio comentado) - Série. 07-1024. | CDD: 301 | CDU: 316 1ª Edição. e-ISBN 9788508148493.

ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19 p. 5-30, 1980.



ÉVORA, Fátima. A Revolução Copernicano-Galileana: Origem, Significado e Inserção na História do Pensamento Científico Filosófico. 346p. 1994. **Dissertação**. Campinas: CLE-UNICAMP.

EWALD, Ariane P. Fenomenologia e existencialismo. **Studies and Research in Psychology**. Vol.08, n2. p. 149-165. São Paulo. 2008.

FARBER, Marvin. Edmund Husserl e os fundamentos de sua filosofia. **Revista da Abordagem Gestáltica** – XVIII (2): 235-245, jul-dez, 2012.

FELICIO, Vera Lucia. **A imaginação simbólica nos quatro elementos bachelardianos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil: de 1980 a 1995**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica e a Filosofia Prática**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 3v.

GOETHE, J. W. von. **A metamorfose das plantas**. São Paulo: Antropofásica, 1997.

GOETHE, J. W. **As Afinidades Eletivas**. São Paulo, Nova Alexandrina, 1992.

GOMES, Álvaro Cardoso; VECHI, Carlos Alberto. **A estética romântica: textos doutrinários comentados**. Trad. Maria Antônia Simões Nunes e Duílio Colombini. São Paulo: Atlas, 1992.

GOMES, Marcelo Bolshaw. Gaston Bachelard: e a metapoética dos quatro elementos. **Estética**. USP. São Paulo. N.11.ago-dez.2015.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Camila Salles. Sartre, linguagem e psicanálise. **Em Pauta**. São Paulo, 30(44), 45-55, jun.2007.

GOTO, Tommy Akira. Fenomenologia, mundo-da-vida e crise das ciências: A Necessidade de uma geografia fenomenológica. **Geograficidade**, v.3, n.2, Inverno 2013.

GROSSI, Maria Luiza. **Ciência, fenomenologia e hermenêutica: diálogos da geografia para os saberes emancipatórios**. 228 p. 2007. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais.

HEGEL, G.W. F. Cursos de Estética. Trad: Marco Aurélio. 2ª edição Revisada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome**. Lisboa: Edições 70, 1988.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia**. Hermenêutica da facticidade. Trad. Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. Scientiæzudia, São Paulo, v.5, n.3, p. 375-378, 2007.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950-1960**. 1992. 550p. Dissertação. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: uma revisão**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ/NEPEC, n. 3, p. 8-19, 1996.

HUMBOLDT, Alejandro de. **Cosmos o ensayo de una descripción física del mundo**. Tomo I. Tradução de Francisco Diaz Quintero. Córdoba – Espanha: Co-edição das Universidades de Granada, Córdoba, Jaén, Almería e de Huelva. Reprodução Facsímile da edição de Madrid 1851-1852. [1845], 2005.

HUMBOLDT, Alexander Von. **Quadros da natureza**. Tradução de Assis Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson inc. editores, [1849], 1970.v. 2.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Trad. Urbano Zilles. - 3. ed. Porto Alegre, 2008.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

HUSSERL, E. **Conferências de Paris**. Lisboa: Edições 70, 1992.

HUSSERL, E. **La filosofia como ciencia estricta**. Traducción de Elsa Tabernig. Buenos Aires: Almagesto, 1992.

HUSSERL, E. **Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia**. Tradução Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.

JANSON, H. W. **História da Arte**. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton. **Para Ler Bachelard**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

JOHNSTON, R. J. Geografia e Geógrafos: a geografia humana angloamericana desde 1945. São Paulo: Difel, 1986.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores, Kant I).

KAMI, M.T.M; LAROCCA, L.M; CHAVES, M.M.N; *et al...* Uso do Software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da UFRJ**. Rio de Janeiro. Volume 20. N.3. Set/Nov-2016.

KOZEL, S.; Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S. [et al.] (orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstrução teórica da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original de 1964).1998.

LIMA, Antonio Balbino Marçal. **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty** / Antonio Balbino Marçal Lima (organizador). – Ilhéus, BA : Editus, 2014. 126p.

MARANDOLA, Eduardo Jr. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**. V.3. n.2. Inverno 2013.

MARANDOLA Jr., Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (orgs.). **Geografia e literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: Ed.UEL, 2011.

MARTINES, Paulo Ricardo. A interpretação do Prosligion por Karl Barth. **TransFormAcao**. São Paulo, vol.19: 231-239, 1996.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de Paisagem. **Revista RA´E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR.

MEGID, Jorge Neto. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1999. 365p.

MENDES, Emília. Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. **Tese**. Belo Horizonte. 2004.

MERLEAU-PONTY, M. **Ciências do Homem e Fenomenologia**. São Paulo: Saraiva, 1973, p.7-29.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIRANDA, Daniel Carreiro. **A história da hermenêutica: uma reflexão a partir do conceito de tradição**. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. 2016. 178p.

MORAIVA, João da. **O que é existencialismo**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOREIRA, Virgínia. Possíveis contribuições de Husserl e Heidegger para a clínica fenomenológica. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 15, n. 4, p. 723-731, out./dez. 2010.

MOURA, Magali. A ciência de Goethe: Em busca da imagem do vivente. **Estudos Avançados**. vol.33, no.96, p. 339-369 São Paulo Mai/ago. 2019.

NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brigido Vizeu. Psicologia Social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia da SBP**. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol.8. n.3. 287-200. 2000.

NEVES, M.R.C. **Mercado Municipal de Diamantina na ótica fenomenológica**. 155p. 2015. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais.

NOVELLI, P. G.A. Pode-se falar de uma teoria do conhecimento em Hegel? Botucatu, **SimbioLogias**, v.1, n.1, p. 51-67, mai/2008.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

OLIVEIRA, Damião Bezerra. Conhecimento, Arte e Formação na República de Platão. **Educ. Pesquisa**., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 203-2015, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e Geografia. In: OLAN – **Ciência & Tecnologia** [arquivo de dados legíveis por máquina]. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 14-28.

ONTORIA A, Luque A, GÓMEZ JPR. **Aprender com mapas mentais: uma estratégia para pensar e estudar**. São Paulo: Madras; 2004.

PAIVA, Rita. **Gaston Bachelard: a imaginação na ciência, na poética e na sociologia**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

PEZZATTO, João Pedro. GRACIOLI, Filipe Rafael. Um estado da arte da pesquisa acadêmica em geografia e literatura: a identidade nacional e a literatura infantil em questão. **Anais**. Congresso Nacional de Educação. 2017.

PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2000.

PLATÃO. Timeu-Crítias. Trad. Rodolfo Lopes. Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos Edição: 1ª/2011.

QUILLET, Pierre. **Introdução ao pensamento de Bachelard**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1977.

RAMOS, Maria Luiza. **Fenomenologia da Obra Literária**. Maria Luiza Ramos. - 4ª edição revisada. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RATINAUD P. IRAMUTEQ : Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>

RIBEIRO, Drielle; CASTRO, Regina. Estado da arte, o que é isso afinal? Anais. III **Congresso Nacional de Educação**: cenários contemporâneos: a educação e suas multiplicidades. outubro de 2016. Natal/RN.

RIBON, Michel. **A Arte e a Natureza**. Campinas, Papyrus, 1989.

RICOTTA, Lúcia. **Natureza, Ciência e estética em Alexander von Humboldt**. MAUD, 2003.

ROCHAMONTE, Catarina. Elan Vital e experiência mística: a intuição bergsoniana entre filosofia e espiritualidade. **Anais...**, São Paulo: UFSCar. 2011, p 123 - 132.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. **Revista Virtual de Letras**. Edição especial n. 2, 2008. p. 1-19.

SARTRE, Jean Paul. **A Imaginação**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SARTRE. Jean Paul. A Transcendência do Ego – Esboço de uma Descrição Fenomenológica. **Cadernos Espinosanos**. Universidade de São Paulo. n°.22. p. 183 – 228. 2010a.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis: Editora Vozes, 2010b.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução Virgílio Ferreira. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARTRE. **O Imaginário: Psicologia Fenomenológica da Imaginação**. Trad: Duda Machado. Série Temas. Vol. 46. São Paulo. 1996.

SARTRE, Jean Paul. **O que é subjetividade?** Tradução Estela dos Santos Abreu. 1.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SARTRE, Jean Paul. **O Ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SARTRE, Jean Paul. **Questão de método**. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean Paul. **Uma ideia fundamental de fenomenologia de Husserl: A Intencionalidade**. Em **Situações I: crítica literária**. Tradução: Caio Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

SCHELLING, F. W. J. **Filosofia da arte**. Tradução e notas de Márcio Susuki. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHILLING, Voltaire. O Existencialismo entra em cena. **História, Cultura e Pensamento**. Rio Grande do Sul. 2005.p.1-21.

SCHLESENER, Anita Helena. Arte, ciência e educação: observações sobre a obra de Leonardo da Vinci. **Anais do SEFIM**, Porto Alegre, V.02 – n.0032, 2016. ISSN 2525-3778.

SCHNÄDELBACH, Herbert. **Filosofia en Alemanha (1831-1933)**. Trad. Pepa Linares. Madrid. Ediciones Cátedras, 1991. 283p.

SCHOPENHAUER, A. 2005. **O mundo como vontade e representação**. São Paulo: Ed. Bras. Unesp. Trad. Jair Barboza, p. 43.

SEEMANN, Jorn. Entre Mapas e Narrativas: Reflexões sobre as Cartografias. Revista **Ra'e Ga**. Curitiba, v.30, p. 85-105, abril /2014.

SERPA, Ângelo. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. **OLAN – Ciência & Tecnologia**. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 29-61.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução de Alfredo de Oliveira Moraes. São Paulo: Loyola, 2012.

TERAMATSU, Gustavo. Geografia e ensino superior: estado da arte das pesquisas de pós-graduação. **Anais XI Encontro Nacional da Anpege: a diversidade da geografia brasileira**. 2015, p.4055-4065.

THIÈSSE, Anne-Marie. As Identidades Nacionais: um paradigma transacional. **Geografias e Ideologias**. Org. Rogata Soares; Doralice Barros. 429p. 2014.

TRICART, Jean L. F. Paisagem e Ecologia: Igeo/USP. São Paulo. 1981. MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de Paisagem. **Revista Raega**. Editora UFPR. 2004.

TOSSATO, Claudemir Roque. Kepler Condicionado por seu Tempo. **Sci. stud.** vol.4 no.4 São Paulo out./dez. 2006.

TUAN, Yi Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

UNESP. **Manual: Tipos de Revisão de Literatura**. Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Matos. Ano 2015. <http://www.ip.usp.br/portal/images/biblioteca/revisao.pdf> em 21 de julho de 2018, às 18:00 horário de Brasília.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. O Conceito de Vivência (Erlebnis): Gênese, significado e percepção. **Kriterion: Revista de Filosofia**. Vol. 54. N. 127. Jun 2013.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

VITTE, Antônio. Kant, Goethe e Humboldt: estética e paisagem na gênese da geografia física. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.07-14, jul./dez. de 2010.

VOIGT, Andressa. O Conceito de Mímeses segundo Platão e Aristóteles: Breves Considerações. **Travessias**. Vol.10. N.02. 24. 2015.



VOSGERAU, Dimeire. Sant'Anna. Ramos.; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas, **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

ZARDONAIDE, Júlio César. **Renascença e História da Ciência**: uma análise comparativa de tendências historiográficas e a contribuição de Antonio Beltrán. 137p. 2016. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de São Paulo (USP).

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. **Revista da Abordagem Gestáltica** – XIII (2): 216-221, jul-dez, 2007.

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DA ABNT UTILIZADO:

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. / Júnia Lessa França, Ana Cristina de Vasconcellos; colaboração: Marian Helena de Andrade Magalhães, Stella Maris Borges. – 9ª. Ed. 2ª reimpressão – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - PERIÓDICOS INCLUÍDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA QUALIS A1

ISSN	TÍTULO	ÁREA DE AVALIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0101-708X	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	A1
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	A1
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A1
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA (ONLINE)	GEOGRAFIA	A1
2179-0892	GEOUSP: ESPAÇO E TEMPO	GEOGRAFIA	A1
2179-0892	GEOUSP: ESPAÇO E TEMPO	GEOGRAFIA	A1
1414-7416	GEOUSP (USP)	GEOGRAFIA	A1
2179-0892	REVISTA GEOUSP	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	MERCATOR - REVISTA DE GEOGRAFIA DA UFC	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE)	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	MERCATOR (UFC)	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	REVISTA MERCATOR ELETRÔNICA	GEOGRAFIA	A1
1982-4513	SOCIEDADE & NATUREZA	GEOGRAFIA	A1
1982-4513	SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. ONLINE)	GEOGRAFIA	A1
0103-1570	SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A1
	Periódicos não incluídos por serem duplicatas de registro ISSN na plataforma.		
		<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados trabalhados pelo autor, 2019.

## APÊNDICE II - PERIÓDICOS INCLUÍDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA QUALIS A2

ISSN	TÍTULO	ÁREA DE AVALIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0001-3765	ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A2
1678-2690	ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
1982-1956	ATELIÊ GEOGRÁFICO (UFG)	GEOGRAFIA	A2
1982-1956	ATELIÊ GEOGRÁFICO (UFG)	GEOGRAFIA	A2
1678-6343	CAMINHOS DA GEOGRAFIA (UFU. ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
1678-6343	CAMINHOS DE GEOGRAFIA (UFU)	GEOGRAFIA	A2
2236-2878	DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. REVISTA (ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
1517-7793	GEOGRAPHIA (UFF)	GEOGRAFIA	A2
0074-0276	MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A2
1679-0073	NATUREZA & CONSERVAÇÃO	GEOGRAFIA	A2
2177-2738	RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
1516-4136	RA'E GA (UFPR)	GEOGRAFIA	A2
1808-0936	RBC. REVISTA BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA (ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
0560-4613	REVISTA BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA	GEOGRAFIA	A2
0560-4613	REVISTA BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A2
0100-0683	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A2
1806-9657	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO (ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
2236-5664	REVISTA BRASILEIRA DE GEOMORFOLOGIA	GEOGRAFIA	A2
1519-1540	REVISTA BRASILEIRA DE GEOMORFOLOGIA	GEOGRAFIA	A2
1519-7530	REVISTA BRASILEIRA DE PALEONTOLOGIA	GEOGRAFIA	A2
1679-768X	REVISTA DA ANPEGE	GEOGRAFIA	A2
0037-8682	REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL	GEOGRAFIA	A2
1413-1439	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL	GEOGRAFIA	A2
2318-0870	REVISTA DE EDUCAÇÃO PUC-CAMPINAS	GEOGRAFIA	A2
2236-2878	REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	A2
0102-4582	REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (USP)	GEOGRAFIA	A2
1806-6755	REVISTA NERA (UNESP)	GEOGRAFIA	A2
1516-4136	REVISTA RA' EGA O ESPAÇO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
2177-2738	REVISTA RA'E GA ? ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
2177-2738	REVISTA RA'E GA - O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
	Periódicos não incluídos por serem duplicatas de registro ISSN na plataforma.	TOTAL	26

Fonte: Dados trabalhados pelo autor, 2019.

## APÊNDICE III - PERIÓDICOS APÓS ITENS DE EXCLUSÃO QUALIS A1

ISSN	TÍTULO	ÁREA DE AVALIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0101-708X	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	A1
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	A1
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A1
1984-8501	BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA (ONLINE)	GEOGRAFIA	A1
2179-0892	GEOUSP: ESPAÇO E TEMPO	GEOGRAFIA	A1
2179-0892	GEOUSP: ESPAÇO E TEMPO	GEOGRAFIA	A1
1414-7416	GEOUSP (USP)	GEOGRAFIA	A1
2179-0892	REVISTA GEOUSP	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	MERCATOR - REVISTA DE GEOGRAFIA DA UFC	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE)	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	MERCATOR (UFC)	GEOGRAFIA	A1
1984-2201	REVISTA MERCATOR ELETRÔNICA	GEOGRAFIA	A1
1982-4513	SOCIEDADE & NATUREZA	GEOGRAFIA	A1
1982-4513	SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. ONLINE)	GEOGRAFIA	A1
0103-1570	SOCIEDADE & NATUREZA (UFU. IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A1
	Periódicos não incluídos por serem duplicatas de registro ISSN na plataforma.	TOTAL	08

Fonte: Dados trabalhados pelo autor, 2019.

## APÊNDICE IV - PERIÓDICOS APÓS ITENS DE EXCLUSÃO QUALIS A2

ISSN	TÍTULO	ÁREA DE AVALIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1982-1956	ATELIÊ GEOGRÁFICO (UFG)	GEOGRAFIA	A2
1982-1956	ATELIÊ GEOGRÁFICO (UFG)	GEOGRAFIA	A2
1678-6343	CAMINHOS DA GEOGRAFIA (UFU. ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
1678-6343	CAMINHOS DE GEOGRAFIA (UFU)	GEOGRAFIA	A2
2236-2878	DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. REVISTA (ONLINE)	GEOGRAFIA	A2
1517-7793	GEOGRAPHIA (UFF)	GEOGRAFIA	A2
0074-0276	MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ (IMPRESSO)	GEOGRAFIA	A2
2177-2738	RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
1516-4136	RA'E GA (UFPR)	GEOGRAFIA	A2
1679-768X	REVISTA DA ANPEGE	GEOGRAFIA	A2
2318-0870	REVISTA DE EDUCAÇÃO PUC-CAMPINAS	GEOGRAFIA	A2
2236-2878	REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	A2
0102-4582	REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (USP)	GEOGRAFIA	A2
1806-6755	REVISTA NERA (UNESP)	GEOGRAFIA	A2
1516-4136	REVISTA RA' EGA O ESPAÇO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
2177-2738	REVISTA RA'E GA ? ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
2177-2738	REVISTA RA'E GA - O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	GEOGRAFIA	A2
	Periódicos não incluídos por serem duplicatas de registro ISSN na plataforma.	TOTAL	14

Fonte: Dados trabalhados pelo autor, 2019.